



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Articulação Urbana a partir dos Sistemas Hídricos _ Densificar a
Cidade Consolidada

Mariana Victorino Freire

Mestrado Integrado em Arquitetura,

Orientadora:

Mestre Inês Varela Maia Lobo, Professora Auxiliar Convidada
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador:

Mestre Miguel Nuno Pessoa Marques Judas, Professor Auxiliar
Convidado,
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023



TECNOLOGIAS
E ARQUITETURA

Departamento de Arquitetura e Urbanismos

Articulação Urbana a partir dos Sistemas Hídricos _ Densificar a Cidade Consolidada

Mariana Victorino Freire

Mestrado Integrado em Arquitetura,

Orientadora:

Mestre Inês Varela Maia Lobo, Professora Auxiliar Convidada
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador:

Mestre Miguel Nuno Pessoa Marques Judas, Professor Auxiliar Convidado,
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

ARTICULAÇÃO URBANA A PARTIR DOS SISTEMAS HÍDRICOS

DENSIFICAR A CIDADE
CONSOLIDADA

Mariana Victorino Freire
2023

Obrigada

À minha família, à minha mãe, ao meu pai, e à minha irmã, Beatriz, sem os quais não teria conseguido concluir os meus estudos.

Aos amigos de Nantes, Alberto, Benie, Beatriz F., Beatriz O., Daniela, Enrico, Gabriela, Jacob, Penelope e Simone.

Á Beatriz, Joana e Mariana, que me acompanharam nestes 5 anos.

Aos professores, que marcaram o meu percurso académico, e aos orientadores que tornaram esta tese possível.

Resumo

Palavras-Chave: Água; Arquitetura; Campo de Ourique; Quarteirão; Habitação Coletiva;

O trabalho encontra-se dividido em 6 jornais, que exploram as temáticas da água e da sua relação com a cidade, e o que significa habitar no século XXI, face à crescente demanda de habitação nas grandes metrópoles, num mundo no qual as relações interpessoais se estão atomizar.

O trabalho é uma investigação sobre a maneira como a arquitetura pode responder a estes problemas, por um lado, através da criação de tipologias que possam aproximar as pessoas, criando um sentido de comunidade, e por outro, a investigação de um passado recente no qual a água e as suas infraestruturas, eram tratadas como uma oportunidade de desenhar cidade através da criação de espaços públicos, que perduram até hoje, sem esconder a água, ou a maneira como ela era abastecida.

O projeto insere-se numa zona consolidada da cidade, e passa pela criação de espaços públicos onde a água e os

sistemas naturais fazem parte do desenho desses mesmos espaços, numa visão de uma cidade contemporânea que contempla sistemas complexos, que possibilitam a existência dela mesma e dos seus habitantes, assumindo-os e tentando elevá-los ao plano do belo. O intuito seria levar, uma vez mais, estes temas a desenhar a cidade. Outras problemáticas como o quarteirão, enquanto unidade urbana, que pode ser habitada coletivamente e regenerar o tecido urbano em que está inserida; e tipologias coletivas do habitar, com ênfase em espaços comuns, são temas fundamentais do trabalho.

Abstract

Keywords: Water ; Architecture; Campo de Ourique; Housing Block; Collective Housing;

The work is divided into 6 papers, which explore the themes of water and its relationship with the city, and what it means to live in the 21st century, given the growing demand for housing in large metropolises, in a world where interpersonal relationships are becoming atomized.

The work is an investigation into how architecture can respond to these problems, on one hand, by creating typologies that can bring people together, creating a sense of community, and on the other, the investigation of a recent past in which water and its infrastructure were treated as an opportunity to design the city through the creation of public spaces, which continue today, without hiding the water or the way it was supplied.

The project is located in a consolidated area of the city, and involves creating public spaces where water and natural systems are part of the design of these spaces, in a vision of a

contemporary city that contemplates complex systems that enable it and its inhabitants to exist, and trying to elevate them to the plane of beauty. The aim would be to once again bring these themes into the design of the city. Other issues such as the block, as an urban unit that can be inhabited collectively and regenerate the urban fabric where it is inserted; and collective typologies of living, with an emphasis on common spaces, are fundamental themes for work.

Jornal 01 _ Água

Água/Cidade

Introdução _ 10

Lisboa/Sistemas Naturais _ 14

Lisboa / A Evolução da Cidade através da Infraestrutura Hídrica _ 25

Sistemas Artificiais _ 41

Ensaio Fotográfico _ Infraestrutura Hídrica / Lisboa _ 50

Referências Bibliográficas _ 52

Índice de Figuras _ 54

Jornal 02 _ Cidade/Habitar

Manifesto

manifesto _ 59

entrevistas _ 63

Referências Bibliográficas _ 133

Índice de Figuras _ 134

Jornal 03 _ Domus Demain

Corte Teórico

Corte Teórico

Entangled Life _ 139

Chão Comum _ 141

Habitar _ 143

Durável/Reversível _ 145

Índice de Figuras _ 147

Jornal 04 _ Água

Água/Cidade

Campo De Ourique/A História de um Território _ 151

Campo De Ourique/Infraestrutura _ 175

ensaio fotográfico: Campo de Ourique / Bairro e Vale _ 189

Referências Bibliográficas _ 191

Índice de Figuras _192

Jornal 05 _ Cidade/Habitar

Familistério de Guise _ Edifício 4 da Piazza Velasca

Familistério de Guise

Familistério / Um modelo do Habitar Coletivo _ 197

Entangled Life _ 209

Chão Comum _ 211

Habitar_Durável/Reversível _ 213

Edifício 4, na Piazza Velasca

Asnago e Vender/modernismo milanês _215

Entangled Life _ 220

Chão Comum _ 222

Habitar_Durável/Reversível _ 224

Referências Bibliográficas _ 226

Índice de Figuras _ 227

Jornal 06 _ Domus Demain

Densificar a Cidade Consolidada _ Quarteirão Unidade Urbana

Habitável

Entangled Life _ 232

Chão Comum _ 244

Habitar _ 264

Durável/Reversível _ 300

O Construir _ 306

Conclusão _ 312

J01 _ Água

Água/Cidade

Índice

Introdução

Lisboa/Sistemas Naturais

Lisboa / A Evolução da Cidade através da Infraestrutura Hídrica

Sistemas Artificiais

Ensaio Fotográfico _ Infraestrutura Hídrica / Lisboa

Bibliografia

Índice de Figuras



Água/
Introdução

Introdução

A água é um dos elementos primordiais e um recurso imprescindível para a existência da espécie humana, constitui sessenta por cento do corpo humano, foi o ecossistema a partir do qual teve origem toda a biodiversidade. A ela o Homem foi atribuindo um conjunto de conotações e mitos, chegando a ser um elemento fulcral em práticas religiosas e em seu nome templos foram construídos, como acontece no templo de de Ahmedabad, na Índia.

“Step wells were once integral to the semi-arid regions of Gujarat, as they provided water for drinking, washing, and bathing (...)]. These wells were also venues for colourful festivals and sacred rituals. Stepwells, also called stepped ponds, built between the 5th and 19th centuries, are common in Western India; over 120 such wells are reported in the semi-arid region of Gujarat.” (Rossato & Chauhan, 2022)

O trabalho inicia-se, portanto, pelo estudo da relação entre a cidade, Lisboa,

e a água, não só com o rio Tejo e seu o estuário, mas também, num sentido mais lato, com os sistemas naturais que decorrem do cruzamento entre os ciclos naturais da água, topografia e o “ sistema verde”; e com os sistemas artificiais, a que os governantes da cidade recorreram, ao longo dos séculos, para conduzirem, distribuírem, abastecerem e protegerem a cidade, deste recurso tão necessário quanto poderoso, a água. O intuito deste capítulo passa, portanto, por explanar a história da cidade de Lisboa através das infraestruturas hídricas que ajudaram a erguê-la, facilitaram a existência dos vários povos que nela se fixaram, ao longo da sua vastíssima história, e o quanto estas obras foram importantes para a sua consolidação.



1.

Lisboa/
Água

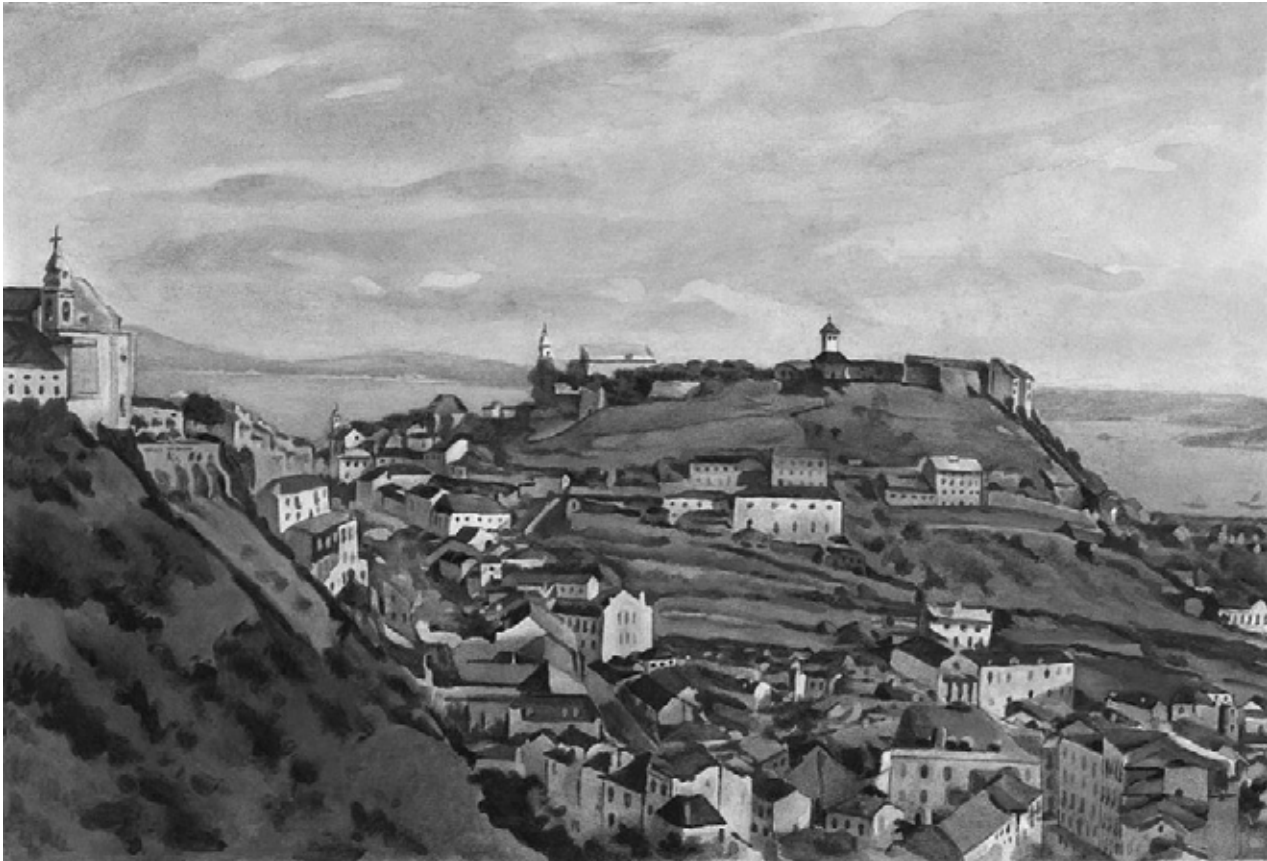
Lisboa _ Sistemas Naturais

Lisboa, tal como muitas outras cidades, teve a sua implantação e história altamente influenciadas pelas suas localização e topografia. A cidade é localizada na margem Norte do Rio Tejo, “na fachada atlântica e no vasto estuário do mais extenso rio da Península Ibérica”, situação que permanece relevante. (Guerra, 2020) E, foi por esse rio que vários povos chegaram - fenícios, cartagineses, gregos e romanos - mas pelo qual, também, partiram, fazendo apelo ao século XV. O Tejo configura-se, por isso, como uma das “personagens” centrais da história olisiponense, e um dos mais importantes fatores para a economia local, até aos dias de hoje. A sua topografia acidentada e sinuosa, caracterizada pelos seus vários vales (o vale de Alcântara, o vale de de Santo António - Penha da França, o vale de Almirante Reis e o vale de Chelas) (figura - mapa hipsometria), nos quais corriam cursos de água (a ribeira de Alcântara, o rio Seco, a ribeira de Chelas e a ribeira de Arroios).

“O lugar de Lisboa nasce assim do cruzamento da complexa estrutura hidrográfica do Vale do Tejo, rematada pelo estuário com a cadeia de serras portuguesas pertencentes à Cordilheira Central – que no topo ocidental estendem os seus dedos, formando as colinas onde assenta a actual cidade(…)” (Cruz, 2016)

Tal como estas ribeiras, também os solos, foram artificializados para que Lisboa pudesse ir crescendo e expandindo-se para fora dos seus limites, num claro processo de urbanização. O que significa, que hoje, estes cursos de água que correm na sua maioria em direção ao rio, sem antes poderem ser aproveitados, pelo que a drenagem dos excedentes pluviais não pode ser feita com a facilidade de outrora, o que leva às recorrentes cheias recorrentes na capital.

A vegetação da cidade (Mapa 01 Lisboa), embora não seja necessariamente natural em todas as zonas, já que certas partes foram construídas, sendo disso exemplo o Parque do



2

2- Vista do Castelo de S. Jorge, 1931

Monsanto, projetado no início do século XX, pelo arquiteto Francisco Keil do Amaral, cuja arborização remonta a 1938, pela direção do Eng.º Silvicultor Joaquim Rodrigo, há lugares onde se encontra praticamente intocada, como nas encostas do vale de Chelas, que, para além de contribuírem para uma drenagem natural e direta da água nos solos (zonas permeáveis), também abrem a possibilidade de manter e re-introduzir uma relação mais próxima entre os habitantes, a cidade e os processos naturais, não deixando que a cidade se torne estéril e totalmente “alcatroada” (Camara & Jácome, 2013).

“Trata-se da criação duma paisagem viável que corresponda às necessidades quer materiais quer do espírito das pessoas que vivem e trabalham na região.” (Telles, 1992)

Atualmente são feitos esforços para preservar as zonas verdes da cidade, e expandi-las, exemplo disso é o desenvolvimento de corredores verdes, ideal-

izados primeiramente, em 1976, por Gonçalo Ribeiro Telles, em várias partes da cidade, com particular interesse nos lugares mais suscetíveis a cheias. Os corredores verdes (Mapa 06) são os seguintes: Corredor Verde Alta do Lumiar, Corredor Verde dos Olivais, Corredor Verde Ribeirinho, Corredor Verde Oriental, Corredor Verde de Monsanto, Corredor Verde de Alcântara, Corredor Verde Periférico e o Corredor Verde Central. E, a lógica passa, precisamente, por criar bolsos de solo permeáveis nos quais a água se pode infiltrar. Por outro lado, há pontos da cidade nos quais se vêm criando bacias de retenção, posicionados em zonas altas (na Praça de Espanha, no Parque Eduardo VII, no Corredor Verde de Alcântara, no jardim do Campo Grande, no Alto da Ajuda, na Quinta da Granja, na Pontinha e no Olival Basto), onde a água pode ser acumulada e infiltrada, num esforço para evitar situações de cheia extrema. (Ferro, 2016)



3

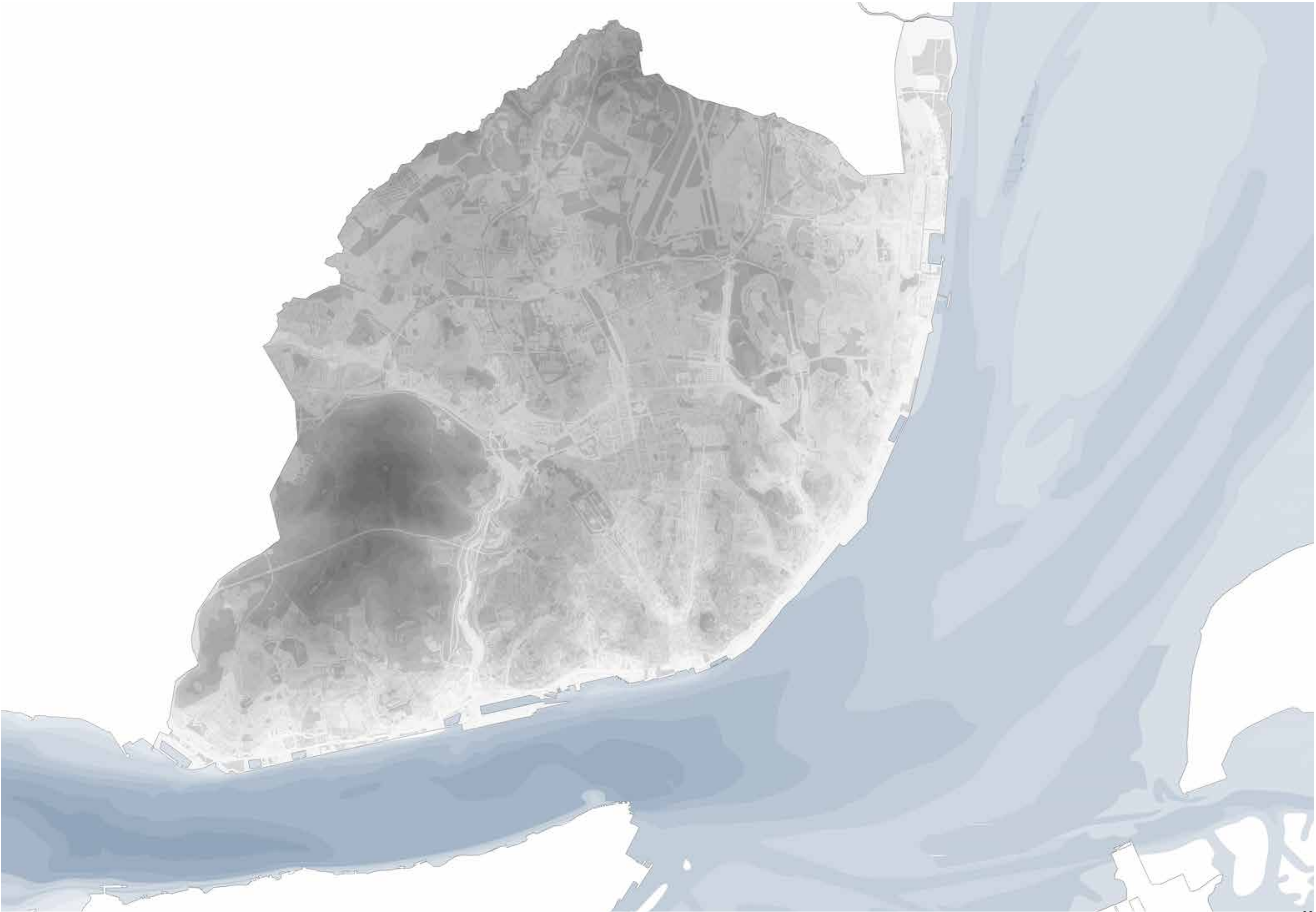
Lisboa/Sistemas
Naturais

■ Zonas Verdes



0 250 500 1000 1500 2000

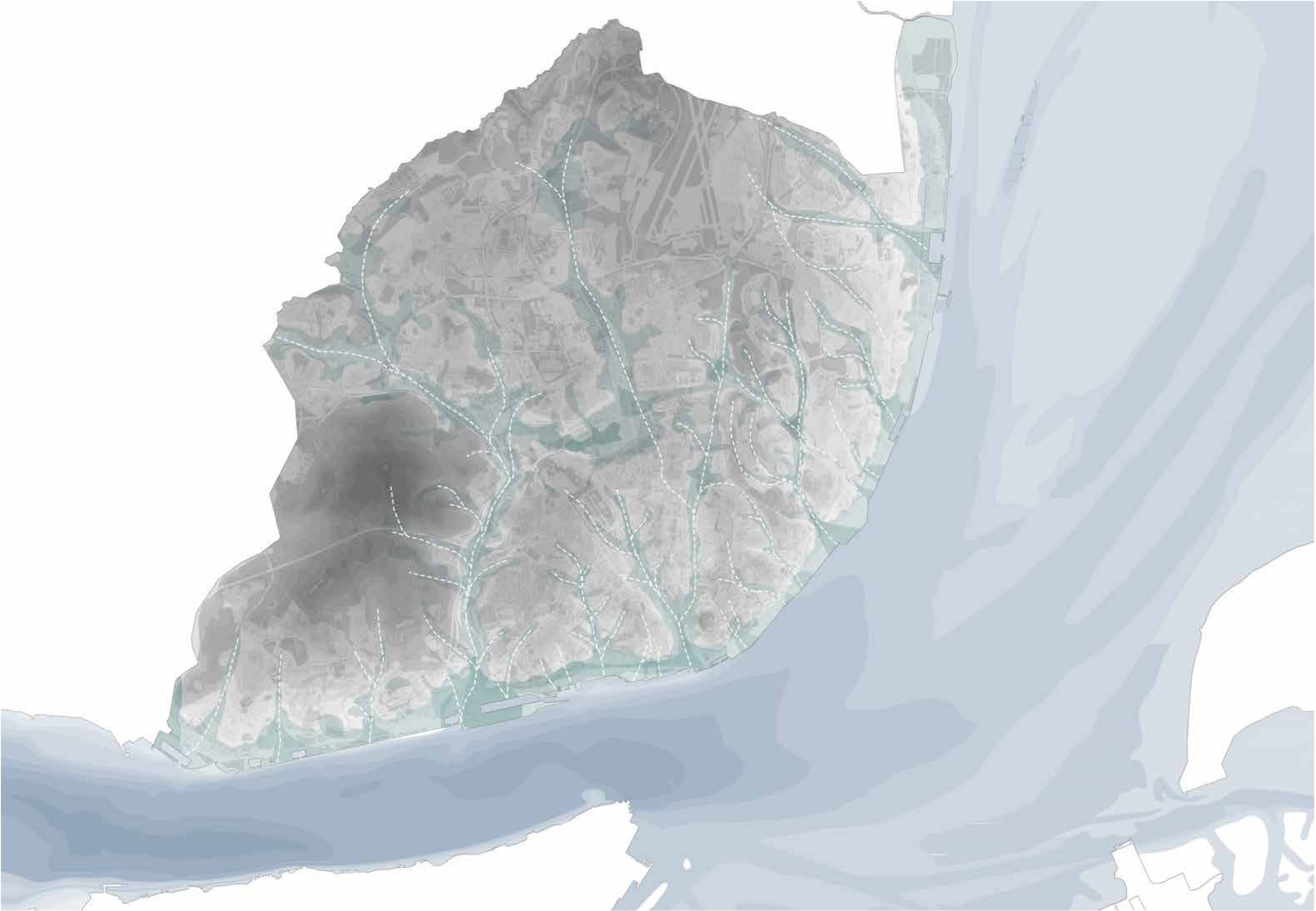




 Risco Inundações



Mapa 03_ Planta Lisboa (Festos e Risco de Inundações)



Lisboa/Infraestrutura
Hídrica

Lisboa _ A Evolução da Cidade através da Infraestrutura Hídrica

A cidade de Lisboa, cujas as origens são remotas e ainda se encontram sobre um certo véu de mistério, vem sendo ocupada desde há tempos milenares, muito antes de existirem registos escritos ou uma denominação própria para esta urbe.

A primeira ocupação significativa pode ser atribuída ao povo fenício, que denominou este território de Alis Ubbo, uma “enseada amena”, e a sua ocupação estendeu-se por cerca de 6 séculos, do XVII ao VI a.C., ao qual se seguiram os Gregos e os Cartagineses, e em 195 a.C., os Romanos, que lhe chamaram Olisipo e Olisipone e posteriormente Felicitas Julia, em honra do imperador Júlio César, e cuja ocupação se estendeu do século III a.C. ao século V d.C. (França, 1989)

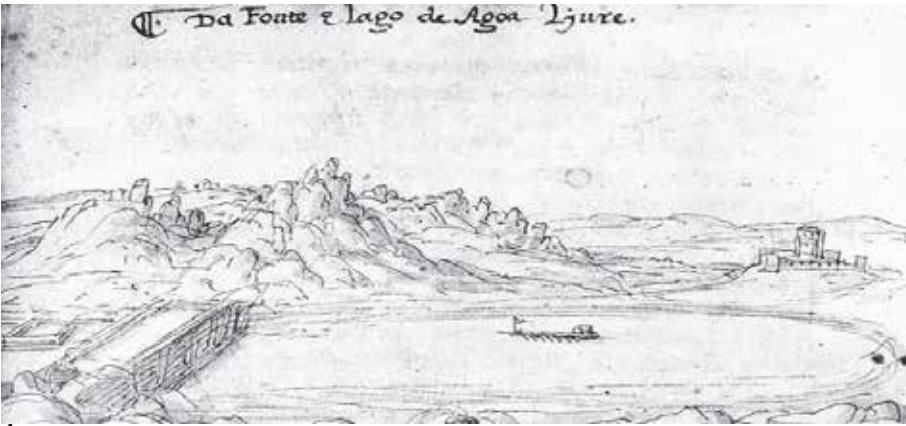
Durante este período, no século III d.C., os romanos levaram a cabo uma obra hidráulica bastante complexa e de grande pertinência, uma barragem que tinha a sua origem em Belas (no mu-

nicípio de Sintra, junto à estrada Nacional 250), e que abastecia o município romano.

“Elementos relacionados com este encanamento de água, tais como pontes romanas e mães d’água, apontam claramente para a existência de um Aqueduto subterrâneo em épocas remotas onde a Lusitânia era província romana. Este conduzia a Lisboa, a alturas superiores, as águas de nascentes (...).” (Benali, 2016)

A barragem tinha a capacidade armazenar 125 mil metros cúbicos de água¹, e séculos mais tarde, parte da mesma foi demolida para que o aqueduto das Águas Livres pudesse vir a ser construído, este último tinha, também, origem em Belas.

No período de ocupação moura, que data de 719 a 1147 (ano em que D. Afonso Henriques reconquista Lisboa), não existem relatos de estruturas hídricas, mas especula-se que os



4

¹Lisboa Romana

4- Barragem Romana em Belas

habitantes se abasteciam de água possivelmente através do aqueduto romano, e de “poços, ribeiras e cisternas, estas nas partes altas da cidade (no cêrro do Castelo), e de algumas nascentes que promanavam no sopé daquele monte”².

No século XIII, em 1220, surge o primeiro relato do Chafariz D’El Rei (também conhecido por chafariz de S.João), um chafariz muito importante, considerado a primeira fonte pública da cidade. (Estrela, 2017) Este inicialmente localizava-se junto da cerca moura (embora mais tarde tenha sido relocalizada, no reinado de D. Dinis, para dentro da cerca moura para o mais fácil acesso à população). Para além de abastecer as populações de Alfama (Bairro piscatório) e permitir o fornecimento de água³ aos barcos que atracavam à Ribeira, na encosta da muralha, o chafariz serviu a maioria da população lisboeta de água potável, durante vários séculos, e era, também, um local de grande afluência, fazendo parte dos hábitos quotidianos

dos lisboetas. Mais tarde, no século XV, foi-lhe adicionado um caneiro para permitir as aguadas aos batéis da Ribeira. Este chafariz tinha a particularidade de ter a sua própria nascente, in situ, também apelidada comumente como mina de água, que era acumulada na cisterna do chafariz. (Ludovice, 1986)

O Chafariz de Dentro (ou dos Cavalos), que data do século XIII, primeiramente referenciado em 1280, é construído a um pouco mais de uma centena de metros do Chafariz d’El Rei, no largo ao qual dá nome (Largo do Chafariz de Dentro), e tal como ele, também, abastecia as embarcações que atracavam à Ribeira, assim como a população⁴. O chafariz era localizado, no século XIV, intramuros, próximo da cerca fernandina, existindo até aos dias de hoje. (Estrela, 2017)

No século XVI, em pleno reinado de D. Manuel I, Lisboa era uma das mais ricas metrópoles europeias, com vários palácios, mosteiros, igrejas, e outros



7



5



6

²As Águas de Lisboa. (1940) Relatório da Comissão de Fiscalização das Obras de Abastecimentos de Água à Cidade de Lisboa.
³Vale, T., Ferreira, M., Costa, S. (2001), Figueiredo, P. (2007) Chafariz de São João.
⁴Vale, T., Ferreira, M., Costa, S. (2001), Figueiredo, P. (2007) Chafariz de Dentro.

5- Chafariz D’el Rei, 1570
6- Chafariz D’el Rei, 1909
7- Chafariz de Dentro, 1963

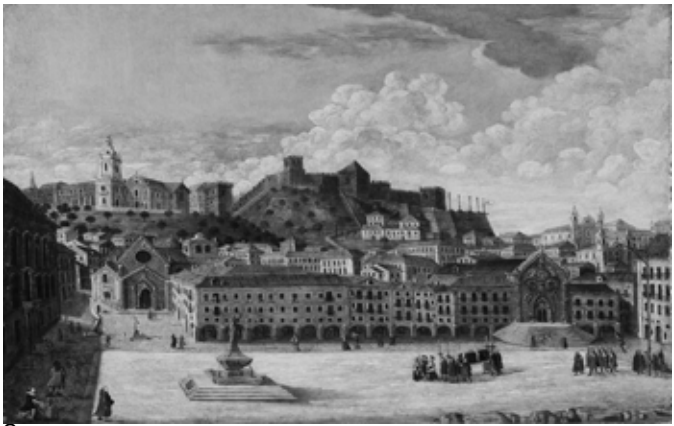
edifícios e espaços notáveis, entre eles o Hospital de Todos os Santos, a Praça do Rossio (ambos que já vinham do século anterior), a Torre de Belém , o Mosteiro dos Jerónimos, a Corte Real que, agora, se tinha instalado de frente para o rio junto com os armazéns da Mina e da Índia, no que se passa a intitular o Terreiro do Paço. O poder político e económico delimitaram esta que passava a ser a mais importante praça de Lisboa, e que com a Praça do Rossio se tornaram os dois espaços públicos mais importantes da cidade na época, que se abriam, assim, para o rio que via partir e chegar as embarcações, que tanto enriqueceram Lisboa.

“À entrada do século XVI, Lisboa modificou profundamente a sua estrutura urbana, física e simbolicamente, com a instalação da corte junto ao rio, num novo paço real rapidamente construído para fora da cerca, sobre os armazéns das mercadorias da Mina e da Índia (...) o Terreiro do Paço, que ia ser centro da vida da corte, complemento do Rossio,

na cidade agora polarizada entre as duas praças.” p.16 (França, 1989)

Associados a alguns destes espaços públicos estavam chafarizes, tornando indissociável esta associação entre a infraestrutura hídrica/acesso à água e os espaços públicos. Na praça do Rossio existia o Chafariz do Neptuno, que foi construído entre 1605 e 1606, sobreviveu ao terramoto de 1755, e foi demolido em 1785; no Terreiro do Paço existia o Chafariz do Apolo que foi “erigido na década de 50, do século XVII, frente à fachada oriental do Palácio Real” e desapareceu durante o terramoto de 1755; e à frente do Mosteiro dos Jerónimos existia o Chafariz da Bola que abasteceu a zona de Belém até 1837. (Carreira, 2012)

Durante os seguintes séculos, surge uma renovada preocupação com o abastecimento de água à capital, visto que os chafarizes e fontes que existiam se revelaram insuficientes para satisfazer as necessidades do povo, face a



8



9



10

8- Praça do Rossio, antes 1755
6- Terreiro do Paço, séc. XVII
7- Mosteiro dos Jerónimos, 1657

uma escassez contínua de água, e uma crescente insalubridade. Contudo, nada que verdadeiramente resolvesse este problema foi feito nos reinados seguintes, os de D. João III, D. Sebastião e na dinastia Filipina, D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II, a que acrescem a instabilidade política e os conflitos bélicos que perduraram durante estes reinados. As primeiras experiências de quantidade de água da fonte da água-livre (a 3 quilómetros da povoação de Belas) são feitas no reinado de D. Sebastião, tendo essas provas de medições da nascente da água-livre continuado com os Felipes⁵.

Apenas no século XVIII, é que esforços para alterar esta conjuntura são feitos, com a construção do Aqueduto das Águas Livres, antes disso sabe-se que a população se abastecia maioritariamente nas nascentes da encosta do Castelo, e no Chafariz D’el Rei. (Benali, 2016) O Aqueduto teve a sua construção iniciada em 1731, a mando do rei D. João V e a sua grande obra de

engenharia, duas décadas antes do grande terramoto, que veio destruir grande parte da cidade, e especialmente a zona baixa e ribeirinha, forçando a que uma nova cidade fosse erigida dos escombros, uma cidade iluminista e racional de ruas largas e quarteirões uniformes e ortogonais. (França, 1989)

O Aqueduto das Águas Livres teve como principais agentes Manuel da Maia, Carlos Mardel (figuras primordiais na elaboração da Baixa Pombalina) e Eugénio dos Santos, partia do Vale do Carenque, estendia-se na sua totalidade por 58 km⁶, sendo que o seu troço principal, que atravessa o vale de Alcântara e termina na Mãe D’Água das Amoreiras (projetado por Carlos Mardel), tem 14 km. O abastecimento de água começou a ser feito em 1748, ano em que recebe as primeiras águas do Vale de Carenque, tendo a obra sido terminada no século seguinte, em 1867.



11



12

⁵As Águas de Lisboa. (1940) Relatório da Comissão de Fiscalização das Obras de Abastecimentos de Água à Cidade de Lisboa
⁶Vale, T., Ferreira, M. (1999) Ferreira, M., Figueiredo, P., Antunes, R. (2007) Aqueduto das Águas Livres

11- Aqueduto das Águas Livres, 1900-45
12- Mãe d’Água das Amoreiras, séc.XIX

A construção do aqueduto não se restringiu só ao mesmo, este inseriu-se num sistema mais vasto que possibilitou que o abastecimento à cidade fosse feito, através de aquedutos secundários (como o das Galegas, das Francesas ou da Buraca), galerias subterrâneas (como a do Loreto, que começava na Mãe D'Água e terminava na Baixa no Largo do Carmo; a da Esperança; a das Necessidades; a do Rato e a do Campo de Santana), os reservatórios (Mãe D'Água das Amoreiras, construído entre 1746 e 1834, podia conter 5500 m3 de água proveniente do aqueduto, que era distribuída para o resto da cidade através das galerias; e o Reservatório da Patriarcal construído em 1860 e 1864, situado debaixo da fonte, era o coração do jardim do Príncipe Real e continha a capacidade de 884 m3) e chafarizes (da Buraca, da Damaia, de S. Domingos de Benfica, da Convalescença, do Arco do Carvalhão, de Campo de Ourique, do Rato, da Mãe D'água, do Século, do Arco de S. Mamede, das Amoreiras, de S. Pedro de Alcântara, do

Carmo, do Loreto, de S. Sebastião das Pedreiras, da Esperança, de S. Paulo, do Arco de S. Bento, do Intendente, das Janelas Verdes, das Necessidades, da Praça da Armada, da Estrela, de Campo de Santana e de Entrecampos). A infraestrutura do sistema das Águas Livres teve uma extensão concluída, no século XIX, passando a ter uma rede maior de reservatórios, o do Arco (junto ao arco das Amoreiras), o do Pombal, o da Verónica, e o da Penha da França (todos estes passariam anos mais tarde a ser alimentados pelo aqueduto do Alviela).

Um dos principais feitos do sistema das Águas Livres foi o próprio desenho da cidade, os espaços públicos que estas infraestruturas geraram e que eram o palco para vida urbana e para as rotinas quotidianas à volta do abastecimento de água, exemplo disso são os jardins que os reservatórios criaram, o das Amoreiras (cujo o limite é definido pelo reservatório e pela arcada final do aqueduto) e o do Príncipe Real, assim



13



14

13- Panorama sobre o Jardim das Amoreiras, 195-
14- Panorama sobre o Jardim do Príncipe Real, 194-

como os espaços construídos à volta dos chafarizes, como o miradouro de S. Pedro de Alcântara o Chafariz das Janeiras Verdes, no Largo Dr. José Figueiredo, o Chafariz do Largo do Carmo ou o Chafariz do Largo da Esperança. O aqueduto foi desativado no século XX, em 1967.

O Aqueduto do Alviela construído em 1871 e 1880, partia da nascente dos Olhos do Rio Alviela, em Alcanena, e chegava ao Reservatório dos Barbadinhos, um aqueduto que, ao contrário do anterior está subterrado por completo na cidade de Lisboa, estando, apenas, visível no seu local de partida. Este aqueduto veio suprir uma renovada necessidade de água, verificada numa cidade onde são visíveis o aumento populacional e as mudanças que derivam da industrialização, das novas tecnologias, da revolução liberal e da extinção das ordens religiosas no país; o século onde surge o Jardim da Estrela, ou a Estação de Santa Apolónia. A água chegou a Lisboa no mesmo ano em que

as suas obras foram concluídas. O sistema do Alviela permitia que 30 mil m3 de água chegassem a Lisboa, chegavam ao Reservatório dos Barbadinhos, e era bombeada (através da sua estação Elevatória) para outros pontos mais altos na cidade, onde se encontravam os reservatórios que serviam este novo sistema, eles são: o da Praia, que através da sua estação elevatória, bombeava água para o da Verónica, o do Pombal, o de Campo de Ourique, o do Arco (que também continha uma estação elevatória), o da Penha da França e da Patriarcal. A diferença entre o sistema das Águas Livres e do Alviela denota a evolução tecnológica, que possibilitou, que através de uma rede complexa, o abastecimento não fosse mais feito no exterior das habitações. Mudam-se, assim, as rotinas diárias, e os costumes, onde as infraestruturas passam a ser escondidas da vista da sociedade e fechadas, deixando de desenharmos a cidade e os espaços comuns. (Benali, 2016)



15

Ainda no século XIX, existiram dois projetos relativos à drenagem artificial da cidade, o primeiro, de Gotto & Beesley, em 1877, em que “as águas negras de Lisboa até um ponto de descarga na praia das Saínhas”, o segundo de Res-sano Garcia, em 1884, que “estabeleceu o princípio da condução dos esgotos a uma grande distância da cidade por um emissor impermeável e convenientemente arejado”⁷.

O Aqueduto do Tejo é construído em 1949 (é ainda operacional), partia de Alcanhões e chega a Lisboa através do adutor de Vila Franca de Xira, que deposita a água no reservatório de Telheiras, e daí parte para os restantes reservatórios: o da Charneca, o do Vale Escuro, o do Contador-Mor, o dos Olivais, o do Restelo, o de S. Jerónimo e o do Monsanto. O aqueduto foi construído em pleno Estado Novo numa altura onde se presencia um grande êxodo rural para as grandes cidades portuguesas, por parte de uma população que buscava empregos, e onde a demanda

pela água volta a aumentar.

Em meados do século XX é elaborado o projeto de Celestino da Costa, onde “(...)é advogado o “novo” Método Racional Generalizado para o cálculo de pluviais da cidade e traçam-se, com rigor, os principais coletores e interceptores da cidade”⁸, a ribeira de Alcântara é canalizada, em 1967, para que a avenida de Ceuta pudesse ser construída. Este processo já havia começado no século anterior, sendo que, em 1858, o troço final do Caneiro de Alcântara já se encontrava construído. (Albuquerque, 2014)

Em 1955 foi feita uma atualização do Anteprojeto de Saneamento da Cidade de Lisboa, com a construção dos interceptores Algés-Alcântara e Cais do Sodré-Alcântara, que conduziam os excedentes pluviais para o rio.

Nos dias de hoje, a infraestrutura que está a ser construída são redes de drenagem (Mapa 06), proveniente do

plano de Drenagem de 2016-30 da cidade, devido à ocorrência regular de cheias, que afetam em particular as zonas baixas da cidade (Mapa 03) e o crescente perigo da subida do nível das águas do mar, e, neste caso, do rio, consequência das mudanças climáticas. Está em curso a construção de um sistema complexo, mas invisível (por ser subterrâneo), constituído por coletores das águas pluviais, que desaguardam no rio Tejo, muitas das vezes, sem que estas tenham sido tratadas ou aproveitadas. A construção de coletores adutores nas zonas mais afetadas, correspondendo aos túneis Monsanto-Santa Apolónia e Chelas-Beato, que “irão captar a água recolhida em 2 pontos altos”⁹ e direcioná-la para o rio Tejo. Operações que são pensadas para funcionarem em conjunto com as bacias e corredores verdes mencionados anteriormente.

⁷Plano Geral de Drenagem de Lisboa 2016-2030, Câmara Municipal de Lisboa, pp.8-9

⁸Plano Geral de Drenagem de Lisboa 2016-2030, Câmara Municipal de Lisboa, p.12

⁹Plano Geral de Drenagem - Lisboa <https://plano-drenagem.lisboa.pt/em-execucao>

Lisboa/Sistemas
Artificiais

 Zonas Consolidadas

 Zonas Interseccionais



0 250 500 1000 1500 2000

Mapa 04_ Planta Lisboa (Zonas Identitárias)





Mapa 04_ Planta Lisboa (Sistemas Naturais e Artificiais)



- Túnel Chelas Beato
- Túnel Monsanto - Santa Apolónia
- Caneiro de Alcântara
- Rede de Drenagem
- Bacias Hidrográficas
- Corredores Verdes
- Chafarizes não Relacionados a Agedutos
- Chafarizes do Ageduto das Águas Livres
- Chafarizes do Ageduto do Alviela
- Reservatórios da Rede Distribuição Atual
- Reservatórios do Ageduto do Alviela
- Reservatórios do Ageduto das Águas Livres
- Ramal Principal da Rede Distribuição Superior
- Rede Distribuição Superior
- Ramal Principal da Rede Distribuição Alta
- Rede Distribuição Alta
- Rede Distribuição Média
- Ramal Principal da Rede Distribuição Baixa
- Rede Distribuição Baixa
- Ageduto do Alviela
- ||| Ramais do Ageduto do Alviela
- Ageduto das Águas Livres
- ||| Ramais do Ageduto das Águas Livres



Mapa 04_ Planta Lisboa (Infraestrutura Hídrica)



Lisboa _ Água/
Ensaio Fotográfico

Lisboa _ Infraestrutura
Hídrica



16



17



18



19



20



21



22



23

- 16- Arco das Amoreiras, Muro do Reservatório do Arco
- 17- Aqueduto das Águas Livres
- 18- Reservatório da Mãe D'água das Amoreiras
- 19- Ramal do Alviela, Barbadinhos ao Fundo
- 20- Reservatório de Campo de Ourique
- 21- Reservatório da Patriarcal
- 22- Chafariz do Miradouro de S.Pedro de Alcântara
- 23- Reservatório dos Olivais
- 24- Chafriz da Mãe d'Água das Amoreiras
- 25- Chafariz do Rato
- 26- Bica dos Olhos d'Água
- 27- Chafariz Jardim das Amoreiras



24



25



26



27

Referências Bibliográficas

Alves, J.C. (1940) As Águas de Lisboa. Relatório da Comissão de Fiscalização das Obras de Abastecimentos de Água à Cidade de Lisboa https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RaridadesBibliograficas/AguasdeLisboa/AguasdeLisboa_master/AguasdeLisboa.pdf

Benali, K. D. C. A. (2016). O aqueduto das águas livres como elemento dinamizador e regenerador do eixo Lisboa-Sintra (Doctoral dissertation, Universidade de Lisboa. Faculdade de Arquitetura). <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/12049>

Camara, T. (2012), Jácome, M. (2013). Parque Florestal de Monsanto. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=34085

Carreira, A. M. C. (2012). Lisboa de 1731 a 1833: da desordem à ordem no espaço urbano. <https://run.unl.pt/handle/10362/9467>

Cruz, J. P. P. (2016). A cidade e o rio: origem e evolução da frente ribeirinha de Lisboa (Master’s thesis, Universidade de Évora). https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/18756/1/DISSERT-AC%cc%a7A%cc%830%20DE%20MESTRADO_JOA%cc%830CRUZ_UE_2016%20%281%29.pdf

Estrela, G. F. (2017). Fontes e Chafarizes. O abastecimento de água nos espaços públicos na Baixa Idade Média portuguesa. <https://core.ac.uk/download/pdf/143415148.pdf>

Ferro, C. (2016) Ajuda vai ter bacia para reter água da chuva e reduzir cheias em Alcântara. Diário de Notícias <https://www.dn.pt/sociedade/ajuda-vai-ter-bacia-para-reter-agua-da-chuva-e-reduzir-cheias-em-alcantara-5553071.html>

França, J. A. (1989). Lisboa: Urbanismo e Arquitetura, 2ª. <https://www.aeasasco.org.br/wp-content/uploads/2020/05/LISBOA-URBANISMO-E-ARQUITETURA.pdf> Lisboa Romana <https://lisboaromana.pt/imovel/barragem-e-albufeira-belas>

Guerra, A. (2020). Olisipo: Memórias de um território nos confins do mundo romano. Lisboa romana, Felicitas Iulia Olisipo: território e memória, 77-79. <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/44589/1/LX%20RomanII%282%29.pdf>

Ludovice, N. (1986). O Chafariz de El-Rei. Lisboa-Revista Municipal, (17), 15-22. https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/obras/LisboaRevM/N17/N17_master/N17.pdf

Guerreiro, A., Monteiro, A., Ferreira, F., Braunschweig, F., Simões, J., Guimarães, J., Matos. J. S., Estudante, M., Pinheiro, M., Ribeiro, P., Proença de Oliveira, R., Leboeuf, Y., Fernandes, Z. (2015) Plano Geral de Drenagem de Lisboa 2016-2030, Câmara Municipal de Lisboa, p.8 https://planodrenagem.lisboa.pt/fileadmin/pgdl/_ficheiros/PlanoGeralDrenagem_2016_2030.pdf

Rossato, L., & Chauhan, T. (2022). Chapter Indian historic water structures: graphic studies and analyses to understand the significance of transition in a traditional stepwell. [https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:-FAhE34CktmIJ:scholar.google.com/+Rossato,+L.,+%26+Chauhan,+T.+\(2022\).+Chapter+Indian+historic+water+structures:+graphic+studies+and+analyses+to+understand+the+significance+of+transition+in+a+traditional+stepwell.&hl=pt-PT&as_sdt=0,5](https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:-FAhE34CktmIJ:scholar.google.com/+Rossato,+L.,+%26+Chauhan,+T.+(2022).+Chapter+Indian+historic+water+structures:+graphic+studies+and+analyses+to+understand+the+significance+of+transition+in+a+traditional+stepwell.&hl=pt-PT&as_sdt=0,5)

Telles, G. R. (1992). A paisagem global da Região de Lisboa. Agros. Revista da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Agronomia. A. 75 (2), 1992, p. 5-9. <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/24847/1/A%20paisagem%20global%20da%20Região%20de%20Lisboa.pdf>

Vale, T., Ferreira, M., Costa, S. (2001), Figueiredo, P. (2007) Chafariz de São João http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9599

Vale, T., Ferreira, M. (1999) Ferreira, M., Figueiredo, P., Antunes, R. (2007) Aqueduto das Águas Livres http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=6811

Lisboa Romana <https://lisboaromana.pt/imovel/barragem-e-albufeira-belas>

Índice de Figuras

Figura 1 - Museu de Lisboa. View of Lisbon. <http://acervo.museudelisboa.pt/ficha.aspx?ns=216000&id=2044&museu=2&Lang=po&IPR=6145>

Figura 2 - Vista do Castelo de S. Jorge tirada da Igreja do Monte, SANTOS, A. C., 1931

fig 3 - Benoliel, J. (1945). [Inundações]. Arquivo Municipal de Lisboa. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=214930&type=PCD> - cheias

Figura 4 - Ollanda, F. Barragem romana de Belas - desenho de Francisco d'Ollanda (século XVI) figurando o paredão e a albufeira. Lisboa Romana. <https://lisboaromana.pt/imovel/barragem-e-albufeira-belas>

Figuras6 e 5 - Chafariz d’el Rei / “O Chafariz d’El-Rei, no bairro de Alfama, em Lisboa” (1570). Museu Berardo. retirado de <https://artsandculture.google.com/asset/the-chafariz-d-el-rey-king-s-fountain-in-the-alfama-district-lisbon-anonymous/VAGsxPEaG-KO7zA?hl=pt-pt> + 1909 aml, joshua benoliel

Figura 7 - Chafariz de Dentro, 1963 Fotografia: Arquivo Municipal de Lisboa. Seródio, A. PT/AMLSB/SER/S01722

Figura 8 - A Praça do Rossio (com a fachada do Hospital Real de Todos os Santos em primeiro plano), e o Castelo de S. Jorge, antes do Terramoto de Lisboa de 1755. Wikimedia Commons. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rossio_e_Castelo_de_S._Jorge_antes_do_Terramoto_de_1755.png

Figura 9 - Stoop, D. (1610-1686). Terreiro do Paço no séc. XVII. Museu de Lisboa. <http://acervo.museudelisboa.pt/ficha.aspx?id=1103&ns=216000&orig>

Figura 16- Arco das Amoreiras, Muro do Reservatório do Arco, tirada pela autora.

Figura 17- Aqueduto das Águas Livres, tirada pela autora

Figura 18- Reservatório da Mãe D’água das Amoreiras, tirada pela autora

Figura 19- Ramal do Alviela, Barbadinhos ao Fundo, tirada pela autora

Figura 20- Reservatório de Campo de Ourique, tirada pela autora

Figura 21- Reservatório da Patriarcal, tirada pela autora

Figura 22- Chafariz do Miradouro de S.Pedro de Alcântara, tirada pela autora

Figura 23- Reservatório dos Olivais, tirada pela autora

Figura 24- Chafriz da Mãe d’Água das Amoreiras, tirada pela autora

Figura 25- Chafariz do Rato, tirada pela autora

Figura 26- Bica dos Olhos d’Água, tirada pela autora

Figura 27- Chafariz Jardim das Amoreiras, tirada pela autora

J02 _ Cidade/ Habitar

Manifesto

Índice

Manifesto
Arquitetura, *Coisa Pública* .

Entrevistas aos Arquitetos

Ricardo Carvalho
Fernando Viegas
João Nunes
Tom Emerson
Jeremy Till

Bibliografia

Índice de Figuras



Manifesto/Arquitetura,
Coisa Pública

Arquitetura, Coisa Pública

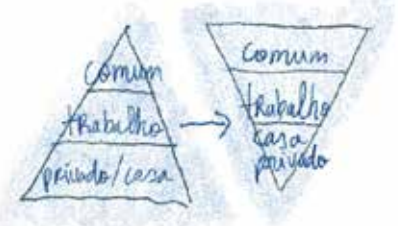
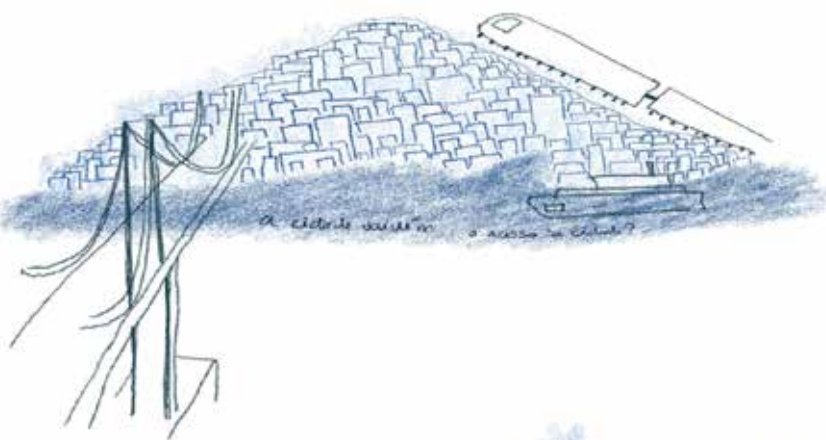
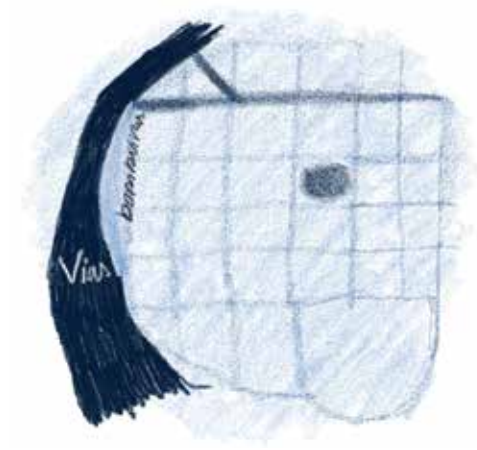
A arquitetura procurou, sempre, responder às necessidades do ser humano, de se abrigar e proteger do meio ambiente, de criar espaços propícios à sua vida e das suas comunidades. Hoje, é imperativo que todas as reflexões sobre a arquitetura se coloquem em paralelo com outras questões que nos inquietam enquanto sociedade. Se por um lado a arquitetura deveria conseguir sustentar-se a si própria e não estar completamente refém dos desígnios de outras disciplinas e setores da sociedade, é óbvio que a mesma nunca existiu e existirá num vácuo.

As questões essenciais de hoje parecem ser entre elas a questão da acessibilidade que a sociedade, em geral, tem à arquitetura, a vivência de uma crise imobiliária, que ameaça o direito universal à habitação, e que, cada vez mais, afasta a arquitetura das classes com menos meios, e a torna num luxo, afastando-a do papel social que já teve, em tempos anteriores.

A arquitetura deve, assim, a meu ver, não se deixar dominar totalmente pelos setores da construção e financeiros, que a entendem como uma pura atividade económica, através da qual se pode especular e retirar valor, deve, antes, reter o seu papel de pedra Basilar sobre a qual a sociedade se pode estabelecer e crescer. Sabemos que atualmente os métodos construtivos estão associados a uma destruição massiva dos nossos ambientes e sistemas naturais, e que para solucionar este problema deverão alterar os métodos construtivos tornando-os mais duráveis e flexíveis.

Penso que isto também se deve estender à questão do acesso à arquitetura, não deixando que esta, também, se torne “predadora” da nossa vida social, arrasando edificado de maneira higienista e brutal, ou pior, mantendo a sua fachada, mas limpando o que de facto conferia este edificado de vida, as pessoas. Assegurar o acesso à arquitetura, ou seja, a espaços salubres e dignos, não só ao nível de habitação, mas também a espaços públicos e comuns, é assegurar que toda a gente tem direito à cidade, e em limite à democracia, pois o espaço público da cidade é o espaço que se constrói em conjunto e que pertence a todos, especialmente numa era onde o espaço de debate e de estar em conjunto está a ser reduzido a “espaços digitais”, ou a ser comercializado, podendo existir somente se gerar lucro, ao invés do bem comum.

A arquitetura pode, também, ofertar à sociedade a construção de um sentido comum, uma identidade particular, mas também global num mundo interligado como o de hoje, mas também através do desenho cuidado, oferecendo beleza a quem habita os espaços, talvez uma das suas maiores virtudes, numa sociedade onde somos brutalizados pelo peso da vida, e a classe trabalhadora é desumanizada e pensada como não merecedora de beleza.



Entrevistas aos
Arquitetos/
Ricardo Carvalho
Fernando Viegas
João Nunes
Tom Emerson
Jeremy Till

Obrigada pela disponibilidade para fazer esta entrevista, que tem como base perguntas dos vários alunos da turma. Através destas perguntas, conseguimos identificar oito temas recorrentes, sendo o primeiro A Cidade. Neste tema, as questões que surgiram têm a ver com a sua definição, o acesso, a urbanidade, a densidade, e a relação com o passado e com o futuro. Num texto escrito em 2003 Jacques Herzog diz: “Já é hora de nos livrarmos dos manifestos e teorias porque eles não são o cerne da questão. Não há teoria sobre a cidade; só existem cidades.” E de seguida questiona: “Como podemos defini-la, já que não conseguimos entender a criação mais complexa e interessante da raça humana?”. Se não conseguimos descrever as nossas cidades a partir de modelos, como podemos operar sobre elas e encontrar as lógicas para a sua requalificação?

Bom, obrigado pelo convite. É um gosto estar aqui. Creio que Jacques Herzog, quando faz essa afirmação, está a pensar num tempo em que a maior parte da população mundial está prestes a morar em cidades, coisa que entretanto se verificou plenamente, como sabemos. E está também a falar a partir de um ponto de vista e de um tempo, onde há um conflito que até hoje ainda não conseguimos resolver: os chamados centros históricos são tecidos urbanos que, ao longo dos séculos, evoluíram de forma muito coesa e lenta, e portanto, nós hoje apreendemos esses espaços urbanos como artefactos carregados de uma ideia de memória coletiva, precisamente, por serem resultado de muitos séculos de lentíssima evolução morfológica e às vezes, até mesmo,

evolução tipológica. O que se passou com a segunda metade do século XX, por oposição ao que acabei de dizer, é que a cidade passou a crescer de uma forma metropolitana e de rápida transformação morfológica descontínua não sistémica, o que deu origem àquilo que nós hoje chamamos de áreas metropolitanas ou áreas periféricas e, essas sim, já não são passíveis de ser apreendidas como uma coisa, mas passíveis de ser apreendidas como muitas coisas distintas, muitas coisas difíceis de ligar e sobrepor, e de, como eu dizia à pouco, difíceis de encarar como um sistema.

Um filósofo francês, que se chamava Félix Guattari, escreveu um texto sobre esta ideia, que tem um pouco a ver com a ideia da cidade subjetiva por oposição à ideia da cidade histórica. A cidade subjetiva é exatamente a cidade que é fractal, caleidoscópica e, talvez por isso, Jacques Herzog diga que não é possível já falarmos de modelos, porque os grandes modelos que nós herdamos da história da arquitetura ocidental, foram modelos que conseguiram como ideia de princípio, meio e fim resolver partes da cidade.

Se quisermos só falar do passado recente, podia falar-vos da cidade do século XIX de madriz Haussmaniana, ou seja, quarteirão definido de forma ortogonal que se sobrepõe à cidade medieval, ou mais tarde a hipótese da cidade industrial, do Tony Garnier, que é a primeira resposta à ideia que a cidade teria de se expandir de forma a encontrar as fábricas e resolver o problema do proletariado ou ainda depois, já com uma forma política completamente diferente, a cidade do movimento moderno

e sobretudo a República de Weimar na Alemanha, onde muitos arquitetos conseguiram construir milhares de fogos de habitação e reinventar a forma urbana a partir da ideia da Garden City, mas não sendo já a Garden city, já era outra coisa.

Hoje conhecemos esta cidade como o movimento moderno, mas ela teve muitas configurações que se chamavam siedlungen, cidades satélite, e por aí fora, podíamos continuar até as new towns inglesas. Ou seja, cidades com princípio, meio e fim e construídas como satélites das grandes cidades inglesas e escandinavas, até que chegamos ao final do século XX, e com as características que eu acabei de expor à pouco, de facto é impossível impormos um modelo, porque o modelo nunca iria resolver este nível de complexidade e do chamado Sprawl - a cidade difusa - que é um fenómeno que acontece um pouco à volta do planeta, mas sobretudo no mundo mais industrializado.

Para esse Sprawl, para essa cidade difusa, estes modelos, de facto, já não eram passíveis de serem uma resposta. E aquilo que o Jacques Herzog propõe, e que não está aí na citação que me foi feita, é uma ideia também bastante interessante, que é a ideia de intervir com pontos de energia, poderosíssimos, que ele chama de acupuntura, um pouco como as agulhas que são colocadas no corpo humano e que através de uma relação de modos de energia distintos provocam uma alteração no metabolismo, e, portanto, quando ele diz que não há modelos, por outro lado, dá-nos esta hipótese de intervenção, que é: não podemos intervir de uma forma global,

holística, unitária, mas podemos intervir de um modo muito forte, alterando o modo como as energias se recompõem no sistema urbano, e isso tem a ver com a redefinição do espaço público, o papel da infraestrutura, e claro está, a hipótese de elevar a autoestima das populações menos privilegiadas que, por exemplo, ao terem a construção de um grande edifício de equipamento coletivo - seja ele um centro cívico, desportivo ou cultural - de repente funciona como o tal ponto de energia de acupuntura em que todo o tecido urbano se reinventa a partir de uma nova intervenção. É um pouco aí que estamos, e nesse sentido, o Jacques Herzog tinha, no meu ponto de vista, toda a razão em afirmar o que afirmou, porque não podendo resolver o todo, temos que atribuir força máxima ao poder da parte, do fragmento.

Como se preserva a identidade de uma cidade? Existe uma cultura material característica de cada cidade?

Diria que sim. Por muito que possamos dizer que isso é um tema do passado, carregado de uma certa nostalgia, e muito ligado a questões de patriotismo, que foram exploradas do pior modo pela política recente, eu creio que não há hipótese de escapar a uma ideia de pertença - e, a ideia de pertença a uma cultura, a uma cidade, é uma ideia que desde a pós-modernidade foi permanentemente colocada em causa, mas permanentemente recuperada, e dou-vos um exemplo: acreditava-se, nos anos mais otimistas do pós-guerra, do Baby Boom, e do chamado International Style, que todas as cidades ocidentais iriam exprimir-se a



28

do mesmo modo, com o mesmo tipo de edifícios coletivos e de habitação coletiva, algo que depois o Jacques Tati irá parodiar no filme Play Time, em que, de repente, as cidades se aparentam todas entre si, mas é óbvio que isso não poderia vingar, porque o ser humano está muito para além dessa hipótese de homogeneidade.

A grande viragem foi, exatamente, quando se aborda a ideia de pertença e, a pós-modernidade em arquitetura, pelo menos aquela mais interessante, aquilo que traz é, precisamente, isso, quando afirma os lugares são ir-repetíveis e que cada arquiteto ou grupo de arquitetos tem que responder a um contexto preciso que não é replicável.

É neste contexto que surge a obra do arquiteto Álvaro Siza, se vocês pensarem um pouco naquilo que aconteceu no início dos anos 60, aqui em Portugal, em que um arquiteto pôde propor uma arquitetura que pertence a uma cultura arquitetónica abrangente, mundial, universal, e contudo a resposta está, completamente, alavancada por uma ideia de irrepetibilidade do contexto, e esse contexto que vocês aqui chamam de identidade - é um termo mais escorregadio - tem a ver com muitas coisas, tem a ver com o património humano, mas também físico e material, tem a ver com fricções, a ideia de pertença existe sempre, é sempre reinventada porque, a cada nova geração chegam pessoas novas, mas também chegam pessoas que não são dos sítios e que passam a ser, e assim, essa identidade reinventa-se permanentemente.

Portanto, a resposta é sim, se aceitarmos que a identidade é um processo como a própria aventura humana que está, permanentemente, a colocar-se em causa e, permanentemente, a reinventar-se, mas eu diria que hoje, a ideia de pertença, a ambição de pertença, é qualquer coisa que alimenta a humanização dos lugares. Nós associamos o contrário a uma ideia de pesadelo, não é? Não perencer a nada creio que podemos dizer que é uma condição que nos inquieta.

O tema seguinte é entangled life que fala sobre a partilha, a interligação, e a relação dos humanos com os próprios humanos, dos humanos com a natureza. Num dos seus escritos Paulo Mendes da Rocha refere-se à ideia de urbano dizendo: “O urbano não é nada. O urbano é um estado de espírito. O urbano é o homem, nós somos o urbano. E a cidade é a nossa intriga. Uma nova intriga entre os homens que a habitam. É isso na minha opinião que é o urbanismo. A existência de um ser urbano que vive na confiança vive, na esperança e na solidariedade do outro.” Hoje em dia os humanos passam a maior parte do seu tempo em espaços desenhados — é responsabilidade de quem os desenha lembrar [os humanos] de que fazem parte da natureza?

O ser humano é eminentemente urbano, não só pelas razões que já indicaram citando o arquiteto Paulo Mendes da Rocha, mas também do ponto de vista estatístico. Desde há poucos anos, menos de dez creio, metade da população do planeta é urbana, portanto há o pensamento puramente coletivo,

quantitativo por um lado, e por outro lado há a questão do que é que isso quer dizer.

Quando o José Adrião e eu entrevistámos o Paulo Mendes da Rocha em 2007, creio eu, a primeira pergunta que lhe colocámos foi uma citação do Max Weber que dizia “o ar da cidade liberta-nos”, e a conversa começou assim, com esta ideia do Max Weber, à qual o Paulo Mendes da Rocha respondeu: “sim, porque no campo ninguém pode ver as pessoas que morrem de fome, só os corvos, e na cidade quando alguém tem fome nós somos obrigados a olhar essas pessoas nos olhos e confrontamo-nos com a nossa própria condição”, que é uma resposta poderosa porque contém também uma outra ideia, que é a da responsabilidade, do que é que é o ser urbano.

A aventura da cidade, que se confunde com a própria história da civilização, teve sempre um pouco a ver com isso. A primeira ideia de cidade, além do traçado hipodâmico grego, ou seja, da grelha, conteve logo a seguir uma ideia de limite, de definição do que é que era cidade e do que é que não era, exatamente por isto, porque a cidade era aquilo que protegia: protegia do inimigo, protegia do desconhecido, protegia da peste, protegia dos animais selvagens, sendo que os que estavam dentro, os que pertenciam, eram aqueles que não só estavam protegidos, mas também eram aqueles que podiam cooperar, e, portanto, cidade implica proteção, mas também implica cooperação, trabalho a ideia de um bem comum. Aquilo a que Paulo Mendes da Rocha se refere com a ideia do desenho, faz-nos questionar qual é o papel, o verdadeiro

papel do desenho, se pensarmos em arquitetura e urbanismo. Muitas vezes, o desenho é tão bom que não o sentimos, aliás quando viajamos e vemos Londres ou Roma, aquilo que nos emociona mais, em Londres, por exemplo, é uma ideia de absoluta repetição de um modelo urbano, a ideia da casa, da chamada Townhouse com o pátio inglês, e de ruas e ruas sempre com a mesma janela, com a mesma proporção, e a repetição absoluta de um elemento, que era uma espécie de homogeneização social, mas também uma ideia de bem comum, que afirmava que para a cidade tudo parece calibrado e depois dentro de casa cada um poderá reinventar-se.

Nós pensamos: “isto é impressionante”, mas isto foi desenhado, isto foi pensado por gerações e gerações de pessoas que chegaram a uma proporção de edifício vertical, com um número de pisos, que inventaram um pátio que é uma espécie de fosso para a rua, que inventaram uma tipologia mínima com uma escada bastante vertiginosa no interior, que permitia que muitas pessoas se alojassem naquela bateria de edifícios verticais, inventaram uma forma de utilizar o tijolo, inventaram uma forma de trabalhar as carpintarias, e, muitas vezes, a ideia de pertença e de definição da individualidade vinha um pouco da cor dessas mesmas carpintarias.

Portanto, havia desenho, e desenho não é exclusivamente aquilo que nós possamos imaginar, como aquilo a que hoje chamamos de design, ou de grande afirmação de uma ideia de criatividade subjetiva a partir da arquitetura. Desenho, para mim, implica

isto. E em Roma ainda é mais poderoso, porque são 2 mil anos de história de desenho, 2 mil anos de muitos arquitetos a desenharem coisas diferentes, muitas vezes coisas que reagem àquilo que tinham herdado e, quando nós passeamos pela cidade, essa sobreposição dos vários tempos, e dos vários desenhos, continua a dizer-nos que: mais importante do que saber quem fez, é aquilo que lá está, o artefacto construído.

Portanto, a responsabilidade do desenho eu creio que possa ser um pouco diminuída porque, se for entendida no tempo longo da cidade, ela é apreendida como memória, como tradição. Nós estamos muito treinados para pensar agora no nosso tempo de vida, nos 50 anos para trás e nos 50 anos para a frente, mas se nós pensarmos na cidade com um alcance completamente diferente, vemos que o desenho se dilui no tempo e é aí, que eu acho, que ele começa a ser verdadeiramente fascinante, sem desprimor para os edifícios de exceção, mas isso é outra história. Mas como conjunto, eu creio que o grande desafio do desenho é ele ser apreendido como tempo, contudo era desenho.

Qual é o papel da natureza nas cidades?

Hoje é todo. Eu tenho estado a ler os livros de um cientista, pensador e filósofo, que se chamava James Lovelock. Era um homem que foi pioneiro nestes temas do pensamento filosófico a partir da ideia da natureza como sistema. O que James Lovelock propunha, desde os anos 60, era esta ideia de que o planeta é toda uma coisa à qual ele chamou “Gaia”. É um pouco a base do

filme Avatar, quando a ideia da natureza como corpo único reage à ameaça.

A ideia de Gaia, que Lovelock propõe, é que não há o “nós” e a natureza, ou não há a fauna e flora, há tudo, tudo é uma coisa, e ao intervir numa, obrigatoriamente, intervimos em todas. E isto é altamente relevante porque, quando Lovelock propõe esta hipótese, ninguém lhe ligou muito, mas mais recentemente, muitos filósofos, urbanistas e artistas têm trabalhado a partir desta hipótese.

Por exemplo, hoje há uma teoria que se chama wood wide web, que pega na teoria da internet, que é world wide web. Esta teoria tem a ver com uma experiência científica que foi feita num bosque demonstrando que, quando uma árvore precisa de ajuda, as outras árvores, que estão à volta, através das suas raízes, ajudam-na com os seus nutrientes, portanto há uma ideia de cooperação.

Esta ideia vai ao encontro de uma possível resposta à pergunta: “Se aqui estamos, se houve pessoas tão especiais que conseguiram clarificar isto, nós hoje temos a responsabilidade de ler estes textos e usá-los nas nossas disciplinas, arquitetura incluída?”. E é claro que sim, não há hipótese de, hoje em dia, a arquitetura continuar a ser predadora, porque, a arquitetura, por muitos séculos, não foi predadora, ela tornou-se, muito recentemente, na verdade.

Na história da aventura humana, a arquitetura é predadora num brevíssimo troço que, infelizmente, é o nosso tempo de vida. Calhou-nos a nós, que, hoje em dia, temos os meios para perceber que, de facto, poderá não ser assim.

Eu acho que o grande desafio é utilizar o pensamento radical, logo ciência radical, para começar a reagir, por exemplo com o que está a acontecer na indústria ligada à reflexão sobre o desperdício, nomeadamente betão feito com lixo, vigas feitas com plástico reciclado, e poderíamos continuar. À volta do mundo há imensas coisas a acontecer a partir da inteligência humana, onde estão a procurar respostas. A ideia de natureza, se a virmos como “Gaia”, na hipótese de James Lovelock, põe a arquitetura com uma responsabilidade ainda maior, porque sendo transformação, que é o que nós fazemos, a nossa responsabilidade é imensa. Como é que vamos fazer isso agora? Temos imensos meios à nossa disposição.

Não estamos só a criar mais lixo se a cultura não for a de constante restauro, reutilização, reaproveitamento?

Sim, desperdício talvez seja a palavra. A cultura moderna/contemporânea é a uma cultura de desperdício, claro que o grande desafio hoje é inverter o papel do desperdício, ou seja, em vez de ser um caminho sem saída, é tornar exatamente o mesmo caminho, incluindo o desperdício, numa hipótese de construção, como eu já referi há pouco, com as vigas de plástico, betão de lixo entre muitas outras hipóteses.

A ideia dos depósitos de materiais, onde vários arquitetos podem ir recolher componentes de arquitetura e voltar a assemblear-los, que está a ser testada na Suécia, por exemplo, onde há edifícios que estão a ser desmontados, porque já não são necessários, e os seus componentes são medidos e

numerados, para serem colocados em depósito, onde existe um organograma através do qual sabemos as dimensões, para depois serem reutilizados em novos projetos. Estou a falar por exemplo de betão prefabricado dos anos 60. Portanto, há muita coisa a acontecer que nos deixa otimistas. Onde é que estamos menos otimistas ou devemos estar menos otimistas? No facto deste pensa ento, como em tudo, ainda ser minoritário, ou seja, teremos tempo ou haverá tempo, para passar de um pensamento minoritário, para um pensamento mainstream? Esse é o grande desafio.

O Século XX foi marcado pela busca de providenciar habitação, “habitação para o maior número” foi central à arquitectura e à criação de cidade, por via sobretudo de iniciativa pública. Mais recentemente, emergiu a fé na “mão invisível do mercado” e no investimento privado como resposta ao problema. Um credo que os atuais fenómenos de gentrificação urbana puseram em crise. O direito à habitação, e por sua via à cidade, deve ser um direito universal?

É um direito universal, mas isso não quer dizer que esteja garantido, ou seja, está consagrado, um pouco como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estão consagrados há muito tempo, mais de um século creio, mas se nós quisermos, infelizmente, conseguimos sempre encontrar situações e contextos em que isso não está garantido. Com a habitação há uma afirmação que vocês fizeram com a qual não estou completamente de acordo: a iniciativa privada, não só a pública, construiu cidade.

Se falarmos da Europa isso é central, exemplo disso é o plano de Haussmann, em Paris. Este plano, aos olhos de um pensamento político mais radical, foi talvez, uma grande viragem neoliberal - dentro daquilo que podia ser neoliberal naquele tempo - porque foram arrasadas partes da cidade medieval, onde viviam pessoas com menos recursos - as chamadas classes populares - e, com a nova formalização de avenidas, os boulevards, uma nova burguesia, ou pequena burguesia, pôde chegar a instalar-se, tudo isto com imenso proveito do ponto de vista empresarial.

Ou, recuando um século, quando a Baixa Pombalina foi pensada, uma das histórias mais obscuras deste processo, que vários historiadores hoje contam é que, ao desenhar o novo cadastro na baixa pombalina, as melhores localizações foram redistribuídas beneficiando as famílias mais próximas do Marquês de Pombal, algo que surge da iniciativa privada embora este processo fosse lido como público. Portanto, é um equilíbrio difícil, porque a cidade tem sempre a força da iniciativa individual.

Muitas das coisas boas que a história da cidade nos deu, da cidade ocidental pelo menos, também têm a ver com essas ideias de propriedade privada, de iniciativa, do empreendedorismo, e da ideia de que nem tudo é fruto de um pensamento coletivo ou a partir de uma ideia de público.

Contudo, com a emergência, que foi o que aconteceu no princípio do século XX, com as massas de pessoas deslocadas do campo para a cidade para ter

emprego junto dos grandes assentamentos industriais, este processo já não podia se deixado nas mãos de uma circunstância - e foi o que aconteceu no século XIX. Por isso é que quando lemos Charles Dickens, por exemplo, que é um retrato realista duro de Londres no século XIX, vemos que quando ninguém se preocupou com o assunto, as piores coisas aconteceram: a exploração, a degradação, as pestes.

O movimento moderno, como vocês referiram, pega nisto numa situação de urgência, que é aquela que temos hoje, apesar de não ser exatamente igual. E a situação de urgência do movimento moderno era uma situação de pré-revolução, porque não era possível as chamadas classes proletárias viverem nas condições em que viviam sem este problema ser encarado como um problema público ou nacional, e foi isso que os arquitetos alemães, sobretudo os arquitetos alemães, fizeram naqueles anos da República de Weimar - fizeram muito bem - e, depois, o impacto foi tão grande, tão grande, que todos os países na Europa acabaram por replicar alguns daqueles modelos.

Nós não temos muito tempo hoje, mas eles partiram de uma ideia muito simples da Garden City e transformaram-na numa ideia de cidade muito mais poderosa em que a cidade já não era campo nem cidade, era uma coisa no meio. Hoje, a urgência é aquela que conhecemos, em que nas grandes cidades europeias o cidadão comum, ainda que tenha um emprego, já não consegue garantir o direito à habitação e, portanto, joga-se num patamar muito mais perverso, que é - como é que

um extrato de classe média, dentro de uma população do mundo ocidental, não consegue garantir aquilo que é um primeiro direito.

E, portanto, qual é a resposta possível, e aí estou de acordo: a resposta tem que ser ao nível público. Não creio que aqui em Portugal a resposta esteja a ser dada como merecia, até porque, noutros momentos da história, esta foi a situação que gerou pretexto para se reinventar uma ideia de espaço público, uma ideia de viver em comunidade, uma ideia de tipologia habitacional, e eu não creio que isto e teja a acontecer.

Dá-se quase uma situação paródica, em que a chamada habitação de interesse social replica tipologias habitacionais que vêm da iniciativa privada mais especulativa - os famosos “T” - que claramente não servem para a vossa geração, por exemplo, porque os conceitos de família também são dinâmicos. Também sabemos que a maior parte das populações hoje, nas cidades europeias, vive sobretudo sozinha, algo que é um dado absolutamente novo. Ao contrário do passado em que várias gerações viviam na mesma casa, hoje, a maioria das populações urbanas, das cidades europeias, vive sozinha, e as casas servem apenas uma pessoa. Isto implica um pensamento novo sobre a tipologia.

A Suíça, que é um país com bastantes recursos, como sabemos, tem feito um programa, muito surpreendente, em que edifícios de habitação coletiva são desenhados deste modo: num piso, existe uma cozinha coletiva e vários quartos com casa de banho

e uma pequena Kitchenette. Isto resulta em edifícios nos quais várias pessoas podem morar, seniores, estudantes, jovens casais com um filho... Como as células são relativamente pequenas, todos os espaços comuns do edifício, como a cozinha coletiva e as salas, acabam por ser espaços de maior generosidade, reforçando a ideia de encontro e de viver conjunto. Apesar de serem tipologias nunca antes experimentadas, já há vários exemplos construídos de grande sucesso. O que é que as motivou?

A urgência - é muito caro viver na Suíça, portanto, havia muitas pessoas sozinhas, algo que originou a possibilidade dos arquitetos poderem refletir sobre estas ideias. Aqui em Portugal, isso aconteceu no passado, agora ainda não está a acontecer. É importante que entrevistas como estas, e trabalhos como o que vocês estão a fazer, se propaguem, porque como em tudo, a força de uma ideia permite que as coisas aconteçam, mas tudo tem que começar com uma ideia.

O “direito à cidade” é um dever do arquiteto, mais do que dos outros cidadãos?

Não. Acho que não. É possível compatibilizar o direito à habitação com a geração de lucro? As duas coisas sempre conviveram, pelo menos nas sociedades capitalistas, e creio que terão que continuar a conviver. Também poderíamos definir o que é lucro, no futuro, uma sociedade em equilíbrio é lucro, certo? Se por lucro, entendermos por proveito material, então ficaremos de novo expostos a uma situação limite, em que, em muitos casos, será uma situação de tensão social e de instabilidade.

Portanto, aquilo que é interessante nos sistemas capitalistas é que foi sendo possível à beira de um momento de instabilidade, o sistema reinventar-se e algumas respostas surgirem para que esse equilíbrio instável permaneça.

Quando isso não acontece, dá-se a ruptura, portanto, eu creio que é possível essa convivência, eu diria até que é desejável porque a estabilidade absoluta também não é garantia de que as coisas mudem para melhor, e, portanto, as duas coisas terão que conviver, um pouco como esta ideia que em política é muito comum, que é a terceira via, não é, ou seja, qual é a alternativa a revolução? É a terceira via, não é? E a terceira via, é a via, no meu ponto de vista, é a via da cooperação e da inteligência, em que todo o conhecimento é aplicado a uma espécie de compromisso para que a revolução não seja necessária.

Doris Salcedo, a artista contemporânea colo biana, diz numa das suas entrevistas: “o meu processo é interferir, inserir-me no espaço público obliquamente e não diretamente, para que outros possam, por sua vez, reivindicar o espaço para si.” Poderemos afirmar que o espaço público é um mecanismo de coesão social?

É o espaço do diálogo e do conflito, é o espaço do outro, é talvez o único momento nas sociedades contemporâneas, o único momento em que nós nos confrontamos genuinamente com o outro e a Doris Salcedo é uma artista extraordinária que tem trabalhado muito sobre a tensão desta relação

com o outro, porque muitas vezes esta relação com outro implica medo, desconfiança, mas também implica muitas vezes empatia e amor e essas coisas todas, portanto, num tempo em que as redes sociais claramente se sobrepõem a uma ideia de espaço público, eu diria que o verdadeiro espaço público, portanto aquela condição pública da cidade é o momento em que nos podemos medir com o outro e, como dizia o Paulo Mendes da Rocha, podemos olhar olhos nos olhos tudo o que está a acontecer à nossa volta.

O espaço público tem outra característica muito interessante que é, o mundo ocidental produziu a partir do séc XVIII e XIX um espaço público tão poderoso, tão coeso, tão forte que nós hoje o encaramos como O Espaço Público por natureza, ou seja, quando andamos pela Baixa de Lisboa, por exemplo, no Rossio, na Praça da Figueira, na Praça do Comércio, aquela ideia de espaço público é tão perfeita, na sua condição material e na sua condição simbólica que é muito difícil nós hoje perguntarmos o que é que é o espaço público da contemporaneidade e muitas vezes assistimos a arquitetos a utilizar designações como boulevard, rambla, praça simbólica em espaço contemporâneos onde isso acaba por ser muito estranho, porque há muitos lugares da cidade contemporânea que não são o centro da cidade onde começámos esta conversa, são as grandes periferias, não é.

Imaginem uma periferia dos anos 70 aqui de Lisboa construída, essa sim, com base numa ideia de lucro material, com edifícios de oito pisos, praticamente sem espaços porosos e com a necessidade de desenharmos aquilo

que seria o novo espaço público.

Faria sentido dizermos que era uma rambla? Ou um boulevard? Diria que não. Portanto o grande desafio para os arquitetos é: Qual é a configuração deste novo espaço público? E isso é uma coisa que tem tardado a acontecer. Há aquela reflexão extraordinária dos Lacaton e Vassal do final dos anos 90 em que houve um concurso para a reabilitação de uma praça numa pequena, não sei se vila se um bairro em Bordéus, não me lembro bem (bairro) e o Jean-Philippe Vassal e a Anne Lacaton escrevem um texto, que é o projeto-concurso e esse texto é a dizer que a praça é extraordinária, as pessoas mais velhas, as pessoas seniores, jogam à malha, o terreiro é lindo, é preciso reabilitar os bairros e por uns caixotes do lixo, não muito mais do que isso (de preferência que não sejam em aço inox) e é uma grande lição de arquitetura. Porquê?

Porque não há necessidade de mudar por mudar. Há coisas que de facto dão coesas e que implicam outra ideia que foi aqui lançada que é a da pertença. Se nós destruirmos aquela ideia de pertença a favor de uma ideia de design, estamos a prestar um mau serviço a uma ideia de bem comum. E portanto qual é o espaço público da contemporaneidade? Onde é que ele é verdadeiramente emocionante?

Há um exemplo incrível em Nova Iorque, desenhado pelos Diller and Scofidio e pelo James Corner, que é arquiteto paisagista, que foi os arquitetos proporem à cidade que uma antiga estação de caminho de ferro comercial,

ou seja que não era de passageiros, era só para mercadorias, pudesse ser transformada num espaço público linear. Vejam o sucesso que teve. O que é que veio a seguir? Lucro. Todos os edifícios que ladeiam a High Line foram reabilitados, alguns deles por arquitetos muito conhecidos e portanto aquilo que era um resíduo, aquilo que era alguma coisa que provavelmente numa primeira intuição seria para demolir ou para transformar talvez numa rede de metro convencional digo eu, foi transformado num espaço público que tem um pouco de tudo, tem a ideia de conexão fabulosa, tem a ideia de contemplação porque há momentos de paragem que uns anfiteatros olham para as ruas, não é?

Tem o lado das plantas, para criar oxigênio, uma espécie de museu botânico, com as plantas todas identificadas e é muito bonito. Portanto, a invenção humana terá sempre resposta. Agora, tem dado muita luta. Há muito poucos exemplos, ou pelo menos eu não os conheço, de invenção do que é que é o espaço público contemporâneo.

Quão público pode ser um edifício privado?

O Paulo Mendes da Rocha, de quem já falei, tem esta frase avassaladora que é “toda a arquitetura é pública” eu tenho a convicção de que isto é absolutamente verdade. Eu costumo partilhar esta ideia, não exatamente com estas palavras, com palavras minhas, que é “qualquer projeto, por muito pequeno que seja, serve para um pensamento sobre o bem comum, nem que seja para elevar a autoestima de uma

comunidade”. Por exemplo, vocês têm hipótese de intervir numa área mais ou menos deprimida. O vosso trabalho será, provavelmente, o primeiro trabalho feito por um arquiteto naquele contexto.

Com a delicadeza que se espera que esse trabalho tenha, vai elevar a autoestima, não só de quem o encomendou, mas também de tudo o que está à volta, porque as pessoas quando passam, olham, e vão sentir a diferença. Algumas vão achar estranho, outras vão achar bonito, outras vão querer um igual e portanto a responsabilidade de um pequeno projeto acaba por ser, em termos de força, a força que contém é muito parecida a um grande projeto porque tudo depende do contexto onde opera e nesse sentido toda a arquitetura é pública, porque tudo o que nós fazemos, espera-se, é uma espécie de algo comum para esse mundo ser melhorado.

Muitas vezes um cliente, sem saber, é o grande pretexto para isso acontecer. Isso é a parte absolutamente extraordinária da nossa profissão, é que as pessoas que nos procuram para fazer um trabalho, muitas vezes elas próprias, são o veículo para que esse trabalho crie um novo nexo e uma, enfim, uma nova ambição, um novo desejo de beleza também, uma palavra que ainda não falamos mas a beleza tem muito a ver com a ideia de bem comum.

Hashim Sarkis questiona o que é o habitat coletivo da seguinte forma: “Precisamos de um novo contrato espacial. No contexto de crescentes divisões políticas e crescentes desigualdades económicas, é urgente imaginar espaços

nos quais possamos viver juntos com generosidade: juntos como seres humanos que, apesar de nossa individualidade crescente, se desejam conectar uns com os outros e com outras espécies através do espaço digital e do espaço real; juntos como novas famílias em busca de espaços mais diversos e dignos de habitação; juntos como comunidades emergentes que exigem equidade, inclusão e identidade espacial; juntos através das fronteiras políticas para imaginar novas geografias de associação; e juntos como um planeta que enfrenta crises que requerem uma ação global para que possamos continuar a viver”. De que forma é que um edifício de habitação pode garantir uma experiência de partilha de um espaço comum entre os seus habitantes?

A resposta é: de um modo total, completo. Por exemplo, aqui em Lisboa, o Bairro das Estacas, desenhado pelo arquiteto Ruy Jervis D’Athougia e pelo arquiteto Sebastião Formosinho Sanchez no final dos anos 50 e, pela primeira vez, aqui em Portugal, foi experimentada a ideia de que um bairro se podia levantar do chão e debaixo dos edifícios corria um jardim, um parque público desenhado pelo Gonçalo Ribeiro Teles. A partir do momento em que esta ideia, que é uma ideia do movimento moderno como todos sabemos, se constrói e se desenha no bairro de Alvalade, que também como sabemos é um bairro de qualidade altíssima a todos os níveis, mas a partir do momento em que dentro de uma célula, das oito células do bairro, se constrói esta hipótese de vida em comum, que é a ideia do parque contínuo, é claro que as pessoas

imediatamente percebem a diferença, e isso é tão poderoso e tão forte que, quando alguma coisa não corresponde àquilo que o projeto oferece as pessoas protestam, quando interrompem uma parte ou quando pensavam que o projeto estava ameaçado porque começaram a fazer umas obras no jardim e, enfim, temia-se o pior. E portanto, o que é verdadeiramente relevante é garantir às pessoas o direito a esta coisa que a arquitetura permite que é a possibilidade de viver de muitos modos distintos, seja levantado do chão, seja para baixo, seja na cobertura., que o projeto estava ameaçado porque começaram a fazer umas obras no jardim e, enfim, temia-se o pior. E portanto, o que é verdadeiramente relevante é garantir às pessoas o direito a esta coisa que a arquitetura permite que é a possibilidade de viver de muitos modos distintos, seja levantado do chão, seja para baixo, seja na cobertura.

A partir do momento em que isso é oferecido, não há caminho para trás possível. Porque é que a periferia é tão fascinante como tema de trabalho? Precisamente por estar baseada numa ideia de lucro exclusivamente material e os edifícios terem sido construídos sem um sentido de bem comum. Hoje, a pergunta que se coloca é: como é que vamos atribuir essa ideia de bem comum ao que lá está construído, vamos demolir uma parte?

Eu diria que sim, defendendo isso. Vamos intervir nos edifícios e vamos, por exemplo, esventrar os pisos térreos para terem todos comércio, porque o comércio ajuda imenso à perceção de uma comunidade

através da segurança, da convivência (muitos destes edifícios nem sequer têm comércio no piso térreo, têm habitação!) ou vamos esventrar um piso inteiro em cada um dos edifícios para atividades coletivas?, ou vamos tratar as coberturas? Ou seja, o nosso trabalho é criar precedentes.

A partir do momento em que um precedente é criado, e isso aconteceu nos últimos cem anos com as ideias sobre o habitar coletivo, outros virão (aquilo que eu chamo de impacto) e lidarão com essa semente, com esse DNA da ideia. Por isso é que um edifício do movimento moderno nunca foi rigorosamente a mesma coisa quando foi copiado, um edifício do Le Corbusier, cada vez que foi copiado, foi sempre uma coisa diferente, e um edifício do Bruno Taut sempre que foi copiado, nomeadamente pelo Siza como ele sempre o diz, foi sempre uma coisa diferente. um edifício do (?) que fez a nova Frankfurt, sempre que foi copiado, foi sempre uma coisa diferente, e poderíamos continuar.

Portanto, o nosso trabalho é abrir precedentes, e quando esse precedente se gera e as pessoas vêem o quão forte pode ser a ideia de ter um espaço comum debaixo de um edifício ou um piso a meio do edifício que é um piso coletivo, ou a ideia de uma sala de condomínio na cobertura com uma vista fabulosa.. está ganhando, e portanto, a exigência gera-se.

O grande problema da nossa cultura portuguesa urbana, é que esta exigência ficou muito circunscrita às classes médias altas urbanas, e portanto toda

a cidade metropolitana não foi objeto desta possibilidade, e o vosso trabalho agora, geracionalmente falando, é exatamente contaminar a grande cidade infinita, difusa, com estas ideias, para que o dito património comum da arquitetura chegue verdadeiramente a todos, com pequenas ações.

No livro *“On and Around Architecture: Ten Conversations”*, da dupla Jonathan Sergison e Stephen Bates, refere-se a ideia de olhar para o projecto de um edifício de habitação colectiva a partir do seu tempo de vida. O seu esqueleto, na perspectiva destes arquitectos, deve ter um tempo de vida longo, e ser visto como uma ruína permanente, que pode ser habitada transitoriamente. Para isso deverá ser flexível e duradoura. Os outros ciclos de vida são médios, ou seja, são ciclos que se devem adaptar às alterações. O esqueleto é, assim, habitado pelos diversos componentes do edifício, como os que asseguram o funcionamento das infra-estruturas ou as fachadas, o invólucro. Esta separação em três momentos obriga-nos a uma outra forma de projectar. Em que o tempo volta a ser um dado fundamental no processo — tempo de execução e tempo de vida. Como definir flexibilidade na arquitetura? Qual é o maior obstáculo?

Aquilo que o Stephen Bates e o Jonathan Sergison propõem é uma ideia muito bonita e erudita da possibilidade onde a arquitetura contemporânea pode atuar como a arquitetura pré moderna atuou. Ou seja, em que a ideia de autoria dá lugar a uma ideia de processo, um pouco como acontecia até ao século XIX, em que os edifícios eram trabalhados por gerações de

arquitectos, muitas vezes pais e filhos, aliás, eu estive com a Inês Lobo há pouco tempo em Bath e vimos alguns exemplos do século XVIII de edifícios belíssimos, os famosos (?) em que, gerações de arquitectos, portanto às vezes pai, filho e neto, trabalhavam nos edifícios nesta ideia de que o processo estava em aberto.

E eu acho que os Sergison Bates falam desta possibilidade para hoje com um novo dado, que é o dado da procura de uma responsabilidade sempre cada vez maior sobre a ideia do revestimentos, porque o revestimento e a infra-estrutura, nós já sabemos isto hoje, sujeitos à ciência, vão ser cada vez mais responsáveis do ponto de vista da ecologia portanto reciclados, mais sofisticados neste sentido, e portato se garantirmos que o esqueleto, a estrutura é bem desenhada, bela e perene, sabemos que o invólucro poderá mudar de acordo com aquilo que o pensamento artístico e científico puder criar para, permanentemente, pertencermos à tal ideia de Gaia, que é um pouco isso que está a ser discutido nesta conversa deste livro que eu também conheço e gosto bastante.

A ideia de que um edifício pode gerar uma ruína inteligente, na verdade, foi aquilo que nós herdámos das ruínas do mundo ocidental - o que é isso senão irmos à Grécia ver a arquitetura grega. Não é isso que vemos da arquitetura grega hoje, não são as ruínas inteligentes? Porque os revestimentos há muitos séculos já não estão lá. Portanto, a nossa grande emoção quando nos confrontamos com a arquitetura grega é a emoção de vermos as ruínas inteligentes. Eu acho que estes dois arquite-

tos britânicos estão a propor uma ideia radical que é: “então vá, vamos tentar fazer isso com aquilo que de mais corrente existe numa cidade que é a habitação colectiva, vamos por isto ao nível do Parthenon”.

Hoje, temos consciência que a indústria da construção, assim como a utilização dos edifícios, são directa ou indirectamente, das maiores fontes de poluição do planeta. Mas continuamos a ser chamados a construir e num momento de urgência climática. O presente parece por isso uma oportunidade de repensar o que significa e deve comportar construir. O que parece impor mudanças a todos os envolvidos no processo: os projetistas, a indústria e os construtores. Qual é a sua percepção sobre a indústria da construção hoje em dia comparando com outros momentos da nossa história em que a industrialização teve um papel preponderante?

Diria que é um papel ao qual a indústria vai ser forçado, diria também que o nosso caminho possível é exatamente a consagração através das leis do caminho a seguir. Muitas vezes a ideia da lei, seja nos hábitos sociais, seja na ideia de crime, na ideia do que está certo e errado, muitas vezes a lei está à frente da própria sociedade. Isso aconteceu ao longo destes séculos muitas vezes. A própria ideia dos direitos humanos de que conversamos há pouco - a consagração dos direitos humanos, nós sabemos que está muito à frente da própria realidade, quando muitos pensadores tentaram questionar a escravatura no mundo ocidental,

portanto na Europa e nos Estados Unidos, fizeram-no sete décadas antes da própria escravatura ter sido abolida globalmente falando. Portanto, aqui não é diferente, ou seja, há um património de pensamento científico e artístico que está muito à frente daquilo que é a realidade e portanto o que vai acontecer é que nos agora vamos ter uma consagração através da regulamentação da construção, das leis, dos benefícios fiscais às empresas que se possam que er inserir nesta estratégia e isso vai levar um pouco a reboque a maioria das ações. Sempre aconteceu assim. Como disse há pouco, volto a dizer, o nosso grande desafio é o tempo disponível para este processo poder de facto desenrolar-se.

O James Lovelock, no último livro que escreveu pouco tempo antes de morrer, um livro de 2019, fala inclusivamente numa ideia muito desafiadora que é: provavelmente os humanos do futuro, a que ele chama de “pós-humanos”, irão olhar para nós comonos olhamos para o Neanderthal e nesse sentido esta é a resposta a esta pergunta, que é: nós estamos num momento em que se vai dar a consagração jurídica, moral até, de todos estes processos, mas depois vamos precisar que o mundo se encaixe e vá a reboque. Mas eu acho que isso já não será para nenhum de nós sentados à volta desta mesa.

O que é valorizado entre os arquitectos, por vezes de forma consensual, não corresponde necessariamente ao que é valorizado pela “pessoa comum”. Nesse sentido surge a questão: O que define a boa arquitetura?

Essa para mim é relativamente fácil porque tenho feito esse exercício há muito tempo que é uma definição possível de arquitetura. Para mim é pensamento e construção, é este binómio. Se for só pensamento, falha-lhe o lado do compromisso com a transformação, se for só construção, atualmente falha-lhe a ambição de diálogo com a história da arquitetura, com a história da técnica, com a própria ideia da natureza, dos sistemas naturais que já falámos aqui e portanto, para mim, para eu sentir que qualquer coisa é arquitetura tenho que sentir isto e acho que não devemos ter medo de assumir que, na maioria das manifestações que implicam construção civil, apenas uma pequena parte é arquitetura e apenas uma pequena parte é capaz de levar esta ideia de tocha olímpica de diálogo com o mundo de uns para os outros, horizontalmente, verticalmente, tanto faz.

Tudo o resto é uma espécie de ação episódica que é necessária, nobre, muitas vezes nobre, mas que não chega a ser arquitetura. A nossa disciplina é uma disciplina que começou com a capacidade de um conjunto de mulheres e de homens olharem para aquilo que estavam a fazer e escreverem tratados sobre como é que se faz um lintel e uma viga, o que é que significa o lugar do fogo, o que é que é a muralha simbolicamente falando e matéricamente. Portanto arquitetura para mim implicará sempre isso, há momentos em que ela foi mais pensamento como nos arquitectos do século 18 da revolução francesa em que não havia meios, por exemplo, para pôr em prática aquilo que propunham e à momentos em que é altamente operativa e

revolucionária como no movimento moderno. Hoje há muito mais arquitetos, portanto havendo tantas pessoas formadas em arquitetura dá-se uma nova condição, quanto a mim, bastante fascinante que é tudo isto se amplia, portanto, a discussão pode ampliar-se eu diria quase até ao infinito porque nunca houve tantas pessoas preparadas para discutir arquitetura. Portanto quando eu ouço esta hipótese de que as pessoas podem não aderir a um trabalho que um arquiteto fez, tendo também a ser muito arquiteto porque as pessoas não aderiram ao Georges Pompidou quando ele foi construído em Paris e, no entanto, é uma obra que hoje ninguém poderia imaginar ser demolida.

Ou quando o Arquiteto Álvaro Siza começou a fazer o Chiado as pessoas não perceberam de imediato, talvez porque o processo tenha sido muito lento, o que é que tudo aquilo significava, mas hoje sabemos que foi provavelmente a mais importante reflexão sobre cidade que a nossa cidade teve no século 20, diria eu, pelo menos é assim que eu vejo e sei que não sou a única pessoa a pensar nisto. Portanto, teremos sempre de pensar que no pensamento artístico e científico que a arquitetura convoca ambos. Nós não temos que estar permanentemente com o que as pessoas acham, muitas vezes é nosso dever até estarmos mesmo onde as pessoas nem sequer supõem que nós possamos estar porque, como também já disse hoje, é preciso que se abram precedentes e uma vez aberto o precedente, comprovada a sua qualidade as pessoas vão aderir tenho a certeza.

Muito obrigada.

Obrigado, eu.

A Inês [Lobo] me mandou umas prévias. Perguntas bonitas, sabe? Dífíceis... A gente vai aqui pensar junto. Vocês ligaram esse gravador, agora a gente tem de serinteligente!

Começamos com uma frase de um texto escrito por Jacques Herzog em 2003 que diz o seguinte: “Já é hora de nos livrarmos dos manifestos e teorias porque eles não são o cerne da questão. Não há teoria sobre a cidade; só existem cidades.” E de seguida questiona: “Como podemos defini-la, já que não conseguimos entender a criação« mais complexa e interessante da raça humana?”. Ora a nossa pergunta é: Se não conseguimos descrever as nossas cidades a partir de modelos, como podemos operar sobre elas e encontrar as lógicas para a sua requalificação?

A questão dos manifestos que vocês colocam nessa primeira frase, é realmente interessante, porque os manifestos, pela própria razão de ser, são cheios de certezas e eu acho que a gente está vivendo um momento bem contrário. Talvez a certeza que a gente tem é que estamos vivendo um momento de muita transformação. A gente sabe que está no meio de um remoinho, no meio de uma crise, mas a gente ainda não consegue ver a luz no fim da caverna, não é? Então, é um momento que é aflitivo, mas ao mesmo tempo ele pode ser muito rico. Eu tenho a impressão que estamos vivendo transformações tão profundas que nós somos agentes históricos dessas transformações sociais, mas que a gente ainda não consegue ver o final.

Eu acho que a gente pode pensar que

esses momentos de crise tem que ser aproveitados como momentos profundos de reflexão. É difícil a gente ter distância desses factos históricos.

Eu lembro de uma vez, numa entrevista do historiador inglês, o [Eric] Hobsbawm, ele dizer que se a gente pudesse nos afastar da Terra, quase como com a visão de um historiador, que se tenta afastar para ter uma visão panorâmica da história, o que a gente estaria vendo era um processo de urbanização como um fenómeno da maior transformação da humanidade. Isso é uma questão super interessante para nós. Pensarmos que esse afastamento acaba propiciando as perguntas corretas, adequadas.

Tem uma frase do [Honoré de] Balzac que é bonita, da Comédia Humana, que ele fala que a chave de todas as ciências é um ponto de interrogação. Então, se do ponto de vista de uma sistematização do que a gente poderia pensar como um manifesto ou certezas, talvez dentro da academia o que a gente possa pensar é que as perguntas isso que vocês estão fazendo hoje, seja a coisa mais importante a fazer nesse momento.

Essa perspetiva descrita pelo Hobsbawm coloca uma situação que eu acho muito nova, pensando numa outra escala de tempo, em que cada vez mais sabemos que a nossa cidade passa a ser esse “planetinha” em que estamos. Ele ficou pequeno com o Google Earth, com as possibilidades atuais de tão rapidamente percorrer virtualmente a rua de qualquer cidade do mundo. Ele ficou pequeno, e sabemos

que temos de cuidar muito desse pequeno asteroide flutuante, para sobreviver aqui, não é?

E ao mesmo tempo que ele é cada vez mais pequeno, essa discussão relativa à sua ocupação territorial é preponderante, porque já de alguns anos para cá a maior parte da população do mundo vive em cidades. Eu sempre co verso isso com o Álvaro Puntoni, um colega nosso aqui, professor da Escola da Cidade, grande arquiteto. Ele sempre faz umas contas, que ajudam a ter esse pensamento sempre dialético das coisas: se a gente juntar os 8 biliões de pessoas que vivem no “planetinha” e distribuir uma pequena porção de terra, 75m2 para cada um desses habitantes, todos os habitantes da Terra cabiam na Península Ibérica. Vocês já pensaram dessa maneira? É muito interessante. Ou pensava que, se a gente distribuisse 90m2 por pessoa, caberia todos no estado do Texas.

Desse ponto de vista, me parece muito interessante, também, pensar o que é a possibilidade de termos de redesenhar a cidade se esse é o nosso lugar. Hoje em dia, em dados que a gente recebe dos geógrafos, as cidades ocupam 2% da superfície da Terra e, ao mesmo tempo, a maior parte da população vive em cidades. Então, são coisas assim que a gente pode, como arquitetos, urbanistas, pensar para imaginar que trabalho teremos como pensadores das cidades, um trabalho permanente que temos de fazer essa ocupação desse pequeno planeta em que vivemos - essa ideia de “planetinha”- a gente tem essa mania, acho que vem desde o Vinicius de Moraes, da Bossa Nova. Se a

gente às vezes usa esse diminutivo, é porque sabe o tamanho da encrenca, e também parece que a gente tem uma relação tão cordial, próxima...

Ao mesmo tempo, não sei o que é que não permite estar oito bilhões dentro da Península Ibérica. Me parece que a gente vive num sistema que não quer que a gente esteja junto dessa maneira, por isso o que eu acho que vale a pena refletir sempre é como, também o desenho das nossas cidades, o desenho das ocupações, de alguma forma segregam essa possibilidade de estarmos tão juntos assim, não é? Eu acho que grande parte das questões urbanas dizem respeito aos modelos sociais que a gente tem vivido... Eu acho legal a gente pensar um pouco nessa escala territorial, essa escala ampla do território para imaginar que existem muitas formas de ocupar esse território e viver nesse “planetinha”...

Eu gosto de usar o exemplo da própria América do Sul, porque os estudos recentes têm essa possibilidade de fotos aéreas, com infravermelho... Todos os trabalhos dos arqueólogos, permitem hoje a gente entender que a América do Sul, para falar de onde eu estou, tem dois modelos de ocupação do território muito anteriores à colonização. O primeiro era um modelo de sociedades super hierarquizadas onde existe muito claramente essa hierarquia social, um modelo de construção de pirâmides que na costa pacífica era feita com adobe e nos Andes é feita com pedra, pela quantidade desse material, que tornava possível se construir essas ruínas permanentes, Incas... Maias..., mas também, muito anterior



29

aos Incas - os Incas foram o final desse processo - ocupações muito antigas, concentradas, hierarquizadas de matéria perene. Em contraponto, a toda a ocupação que a gente sabe que era toda essa civilização amazônica - que hoje em dia, a gente sabe que era uma rede total de ocupação, que eu não sei se a gente pode dar o nome de cidade ou não, mas que hoje percebe-se o enorme manejo, a enorme construção que foi habitar aquele espaço como floresta.

Tudo o que houve de construção de redes de água, tudo o que houve de construção de trocas de solo, solo fértil, negro, que foi uma cultura de construção, ou seja, foi uma floresta construída que em algum momento foi inatura, mas que quando da chegada dos europeus na América, já estava absolutamente ocupada e construída numa outra forma de organização social que era muito menos hierarquizada e muito mais coletiva, coletivista... e que usava das matérias possíveis de construção - a madeira, a palha, terra... que faziam uma outra arquitetura, que não a arquiteutura perene das pirâmides de pedra, mas que tinha uma lógica cíclica de se reinventar de tempos em tempos, não é?

Essas cidades, aldeias, ocupações, que iam caminhando pelo território, a partir de um certo tempo voltavam para estabelecer uma rede possível de coleta, de caça e de transformação das árvores - a gente não sabe que nome dar a isso - é uma cidade? Não é uma cidade? - Então, me parece que essa ideia de cidade é uma ideia que a gente vai passar toda a vida tentando

definir... Os modelos de ocupação, os modelos de cidade estão em aberto, eu acho que talvez essa seja uma tarefa permanente nossa, como humanos - construir cidades, reinventar modelos, porque elas, de facto, revelam o nosso modelo de organização social...

Num dos seus escritos Paulo Mendes da Rocha refere-se à ideia de urbano dizendo: “O urbano não é nada. O urbano é um estado de espírito. O urbano é o homem, nós somos o urbano. E a cidade é a nossa intriga. Uma nova intriga entre os homens que a habitam. É isso na minha opinião que é o urbanismo. A existência de um ser urbano que vive na confiança, vive na esperança e na solidariedade do outro.” Hoje em dia, os humanos passam a maior parte do seu tempo em espaços “desenhados”, é responsabilidade de quem os desenha relembrar [os humanos] de que fazem parte da natureza? Qual é o papel da natureza na cidade?

É linda, né, essa frase do Paulo [Mendes da Rocha]? Obrigado por lembrar... que bonita a ideia de que o urbano é uma ideia que é nossa, né? O Paulo, é tão bonito lembrar essa ideia dele de que ele sempre nos convocava para a gente assumir o nosso destino como projeto, como responsabilidade... um pouco aquela ideia do [Giulio Carlo] Argan, né?

Do projeto como destino, mas o que é muito bonito, é essa ideia de que o nosso futuro é uma construção, uma responsabilidade de nós vivos ao mesmo tempo, de que toda a história, quem a carregava éramos nós, que estamos vivos. Atualmente, os oito bilhões têm que

carregar nas costas todo o mundo que passou, e pensar nos que virão. Acho isso uma convocação linda, um pouco existencialista e bonita essa ideia da cidade como o lugar onde um cuida do outro, o lugar onde a gente quer estar junto.

O arquiteto é uma pequena partezinha de uma construção social muito maior que é de todos, e a gente tem um papel importante, uma função social, mas a construção da cidade é uma construção social muito maior do que só nós, e é um trabalho permanente. Acho bonito a ideia da cidade como trabalho permanente. Quando a gente chega na arquitetura, pensar que a arquitetura também nunca está pronta como a cidade, que a arquitetura poderia incorporar essa temporalidade da cidade, que é um eterno trabalho nosso, e que a identidade de uma cidade é construída a partir dos valores que a gente atribui a ela. Isso que o Paulo fala é uma ideia do que a nossa memória, do que a gente imagina que seja essa construção dos que estão por aqui vivos.

O Paulo construía muitas imagens bonitas, assim da ideia de cidade. Vou contar uma historinha para vocês. A gente coleciona tantas histórias dele, e uma muito simpática, e que eu ouvi novamente recentemente, a Inês [Lobo] deve saber, mas para vocês eu conto como se fosse um segredo. O Paulo era um desses homens que tinha coragem, tem uns que têm co agem, para ser arquiteto, para valer tem que ter muita coragem, já devem estar sacando isso. Chegou um cara que tinha grana aqui, eu acho que era um advogado, e falou «eu quero ter um projeto do Paulo

Mendes da Rocha», ligou no escritório do Paulo e falou «Olha eu comprei aqui um apartamento enorme numa cobertura, aqui num bairro chique de São Paulo, e eu queria um projeto seu. Vamos fazer uma reunião de trabalho?» e o Paulo falou «Mas essa semana eu estou tão atrapalhado, viu, de tempo. Não sei se vai dar», «Puxa, mas arquiteto, queria tanto contratá-lo para fazer» e ele falou «Olha é o seguinte, amanhã à tarde eu vou estar num bar, que eu sempre vou à tarde. Você não quer me encontrar nesse bar?», e o cara até falou «Mas você não estava todo atrapalhado?», «É que esse bar para mim é muito importante, eu nunca deixo de ir nesse bar», «Tá bom, então a gente se encontra no bar». Ele chegou lá no bar e ficou, whisky para lá whisky para cá, falava da vida, e uma hora o cara chegou - «Bom, mas arquiteto, eu vim para fazer uma reunião, para falar dessa reforma que eu quero que você faça. Uma cobertura...

Queria usar essa cobertura para fazer um salão. E eu tenho obras de arte...», e o Paulo falava «É uma cobertura no bairro aqui do jardins?», «É», «E tem uma vista bonita?», «Tem uma vista linda de 360º», e ele falou assim «Olha você quer ter um projeto meu aí?», «Quero muito, arquiteto» e ele falou «Eu se fosse você faria o seguinte: Plantava uma mangueira bem no centro dessa cobertura, e esperava ela crescer, punha um banco embaixo, e ficava admirando a cidade que você tem em volta. Isso é o que eu faria», e daí o cara ficou assim: «Mas esse é o seu projeto arquiteto?» e ele falou «Sim, se você quer ter um projeto meu, plante uma mangueira e sente embaixo».

Essa fábula de um arquiteto, é para falar da coragem dos arquitetos, e também dessa linda ideia de que habitar a cidade, o habitat nosso é a cidade como conjunto, muito mais do que só o artefacto que você está dentro. Acho que é isso que o Paulo quis dizer, que a construção de uma sombra, de uma brisa. Você na cidade já está com uma vida urbana muito repleta, e acho que é um pouco a concepção que ele tinha de arquitetura. Vocês citaram o Paulo então eu fiquei com vontade de contar isso para vocês, porque tudo o que a gente chamar de cidade é invenção nossa. A rua, a gente inventa o que é a rua, não é? As ruas foram feitas para passar gente, depois para passar cavalo, depois passar carro...

A gente tem uns exemplos interessantes aqui, em São Paulo, de coisas que com um projeto muito simples se transforma completamente os espaços que a gente chama de avenida, ou até um viaduto aqui em São Paulo, que a gente chama de Minhocão, que foi feito de uma forma totalmente arbitrária na ditadura militar para ligar nada a nada. Cortou a cidade no meio, um estrago total, e que com a pressão popular num determinado momento, ficava passando aqueles carros. Ele é elevado, passa na frente das janelas das casas das pessoas é totalmente inadequado, aquela poluição...

As pessoas que moravam em volta começaram a exigir que esse viaduto ficasse fechado à noite. Foi tanta pressão popular que ele fecha todos os dias às oito da noite e só abre às seis da manhã, para passar um monte de carros. Daí as pessoas começaram a

reclamar que no final de semana não dava para ficar em casa, então agora ele fecha sábado, domingo e fecha todas as noites, ou seja, nesses períodos que esse viaduto é fechado para os carros. Esse viaduto vira uma festa, não tem nenhum desenho de arquiteto, não tem uma arvorezinha e ele é um espaço absolutamente popular de uso das pessoas que passam de bicicleta, correm de lá para cá, tomam sol, fazem festa, teatro, tudo...

E agora não sei mais se a gente chama ele de viaduto, de rua, de avenida, de parque. Ou seja, a gente inventa o nome das coisas. A avenida Paulista, símbolo da cidade, domingo fecha para carro, é uma festa, a gente não tem praia em São Paulo, vira praia. As pessoas vão de maiô, biquíni, tomam sol, cantam, dançam, num lugar que durante a semana é avenida e no final de semana é praia. Então, é bonito pensar que essa cidade está sendo reinventada, até os nomes das coisas a gente pode achar que vão ter outros, para por exemplo rua e avenida.

E é tão difícil estabelecer cada vez mais esse limite. Esse limite entre o que é a natureza, o que é cultura, que num determinado momento foi uma divisão clássica - se nós somos natureza, qual é o limite do que é feito por nós, do que é nosso? - Me parece que a gente já sabe. Então, no mesmo jeito que eu comecei respondendo, a partir do historiador, a ideia de que a gente se pode afastar um pouquinho para tentar ver o que está acontecendo, eu adoro ouvir esses geólogos, que falam milhões de anos para cá, milhões de anos para lá, essa pedrinha [Planeta Terra],

ela tá sendo sedimentada há milhões de anos, que também dá um pouco a escala nossa. Essa escala de tempo, para a gente ser um pouco mais atento e perceber como a gente depende fundamentalmente da ciência para seguir juntos aqui nesse “planetinha”. Quanto desastre a gente tem produzido por não entender essas dinâmicas que são dinâmicas naturais. Ao mesmo tempo, a gente só consegue estar 8 bilhões juntos por todos os avanços que a gente conseguiu fazer, não é?

Do mesmo jeito que eu quis responder essa questão da cidade como uma questão social, eu acho muito interessante quando a gente discute os impactos humanos na natureza, tudo o que tem sido falado dessa questão tão desgastada da ideia de sustentabilidade. O que me parece absolutamente insustentável é a pobreza. O pouco para trazer desse campo das nossas responsabilidades sociais, esse modelo desse consumo, ele é inviável. Ele tem um impacto e a gente vai ter que rever isso. Essas classificações são difíceis, mas tem aquele famoso geógrafo, o Mike Davis, que diz que 70% das pessoas vivem em situações de uma habitação não adequada.

Aqui no Brasil foi traduzido para favelas e tem muita gente que não gosta dessa tradução porque de facto ela é imprecisa, mas aquilo que ele quis dizer é isso: tudo o que é cidade que a gente está falando é relação entre natureza e Homem, porque de facto quem vive numa situação muito precária, entende a natureza de uma maneira muito diferente de quem vive de um certo conforto.

Cada chuva torrencial que invadir a sua casa é um desastre natural que te afeta profundamente. Os terremotos na Cidade do México atingiram muito mais quem não tem grana, então esses desastres naturais revelam a insustentabilidade desse sistema social que a gente vive tão desigual. Eu acho que tem uma situação legal de a gente pensar, acho que essa revisão está sendo feita, de outras formas de modelo de crescimento, de outras formas de modelo social.

Recentemente no Brasil, diante de uma industrialização brutal feita no século XX, a gente está vivendo um desastre depois do outro. Por exemplo, essas coisas recentes das barreiras de mineração que se romperam e contaminaram o Rio Doce, um rio de 700 km, transformando-o numa lama tóxica e matando-o. Imagina um rio de 700 km que era a base de sustento de muitas comunidades ribeirinhas que foram absolutamente contaminadas por uma obra de infraestrutura brutal que não levou em conta essas próprias dinâmicas naturais.

Ou todos esses vazamentos de óleo que acabaram com uma parte grande da fauna do litoral brasileiro, as queimadas na Amazônia por um sistema de pecuária absolutamente atrasado, para a soja que vai ser exportada para o outro lado do mundo, na China, o desperdício de energia. Imagina, o Brasil é um dos melhores países produtores de alimento do mundo e hoje em dia existem 30 milhões de brasileiros que voltaram para o mapa da fome. Fome no século XXII! É desesperador pensar que existem 30 milhões de pessoas passando fome,

não tem cabimento numa situação como essa. Então, o que a gente tem lido nessa situação da pandemia, eu tou falando do Brasil, mas eu acho que a pandemia é um momento muito importante, porque existe uma disputa sobre esse discurso e se a gente tá falando dessa relação com a natureza, é inevitável a gente não pensar na pandemia como natureza. A natureza não é só a árvore do quintal, a natureza também é a pandemia. Então é muito curioso a gente pensar que um desastre lá em Fukushima no Japão trouxe peixe com radioatividade para o sul do Chile.

A responsabilidade que temos sobre qualquer uma dessas grandes intervenções é brutal. Sabe o que a gente leu muito durante a pandemia aqui? A gente leu pensadores indígenas que ancestralmente passam uma cultura oral, geração por geração aqui nesse nosso território da América do Sul. Dois pensadores que foram muito lidos, um se chama Ailton Krenak e é justamente dessa etnia Krenak que vivia ao longo desse Rio Doce, que foi contaminado pelas barreiras de mineração, e o outro é um livro muito importante que é um livro a partir de conversas, um relato de toda a cosmovisão dos Yanomamis que são do norte da América do Sul, do Davi Kopenawa que é esse grande pensador de Yanomami, um livro que se chama

A Queda do Céu que também para nós foi um livro super importante porque justamente o que ele fala é o seguinte: quando falavam: «puxa vida, não tem vacinas, vacinas não chegam lá nas aldeias indígenas» ele falava «olha não se preocupem com a gente». Nós é que estamos muito preocupados com o

homem branco, «Porque essa crise da guerra, da morte a gente está acostumado. A gente morre há muito tempo, vocês é que não estão acostumados com isso».

E eu acho que a gente pode aprender com essa morte deles, essa queda do céu, se a gente um pouco ouvir essas pessoas que estão acostumadas com a morte elas podem nos ajudar um pouco a entender o que são essas dinâmicas naturais. Tem umas lições que são muito bonitas do ponto de vista da arquitetura. Ailton Krenak usa um termo, «a gente precisa pisar suavemente a terra», é bonito. Eu não acho que é só uma questão direta de uma imagem de um edifício com pilotis, não é isso que ele está falando, mas é justamente como nós podemos entender certas dinâmicas para que o nosso impacto seja adequado. Qualquer coisa que a gente for fazer como arquitetura urbanista é transformação, transformação da natureza, transformação do ciclo, e esse é o nosso trabalho e vamos continuar fazendo. Agora a questão é com quanta inteligência vamos fazer esse trabalho, isso é que me parece bonito de ser discutido.

O Século XX foi marcado pela busca de providenciar habitação, a “habitação para o maior número” foi central à arquitetura e à criação de cidade, sobretudo por iniciativa pública. Mais recentemente, emergiu a fé na “mão invisível do mercado” e no investimento privado como resposta ao problema. Um credo que os atuais fenômenos de gentrificação urbana puseram em crise. O que perguntamos é se o direito à habitação, e à

cidade, deve ser um direito universal?

Século XX... Esse século... Essa discussão é muito interessante e complexa. Eu acho que gostaria de começar, já que vocês começaram falando dessa ideia que foi a procura do século XX por uma habitação, eu acho que vale a gente começar falando que em grande parte do século XX se viveu com uma ideia de uma nova sociedade a partir Revolução Russa, com a ideia de uma sociedade com outros vínculos sociais que impulsionaram muitos dos trabalhos que a gente viu.

Hoje é muito simples para a gente apontar o dedo e criticar certas posturas, mas imagina o que é você projetar a partir da ideia de uma revolução socialista... Muda tudo! Eu acho que isso atribuía uma enorme responsabilidade a esses arquitetos, que de alguma forma imaginavam que a suas obras poderiam ser feitas ou contribuir para a construção de uma sociedade um pouco menos desigual.

Eu acho que tem os dois lados, tem o lado que é idealista, mas tem o lado muito potente, de você achar que você pode ser junto com outros, você ser um transformador da sociedade como arquiteto. Eu acho que esse desafio que muitos arquitetos do século XX se colocaram é muito potente, construíram de facto discursos incríveis e obras incríveis que a gente segue estudando, segue perseguindo. E a ideia do habitat, da habitação como um direito universal a gente não pode abrir mão, a gente vai perseguir isso a vida toda.

Ao mesmo tempo, hoje, a escala desse problema é enorme e nesses últimos anos de neoliberalismo eles definham muito o papel do estado, do estado de bem estar social. Isso no Brasil foi terrível, terrível!

Então, a questão que vocês colocam, “do papel do estado nessa construção desse lugar da vida das pessoas”, é absolutamente central e acho que a gente vai ter de passar por isso, novamente, porque diferente do outro que tinha falado que “a história tinha acabado” a gente está vendo o quão rápido essas reviravoltas estão sendo feitas e que o papel do estado, de facto, novamente tem de ser discutido, para que exista esse mínimo de distribuição de riquezas, porque se não vai ser insustentável, o planeta.

Então, esse papel político, do nosso trabalho, ele nunca foi tão importante. É um campo absurdo de trabalho e por detrás de qualquer bom desenho, por detrás de qualquer grande obra, de qualquer realização nossa, como arquiteto, de qualquer projeto de habitação, tão importante como esse arquiteto dizer que assina os trabalhos, é também o trabalho em que se está construindo as políticas públicas possíveis para que essas obras sejam feitas. Não tem nenhuma obrapública que eu conheça, em cujo processo participei, que não tenha um grande arquiteto trabalhando numa posição de poder público, que ampare essa ideia.

Vocês estão se formando para desenhar os novos edifícios, desenhar as nossas cidades, às vezes esse desenho está por trás também, reforçando

as instituições que permitam que isso seja feito, seja público ou privado. Mesmo no privado, nós estamos desenhando e possibilitando construir leis urbanísticas que permitam uma cidade mais justa.

Acho que essas dimensões todas da nossa profissão cabem às escolas de investigar sempre, porque a gente pode pensar que aqui no Brasil que a gente quer formar Niemeyers e Mendes da Rocha e Artigas e Linas, mas esses são a exceção não é? Foi uma sociedade que construiu a possibilidade para amparar pessoas como essas. Justamente, o que a gente forma é esse amparo, é muito bonito pensar que nós como ofício, como disciplina, estamos construindo coletivamente a possibilidade de aparecer o Siza, o Souto de Moura e a Inês Lobo e todos os outros. Nesse sentido, eu acho bonito falar um pouco dessa dimensão da arquitetura, um pouco também para nos colocarmos essa tarefa de transformação social.

Me parece triste hoje, também, esse sistema do mercado da arte que chegou no mercado da arquitetura. E a gente vê tantos jovens arquitetos que se movem nos pequenos mundos institucionalizados, museus e bienais com ambições tão individualistas e tendo tão pouca pretensão, no bom sentido, de ser muito útil.

As discussões da habitação, para voltar nesse tema, são tão novas... Inês, lembra que você há uns anos atrás me convidou para a gente participar de uma conversa sobre alunos que estavam se formando, discutindo a questão da agricultura urbana? Puxa vida, quem poderia imaginar, no séc. XX, que a gente deveria estar tão fortemente, e

tão conscientemente discutindo essa questão da agricultura urbana nas cidades. É tão interessante pensar nesses limites entre o rural e o urbano que está se fazendo. A ideia de habitação como uma ideia ampla de vida comum me parece um direito total e ela passa por ações tão distintas, não é?

Não sei se eu estou fugindo muito desta questão específica da habitação, mas eu posso falar agora do ponto de vista estratégico. Eu vejo, com muita dificuldade, a ideia, por exemplo, de um país como o Brasil, que a gente consiga fazer todas as casas novas para todo o mundo que vive numa situação precária de habitação. As cidades brasileiras, a grande parte da população brasileira, vive na casa que o cara mesmo construiu, com a força da própria mão. Essa ideia dessas grandes periferias das cidades brasileiras construídas, de autoconstrução, e que são as nossas cidades, ou uma parte grande das nossas cidades, feitas assim, é impossível imaginar que não seja ali mesmo que a cidade vá se renovar. Então, hoje até muito mais do que a ideia, para nós, aqui no Brasil, de que a gente vai construir casas para todas essas pessoas. No atual sistema econômico que a gente vive, a gente não vai ter grana ou tempo para fazer isso de uma vez.

Me parece que a infraestrutura para que essas casas se renovem com o tempo pelas próprias famílias, a partir de uma certa distribuição da economia, me parece uma estratégia muito adequada para a discussão da questão da habitação, no Brasil. Então, a questão da habitação, não passa pela ideia somente de um edifício de casas, mas

sim pela infraestrutura que permita com o tempo essas casas melhorarem. Para isso, para essa infraestrutura ser instalada, a gente vai ter que criar certas situações de remoção de áreas de risco, e daí sim, as novas casas serão feitas para essas pessoas que vão ter que ser desalo das da beira dos córregos dos rios, ou de pendentes muito fortes devido às chuvas, essas casas vão ser feitas. E de forma exemplar, mas, mais do que feitas como protótipos de casas extraordinárias, elas têm de ser feitas como bairros interessantes para as pessoas morarem, não é? É menos a ideia de uma tipologia de uma casa e mais a ideia da construção de um lugar comunitário bom de se viver. sim pela infraestrutura que permita com o tempo essas casas melhorarem.

Para isso, para essa infraestrutura ser instalada, a gente vai ter que criar certas situações de remoção de áreas de risco, e daí sim, as novas casas serão feitas para essas pessoas que vão ter que ser desalo das da beira dos córregos dos rios, ou de pendentes muito fortes devido às chuvas, essas casas vão ser feitas. E de forma exemplar, mas, mais do que feitas como protótipos de casas extraordinárias, elas têm de ser feitas como bairros interessantes para as pessoas morarem, não é? É menos a ideia de uma tipologia de uma casa e mais a ideia da construção de um lugar comunitário bom de se viver.

Há anos atrás tivemos uma experiência de construir muitas, muitas e muitas casas num sistema que a gente chamou de “Minha Casa, Minha Vida”,

que era um programa público de construção de casas, que era a velha ideia de uma casinha isolada longe da vida urbana que exigiria, depois, um trabalho enorme de levar infraestrutura para esses lugares para a casinha sem cidade. E, justamente esse equívoco a gente não pode passar de novo. Temos que garantir o acesso à cidade, à infraestrutura, ao trabalho, emprego, garantindo menos deslocamentos para as pessoas, transporte, e a ideia da casa, ela é amparada por essa cidade muito mais do que a tipologia.

Voltando um pouco à pergunta que vocês fizeram, da questão da natureza, hoje em dia a gente entendeu que qualquer trabalho de urbanização, de reurbanização que fazemos, nasce de uma compreensão muito clara do que é a geografia. Então, a primeira constatação que fazemos, é que toda a ideia de habitação precária ela está muito associada à questão das águas em São Paulo porque, justamente, é nos córregos e é nas pendentes mais fortes que não foram feitos os loteamentos e que as pessoas sem grana se instalam.

Então, todo o projeto que é feito ele nasce da ideia de entendimento do que são as bacias hidrográficas e, a partir da limpeza das águas, das nascentes até chegar nos córregos e nos rios, para que essa água limpa não seja contaminada, ou seja, o entendimento de uma situação geográfica, de uma situação natural, para que sejam instaladas as novas casas. Então, eu acho que, o tempo inteiro, quando a gente fala de cidade, de habitação e de natureza, a gente começa a

perceber que, depois de muito esforço, entende-se que essas intervenções têm de ser coordenadas. É por aí a discussão de habitação?

[Inês Lobo]: Só um parêntese - é interessante estares a falar nisso agora porque o trabalho que nós estamos a fazer aqui com este grupo de alunos chama-se «Cidade, água, habitar» e, portanto, estamos a investigar uma série de possibilidades de intervir na cidade de Lisboa, resolvendo as questões hídricas conjuntamente com esta ideia de conjugar isso também com a habitação.

Portanto, há aqui uma coisa que é bastante comum, bastante parecido em ambos estes territórios, que apesar de terem diferenças enormes relativamente às questões da habitação, começando pelas questões de escala como é óbvio, mas há uma coisa que é mais ou menos óbvia e comumente aceite que é: só faz sentido construir habitação se isso for um motor para a requalificação do espaço urbano para construir também o direito à cidade, que basicamente foi isso que tu disseste, que é muito bonito. Continuamos, só queria fazer aqui este parêntese.

Doris Salcedo, a artista contemporânea colombiana, diz numa das suas entrevistas: “o meu processo é interferir, inserir-me no espaço público obliquamente e não diretamente, para que outros possam, por sua vez, reivindicar o espaço para si.” O espaço público é um mecanismo de coesão social?

Doris Salcedo, é incrível essa artista! As artes ajudam muito a gente, com

linguagens que completam a nossa forma de pensar, de forma oral, escrita. É muito bonito, eu acho, usar a arte como formulação de questões, na própria linguagem. Eu lembrei agora daquela frase do Balzac, que fala que o pintor deveria meditar com o pincel na mão. É bonito né, uma linguagem que você descobre com ação, fazendo.

A gente pensa um pouco assim, arquiteto. Tem um amigo nosso, que é professor da escola da cidade e filósofo, e ele é um cara, Márcio Satim, muito culto, ele adora música e adora jazz e ele sempre brinca, que adora ver croquis de arquitetos. Sabe aquele croqui que você faz para você mesmo, que fica repetindo a solução, e quando você vê, fez o mesmo croqui de novo e de novo, até a coisa decantar do ponto de vista quase que uma linguagem que você vai percebendo a partir da receção dos croquis e ele acha que o solo de jazz se assemelha muito à esses croquis de arquitetos, essa ideia que você vai pensando, formulando, e concretizando e que você vê que esse raciocínio se construir.

Estou fazendo uma digressão só porque vocês falaram da Doris Salcedo, eu lembrei disso. Mas eu acho que essa ideia do espaço público é uma ideia, também, muito interessante de ser construída. Vocês colocam essa ideia como um mecanismo de coesão social. Os espaços públicos são construções sociais diferentes, muito diferentes de cada lugar. Nós arquitetos temos que ter essa humildade de entender que cada lugar vai construindo o seu espaço coletivo, a partir de matrizes muito diferentes.

Vou falar aqui da minha porção. O Brasil aboliu a escravidão em 1888, foi a

última do mundo! Você imagina numa situação dessa, como é complicado a gente definir um espaço público? Eu acho que a gente até hoje está tentando construir esse espaço público, vocês entendem? Como construção social, muitas das obras, para voltar nos artistas, tenta o tempo inteiro questionar, tencionar, pensar os limites do que a gente entende como espaço público.

O Guilherme Wisnik, que é um professor aqui também, amigo nosso, escritor, traz uma questão muito interessante. Nos anos 60, os artistas plásticos importantes brasileiros, por exemplo, o Hélio Oiticica, estava tentando trazer a vida, o espaço doméstico para os lugares públicos, ele trazia para os museus um cara, vivendo lá uma semana, e você partilhava no museu a vida desse cara, um pouco do que o Boyce fez. Você trazia a discussão do espaço desse domínio privado, dessa vida, para o espaço público. E os arquitetos aqui, estavam fazendo casas, que justamente levava o espaço público para dentro da vida privada, ele usa como exemplos as casas do Paulo [Mendes da Rocha], as casas do [Vilanova] Artigas. É muito bonito como dois campos da arte estavam em chaves opostas discutindo e tensionando os limites do que é vida pública e a vida privada.

Acho que é muito perceptível essa discussão na obra dos arquitetos aqui, como a discussão do que é público, do que é o chão público, do que não é. Vou contar uma historinha: a gente sempre recebe aqui professores de outros lugares, incríveis e num curso que a gente tem, na Escola da Cidade, a gente estava estudando Cuba, e trouxe

um professor, um arquiteto de Cuba, o Chiove. E ele, pela primeira vez visitando São Paulo, o MASP, da Lina Bo Bardi, o SESC Pompeia da Lina Bo Bardi, o Museu da Escultura do Paulo Mendes da Rocha, a Pinacoteca, a Faculdade de Arquitetura do Artigas, fez esse tour das obras daqui de São Paulo, o SESC 24, Paulo Mendes da Rocha, e ele falou uma coisa, que eu lembro até hoje, como um dos maiores elogios que eu acho que a gente pode ouvir como arquitetos dessas obras, ele falou assim: «Puxa vida, esses edifícios em São Paulo parecem que foram feitos para o meu povo». Para um cubano falar isso, eu até hoje me arrepio de lembrar uma frase como essa. Porque é que eu estou falando isso, porque eu acho que, essa discussão do espaço público, ela é uma questão permanente do nosso trabalho, e cada um responde de um jeito.

A gente pode pensar em Brasília como um lugar onde foi feita uma arquitetura rodoviária baseada na segregação de funções do urbanismo moderno, como uma coisa ultrapassada. Só que a gente pode pensar também, que num país como o nosso, até hoje, Brasília tem o chão público, não está todo repartido com os donos da terra. É uma experiência extraordinária que a gente traz para o mundo. Acho que tudo sempre vai ter sempre dois lados.

A gente pode ter uma visão restrita ou uma visão que para nós seja agregadora, generosa. Então, cada vez que eu vou para Brasília, e ando por aquela superquadra, mesmo sabendo que infelizmente não é para todo mundo, que o povo mais pobre vive nas cidades satélites, eu penso,

Brasília, a única coisa que não fez foi ser maior que o Brasil ou qualquer outra cidade brasileira que tem toda a cidade segregada. Aqui em São Paulo, tem também as mesmas formas de segregação de expulsar a população mais pobre do centro da cidade ou dos bairros mais ricos.

Os problemas de Brasília são problemas do Brasil. É bonito pensar também que, esse chão público é uma contribuição. Tudo é uma intervenção nossa. E me parece muito interessante pensar que o espaço público numa cidade como Lisboa, deve ser pensado com as ferramentas próprias, de Lisboa.

E, também, comentar uma coisa que a gente sempre discute aqui na escola, que a ideia é que, mesmo quando a gente trabalha em situações, que são situações de espaços privados, do ponto de vista legal, do ponto de vista de programa espacial arquitetônico, talvez o que interesse muito para nós seja a dimensão coletiva de um espaço, ou a dimensão segregada de um espaço. Damos como exemplo um teatro. Mesmo que ele seja um lugar que não é público, ele tem essa dimensão coletiva do espaço e isso eu acho que é uma questão para nós arquitetos, não é, e então, nesse sentido, construir esse lugar do coletivo, mesmo que seja em edifícios privados, também é uma tarefa.

É uma oportunidade que temos todas as vezes que a gente puder. E mesmo na pequena escala. Tem um lado que é “dar murro em ponta de faca”, como a gente fala, “nadar contra a corrente” e que eu acho que também

é tarefa nossa, que é tencionar em cada projeto nosso o que é que é o espaço urbano segregado e o que deveria ser franqueado, aberto de construção. Porque o espaço público, se ele vai sendo controlado, privatizado, evidentemente ele vai favorecer quem tem grana. Então os nossos trabalhos têm essa possibilidade de tensionar e de provocar mesmo essa distensão do que são esses espaços que são abertos.

Vou dar exemplos para vocês de obras públicas incríveis de São Paulo. O MASP, o museu de arte de São Paulo, projeto da Lina bo Bardi que vocês sabem, ele incomoda. Ele incomoda porque ele tem aquele espaço absolutamente aberto, generoso, público para a Avenida. Ele incomoda porque o espaço expositivo era um espaço aberto que, contrariando as leis de museografia, botava junto um Rafael e um pintor de arte popular do nordeste brasileiro.

Ele quebrava hierarquias, fazia num país sul-americano pobre a possibilidade de entender a obra de arte como uma construção coletiva social, independente de país, independente de tempo, independente de grana... Isso incomodou. Incomodou a ponto de algumas administrações terem feito uma reforma, terem fechado aquele espaço que a Lina propôs, de que os cavaletes de vidro fossem um único salão, todas as obras vistas de uma vez.

E durante alguns anos, a gente e trava no MASP e, entrando de salinha em salinha, como se estivesse num

Palácio do século XIX, na Alemanha, vendo cada uma daquelas salinhas a partir da escola flamenga, da escola italiana, do barroco. Porquê? Porque a arquitetura ela pode ser muito forte do ponto de vista de um discurso, mas ela tem a fragilidade da própria gestão, da própria vida, do próprio uso. Então durante muitos anos o MASP ficou irreconhecível como espaço de museu.

Só que ao mesmo tempo que é frágil, tem essa força de que, parecia o tempo inteiro que o prédio gritava, “não é assim que eu quero que um quadro seja exposto”, a ponto da sociedade conseguir, de forma organizada, retomar e refazer o espaço expositivo conforme a Lina tinha pensado. Então, os tempos da arquitetura como são largos, a gente tem de pensar que, às vezes, um coisa que a gente faz e que tem uma reação adversa conservadora, pode um dia voltar atrás.

O museu de escultura, o MuBE, do Paulo Mendes da Rocha foi feito para ser totalmente aberto como praça pública para a cidade. Num determinado momento botaram uma grade que estabelece um limite daquele terreno, daquele lote, que é evidentemente contra aquela arquitetura, que tem uma entrada pela rua de cima, uma entrada pela rua de baixo, que faz um cruzamento de um espaço que é evidentemente público.

Toda a vez que o Paulo Mendes [da Rocha] era questionado sobre isso ele falava: “Vocês sabem, todo mundo sabe, foi construído para ser aberto. Não cabe mais a mim arrancar essas grades. A sociedade é que vai ter de

arrancar.” Cada vez que eu tive oportunidade de fazer um projeto, mesmo sabendo que ele poderia temporariamente ser fechado ou aberto, eu fiz. E eu acho que temos esse limite da ocupação, da gestão e é muito bonito que os nossos projetos sejam lugares de tensão para que a sociedade escolha, mas eu acho que se nós tivermos oportunidade de fazer o discurso político, a gente sempre deveria fazer.

Hashim Sarkis sobre o habitar coletivo, que diz o seguinte: “precisamos de um novo contrato espacial. No contexto de crescentes divisões políticas e crescentes desigualdades econômicas, é urgente imaginar espaços nos quais possamos viver juntos com generosidade. Juntos como seres humanos que, apesar da nossa individualidade crescente, se desejam conectar uns com os outros e com outras espécies, através do espaço digital e do espaço real. Juntos como novas famílias em buscas de espaços mais diversos e dignos de habitação. Juntos como comunidades emergentes que existem equidade, inclusão e identidade espacial. Juntos através das fronteiras políticas para imaginar novas geografias de associação. E juntos como um planeta que enfrenta crises que requerem uma ação global para que possamos continuar a viver.” A nossa pergunta é: de que forma é que um edifício de habitação pode garantir uma experiência de partilha de um espaço comum entre os seus habitantes?

É uma linda questão e é bonita mesmo. Eu acho que esse senso do coletivo que vocês colocam, ele nasce um pouco da ideia da construção da identidade

dos coletivos, a identidade dessa coletividade dessa sociedade. É tão difícil saber como elas se formam, não é, eu acho que os sociólogos devem ficar pensando isso. Parece que talvez deva se formar quando está todo o mundo ferrado. Daí um tem quer ajudar o outro, porque não tem outra maneira. Quando você está ferrado, você constrói uma identidade. Deve ser assim.

Eu vou falar de novo do Brasil, porque eu acho que para mim traz uma coisa que vem com a vivência, não é, mas que eu estou a tentar pensar com vocês a ideia geral, mas eu acho que posso dar exemplos daqui que possam ser universais. A ideia dessa identidade do coletivo é uma coisa que eu acho que todo mundo sempre persegue nos projetos na sociedade, não é? A gente passou recentemente no Brasil por uma crise total de identidade. Vocês podem imaginar o que foram esses últimos 4 anos de vida no Brasil com esse Presidente que está saindo. Foi uma crise total de identidade nossa, a gente imaginar que uma parte de nós se espelha nesse cara que estava aqui, nessa banalidade do mal, sabe?

E é disso que se trata. Se trata de autoritarismo, se trata de uma face perversa, se trata mesmo de, na dualidade Eros e Thanatos, se trata da morte. Da morte como destino, como projeto. Então a gente sempre fica pensando, como se constrói esse lugar coletivo. Daí, recentemente, eu li um livro muito interessante que se chama “Em Câmara Lenta”, de um escritor que se chama Renato Tapajós. Ele é escritor, cineasta. Ele foi preso na ditadura militar, em 1968. E teve uma nova edição desse

livro e eu fui num debate que teve de lançamento dessa nova edição.

Ele foi preso, quando ele era um menino de 20 e poucos anos, que decidiu ir para uma resistência de guerrilha armada contra a ditadura militar do Brasil. Num determinado momento, nesse debate, um menino da plateia levantou e falou, “Renato eu queria que você contasse o que te levou, tão jovem, naquele momento, menino, em vez de fugir do país quando a coisa aqui ficou feia, quando a polícia começou a perseguir os cidadãos, quando você viu que a coisa ficou terrível”. Porque o tempo inteiro nesses últimos anos eu pensava “se continuar assim, eu vou fugir do país”. Esse menino perguntando para ele: “O que é que te levou a justamente fazer o contrário? Se juntar e resolver proteger esse país quase com a própria mão, com a própria vida?” Ele falou que não foi uma decisão consciente e individual dele. Ele falou, “é muito difícil explicar isso para vocês, mas naquele momento o Brasil tinha construído um senso de identidade e de coletividade que para mim foi natural eu me juntar com os meus amigos e falar: não vai ser assim, de graça a gente não entrega essas caras”.

Então, é tão bonito pensar isso geracionalmente, não é? Mas ele de uma maneira muito linda terminou a resposta dele falando assim “Mas eu não quero também fazer um discurso como se eu fosse saudosista porque o que eu vi nascer também nesses últimos quatro anos de governo no Brasil autoritário, foi uma defesa da democracia, uma defesa de grupos que se construíram como identidade,

como coletivo, que a gente vai ver nos próximos anos aflorar de uma maneira muito linda que eu não imaginei que eu fosse ver de novo acontecer no Brasil”. Que é uma ideia oposta a uma ideia de uma vida totalmente individualista, não é? De culto, só do consumo que é um consumo feito para ser ostentação. E não é de uso, parece que você consome para mostrar o que você faz, não é nem para você usar. Hoje em dia, tem muito isso nessa coisa do Instagram, sua vida está uma porcaria, mas quem vê pelo Instagram acha que é uma coisa extraordinária aquilo.

O Caetano Veloso tem uma música, que é linda, Eclipse Oculto, que ele conta uma história entre nós de uma transa que não deu certo, é lindo ele autocriticamente fala “Eu não sou proveito, sou pura fama”, lembra dessa parte da música, parece esses caras do Instagram.

E então, desculpa, voltando para arquitetura, mas isso acho que é tudo arquitetura. Essa ideia do coletivo e da identidade, é muito bonito que a gente faça uma arquitetura que seja aberta, não é? E que permita essa construção do coletivo, que a gente não ache que a gente já sabe o que vai ser a vida desses edifícios, como é que eles vão ser apropriados... Os nossos edifícios, eles só se completam com a vida mesmo, e vão ser muitas vidas, e cada geração vai ter uma completamente diferente e o edifício vai estar lá. Isso eu acho incrível.

É o contrário, um pouco, a gente tentar construir essas habitações que

vocês colocaram na citação, muito ao contrário do que às vezes é a própria propaganda do mercado imobiliário. A propaganda do mercado imobiliário aqui no Brasil é a da vida exclusiva, é você achar que você está comprando uma porcaria de um “apartamentinho” e seu apartamento vai ser um pouquinho melhor do que o do vizinho do outro lado da rua, é você ser miserável mas achar que é melhor você ser miserável um pouco menos miserável com outro miserável.

E você pegar “apartamentinho” mínimo e repartir em um monte de pequenos cômodos e dar nome pra eles. Ou pegar uma porcaria de uma cidade e falar que tem pet place no seu no seu prédio, que têm espaço Kids... Uma coisa triste de uma vida urbana mesquinha, exclusiva e muito pouco usada. É pura fama e nada de proveito. Então, eu acho que arquitetura nossa poderia ser o contrário, pegar em tudo o que está no mercado imobiliário e fazer o contrário.

Um espaço que talvez essas novas famílias, como vocês falaram, esses novos gêneros que a gente está inventando, as novas identidades de humanos que a gente nem sabe ou de outras gentes. Tem um grande escritor, grande pensador e grande músico brasileiro José Miguel Wisnik, que é pai do Guilherme Wisnik, que uma vez numa entrevista a gente estava falando e ele conhece tudo do Guimarães Rosa, da Clarice [Lispector], do Machado de Assis. E daí ele estava falando da vida desses animais que vivem com a gente, os cachorros, os gatos. E ele falava, “eu não sei que nome dar, então eu chamo de gente eu sei que não é humano, mas é gente.” Então a gente imaginar

que tem todas essas gentes vivendo nesses espaços que projetamos, seria bonito que ao contrário do segregado, dividido, do apartar, do classificar, não cabem mais. Arquiteto não classifica nada, isso acho que nós já percebemos. Às vezes nessa discussão da casa, da habitação, mais importantes do que essas divisões, da planta, do que é o quarto, o que é a sala, é ter uma boa Internet.

No livro “On and Around Architecture: Ten Conversations”, da dupla Jonathan Ser-gison e Stephen Bates, refere-se a ideia de olhar para o projeto de um edifício de habitação coletiva a partir do seu tempo de vida. O seu esqueleto, na perspectiva destes arquitetos, deve ter um tempo de vida longo, e ser visto como uma ruína permanente, que pode ser habitada transitoriamente. Para isso deverá ser flexível e duradoura. Os outros ciclos de vida são médios, ou seja, são ciclos que se devem adaptar às alterações. O esqueleto é, assim, habitado pelos diversos componentes do edifício, como os que asseguram o funcionamento das infra-estruturas ou as fachadas, e o invólucro. Esta separação em três momentos obriga-nos a uma outra forma de projetar. Em que o tempo volta a ser um dado fundamental no processo — tempo de execução e tempo de vida. A flexibilidade deve passar a ser um valor a incorporar na arquitetura?

Eu acho que sim. Eu lembrei, de um aforismo do Luigi Snozzi, ele fazia esses aforismos que são lindos, são pequenas frases, pensamentos, que condensam certas ações, atitudes. Tem um que é lindo que é assim – se você

quer construir, se você quer flexibilidade, construa com pedras. É muito bonito isso, quer flexibilidade, construa com pedras, que seria a ideia oposta. De que a flexibilidade é essa coisa móvel, de uma leveza permanente.

Eu acho que ele está justamente falando de que se você tiver esse esqueleto que vocês falaram e que permita todas essas adaptações, daí sim, com alguma leveza seja o grande trabalho nosso. Construir exige uma quantidade de energia, de transformação da matéria. Construir, hoje em dia, a gente sabe que é um trabalho, realmente, de transformação gigante, então a ideia de que a gente possa construir e que isso seja pensado com esses ciclos dos tempos é muito bonito. Eu acho que a gente vai ter sempre os dois, a gente vai construir esses arcabouços que são permanentes e que a vida pode se ir transformando lá dentro.

Eu acho que a história da arquitetura tem um milhão de exemplos de igrejas que viraram bibliotecas, quer dizer, é lindo pensar que os edifícios, eles vão se adaptando às mudanças, às transformações sociais, à vida e, ao mesmo tempo, a gente sabe que alguns casos, e cada caso eu acho que tem de ser pensado de uma maneira muito sensível, com inteligência, a gente possa fazer construções que sejam montadas e desmontadas. Um pouco voltar àquela primeira ideia de duas ocupações da América, a de pedra e a de madeira. Bonito pensar que essa nossa ocupação às vezes vai ser em pedra, às vezes vai ser em madeira, às vezes vai ser dos dois. E essa inteligência nossa de ter a sensibilidade de saber em qual

caso vai funcionar melhor. O ano passado, quando eu e a Cris [Cristiane Muniz] estivemos aí na UAL, no workshop, que foi incrível, a Bárbara Silva, professora de vocês, nos convidou para fazer uma pequena exposição na NOTE e, justamente a gente usou esse tema de que as ações poderiam ser refeitas todas, então a gente fez uma lista de verbos de ações, como construir, e nós colocamos o “re-” na frente, reconstruir, urbanizar – reurbanizar, formar – reformar.

A gente fez isso em contraponto àquele trabalho lindo, daquele desenho, que é um trabalho do artista Richard Serra, que era uma lista de verbos – to fold, to cut, esse trabalho que era uma tela pintada de uma lista de ações que eram as ações que ele fazia para o trabalho dele, que era dobrar, cortar, empilhar, torcer e a gente justamente usou esse trabalho e colocou um “re-” na frente de tudo para pensar que o nosso trabalho talvez seja refazer tudo de novo. Fazer e refazer, e uma parte dessa ideia que eu estava falando de que a cidade está sempre em transformação, poderia a gente imaginar aquela arquitetura também.

Eu acho bonito se a gente pensar em tentar incorporar a ideia de que a nossa obra nunca está pronta como arquitetura. A arquitetura não se completa quando vai ao fotógrafo, quando o Fernando Guerra vai lá e faz a foto de tudo impecável ou o [Leonardo] Finotti, ou quem vocês escolherem para fotografar as obras. Ali está começando a encrência! Na verdade, começando não, eu acho que começou na primeira perfuração na terra para a primeira

fundação. Eu acho muito bonito pensar que inclusive o tempo de obra é um discurso. Tem obras que são mais bonitas antes de terminar do que terminadas. Todo o tempo de transformação da matéria é assunto nosso. O primeiro cozimento da terra para fazer um tijolo já é a encrência, já é nossa a encrência, e daí por diante, mas imaginar que a arquitetura é aberta o suficiente, eu acho lindo. Então nesse sentido eu concordo com as afirmações de que essa flexibilidade da vida e do uso é a continuidade do nosso trabalho e a gente não pode nem imaginar o que vai acontecer daqui a um tempo, mas os nossos edifícios podem gentilmente amparar esses acontecimentos, por isso é que eu acho que o aforismo do Snozzi é tão bonito – construa com pedra e lá dentro cada um vai inventar o que é a vida, o que vai fazer.

Mas essa ideia de que cada ação, ela pode ser refeita, eu acho muito bonito, a ideia de reagir, agir de novo. Cada contexto, cada situação, cada sociedade, a gente vai responder de uma maneira inteligente e adequada, sem ter predefinido nada. Eu acho que a gente está numa época, num tempo em que a gente tem que debater, tem que rebater qualquer preconceito, então nesse sentido eu acho que se fecha um pouco as coisas que a gente tá falando, a ideia de que a cada reação a gente vai inventar uma consequência e vai tomar as decisões que são necessárias para nós como arquitetos, seja definição de materiais, seja as implantações, seja como a gente vai dispor o programa. É bonito pensar que a gente está reagindo, ou seja, a gente traz tudo o que foi feito, mas a partir

desse momento a encrência é nossa.

Hoje, temos consciência que a indústria da construção, assim como a utilização dos edifícios, são direta ou indiretamente, das maiores fontes de poluição do planeta. Mas continuamos a ser chamados a construir e num momento de urgência climática. O presente parece por isso uma oportunidade de repensar o que significa e deve comportar construir. O que parece impor mudanças a todos os envolvidos no processo: os projetistas, a indústria e os construtores. Gostaríamos de saber qual é a sua percepção sobre a indústria da construção hoje em dia, nomeadamente, comparando com outros momentos da nossa história, em que a industrialização teve um papel preponderante.

Legal. Eu acho que vocês estão vendo que de uma maneira sistemática, eu tento responder às questões de forma que as dualidades entrem um pouco em choque. Então, nesse sentido, eu acho que nós aqui no Brasil, estamos numa situação muito interessante, difícil, mas interessante, porque é como se a gente tivesse um pé lá e um pé cá, nessa questão da industrialização. Nós não temos um sistema de industrialização da construção que se completa, que é completo e tão complexo quanto países da Europa, dos EUA, e ao mesmo tempo não temos mais também uma situação de construção também totalmente artesanal como alguns dos nossos países vizinhos têm, não temos as mesmas normas que tem na construção na cidade europeia. Eu lembro daquele texto incrível do Siza quando ele foi fazer aquele primeiro projeto na

Holanda e ele falava “Puxa vida, agora meu trabalho é aqui escolher num catálogo”, lembra esse trabalho quando o Siza fez aquele primeiro projeto na Holanda que ele falava “Porra aqui em Portugal eu desenhava todos os batentes, desenhava janelas, os caixilhos, eu venho aqui pra Holanda e eu tenho que ficar escolhe do num catálogo qual batente, qual porta e tal.” e se reinventou naquele lugar e fez aquela arquitetura extraordinária.

E a gente está justamente nesse lugar que é ao mesmo tempo complexo, é difícil, mas é muito interessante estar um pé lá e um pé cá, é como se a gente estivesse navegando no meio do Atlântico, nem lá nem cá. Eu acho bonito que a arquitetura nossa revele o lugar que a gente está.

Então, voltando para essa questão que eu acho que a arquitetura fala muito dos seus lugares, os conceitos do espaço público falam dos lugares, a cidade fala dos seus lugares, eu acho que a arquitetura pode revelar isso. Então, às vezes a gente olha um prédio na França, absolutamente industrializado e pensa “Puxa vida, olha tudo industrializado, que coisa incrível, como eles podem ter opções de industrialização e como eles vão poder responder a uma escala”, e olha uma obra absolutamente extraordinária de arquitetos brilhantes aqui do Paraguai, que a partir do tijolo reinventam forma de pré-fabricação, como solano, conseguir fazer um prédio, fui visitar um prédio do Rossetto Cobija, aqui em Asunción, que é um edifício de cinco andares construído de terra, de taipa, socada, uma coisa absolutamente artesanal e

absolutamente brilhante do ponto de vista inventivo da arquitetura, de falar do seu lugar e é muito bonito porque a gente está no meio desse caminho, ao mesmo tempo que o mercado imobiliário de São Paulo constrói a partir de uma dinâmica, de uma velocidade absoluta, de industrialização de grande parte dos seus componentes, toda a periferia da cidade, a grande parte da habitação da cidade é feita com a industrialização mais precária, que é um bloquinho de concreto, é um bloquinho de cerâmica que o cara vai empilhar manualmente.

Então, que a gente possa falar desses dois lugares, me parece um dever atual, nosso, como arquitetos do Brasil. Porquê? Porque a gente não pode abrir mão da industrialização diante da escala dos problemas que temos, que é um negócio absurdo de cada remoção em função de cada chuva, a gente tem que fazer não sei quantas casas, no dia seguinte a gente tem de fazer transportes para tudo, então a gente não vai abrir mão da industrialização, não faz nenhum sentido, mas, ao mesmo tempo, existe uma coisa muito linda de certos saberes, de certas resistências, de trabalhadores, de mão de obra, que a gente pode valorizar em nossos projetos como complementos.

Então, do mesmo jeito que eu falei que eu acho lindo a arquitetura que seja sólida o suficiente como estrutura, como arcabouço, vocês usaram como ideia de esqueleto, para que coisas muito leves venham e vistam essa arquitetura e desnudam depois e vistam de novo. Nós podemos falar que esse lugar talvez ambíguo em que estamos

Brasil, possa ser lugar de reflexão, ou seja, tirar da industrialização, o que ela temde mais potente que é qualidade com quantidade, com escala, de maneira absolutamente consciente e responsável, para que a industrialização não seja o desastre que fizemos no séc. XX, com a mineração, com as águas, com as florestas.

O desastre da industrialização, não podemos abrir mão diante da escala dos problemas dessa industrialização, mas ao mesmo tempo pode ser muito interessante como lugar de afeto, de resistência, de saberes, a gente continuar tendo a qualificação de uma mão de obra que faz as coisas por gosto, me parece que a arquitetura que ainda tem esses dois lados. Que possa estar falando do lugar onde estamos.

Agora, quem manda, é a economia, estamos falando como arquitetos, com as nossas intenções. Mas se você pensa “Puxa, vou entrar nessa de - eu não vou lavar minhas mãos ao que está sendo feito na cidade”, então se um empreendedor do mercado imobiliário chega e fala “você quer fazer um prédio que vai estar na cidade?”, e você sair dessa ideia de que o arquiteto só constrói a exceção, mas sim que ele constrói o tecido urbano, a regra da cidade, e entra no jogo, é a economia que vai mandar nessas suas escolhas de materiais.

Então, cabe a nós estar muito atento ao que está sendo feito, tanto lá como cá, na indústria e saber usar com inteligência essa industrialização que às vezes se faz necessária quando a questão econômica é preponderante. Não é o arquiteto, quando está trabalhando na

da produção da cidade que vai conseguir definir o que é feito com a mão e o que é feito com a máquina, isso não está no nosso poder, mas a gente pode tensionar e pode puxar para lá e para cá. E eu acho que é importante a gente saber disso, porque se não a gente vira o arquiteto que ou só faz a exceção ou, confortavelmente, faz grandes peças artísticas para as Bienais de Arquitetura.

Tem uma entrevista, que eu vi, Oscar Niemeyer, velhinho, já com noventa e tra la la... Oscar Niemeyer, tem alguns personagens que você fala - Tudo o que você pensa, que você imagina que seja Brasil, alguns caras inventaram, o Pelé inventou um pouco o que é Brasil, Oscar Niemeyer inventou um pouco o que é Brasil, Tom Jobim inventou um pouco o que é Brasil, esses caras inventaram, a gente tem uma ideia do que é Brasil porque houve uns caras que inventaram -

Oscar Niemeyer era um desses, ele viveu o século XX inteiro. Uma vez perguntaram para ele num desses programas de televisão, o que é que ele achava dos novos materiais, era meio uma feira de materiais” e o jornalista achou que ele ia falar do alucobond, do alumínio e dos plásticos, e dos novos materiais sintéticos, e ele falou, “que linda questão que vocês me colocam, puxa vida, eu quero muito falar dos novos materiais.

Porque de facto, o homem vivia nas cavernas e depois empilhava uma pedra sobre a outra, e percebeu que podia botar as pedras comprimidas e fazer um arco, depois fez o arco, daí teve

umas construções, até que conseguiu juntar o aço dentro de uma pedra líquida, e fez o concreto aparente” daí ele fez um discurso de meia hora sobre o concreto aparente, como se fosse um material novo na história da humanidade.

O jornalista ficou com um ponto de interrogação e achou melhor trocar de pergunta, queria ouvir sobre o alumínio e ele [Oscar Niemeyer] ficou falando do concreto armado como o grande material de invenção do homem. Uma vez perguntaram para ele se ia fazer de madeira uma construção, e ele falou “acho que é melhor não, porque madeira dá bicho” e aí todo o mundo riu, ele falou “não, os bichinhos comem, comem a madeira, acho que não vai ficar muito bem” e ele falava daquele jeito.

Mas é muito lindo pensar que justamente o que a gente fez foi proteger agora essa madeira, então a gente está falando de construção e de materiais, e cabe a nós, sim, tentar o tempo inteiro discursar sobre o que a gente acha que é certo.

Num país como o nosso aqui, que tem essa capacidade gigante de construir reflorestamento, de ter madeira de alta densidade que se renova, de maneira tão rápida, a madeira como um sistema renovável e eficiente que usa energia do sol para ser produzida, é impossível a gente imaginar que um arquiteto no século XXI no Brasil não deva, sempre que puder, construir com madeira. Mas não a madeira como um pedaço de pau, a madeira como uma técnica industrializada, que a partir de uma

matéria-prima renovável você possa chegar no limite do raciocínio tecnológico dela. Então, a partir de um saber quase ancestral de que uma oca xinguana é feita com uma madeira, sabendo dos limites técnicos da fibra da madeira que se você envergar ela, ela tem tensão suficiente para fazer um arco e se você amarrar na ponta, ela vira uma casa gigante, com um vão gigante, sem nenhuma coluna no meio. As ocas xinguanas, por exemplo, dessa inteligência ancestral de um material que já tinha abundante aqui, a gente pensar que um material impossível de uma nova construção seja essa madeira, mas não a madeira mais da floresta, mas uma madeira como a do eucalipto que é cultivado e renovado, cortado, colado, laminado, feito de uma maneira absolutamente precisa para a indústria e para os trabalhadores, que isso possa ser um edifício de altura, no futuro.

Então eu acho que sim, que o trabalho do arquiteto é, cada vez mais levar para o lado que a gente acredita. Eu não queria deixar de falar da industrialização, sem falar do que hoje eu acho que é um campo lindo de trabalho e de pesquisa no Brasil, que é a industrialização da madeira. E de empresas que desenvolveram tanto esse sistema, como por exemplo, a ITA construtora, coordenada pelo engenheiro Hélio Olga e o arquiteto Marcus Vinicius Barreto Lima, que fez aquelas experiências daquelas casas com o arquiteto Marcos Acayaba, que foi professor nosso, ou seja, experiências de arquitetos e engenheiros que estão desenvolvendo tecnologicamente, coisas na indústria que tem uma outra pegada, que seja completamente diferente do que foi

a indústria do século XX. Que pisem suavemente a terra como nos ensinou o Ailton Krenak.

O que é valorizado entre os arquitetos, por vezes de forma consensual, não corresponde necessariamente ao que é valorizado pela “pessoa comum”. Esta divergência parece impor a necessidade de partilhar um entendimento sobre o que é a Arquitetura. Como é que a podemos definir?

Perguntar assim não vale, perguntar como é que se define Arquitetura no final, isso é sacanagem de vocês. Vamos ver como é que eu respondo. Eu acho que essa divisão do que entendem da nossa arquitetura e do que não entendem, não sei.

Eu vejo assim, os arquitetos que eu admiro muito, os grandes arquitetos, os artistas que eu admiro muito, os grandes artistas, eles são esses, que emocionam muito a nós, os arquitetos. Os arquitetos que emocionam os arquitetos, os músicos que emocionam os músicos, ou sejam, que levam a nossa disciplina, que levam a nossa discussão acadêmica, a nossa discussão como arquitetos, ao limite, ou seja, instigam quem faz, de maneira absoluta, mas que também são absolutamente queridos por todo o mundo que vê essas obras, que vive essas obras, que passa pelas obras.

Eu acho que os grandes são assim. O Tom Jobim, ele é venerado por qualquer músico do mundo. As harmonias do Jobim são aulas de harmonia, seja para um músico de uma orquestra sinfônica, seja para um músico popular, um sambista, um rapper. O Jobim é

adorado por todos os músicos. É adorado por toda a gente, por toda a população. E é bonito também que cada um absorva a música nos seus limites de conhecimento, eu não toco nenhum instrumento, não tenho uma formação musical que seja profunda, e admiro muito um músico como o Jobim dentro das minhas limitações, mas eu sei que um músico vai gostar ainda mais, porque tem esse outro sabor. Eu acho que a arquitetura é assim, os grandes são assim.

O Álvaro Siza é assim. A arquitetura do Álvaro Siza não é feita só para nós, a gente é que adora a arquitetura do Álvaro Siza, mas toda a gente gosta da arquitetura do Álvaro Siza. O Álvaro Siza é um personagem absolutamente popular em Portugal como o Niemeyer era aqui no Brasil, isso é incrível. Vou contar uma história, o Siza fez esse projeto aqui, que é um dos maiores presentes que a gente teve, que é o Museu Iberê Camargo em Porto Alegre.

Um dia eu fui para Porto Alegre, desci do avião, peguei um táxi, estou de papo ali com o taxista, o taxista falava “o que é que você faz?”, eu falei “eu sou arquiteto, eu vim aqui para uma reunião que vai ter lá no Museu Iberê Camargo”, “ah não diga”, “sim”, “eu conheço muito o arquiteto português que fez”, “a sério?”, “conheço muito, eu já dei muitas vezes, já levei muitas vezes, já dei muita carona pra eles, já levei muitas vezes o arquiteto lá no museu dele” “ah não me diga, que grande arquiteto eu admiro tanto o trabalho dele, acho o museu lindo”.

Daí o taxista falava “é um sujeito muito inteligente”, falei “ah eu também acho, [risos] sujeito muito inteligente” eu falei

“e porquê?”, “porque uma vez eu perguntei para ele assim, arquiteto eu queria fazer uma pergunta, porque é que o senhor fez um museu praticamente todo fechado pro Rio Guaíba que é um dos rios mais lindos do mundo? E sabe o que o arquiteto me respondeu, ele me falou assim: justamente por isso, como é que eu poderia competir um dos rios mais lindos do mundo”, aí o taxista parou e falou assim “viu! viu como esse arquiteto é inteligente”.

Ou seja, é muito linda essa ideia do que é que a arquitetura intriga, a arquitetura traz o melhor de nós, a arquitetura deveria trazer o melhor de nós como humanos. Eu acho que quem já se emocionou diante de uma obra de arquitetura sabe o que é que ela desperta em nós ou no melhor de nós, eu acho isso mesmo. O ano passado quando eu estive aí com vocês eu dei um pulo no Porto e realizei um sonho que foi ir com os meus dois filhos, nós adoramos futebol, fomos assistir Braga e Portimonense lá no estádio do Eduardo Souto de Moura.

Aquilo para mim foi das grandes experiências da vida porque eu estava ali como arquiteto, absolutamente emocionado, diante daquela obra que incorpora aquela montanha de fundo, aquela pedreira quase como uma gente, quase como um ser que assiste com a gente o espetáculo. Fico imaginando quantos bichinhos não ficam ali vendo o jogo comentando “esse cara não joga nada” e ao mesmo tempo, ao mesmo tempo naquele espetáculo popular que é o futebol, então você dentro de uma arquitetura como aquela poder ficar xingando jogador, reclamando do juiz

É uma coisa extraordinária como lugar de expansão da vida, foi uma grande experiência dessa junção que é a mesma coisa do popular e do erudito.

Esses trabalhos todos que a gente tem visto dessas arquitetas mexicanas extraordinárias, Gabriela Carrillo, o Mauricio Rocha, essas arquitetas mulheres mexicanas incríveis, ou seja, quando a arquitetura te toca, de verdade, ela te traz o que é o melhor de nós, eu acho que é um pouco esse o papel. Vocês perguntaram o papel da arquitetura, eu acho que ela justamente é possibilitar. Sozinho a gente não faz nada, vamos ver, a arquitetura convoca todos os outros saberes, os engenheiros, os sociólogos, os antropólogos, todo mundo que a gente ficou, os músicos, convoca toda essa gente, para juntos, construímos o nosso lugar de vida. E nesse sentido a arquitetura é um lugar muito mais do que para resolver problemas, também para gritar “o rei está nu”.

Ou seja, a arquitetura serve também para a gente falar “por aqui não vai bem e se fosse por ali”. A gente não precisa ter todas as respostas, a gente tem que estar disposto a errar, a experimentar, mas a gente tem que ser muito corajoso, como arquiteto, responsável, porque a coragem depende de responsabilidade, quem é responsável não é corajoso só é responsável. Mas quando somos responsáveis inclusive durante as obras pela vida das pessoas a gente tem que ser muito corajoso.

Nós somos como profissão o contrário na minha opinião dos conservadores, o contrário do conservador, porque a gente é o que transforma, transforma

a matéria, transforma cidade, transforma a geografia. Então não sei, me parece bonito pensar assim que o nosso papel é o tempo inteiro é falar “olha talvez por aqui não seja bom” e nós não estamos aqui somente para responder mecanicamente às questões. Porque eu, tempo inteiro eu acho que existe a possibilidade, se a gente acredita que a arquitetura traz o melhor de nós mesmos, de poder questionar onde estamos, como somos, não sei, é muita pretensão, é, mas ao mesmo tempo não é. Porque eu não entendo um projeto de arquitetura com uma obra pronta, acabada, eu não acredito no projeto de arquitetura como de um demiurgo que sabe tudo, eu não acredito nisso e não acredito que o desenho é um projeto ele seja definitivo, nunca.

Mas o que eu acredito é que a gente tem a função social, como arquitetos nós somos treinados, preparados, para projetar, é isso que a sociedade e para da gente. E projetar de uma maneira mais ampla, não estou falando de edifício, não estou falando de planta e corte, estou falando de projetar no sentido de desejar, imaginar coisas muito diferentes, é isso que a gente foi treinado e é isso que esperam de nós.

Então, vocês são estudantes, quando vocês tiverem oportunidade de estar numa mesa com vários outros profissionais que vão ter feito diagnósticos extraordinários das suas áreas: um engenheiro de solos há de ter falado “este solo aqui é uma geleia a gente vai precisar de ter uma fundação profunda porque a rocha está não sei aonde” daí o sociólogo fala “mas a gente não pode impor, porque aqui essa sociedade ela

precisa de um programa que seja diferente, ele são pescadores” e daí quando um arqueólogo falar “mas a gente não pode estar aqui nesse lugar, porque aqui tem um sambaqui” e daí o outro fala “não mas espera lá, a gente não tem grana”, quando cada um fizer o seu diagnóstico da sua área todos já falaram. Para que essa conversa siga eles precisam de nós e “como que a gente faz?” a gente faz um desenho como um início de conversa, a gente faz um desenho como um braço estendido para essa conversa.

E quando a gente faz um desenho todos começam desesperadamente a criticar aquele desenho, a tagarelar e ainda bem porque a conversa seguiu se não ia ficar o silêncio na mesa e a gente tem de estar completamente consciente de que esse processo é importante.

A gente vai desenhar e vai todo mundo falar, a gente desenha de novo e nunca o nosso primeiro desenho vai ser construído, se acontecer é porque houve uma convenção e todos de alguma forma acreditaram que era para ser assim. Mas eu não acredito que a gente seja, que a gente faça os desenhos com uma imposição. Muitas vezes nos colocam nesse lugar: “a o arquiteto que impõe tudo a todos”. Eu acho que a gente tem de saber o que a gente está fazendo, ter a responsabilidade pelo que está fazendo, não ser conservador e defender as nossas ideias. Mas defender no sentido amplo do que é uma conversa, do que é uma defesa de ideias e saber que nunca o nosso desenho vai ser uma imposição e sim a função social que temos na sociedade de fazer essa conversa seguir.

Obrigado Fernando.

Eu não sei se respondi a alguma pergunta, mas a conversa foi boa.

Muito obrigado João, por se disponibilizar para partilhar algumas das suas ideias connosco. Em turma, reunimos uma série de questões que nos interessam sobre diversos temas, sendo a primeira sobre a cidade. Num texto escrito em 2003, Jacques Herzog diz: “Já é hora de nos livrarmos dos manifestos e teorias porque eles não são o cerne da questão. Não há teoria sobre a cidade; só existem cidades.” E de seguida questiona: “Como podemos defini-la, já que não conseguimos entender a criação mais complexa e interessante da raça humana?”. Se não conseguimos descrever as nossas cidades a partir de modelos, como podemos operar sobre elas e encontrar as lógicas para a sua requalificação?

Isso não é bem uma pergunta, é uma transcrição de uma afirmação muito questionável e com a qual eu não estou de acordo em vários momentos. Não estou de acordo, em primeiro lugar, com a ideia de nos livrarmos de manifestos e teorias. Não só há imensas teorias sobre a cidade, como algumas nos ajudam, de facto, a perceber o que é a cidade. A primeira noção importante a não perder é o que a cidade representa enquanto lugar abstrato. Eu sou uma pessoa bastante ligada ao mundo rural e tenho ainda, na contemporaneidade, a perfeita noção do que significa produzir coisas como velos de lã, como litros de leite, como azeitonas, como borregos e interagir com o mercado - interagir com o mercado significa procurar uma plataforma de encontro entre os produtores e os compradores que irão transformar estas matérias primas em tecidos, em

queijo, em azeite, etc. E mais do que o lugar onde se produz, a cidade é o lugar do encontro e da troca - é uma espécie de grande feira que trabalha em primeiro lugar sobre excedentes. Se não existir uma agricultura com capacidade produtiva suficiente para criar excedentes, não conseguimos ter produto de troca, não temos mercado, não procuramos essa plataforma de encontro e não existem condições de cidade.

Portanto tudo tem a ver com a nossa capacidade de produzir matérias primas com uma condição da produção de excedentes, que nos liberta da corveia de nos mantermos quotidianamente e nos permite ocupar esse lugar da troca. Eu creio que esta é a primeira teoria sobre cidade - é um encontro - e é uma teoria interessante que não só nos localiza espacialmente, que é já algo que descende imediatamente deste raciocínio, como também nos permite entender a cidade como sendo profundamente complementar a outras coisas.

Não é um objeto, é uma relação, um tecido de relações, um produto de relações - se não existirem essas relações, não há cidade. A confusão entre a cidade-relação e a cidade-objeto é uma questão muito contemporânea e a necessidade de teorizar sobre a cidade tem que ver com a necessidade de não esquecer essa diferença. Podemos teorizar sobre o objecto cidade, sem dúvida nenhuma - “como é que se resolve a figura que deve física e materialmente ser capaz de gerir e articular essas relações?”, mas não me parece que seja isso a teoria sobre a cidade.

A teoria sobre a cidade é feita questionando, por exemplo, como relacionar questões de densidade com a ocupação dos vales - que é um problema que se põe nas cidades sem porto - e conseguindo compreender a cidade como parte de um sistema muito mais vasto, ao qual eu chamo paisagem. E, portanto, recuso completamente a ideia de que não há teoria sobre a cidade. Há teoria sobre a cidade, há teoria sobre a paisagem, e são essas teorias que nos ajudam, precisamente, a produzir modelos sobre a cidade.

Temos, felizmente, muitos modelos de funcionamento da cidade, alguns mais básicos - onde se reúnem produtores com produtores, e produtores com consumidores - que nos permite, não só, perceber a cidade como um nodo de um grande sistema a que se chama paisagem, como nos permite, também, perceber quais são as formas de financiamento das várias paisagens - se comprar um pão local e azeite estou a financiar uma paisagem, se comprar bimbo e manteiga estou a financiar outra - e isto está diretamente relacionado com este modelo, numa espécie de grandes grafos onde os nodos são as cidades. Depois há modelos muito complicados relacionados com as dinâmicas, com os fluxos, com a mobilidade, com a drenagem das águas, com o solo e a ocupação do solo, etc.

Os modelos de funcionamento das cidades sobre o ponto de vista da drenagem, por exemplo, fazem-nos muita falta - nomeadamente, para perceber que os fenómenos climáticos extremos não são algo excepcional ou imprevisível, muito pelo contrário,

acontecem com uma precisão bastante rigorosa - e é necessário tomarmos medidas de modo a conseguir evitar que os aspetos mais catastróficos desses fenómenos se voltem a realizar.

Acho que o João já respondeu em parte à questão do próximo tópico, que fala sobre a *Entangled Life* - num dos seus escritos Paulo Mendes da Rocha refere-se à ideia de urbano dizendo: “O urbano não é nada. O urbano é um estado de espírito. O urbano é o homem, nós somos o urbano. E a cidade é a nossa intriga. Uma nova intriga entre os homens que a habitam. É isso na minha opinião que é o urbanismo. A existência de um ser urbano que vive na confiança vive, na esperança e na solidariedade do outro”. Hoje em dia os humanos passam a maior parte do seu tempo em espaços desenhados, é responsabilidade de quem os desenha lembrar [os humanos] de que fazem parte da natureza? Qual é o papel da natureza na cidade?

O “urbano não é nada” não é bem assim - o urbano serve, no fundo, para fazer funcionar um sistema maior e eu percebo esta ideia de que a cidade é a nossa intriga, é uma espécie de script, mas que tem, precisamente, a ver com a questão das relações - são estas que escrevem a cidade, que a descrevem e que a constroem e essa imagem é bonita...

A ideia de um modelo generoso do desenho da cidade, como era o caso [do modelo] do arquiteto Paulo Mendes da Rocha - a ideia de que a intriga é feita na tentativa de construção da confiança, da solidariedade e da



30

que pode haver uma maneira justa de escrever e desenhar essa narrativa. Eu creio que os humanos passaram a maior parte do tempo em espaços desenhados - a partir do momento em que começaram a transformar o mundo que os rodeia, plantando e semeando as primeiras sementes, cortando floresta, criando os primeiros sinais de antropização, estavam já a desenhar espaço para viver neles e essa é a nossa sina, é aquilo que sabemos fazer.

Aliás, pelo contrário, somos completamente incapazes de viver no selvagem e de sobreviver em espaços que não sejam transformados em qualquer coisa de habitável, porque somos tão frágeis que se formos submetidos às verdadeiras condições do selvagem, morremos de frio, de extremo calor, de radiação solar, de fome, somos comidos por outros animais, não somos capazes de nos defender.

Portanto, não concordo com a ideia bastante radical de que o homem ou faz parte da natureza ou faz parte de uma outra coisa que contraria a natureza - o homem faz parte da natureza, como é evidente, mas tenta construir uma natureza de substituição que lhe seja mais favorável, de modo a conseguir sobreviver nela. E como é que se transforma essa natureza? Transforma através de dois instrumentos - a fabricação - através da assemblagem das matérias primas e de materiais dispersos, fazemos cabanas, iphones, automóveis, foguetões e construímos artefactos que estão, à partida, condenados a serem remetidos para uma condição de lixo, quando a sua função principal se tornar obsoleta. Mesmo as

pinturas da Inês [Lobo] e do Miguel [Judas], só não são lixo porque conseguem construir em redor delas próprias uma relação de afeto com as pessoas. Esta caneta será lixo, ou seria lixo se eu não gostasse muito dela.

A única maneira de conseguirmos resgatar os artefactos produzidos de uma condição de futuro lixo é envolvermo-nos emocionalmente com eles - sejam eles obras de arte, casas, canetas, e até mesmo iphones. Há quem coleccione iphones antigos, que é inexplicável, mas que de facto acontece. E portanto estamos sempre a produzir lixo, ou então a resgatar desse lixo aquilo que amamos. Como é que as coisas conseguem suscitar essa relação de amor, é que é uma dificuldade.

Por outro lado, há outro processo de produzir artefactos - a domesticação - através da transformação contínua da condição original que a natureza nos oferece, de forma a que esta responda às nossas conveniências, ou até para a especializar, como fazemos com as vacas - vacas de leite ou vacas de carne - ou com cães - cães de guarda, cães pastor ou cães de companhia. Quando fazemos isso, estamos realmente a criar artefactos, mas são artefactos completamente diferentes dos primeiros, porque não têm um ponto zero - uma caneta tem um momento zero, o momento da criação - com os animais domesticados isso já não acontece, não existe o ponto zero na criação de uma raça - é a pré-existência transformada. E isso acontece com tudo aquilo com que nos relacionamos com este espírito de domesticação - não só animais e plantas, mas também terraços nas

montanhas, diques nos rios, operações de drenagem nos solos. As grandes transformações, os grandes metabolismos na paisagem, são feitos com o espírito da domesticação com que transformamos todas estas realidades que acabam por ser tão artificiais que, tal como nós, se tornam completamente incapazes de se relacionar de uma maneira autónoma com a natureza de onde saíram.

Se imaginarmos o yorkshire terrier abandonado numa floresta, não tem qualquer viabilidade autónoma - é dependente do humano - e esse negócio é a chave disto tudo. Retiramos, a essas plantas e animais, a condição e a liberdade da autonomia, mas também oferecemos outras coisas - vidas mais longas e mais saudáveis, assim como a ausência de sofrimento, de stress e da angústia de ter que procurar comida. A esperança média de vida dos lobos selvagens, por exemplo, antepassados dos nossos cães, é de 5 anos e criamos um cão que vive 15.

Ou em relação ao sucesso global de espécies como o trigo - uma erva que estava perdida no meio de tantas outras há 25 mil anos e que, neste momento, é a espécie mais frequente na superfície do globo, apenas porque assinou um pacto conosco - perder a autonomia e conseguir, com a humanidade, crescer dessa forma. Este pacto é o nosso fardo cultural. A domesticação é o nosso contrato - nascemos com essa responsabilidade, que está relacionada, fundamentalmente, com afeto, com cura, com tratar, com manter. Não podemos rejeitar isto.

Este raciocínio aplicado ao cão - “o cãozinho é muito querido, quero um cãozinho, depois já não quero o cãozinho, abandono o cãozinho” - isto é uma coisa terrível, mas nós fazemo-lo com paisagens, por exemplo. Tratamo-las, curamo-las, enquanto elas são diretamente úteis para nós, porque há fome e vamos pastando, ou vamos construindo terraços, vamos produzindo olivais e vinhas e depois, de repente, quando percebemos que ganhamos mais dinheiro a fazer negócio da bolsa ou a alugar quartos, esquecemos isso, descemos completamente de cota todos os limites da domesticação.

Começamos a comprar azeitona a Marrocos e laranjas à Argélia e a nossa paisagem transforma-se pelo abandono. O abandono, no caso do domesticado, não significa uma regressão à condição original de natureza, porque isso é evidentemente impossível, significa só uma espécie de flutuação num estranho limbo de uma quantidade de sistemas e de seres vivos que já não são uma coisa e que não conseguem regressar a outra e que, portanto, constroem sempre uma outra coisa nova.

Eu creio que estes são os dois instrumentos da construção e do desenho da paisagem e que não existem muitos metros quadrados de chão no mundo que não sejam, de um modo ou de outro, desenhados por nós. Mesmo quando consideramos e definimos um grande espaço intocável na paisagem natural, esse mesmo gesto de o demarcar e de o considerar intocável é já um modo de domesticar, de atribuir um determinado sentido e de propor um certo sistema de gestão, que o transforma

evidentemente num espaço de domesticação. Todas aquelas reservas de leões e rinocerontes que vemos nos documentários de televisão são uma espécie de grandes quintas, onde aprendemos a conseguir gerir esse último estado de domesticação que é, no fundo, a gestão do selvagem.

Sendo assim, em relação a esta afirmação, a grande diferença, no meu entender, é que não começámos agora a passar a maior parte do tempo das nossas vidas em espaços desenhados - nós sempre vivemos em espaços desenhados, nós somos espaços desenhados. É difícil distinguir-nos dos espaços desenhados onde vivemos, e é difícil distinguir os espaços desenhados de nós - é mais do que um habitat, é uma espécie de casulo, uma cápsula que faz parte do comportamento intrínseco dos nossos seres.

Nesse aspecto, penso que essa fronteira entre “natureza” e “não natureza” é um assunto que não interessa muito, de facto, não é essa a questão - a questão é: como conseguimos domesticar, com que ética conseguimos domesticar, com que intenções, com que consequências, com que peso, com que significado para o futuro, é que conseguimos desenhar os espaços da nossa vida?

O seguinte tema é, também, relacionado com a cidade, mas mais direccionado para a questão do direito à cidade e à habitação. O Século XX foi marcado pela busca de providenciar habitação - a “habitação para o maior número” foi central à arquitetura e à criação de cidade, sobretudo por iniciativa

pública. Mais recentemente, emergiu a fé na “mão invisível do mercado” e no investimento privado como resposta ao problema. Um credo que os atuais fenómenos de gentrificação urbana puseram em crise. O direito à habitação, e à cidade, devem ser um direito universal? O direito à cidade é um dever do arquiteto, mais do que dos outros cidadãos?

O direito à cidade é um direito universal, tanto como é o direito ao campo. O que eu creio que faz sentido falarmos é do direito à vida que escolhemos e às atividades que escolhemos - a cidade não é um direito, é uma opção - uma opção que, cada vez mais, não é necessariamente universal.

Vivemos um momento em que, mesmo não considerando os fenómenos abstratos e teóricos da ruralização, se observa, até na sequência das mãos invisíveis do mercado, uma clara opção por modos de vida diferentes. Sair da cidade, viver no campo, criar galinhas, dedicar-se ao melhoramento de espécies de pombos, por exemplo, ter atividades paralelas à atividade principal - que só são possíveis, porque se vive no campo e não na cidade. O direito a viver como queremos é a nossa grande liberdade, esse é o direito que devemos defender. Queremos cidade, sim, defendamos o direito à cidade, queremos não cidade, defendemos o direito a essa não cidade - mas de uma forma que possamos garantir que seja tão construtiva, tão segura, tão eficaz como a cidade. Ainda existem muitos sítios no mundo, infelizmente, em que as pessoas ao fazerem essa escolha, fazem também a escolha entre ter um

hospital a 20 minutos ou correr o risco de se filho tiver uma apendicite, poder morrer no caminho para o hospital.

A defesa da liberdade de escolha deve ser um dever dos arquitetos? Com certeza que sim - esse é o dever dos arquitetos. Infelizmente, a maior parte dos arquitetos, na literatura que é produzida a propósito da arquitetura, têm sempre uma posição extremamente solidária e radicalmente defensora dos direitos e liberdades dos seus concidadãos, no entanto, na primeira oportunidade, agarram-se ao poder económico com unhas e dentes e tornam-se os mais subservientes e vis escravos, precisamente daquilo que anteriormente defendiam. Eu conheço tantos casos assim, que me incomoda pensar nisso.

O que é preciso resolver, em primeiro lugar, é este horror das pessoas acharem que o que interessa é a sua inscrição nesta espécie de corrida de ratos - aos lugares de visibilidade na arquitetura e, sobretudo, aos lugares de espetacularidade na arquitetura. Deve ser investido um grande esforço de formação através do exemplo, porque não é possível incentivar a uma postura extremamente crítica em relação ao trabalho do arquiteto e ao papel que este deve ter na luta ao direito à cidade e enquanto defensor dessas liberdades, se depois se assina projetos de especulação escandalosa.

Portanto, os alunos de arquitetura são e têm que ser, suficientemente, críticos para conseguir entender as posições que cada um toma, para além da espetacularidade dos seus resultados

arquitetónicos. Assim como devem ser críticos em relação à própria espetacularidade e perceber no que esta se traduz, quais foram os esforços efetivos, qual foi a produção, nem que seja conceptual, que se conseguiu conseguiu fazer em relação à defesa desses direitos. Creio que se começarem a analisar a obra das vossas referências, sobre esse ponto de vista, vão ter umas amargas surpresas - muitas desilusões - mas é muito importante fazer essa leitura.

Aceitando, então, que defender o direito à cidade é um dever do arquiteto, questiono se esse é um papel que este deve assumir com maior importância, ou se todos os cidadãos o devem assumir por igual?

O arquiteto tem uma responsabilidade inacreditável, precisamente, porque tem a opção de se subjugar ao poder e ao poder económico, e realizar experiências de espetacularidade - mas não me parece justificável. Podíamos dizer que sobre o ponto de vista da pesquisa e da construção de um corpo arquitetónico, fazer ou ter a oportunidade de fazer 50 objetos espetaculares em arquitetura vale a venda da alma ao diabo, mas eu acho que não vale, sobretudo porque nem acredito na verdadeira valia dos objetos espetaculares.

Não só porque em si o negócio é mau, como, ainda para mais, aquilo pelo qual trocamos a alma são coisas que não interessam. Se observarmos a arquitetura espetacular de há 40 anos - os magníficos anos 80 - à luz daquilo que vocês (alunos de arquitetura) pensam, questiono-vos: o que é a

arquitetura espetacular dos anos 80? Efetivamente, a arquitetura espetacular dos anos 80, a qual deixava os vossos colegas de “boca aberta”, era precisamente produzida pelos mestres dos vossos colegas com essa mesma intenção. Eu estou convencido que a espetacularidade não é o valor, e que, assim sendo, “vender a alma” para estar espetacularidade não vale mesmo nada.

Falando agora sobre o chão comum e a partilha - Doris Salcedo, a artista contemporânea colombiana, diz numa das suas entrevistas: “o meu processo é interferir, inserir-me no espaço público obliquamente e não diretamente, para que outros possam, por sua vez, reivindicar o espaço para si.” O espaço público é um mecanismo de coesão social?

Claro que sim, o espaço público é o set para mecanismos de coesão social - é a caixa onde estes mecanismos podem funcionar. No entanto, o espaço público é uma coisa muito alargada, e eu creio que o facto do espaço público ser um mecanismo de coesão social tem muito pouco a ver com a Doris Salcedo.

Doris Salcedo intervém de maneiras muito pontuais, muito específicas e em contextos que têm, felizmente, pouco a ver com a nossa cidade, mas o que é fundamental perceber é que este não é um espaço de interação entre os eleitos e a população - é um espaço de interação entre a própria população e que essa interação não é necessariamente menos rica do que a interação estimulada por uma espécie de crack. Ou seja, não precisamos de artistas que nos ensinem de que maneira é

que os espaços públicos podem ser instrumentos extraordinários de coesão social, porque as pessoas, sobretudo hoje em dia, sabem muito bem, sozinhas, transformar o espaço público em lugares e em espaços de construção de coesão social.

Estamos a trabalhar no parque em Marvila e a maneira como as comunidades estão a acompanhar o processo, deixa-nos sem qualquer sombra de dúvida sobre a capacidade que estas têm para o fazer, autonomamente, sem animadores ou facilitadores. Estão, somente, reunidos em associações, em pequenas plataformas de locais de interesse, em comunidades de bairro, em grupos de artistas, em grupos de rua, em bandas musicais - subestimamos muitíssimo a capacidade das pessoas de conseguir construir essas grandes energias de construção de coesão social.

Damos-lhes muito pouca atenção - se calhar, devíamos ir buscar espaço de visibilidade da arquitetura espetacular e dá-lo a essas iniciativas espontâneas comunitárias, porque são muitíssimo válidas, em todos os aspetos. Tenho contactado, não só em Portugal, com comunidades que são, efetivamente, de uma riqueza inacreditável, e não são especialistas, são amadores em tudo - em teatro, em música, em artes plásticas, em graffiti. Mas o espaço público é muito mais do que praças e ruas. O espaço público é todo o espaço da infraestrutura, por exemplo - são as linhas de comboio; são as margens e as faixas de proteção das linhas de comboio; são os domínios hídricos; os domínios públicos marítimos;

espaços das grandes infraestruturas, das servidões dos nossos percursos que atravessam os grandes latifúndios no Alentejo, para conseguirmos ir ver o Guadiana. Percursos esses que são, frequentemente, cortados pelas operações de lavoura das terras, para que não existam essas penetrações, que só a muito custo conseguem ser mantidos, e mesmo assim reduzidos a um número simbólico. É uma rede muito especial, muito importante e que também não consideramos da maneira devida.

Sob o ponto de vista, exclusivamente, abstrato, dizer que se pode ir a pé ou de bicicleta de Lisboa a Moscovo, é de uma importância inacreditável. Não agora, tendo em conta o que se está a passar, mas em termos abstratos, só considerando a distância e a complexidade do território percorrido é uma ideia extraordinária. Quem diz Moscovo, diz ir pela água até Veneza, por exemplo, pelo grande espaço público que é o mar, os rios, as lagoas - perceber a liberdade que isso é, e quando se poderá perder dessa liberdade, quando também o mar e esses espaços de reserva dos últimos redutos, do sentido comum do espaço, se perderem. E digo “quando”, porque me parece ser apenas uma questão de tempo - se observarmos os mapas das concessões oceânicas ficamos arrepiados - sobram apenas uma espécie de estradas. Entre concessões de telecomunicações, concessões de pescas, concessões de exploração minerária e petrolífera, a quantidade de coisas que começam a surgir como quintas privadas ou concessionadas nos mares é absolutamente inacreditável.

E tal como aconteceu na terra - em que existiam enormes extensões de pastos comunitários, os baldios, que foram quase todos convertidos em estruturas cadastrais privadas ou do domínio privado municipal - acabará por acontecer nas águas. Eu considero extraordinariamente importante defender a ideia do espaço público enquanto algo que transcende até o espaço da cidade e que se estende, permitindo a conexão entre as várias cidades do mundo.

O nosso próximo tema é sobre o habitar. Hashim Sarkis questiona o que é o habitar colectivo da seguinte forma: precisamos de um novo contrato espacial. “No contexto de crescentes divisões políticas e crescentes desigualdades económicas, é urgente imaginar espaços nos quais possamos viver juntos com generosidade. Juntos como seres humanos que, apesar da nossa individualidade crescente, se desejam conectar uns com os outros e com outras espécies, através do espaço digital e do espaço real, juntos como novas famílias em buscas de espaços mais diversos e dignos de habitação. Juntos como comunidades emergentes que exigem equidade, inclusão e identidade espacial. Juntos através das fronteiras políticas para imaginar novas geografias de associação. E juntos como um planeta que enfrenta crises que requerem uma ação global para que possamos continuar a viver.” De que forma é que um edifício de habitação pode garantir uma experiência de partilha de um espaço comum entre os seus habitantes?

Eu creio que de muitas formas. Se pensarmos na Suburra, uma realidade

muito interessante - a grande confusão urbana da cidade pobre romana, onde as insulae, edifícios de 4 ou 5 pisos eram alugados ainda de acordo com as diferentes estratificações sociais da própria Suburra, com densidades de utilização diferentes - um pouco como cá, onde havia casas que correspondiam cada uma, a uma família; ou cada piso a uma família; mas havia também divisões que tinham várias famílias, e nos sítios mais densos e mais pobres da Suburra havia até espaços em que cada compartimento albergava já imensa gente.

E isso acontece hoje, aqui, em Lisboa, exatamente da mesma maneira. Ou seja, esta ideia da especulação, esta ideia da injustiça na forma do direito à habitação - não são questões que tenham sido criadas, nem com a revolução industrial, nem com a liberalização dos mercados, nem com estas febres recentes da mão invisível do mercado. São coisas que, aparentemente, estão inerentes a uma determinada maneira de entender a comunidade e a uma determinada maneira de entender o outro, que é tão censurável na contemporaneidade, como era no tempo dos romanos.

O que isto significa é que, há 2000 anos, havia pessoas ricas que investiam na construção de edifícios, com o intuito de conseguir especular e explorar as condições de pobreza e de miséria dos seus concidadãos, ganhando fortunas. O que é assustador é entender que em 2000 anos não fizemos nada em relação à eliminação dessa atitude, dessa forma de entender o outro e de fazer dinheiro com o outro, e não ten-

hamos conseguido estabelecer outras formas de construir relações - porque, de facto, são exatamente iguais. Se começamos a estudar todos os aspectos da vida romana, as questões de relação familiar ou as relações sociais relacionadas com a sexualidade, por exemplo, são completamente diferentes com a nossa contemporaneidade, no entanto, o conceito de explorar os que têm menos dinheiro conseguiu chegar intacto aos nossos dias.

Portanto, o nosso dever e obrigação de refletir sobre isto é absolutamente fundamental e creio, mesmo, que é a chave para a solução de uma quantidade inacreditável de problemas - se alterássemos as nossas relações com os outros e as nossas relações com os outros no que diz respeito à especulação e à habitação, o mundo era muito melhor, o mundo era de facto muito diferente.

Da mesma forma que temos exemplos de especulação, também temos exemplos muito virtuosos. Estou-me a lembrar da Unité d’Habitation, de Le Corbusier - aquela magnífica ideia de haver um piso comum, que não era de ninguém e que era um sítio onde as pessoas cozinhavam, lavavam roupa, estavam e falavam. Isso significa oferecer, em termos especulativos, àquela comunidade, uma quantidade de espaço que só é rentável na medida em que consegue contribuir para o bem-estar daquelas pessoas.

Eu acredito que as duas coisas estão muitíssimo ligadas - ou nós conseguimos encontrar modelos generosos de proposta das condições do habitar

todos os níveis, espaço público, espaço privado, habitação, e conseguimos entender a promoção da arquitetura como qualquer coisa que tem que ser guiada por parâmetros e princípios éticos; ou então cada metro quadrado serve apenas para “encher os bolsos” do promotor, à conta de uma determinada oportunidade que, eventualmente, lhe terá caído do céu.

Portanto, isto está sempre relacionado com a posição do arquiteto. E ainda por cima, aquilo que se observa, é que isto faz-se cada vez por preços menores - “a alma é vendida por preços cada vez mais baratos” - que é uma coisa que arrepiava. Mas isto tem a ver convosco. Eu tenho muita esperança nesta geração, porque é uma geração que tem cada vez menos apetite por brinquedos fúteis, tem outros interesses - interesses que considero serem mais elaborados - preocupam-se com viver melhor, estar com outras pessoas. São valores completamente diferentes dos valores que, por exemplo, animavam as ambições das pessoas nos anos 80 - como o Taveira a andar de Ferrari, com “miúdas giras” - que hoje, para a vossa geração, é completamente caricato, não faz o mais pequeno sentido, é ridículo.

[Inês Lobo]: Não sei se não vivemos numa bolha. A geração que nos chega, os alunos que nos chegam aos cursos que lecionamos, eventualmente, não são um exemplo.

Pois, não sei, eu tenho sempre esperança que seja diferente, que as coisas estejam realmente a mudar. Como, também, tenho esperança que mudem

nos próprios domínios da arquitetura - os prémios cada vez permeiam menos a arquitetura espetacular e, pelo contrário, conseguem assinalar o interesse na arquitetura não espetacular, na arquitetura ética, na arquitetura pobre que tenta gastar pouco.

A sexta questão é sobre a durabilidade, a flexibilidade e a ruína. No livro “On and Around Architecture: Ten Conversations”, da dupla Jonathan Sergison e Stephen Bates, refere-se a ideia de olhar para o projeto de um edifício de habitação coletiva a partir do seu tempo de vida. O seu esqueleto, na perspetiva destes arquitetos, deve ter um tempo de vida longo, e ser visto como uma ruína permanente, que pode ser habitada transitoriamente. Para isso deverá ser flexível e duradoura. Os outros ciclos de vida são médios, ou seja, são ciclos que se devem adaptar às alterações. O esqueleto é, assim, habitado pelos diversos componentes do edifício, como os que asseguram o funcionamento das infra-estruturas ou as fachadas e o invólucro. Esta separação em três momentos obriga-nos a uma outra forma de projetar, em que o tempo volta a ser um dado fundamental no processo - tempo de execução e tempo de vida. Como devemos definir flexibi idade na arquitetura? Qual é o seu maior obstáculo?

Há aqui um certo otimismo da parte do Jonathan em relação à tal universalidade e estabilidade da estrutura. Ultimamente, tenho trabalhado muito em Itália, que é um sítio onde houve uma transformação da própria carta de risco sísmico do país, devido a uma série de terramotos em zonas que não

eram consideradas zonas sísmicas - nomeadamente, em toda a Emilia-Romagna - e, de repente, a própria estrutura é posta em causa.

Um projeto que implique a renovação de um edifício preexistente implica, também, para que seja aprovado, que a estrutura seja revista, para serem incluídos os parâmetros de resistência sísmica. Portanto, eu creio que esta é uma reflexão muito interessante, como todas as reflexões que incluem o tempo como pensamento na arquitetura, precisamente, porque se opõe a esta visão um pouco ingénua, em que os arquitetos desenhavam “um boneco” e estavam convencidos de que esse “boneco” era o que o edifício ia ser para toda a eternidade, e quando lhes perguntavam qual era o tempo de vida útil do edifício, ficavam completamente alucinados, porque era uma questão que nem se punha.

Quando vemos os livros de fotografia, o que é que acontece? Aquilo começa imediatamente a envelhecer - ainda está novinho e já tem algumas coisas a envelhecer. O capítulo de um edifício começa, precisamente, no momento em que se dá a chave ao locatário e isso exprime-se de várias maneiras diferentes - o envelhecimento dos materiais, as diferentes resistências dos materiais ao ambiente, as mudanças de programa, as mudanças de gosto da mulher do senhor, ou as mudanças de mulher do senhor, que vai mudando as cortinas e as mobílias. Tudo isso se afasta desta ideia de eternidade e se torna muitíssimo mais dinâmico, talvez mais interessante, na medida em que vai gerando, continuamente, proble-

mas diferentes a cada dia de vida da obra. Este pensamento tem que envolver as possibilidades de deriva no desenho inicial e tem que conseguir estabelecer os próprios princípios dessa deriva - perceber o permanente e o transitório, perceber o permanente e o declinável.

Isto discute-se em tantas ordens, por exemplo, quando se desenha um parque - os argumentos arquitetónicos que vão ser visíveis no momento da inauguração são pouquíssimos - são os elementos construídos, os pavimentos, os muros, os candeeiros, o mobiliário, a topografia - aquilo que constitui, efetivamente, o espaço arquitetónico de um parque ou de um jardim, daí a trinta anos, são as grandes copas das árvores, as mudanças de cor, as mudanças de transparência, as mudanças de luz, as relações entre as várias copas - é uma outra arquitetura que se vai desenvolver autonomamente, partindo dos primeiros argumentos.

E temos que cuidar desses argumentos com a mesma cura e com a mesma profundidade, com que preparamos os outros, e conseguir inserir no desenho essa espécie de realidade incipiente que já sabemos que vai desenvolver uma outra condição arquitetónica, uma outra condição espacial, completamente diferente. Não é propriamente flexibilidade - é uma espécie de projeto a vários tempos - e é evidente que os tempos mais distantes não se conseguem controlar, mas consegue-se, abstratamente, perceber a abertura e as relações entre o permanente e o porário que se podem aplicar.

Não é apenas em termos de esqueleto e não esqueleto - é mais complexo do que isso, até porque depende do tipo edifício, mas isto já se faz há muitos anos - neste momento, há sedes de universidades que eram hospitais e que foram conventos - o caso da Nova, no Campo de Santana, agora é uma sede institucional - tem auditórios e salas; a escola de Belas Artes é outro exemplo.

Lisboa está cheia de exemplos muito mais elaborados, do que simplesmente dizer que o esqueleto se mantém - não é propriamente o esqueleto que se mantém - é um raciocínio em que se consegue separar o que se considera permanente e o que pode ser mais temporário, e é um raciocínio que tem que existir. Eventualmente já existia. Não acredito que seja pura coincidência que estes edifícios que dão agora excelentes salas comuns de universidades, também dessem excelentes salas de escolas de medicina e que também dessem excelentes salas de conventos. Não é uma coincidência.

O tema seguinte é sobre a tradição e a industrialização. Hoje, temos consciência de que a indústria da construção, assim como a utilização dos edifícios, são direta ou indiretamente, das maiores fontes de poluição do planeta. Mas continuamos a ser chamados a construir e num momento de urgência climática. O presente parece, por isso, uma oportunidade de repensar o que significa e deve comportar construir. O que parece impor mudanças a todos os envolvidos no processo: os projetistas, a indústria e os construtores. Qual é a sua percepção sobre a indústria da construção hoje em dia,

nomeadamente, comparando com outros momentos da história em que a industrialização teve um papel preponderante?

É importante sublinhar que os edifícios, que usam sobretudo betão, não são fontes de poluição - são fontes de carbono - são coisas diferentes. O carbono não é um agente poluente, o carbono, o dióxido de carbono não é um poluente - o dióxido de carbono é um componente ativo e universal da nossa atmosfera. Se esta não tivesse dióxido de carbono em grandes quantidades, não teríamos plantas, não teríamos vida à face da Terra, não teríamos nada.

Através da fotossíntese, as plantas decompõem moléculas de oxigénio do ar, de dióxido de carbono e de água e constroem uma outra molécula complexa - constituída por carbono, dois átomos de oxigénio e um de hidrogénio - o CO₂H - que é a molécula base de todas as substâncias orgânicas. Sem dióxido de carbono não há fotossíntese, sem dióxido de carbono não há a extraordinária passagem entre o mundo mineral e o mundo orgânico. O dióxido de carbono não só não é um poluente como é, absolutamente, essencial para a nossa vida.

A única questão é conseguirmos afinar a dosagem - demais parece que é em excesso, mas de menos também é. Portanto, não vamos confundir poluição com produção de dióxido de carbono. E o que o betão produz não é poluição, é dióxido de carbono, não têm nenhum componente, não produz líquido, não produz gases tóxicos, não produz nada em que seja preciso interferir.

Devo dizer que esta ideia da indústria da construção é algo que me faz muita impressão, sobretudo quando vi as casas da Toyota - por um lado, percebo a necessidade de se tornar o processo de construção cada vez mais inteligente, mas por outro, assusta-me que a casa seja escolhida como se escolhe um carro - “queres uma casa Toyota modelo 5 ou preferes uma Hyundai modelo 16?”.

Eu gosto de máquinas fotográficas e gosto de lhes mexer, de as montar e de as desmontar e há aqui uma passagem muito engraçada - mais ou menos por volta dos anos 30, quando se alterou os processos de industrialização, exactamente do mesmo modo com o que se passou com os sistemas informáticos. Atualmente, compra-se um sistema informático, que é de tal forma blindado, que a interação com o sistema é praticamente impossível. Nos anos 80, quando comprávamos sistemas informáticos, comprávamos coisas com as quais interagíamos.

Existiam umas revistas de rotinas que se compravam e que se trocavam; e havia mails (não no sentido digital), mas caixas postais onde se mandava dinheiro e nos enviavam, de volta, pequenos programas - estávamos continuamente a programar sobre aquilo que comprávamos, para adaptar os programas à nossa realidade, para os transformar em coisas mais próximas às nossas necessidades.

Com as máquinas era a mesma coisa - quando as máquinas fotográficas eram feitas em madeira, as pessoas adaptavam-nas, compravam mais

um elemento de lente, ajustavam as distâncias focais, mudavam as dimensões do vidro de focagem, etc. Era uma constante adaptação, feita artesanalmente, com serrotes, cola, e coisas do género. Quando começámos a trabalhar com plásticos, sobretudo as câmaras Bakelite, isso acabou, porque a câmara Bakelite é fechada, não é iterativa, não se pode transformar em coisíssima nenhuma.

Não mudas lentes, não mudas nada. Se se partir, não tem qualquer hipótese de ser reconstruída, e faz-me impressão que seja assim. Com os carros aconteceu o mesmo, os primeiros carros eram profundamente passíveis de serem adaptados às nossas necessidades. Hoje em dia é tudo fechado - compramos um pacote com o qual temos de viver durante o seu tempo de uso - e essa é outra questão - a durabilidade. É verdade que as coisas não são eternas e são adaptáveis, mas também não podem ter um período de decadência previsto pelo próprio fabricante, que é o que acontece com todos os objectos manufacturados neste momento.

Compra-se uma coisa com três anos de garantia e já se sabe que ao fim de quatro aquilo não funciona - a garantia é essa - depois de quatro anos, a coisa não funciona. E isto aplicado à questão da casa, faz-me muita impressão - porque uma coisa é um ventilador ou uma máquina fotográfica, e outra é a casa. E quando entregamos (se entregamos) a produção das nossas casas à indústria, estamos a criar a condição inevitável de que as nossas casas terão um tempo de caducidade absolutamente definido de fabrico.

Tudo irá deixar de vedar, deixar de ser estanque, deixar de funcionar assim que termine o período de garantia. Isso é bom no sentido em que vai renovar o desenho... mas eu duvido muito. Eu vivo numa casa de 1700 e acho que aquilo é impecável, não a trocava por nada.

Por último, gostaríamos de discutir o papel da nossa disciplina na sociedade. O que é valorizado entre os arquitetos, por vezes de forma consensual, não corresponde necessariamente ao que é valorizado pela “pessoa comum”. Nesse sentido surge a questão: O que define a boa arquitetura?

Pois, eu penso que isto é absolutamente verdade. Um dos problemas é esse - o problema do funcionamento em circuito fechado. Cada vez mais se celebra a arquitetura entre arquitetos, se faz arquitetura para mostrar aos arquitetos e se trabalha nessa espécie de ciclo vicioso, em que a relação com as comunidades se tornou muito distante, abstrata e, sobretudo, muito desinteressante para os arquitetos.

Estes não estão interessados naquilo que as pessoas pensam ou acham da sua arquitetura e a culpa disso é não haver críticos - o papel do crítico é do colega. Não há críticos de arquitetura, que estudaram crítica de arquitetura, que tem essa posição e que não são arquitetos. É uma figura que desapareceu - curiosamente, nas outras artes não desapareceu, para o melhor ou para o pior, lá estão eles. Transformar os nossos colegas nos críticos da produção é o pior que pode acontecer - ou “vendemos o ouro ao bandido”

ou ficamos reféns de uma circunstância muito má - a troca de “chapeladas”: “eu digo que o que fizeste é ótimo e tu dizes que aquilo que eu fiz é ótimo”... isto é muito mau e só se resolve, de facto, com uma condição crítica autónoma - que é, no fundo, o que os prémios poderiam ou deveriam fazer e, provavelmente, alguns até o estarão a fazer... não sei.

Mais importante do que definir arquitetura, é definir o processo através do qual a arquitetura se pode transformar em algo mais próximo e mais útil para as pessoas. Se andarmos pela cidade fora, percebemos que uma grande parte dos malefícios, que esta exhibe, foram assinados por arquitetos - isso é dramático. Gostava de poder dizer que uma grande parte dos edifícios anónimos que eu adoro, que constituem a cidade foram feitos por arquitetos, mas também não o posso fazer. Estas duas coisas conjugadas são terríveis e são uma das grandes responsabilidades desse afastamento.

Aqui, em Alvalade, estamos num ambiente que, por acaso, é uma tábua de salvação, uma exceção - é feita por arquitetos e é um sítio maravilhoso, ótimo para viver e é realmente uma produção de arquitetos. Mas estes arquitetos são os tais anónimos, não estavam minimamente preocupados nem com espetacularidade, nem com visibilidade. Estavam interessados na construção de uma espécie de grande obra coletiva, da grande obra anónima, que tem esta capacidade incrível de produzir um habitat com uma enorme qualidade e que é reconhecido pelas pessoas. As pessoas não sabem os

nomes dos arquitetos que fizeram estes edifícios, mas têm a perfeita consciência da qualidade da arquitetura na qual vivem, tanto em termos de edifícios, como em termos de espaço público e isto é que é importante - servir esta relação, não é identificar o autor. Sabem quem fez o Jardim da Estrela? Não sabem - não interessa a ninguém quem fez o Jardim da Estrela - mas que é uma coisa magnífica, é. Talvez a substituição da obsessão pelo autor, pela tentativa de construção de uma ideia mais coletiva da produção não fosse má ideia.

Há algumas definições de arquitetura - a arquitetura é a arte da conceção do espaço onde vivemos, seja ele espaço edificado, espaço aberto, agrícola, florestal, etc - é o pensamento que está por detrás do espaço desenhado onde vivemos, e creio que as regras do seu pensamento deveriam ser regras muito mais inclusivas, por exemplo, no que diz respeito à infraestrutura. A infraestrutura ainda é desenhada com pensamentos extremamente escassos sobre o ponto de vista da qualidade de vida do seu utilizador - são espaços que são desenhados como coisas economicamente rentáveis e funcionalmente eficazes - ao desenhar uma autoestrada, não existe, propriamente, uma preocupação sobre o conforto das pessoas que vivem ao lado ou por baixo do viaduto.

Tudo isto é resolvido como se fosse um incómodo que ali estava e que teve de ser resolvido com o mínimo de despesa e esforço. Mesmo sobre o ponto de vista do utilizador, terão de concordar comigo, as áreas de serviço são talvez

dos espaços mais abjetos que foram criados à face da terra

[risos]

Não são? Comparem uma estação de comboio - uma magnífica estação de comboio - de meados do século XX, com uma estação de serviço de uma autoestrada - são coisas equivalentes, enquanto espaços arquitetónicos, enquanto produto de um pensamento relacionado com a infraestrutura e com as pessoas, mas não tem nada a ver a falta de qualidade numa e a extrema qualidade noutra. Faz muita falta a entrada de um pensamento arquitetónico nos outros processos de desenho e de construção do mundo desenhado em que vivemos, e onde a arquitetura ainda não conseguiu chegar. O grande desafio é talvez esse - conseguirmos convencer as pessoas de que não se pode fazer um túnel sem arquitetura, não se pode fazer um viaduto sem arquitetura, não se pode fazer uma auto estrada sem arquitetura, não se pode fazer uma linha de caminhos de ferro, uma estação de serviço... e se calhar ensinar a fazer essas coisas, em vez de as pôr a fazer catedrais e coisas do género, como às vezes vemos enquanto exercício escolar.

Cities _ can we define them? - and the first question is: In a text written in 2003 Jacques Herzog says: “It is about time to get rid of manifestos and theories because they are not the heart of the matter. There is no theory about the city; there are only cities”. He then asks, “How can we define it, since we can’t understand the most complex and interesting creation of the human race?” If we cannot describe our cities through models, how can we operate on them and find the logics for their requalification?

All of your questions are extremely difficult. Each one could be more than an hour. The Jacques Herzog quote reminded me a little bit of a similar quote from... That was from 2003, right?

Yes

From a quote, probably, 30 years beforehand, 1974, from a book by Georges Perec called Species of Spaces. In it, I think, there’s a line, and I might be misquoting it slightly, but he says: “Do not try to find an easy definition for the city, it’s too big, you will only get it wrong.” So, a quite similar spirit. In the book he sort of tries to develop certain exercises by which we could maybe generate some kind of insight and they are practical exercises to do with looking and recording about - particularly kind of everyday lives - things we normally don’t pay much attention to. And it’s a book which I like very much because it’s very light, it’s very playful, and it has little games about how we perceive and then understand and then use the city. I would say that as a model, as good as any other, I suppose that I very much

agree with Jacques Herzog’s view, partly because I come from London. London is a city that doesn’t have a plan, that has never had a plan and is a city that when people have tried to have a plan, the city has rejected it really forcefully, because it’s a city that somehow sort of produces itself, like an organism. So you can have ideas about specific parts, or specific buildings, or even specific fragments of buildings and spaces, and some of them can be very big like a park - and, to be honest, London does parks very well - but the idea of trying to encapsulate the city and how it works and how it should work within one unified theory will just never suit the occasion.

So you have to find ways of engaging with it at much more empirical experience levels. So, what will work for one part will be completely inappropriate for another and that’s because the scale of the city, the topography of the city, the history of the city, establishes certain characteristics, which are not really producible. I think we can compare it to a body, how you deal with a foot injury is very different from how you would deal with an eye problem. You can’t just establish a principle. Every part is different. It’s a very bad analogy, I probably would scrub that one. But you know what I mean. I guess, as architects, we are maybe much more interested in a kind of genuinely lived experience. Also, I think that Londoners may have a lot in common with other port cities. Cities that are big ports - Lisbon, Porto, London, Hamburg, Rotterdam, let’s say for the European ones, of course it’s the same in Africa, Asia and the Americas - have a very particular

metabolism, which has to do with import and export. That’s to do with knowledge, people, things, goods... So you often have a very complex arrangement of conditions which can be as much to do with very, very far away places as they are to do with local conditions. So cities that have long histories of trading and shipping generally have a very hybrid condition and that is, in a sense, the richness of those places - is that they’re kind of impure and they’re mixed and I think that that’s something which I sort of feel like is a bit what lies behind Jacques Herzog’s quote. And so, how do we operate on them?

Then I would say we operate carefully... we have to be very attentive to what we find, we have to be very attentive to what we think we know, which is often incorrect - and being misunderstanding can be very productive - but it needs to be critical, you know? We have to be critical. So I would sort of say that our work coming from this context, which is very different to if you were maybe a Parisian architect, where your understanding of the city might be a much more orderly affair, will be one of, I would say, constant attention to what is visible and what is barely visible, so sometimes things like the social history of a place might be caring more influence, than the physical stuff that you find there, sometimes the physical stuff that you find there might be the beginning of a story into, let say, a material culture which leads you to geology, which leads you to climate, which leads you to cultural habits, and I would say that a good architect should be very sensitive to these things and should be very curious about why things are the

way they are, which is very different to trying to find an overall understanding. I would say that that would be the thing that I would try to avoid, because with an overall understanding comes generalisations that may be helpful in some respects, but also may mean that we miss the opportunity for very specific interventions and inventions and discoveries.

In one of his writings Paulo Mendes da Rocha refers to the idea of “urban” by saying: “The urban is nothing. The urban is a state of mind. The urban is man, we are the urban. And the city is our intrigue. A new intrigue between the men who inhabit it. That, in my opinion, is what urbanism is. The existence of an urban being who lives in the trust, hope and solidarity of the other.” Nowadays humans spend most of their time in “designed” spaces, is it the responsibility of those who design them to remind [humans] that they are part of nature? What is the role of nature in a city?

I can enjoy the first part of that quote: “the urban is a state of mind” ... I would probably say that if we are in a situation where we have to remind humans that we are part of nature... then yes - then I suspect that we probably need to take a step back, because we are natural, so therefore the urban is natural. Cities are a form of habitat, just like every other form of habitat. I think maybe the thing that we need to learn to do now in the mindset - let’s say of Mendes da Rocha’s - the urban mindset is to remember that the urban includes, human and non human habitat, and perhaps we have in recent history - and by 142



31

143 recent, I mean since industrialization - so give it a couple of centuries, two to three centuries.

Certainly in the West, I think, we have overprivileged the human, at the expense of the non-human, which then has also had implications in the current climate crisis. So yes, I think that we should treat the urban as a fundamentally natural condition and therefore we need to be thinking about it much more in terms of coexistence with non-human actors which are kinds of plants, animals, but also climate and geology and so forth. And we need to somehow live with, rather than against, those things. So you'll find that during the modern period there were a lot of attempts to tame, and control nature, you know? Building riverbanks and preventing certain natural phenomena from operating in their full condition, and I think that's caused a great deal of damage.

When there were the floods, in 2012, in Houston - those very very bad floods and the rivers burst its banks - it turned out that the ground surface of Houston was 80% concrete. So when there was a sudden flood, there was nowhere for water to go. That is a fundamentally unnatural condition, and Houston may be an extreme example, but to some extent the same applies to many, many cities. Which causes things like the heat island effect, loss of biodiversity which causes all sorts of problems to humans and non humans. So yes, I think that the urban is a state of mind, and the urban is a state of mind that really needs to be expanded

to be a natural condition. So I think that, I find it very problematic when people - architects in particular - say that they would like to have a connection with nature, because that would seem to apply that they are not natural in the first place. If you are natural, you do not need to make a connection with nature because it is just a state of being, a state of mind. And so I think that if Paulo Mendes da Rocha is right - which I think we could go with - then that state of mind, that he talks about, just needs to be big, inclusive and really take on the idea of coexistence of systems, of designing, you know?

You say we live in designed spaces - I think we need to have a big understanding of design, which is a process as much as an artifact, which is systems as well as fixed spaces and structures. So, it's basically an agreement with the statement, but probably with a more expansive notion of what the urban mind might be.

So the 20th century was marked by a quest to provide housing for the greatest number, and its mission was central to architecture and city making, mainly by public initiative. More recently, faith in the invisible hand of the market and in private investment as an answer to the problem of housing emerged. However, the current phenomena of your bench unification provides challenges for these fights. Should the right to housing and to the city be a universal right? Is the right to the city the architect's duty, more so than that of the other citizens?

So the answer to the first question - yes.

Should the right to housing and the city be a universal right? Yes. The second part of the question is, I would say, also a cautious yes, to both parts. There are two questions there. But under below those answers is a much more complex condition because the question is if you say yes and what you mean by yes.

I had a professor at university in the 90s, a very brilliant professor, who would say very provocatively "There is nothing that kills a city like housing. Which is going to generate a little bit of a kind of «woah, careful», and I think what he meant by it is that housing and, probably, the typological underpinning that comes with that is very dangerous. And the city is much more complex. I'll throw you back to the first question, the Jacques Herzog one. And then that professor would also describe the city as the best thing humans have ever invented to resolve conflict. Which I also think is a very beautiful way of understanding the city, but essentially as a species - humans are pretty conflictual.

They make a lot of conflict and the city is quite a good way of getting off somehow - putting conflict into some sort of public domain and therefore the city needs to have all sorts of other institutions alongside housing for it to operate fairly, for it to make equitable environments. So yes, the right to the city is fundamental. The right to housing is fundamental, but I think that housing as a singular topic cannot make a city on its own and cannot be, I think, the sole agenda of Equitable City making. Politically, architecturally, spatially, environmentally it has to be understood in relation to all the other systems and

spaces that are made by the city. And so, I think that's why I would sort of say yes, but a kind of a qualified yes that we need to make sure that we don't bring one typology or one condition up as more important than all the others, because we could end up making what has been very problematic, particularly in the post war city - in a sense, all over the world - where there's been very significant housing development since the World War II, that have come with all sorts of social, economic, environmental problems associated, which is not balanced by all the other urban and cultural economic conditions that are necessary for it to be sustainable.

Doris Salcedo says with the Colombian contemporary artist says in one of her interviews: "My process is to interfere, to insert myself in the public space obliquely and not directly, so that others can turn claim the space for themselves." It's public space a mechanism for social cohesion?

I like her term that she "inserts herself obliquely and not directly", which is something. I sort of identify with it quite well. Is public space a mechanism for social cohesion? Maybe, I don't know. I find the term public space slightly unsatisfactory. What do we mean by public space? I think, it feels like the term public space belongs to a modernist discourse, which I don't think is up to date. When you say public space, do you mean space which is publicly accessible? Right? Which is different to space that is owned by the state or public agencies. So those are two fundamentally different bits of public space. So again, going back and saying this as a

Londoner - the great parks in London, Hyde Park, Regents Park, St James's Park, Victoria Park in the East End, none of them are public. They're actually Royal Parks, right? They belong to the head of state. And they are not technically public space, but they are fundamental to the public life of the city, to the citizens' well-being.

[Inês Lobo] That's a big difference between Portugal or Lisbon and London, because in Lisbon all the public space is public. Eventually you have sometimes small spaces that are publicly accessible but are not public, are private, but it's not normal.

But let's say a cafe. A cafe is fundamental to the public life of the city, but it is not public space. Or is it?

[Inês Lobo] It is.

Right? So, I would say that the second part of this answer relates to the fact that one of the terminologies in architectural discourse that I find quite uncomfortable is the notion of public and private. So, for it, and again, it's a very modernist discourse to separate these two things, maybe it goes back to Nolli, right?

[Inês Lobo] Yes, the plan of Nolli.

Because right now I would say I would be very interested to know how, whether you feel you are in public space or in private space. Because I think I can see Ana's grey kitchen behind her, you know? I can see Mariana's curtains and some of the objects on the fridge or on the cupboard behind you, right.

So, we are all, to some extent, private, and we are all, to some extent, public. And I think that that's a kind of permanent condition that we operate in. Even when we sit in public space, we may well be entertaining private thoughts, right?

So, to me, I find this notion of the public and the private to be slightly unsatisfactory in terms of describing the urban experience, because you end up between land ownership and political participation, where they somehow fall over each other in ways which the public and the private are never really capable of articulating or giving meaning to. So, and particularly as we go into more and more digital, more and more globalised experiences, the less the public and the private as kind of spatial conceptual vectors to me seems satisfactory. So I would be much more interested in how one describes, let's say, I mean the wood of the door behind Alexandra looks like a hardwood. It's not a wood that

I would expect to see in Northern Europe. Unless it was imported. Which might then go back to port cities. It's a wood that I associate very much with a colour and texture that I associate with Portugal, and it reminds me of some of the joinery items of amazing projects by (Fernando) Távora and (Álvaro) Siza and that sort of thing.

So, I could identify a little bit where you are. Some of you I have no idea where you are. Because, maybe, Leonardo, your shelves and plant pot - that could be anywhere. That's really hard. You know, so essentially this notion of pub-

lic space kind of creeps into our private room. So, is it social cohesion? Maybe. But maybe, I would be much more interested in trying to explore other ways of describing social participation, political participation. Than, through, what I would consider a slightly post war welfare state-ish idea of the public room and the private room, because I think your question sort of touches, on the sort of the way that the market has sort of overtaken the welfare state in terms of the management and provision of urban space and urban facilities. Which is definitely problematic, and I think it was super problematic in 2009, 2010, 2011. I mean it, kind of, made the world stop operating. It causes an enormous amount of inequality. But nevertheless, maybe we just need new paradigms, which are able to connect with the experience of the last three years. Somehow throw that into the future. So maybe no, public space is not able to provide social cohesion.

Ashim addresses the question of collective living as follows: We need a new spatial contract. In the context of growing political divisions and increasing economic inequalities, it is urgent to imagine spaces in which we can live together generously: together as human beings who, despite our growing individuality, wish to connect with each other and with other species through digital and real space; together as new families seeking more diverse and dignified spaces for habitation; together as emerging communities demanding equity, inclusion and spatial identity together across political boundaries to imagine new geographies of association; and together as a planet facing

crisis that require global action if we are to continue to live. How can a residential building provide a strong experience of sharing and equity between its inhabitants?

Well, I think that quote is actually a very good answer to the question before. You know, it probably said more concisely what I was trying to say. How can a residential building provide a strong experience of sharing and equity between its inhabitants? The question contains two questions, because sharing and equity are quite different notions. Okay I'm going to skip to the second one, because I can't formulate an answer for the first one. How can a residential building provide a strong experience of equity between its inhabitants? I mean, equity just might come from making sure that residential buildings manage their conscience and unconscious hierarchies extremely carefully. Residential buildings, housing as a type, is relatively recent compared with buildings where people build houses. Apartment blocks and things like that are in the story of human history quite recently and they have and can have very progressive hierarchies, in the sense that they provide a continuous level of dignity to design from the most representational parts: entrances, facades, to the most everyday parts, the operation of certain elements and I think that that kind of managing...

I don't think that you can ever have a building that doesn't have a hierarchy, that is completely flat, but I think you can have ones that sort of manage a kind of a rhythm of different dignities throughout the apartment, in the de-

tails, in the layouts, in the quality of light, the fresh air, that those are distributed in a way that's equitable and that provides equal dignity and comfort to its inhabitants, regardless of if they are large or small or what kind of domestic unit they host. In terms of sharing, on a level that's super simple that's to do with common parts, it's to do with open spaces around, access to them and the quality that they have, in terms of partly experiential pleasure, textile materials, light and so on, but also in terms of safety, visibility, making sure that everybody feels that spaces, somehow, have the right level of visibility, the right level of intimacy, which is a very subtle art, which is also deeply cultural. Some cultures are much more collectivised and some are much more fragmented and private so...

I think housing in Scandinavia is very very different from housing in Japan, which is very different to housing in Portugal, because the cultural differences are very striking and obvious, but nevertheless, there are moments of encounter between people however cold and frosty or warm and somehow exuberant they are, which is very much to do with climate, to do with how much time people spend outdoors during the year.

This is a bit of a generalisation, but northern cultures are a little bit more private, restrained and southern cultures tend to be a little bit more exuberant, because life outdoors is a very significant proportion of one's life. Life outdoors in the far north is a much more challenging environment, so it goes back to climate and and so on,

but nevertheless, I think the sharing side is probably fairly straightforward and it's really to do with all the places where people meet each other and the equity side is much more subtle, because that involves elements of design as well as political structures that then support them, but maybe that's one of the reasons why, I mean, since I was a student, I was very taken by the work of people like Álvaro Siza, particularly like the Malagueira housing scheme, how it was built in a sense of dignity or special quality, in the most unlikely places. So sometimes the things that are the most secondary, tertiary right down the list of kind of significant architectural moments, are the ones where somehow the project blooms the most and you really find out. And it's a very subtle game because you have to spend quite a lot of time with it to discover these things and you have to go quite deep into the project structure, you can't stand outside it and then somehow find its meaning, a lot of it it's either invisible or barely visible. And I think that's why the work is so striking, at lots of levels, formally, socially, politically... So that would be my best shot. It's a difficult question.

In the book On and Around Architecture 10 Conversations by the duo Jonathan Sergison and Stephen Bates, the idea of looking at the design of a collective housing building from the perspective of its lifespan is mentioned. Its skeleton, in the view of these architects should have a long lifespan and be seen as a permanent ruin which can be inhabited in a transient manner. For this it should be flexible and durable. The other life cycles are intermediate, they are cycles that should adapt to

changes. The skeleton is thus inhabited by the diverse components of the building, like those that ensure the functioning of the infrastructures or the facades and the envelope. This separation into three more moments, forces us into another way of designing, in which time is once again a fundamental factor in the process, time of execution and time of life. How should we define flexibility in architecture? What is its biggest obstacle?

It's interesting. In the quote, he says it slightly differently than the question, he says that this should be durable and flexible and then your question is about "how should we define flexibility?" Flexible, maybe I will put it into the same category as public and private in one of the terms I mistrust that we inherit from modernism.

Is a modular building system more flexible than a cave? I don't know, I think in modernism and modern architecture, flexibility has been often confused with kind of moving interchangeable parts, when flexibility is maybe more related to the durable that Stephen Bates talks about and it's basically buildings and the only exception that I would take, I would very much agree with the Steven Bates quote, the only thing that I would disagree with is where he says he proposes the idea of looking at the design of a collective housing from the perspective of its life span.

I would say: propose the idea of looking at the design of architecture from the perspective of its life span. So I don't think this is something particular to housing. One of the things I really like in, let's say, kind of urban fabric

in London, particularly in the older fabric in London is that what are often described as terrace houses, that kind of basic building blocks of the city has been houses, has been factories, has been offices, has been institutions, goes back to housing, becomes apartments, the apartments gets then join back together to become a house, and then they sold to an insurance company and becomes an office, and then it becomes an art gallery and it just goes on and on and on, and that's somehow one of the thrilling things about the design and built world – is the way that it can be reinvented – which is maybe another way of saying it's flexible. And I think in order for something to be flexible, it needs certain basic parameters to do with inhabitation, which generally have to do with accessibility, daylight, fresh air - very fundamental lifegiving conditions.

It probably needs some level of beauty. I didn't want to go there because it's difficult to describe, but nevertheless, it does need some kind of sensory, visual, tactile, sculptural, spatial quality in order for us to return to it over and over again. If it's really dump, it gets abandoned, right? So, it needs a certain level of culture - let's call it culture rather than beauty - so that we can kind of project meaning onto it and do all the things that our culture needs to develop. So I would say flexibility just corresponds to the capacity of a place to absorb life, whether its working life or other types of life. And the only other thing is that I really enjoyed the quote from Stefan Bates, but I'm not sure I would describe it in terms of primary structure like the skeleton and the other elements because, actually, even

the primary structure can be adapted, even the skeleton can be changed, you know? Everything can be changed. It's usually a question of how much effort is involved in it and I think that as we step into, let's say, your generation's career, you will be doing a lot more adaptation than probably, certainly, any generation.

Beginning a modernism and adaptation is gonna take also different forms, it's really gonna be how you reuse the existing both from a kind of operational side as do we needed to change our habits to adapt to a different condition – do we need to change our expectations, do we need to change building fabric, do we need to change primary structure – you know, we gonna be counting carbon so much more precisely than ever before that I think that the way which we make decisions about what is flexible and not flexible will really change very radically. I think, essentially, we will have to become more flexible - I mean, that's probably the first thing. Our expectations, our norms, our regulations will need to change to show a great deal more flexibility so that we stop demolishing things and rebuilding things when we don't need to.

Today, we are aware that the construction industry, as well as the use of buildings are, directly or indirectly, the biggest sources of pollution on the planet. But, we continue to be called to build at a time of climate emergency. Therefore, the present time seems to be an opportunity to rethink what building means and must involve. This implies changes on all those who take part in the process: the designers, the

industry and the builders. What is your perception of the changing role of the construction industry today? Particularly in comparison with other moments in our history when industrialisation had a predominant role?

So the previous question obviously relates very closely to this. Again, in the question are several questions, so if I go to take your first question very literally, "What is your perception of the changing role of the construction industry today?", my perception of the changing role of the construction industry today is, broadly speaking, quite negative in how slow it is at participating in a kind of change in paradigm about how we should engage in the built world. There is still more interest in, you know, selling us more products, more quickly, in greater volume, regardless of the cost. The construction industry will be the first actor to tell you that it's cheaper to knock it down and start again.

And my wish is that it catches up fast and realises that it can still be a very, very productive industry without necessarily always having to... it basically needs to slightly re-skill in order to address existing fabric first, and be much more skilled and resourceful in terms of how one can adapt existing infrastructure - add to it, change it, and things like that. Which means that then we need a different skill set, and I think that schools of architecture - my own included, I'm sitting in ETH here today in Zurich, and still have curricula, which I largely inherited from, a kind of modernist century that precedes us - so we still have a hardwired kind of paradigm around how to make a new and

better world. And certainly when I was at university, let's say refurbishment, adaptation, reuse was sort of quite a secondary part of architecture, even to the extent that it was seen as not real architecture - real architecture is new buildings. I think the big paradigm shift is that that goes the other way, that the main topic of architecture is how to engage in the world that we find - that's certainly existing in the global north, right?

So we have to be careful here. Reuse and adaptation is absolutely critical, and maybe new buildings are like the exception, when the case can really be proven that it needs anew, then there are ways of doing that with less impact on the environment, on the carbon footprint and all of that. But I think that the big paradigm shift is that we need to be really much more focused around the notion of the existing and how that can be reinvented and given a proper future, and that's different, that's a kind of a next stage in industrialization. So repair, adaptation, maintenance, becoming sort of the subject of industry, which I think with digital fabrication it becomes a very plausible alternative, and there's a lot of research going on in that field like conservation, digital fabrication, digital scanning and so on - all sorts of circular economy things. Basically the industry needs to catch up fast with the technologies, with the values and it is, in my experience, one of the slowest to keep up with the current debate.

What is often valued among architects does not necessarily correspond to what is valued by the "common per-

son”. *Resolution of this divergence requires a shared understanding about what is architecture. How can we define it?*

I think it’s perfectly natural, maybe even desirable, that the architect will always have extra motives than the one of this poor common person - they seem to be getting a bit of a rough deal. But let’s say, the users, society, clients, (they) all have a different set of expectations of what is to arise out of architecture and I think that it’s really important that the architect is able to maintain a whole range of different layers around which their work operates so it needs to perform certain practical functions. The architect needs to be very attentive to those and share them, and allow people to participate in solving them as best as possible. The architect also has a responsibility, beyond the client and the user, to a wider section of society that maybe encountered these things as part of an urban or rural environment.

They are also responsible to the future, they’re also responsible towards users, as yet unknown, and that perhaps will come in a very distant future and that they are able to engage. This relates to the previous question about flexibility / durability. I think that they also have a kind of duty towards the discipline and making sure that they contribute something to this kind of very long and complex story of architecture and some of those things may not be immediately accessible or relatable. So, the ease in which you take the bins out, on a Tuesday morning, may not be interesting to the architecture critic writing, you know,

an insightful article. Yet, let’s say the references and relationships to architecture history and theory may not be so interesting to the person bringing the bins out, and I think that’s fine. I think as long as nobody feels ignored and nobody’s realm of interest and meaning is being ignored, I think it’s great if you have hidden motivations and hidden quotations and references. You know, maybe one day, one architect will go “Ah! I can see an influence of this in here”, even if 99.9% of the people don’t see it, that’s absolutely fine.

[Inês Lobo] OK, Tom. Thank you very much. It was incredible.

It was really fun. Thank you.

Thank you.

Cities _ can we define them? - and the first question is: In a text written in 2003 Jacques Herzog says: “It is about time to get rid of manifestos and theories because they are not the heart of the matter. There is no theory about the city; there are only cities”. He then asks, “How can we define it, since we can’t understand the most complex and interesting creation of the human race?” If we cannot describe our cities through models, how can we operate on them and find the logics for their requalification?

Well, first of all, with gracious respect to the Pritzker Prize winner, what a stupid thing to say. I mean, really, it’s an appalling thing to say to students, I think that to say that there are no theories about the city, because it suggests, therefore, there’s no theories about anything. If you can’t have a theory about a city, you can’t have a theory about anything. Which means that architecture detaches itself from many criticality. Architecture then becomes, which I’ve talked about in my work a lot, a kind of autonomous, self-contained, self obsessed discipline. Because you can’t have theories about the things that architecture engages with.

So I think it’s a really stupid quote - I mean, I don’t know the whole quote and maybe, maybe... he does say some stupid things, it has to be said. He may be a great architect, on architectural terms, he may be a great architect, but it doesn’t make him a great thinker. And that’s often the problem. And I think that this sense that - there’s no theory about the city, there are only cities - is so dumb that it hardly dignifies

the response, frankly. So I dismissed that as a starting point. I would dismiss that as a starting point. And therefore, of course, you have to engage with cities at a critical level. You have to understand the relationship between space and power. You have to understand the relationship between politics and urban design. One has to understand the relationship between gender inequality and public space and so on and so forth.

Therefore, in order to, I think you use the word “requalify cities”, you have to engage with their complexities in terms of their politics, their criticality, and yes, their theories. Now, of course, many theories of cities are equally dumb in as much as they try to totalize the city into a single organism, or a single instrument, or a single form of knowing, and that doesn’t work either. You have to understand cities as these difficult, complex, interrelated, ecological systems, but to dismiss them as just “there are only cities” is just, straight forward, stupid. Am I allowed to say that? That’s OK, isn’t it?

Yes, yes, *it is*.

Good. If Jaques Herzog wants to get back to me, I’m perfectly happy to have a debate, but of course he won’t because he’s much too grand.

In one of his writings Paulo Mendes da Rocha refers to the idea of “urban” by saying: “The urban is nothing. The urban is a state of mind. The urban is man, we are the urban. And the city is our intrigue. A new intrigue between the men who inhabit it. That, in my opinion, is what urbanism is. The exist-

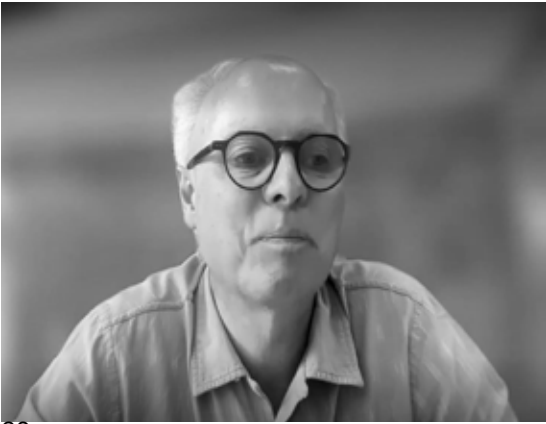
ence of an urban being who lives in the trust, hope and solidarity of the other.” Nowadays humans spend most of their time in “designed” spaces, is it the responsibility of those who design them to remind (humans) that they are part of nature? What is the role of nature in a city?

OK. I’m not sure that the question follows on from Mendes da Rocha’s quote, so let me take his quote first. Again, I’m not sure I totally agree with it - “The urban is a state of mind” - again, suggests that the urban is made-up of existential individuals who wander around the city in their own state of mind and that there is nothing kind of above that as a controlling force, there are no politics, there’s no ecology and so on and so forth. So, I’m not sure I kind of agree that urban is a state of mind. I particularly haven’t seen what I think is his greatest building, almost his last building, which is the urban SESC in São Paulo - it’s a fantastic building, which is much more than the state of mind - that’s a deeply political building. I don’t know if you know it, but it’s the one with the swimming pool on the top - that’s not a state of mind! That’s a deeply political building about rights of individuals, about opening up a kind of democratic space, and that’s much more than individuals as existential beings, that’s individuals as sentient political beings, and the building responds to that absolutely brilliantly. I’m less keen on some of his more formalist stuff, but I think that that building is a kind of sense of what a city could and should be, and that’s where, you know, I would agree that the existence of another being is of trust, hope and

solidarity of the other. That building for me expresses that rather brilliantly. But to go to the second bit of what is the world of nature in a city?

You can only answer that question by asking what is the world of nature from the start and, of course, one of the tragedies that we are confronting at the moment in terms of climate breakdown and the potential of the 6th extinction is the modern mind’s separation of humans from nature and as soon as you separate humans from nature, intellectually, conceptually, and then operationally, then nature just becomes this kind of inner reservoir to be emptied, this in ert set of matters which are there to be exploited, appropriated and in the end lead to our downfall. I just read this morning that despite COP 26 the remaining native forests, rainforests in particular, we lost the equivalent of Switzerland just last year and that’s because those forests are seen as places for capitalist extraction, they’re seen as places with not of living beings and so on and so forth. So I think you can only answer the question - what is the world of nature in the city? - by asking the bigger question which is “what is the relationship of human to the beyond human?”

The trouble with your question “what is the role of nature in the city?” is that nature becomes a kind of pathetic symbol wit in the city, of something which isn’t natural at all and you get that in the way that so-called sustainable architects greenwash their buildings by planting trees on them. You know those awful skyscrapers by Stefano Brera, in Milano,



32

which, you know, you actually put more carbon into the concrete structure to support the weight of the trees, then you might sequester over 1000 years of the building. So the idea that nature in the city can be refound needs to be always realistically understood that this is no longer nature, that nature and the city is no longer nature. In as much as it only exists as an artificial kind of symbol and representation of nature, rather than what nature really is, which is a living, breathing, ecological set assistance. However, one can understand the city in those terms as a living, ecological system, and at that stage then the relationship of man to nature, I think becomes more interesting. But the idea that if we just put more green roofs into the city, yeah, that helps a bit, but it's not going to make climate breakdown go away.

The 20th century was marked by a quest to provide housing for the greatest number, and this mission was central to architecture and city making, mainly by public initiative, more recently facing the invisible hand of the market and in private investment as an answer to the problem of housing emerged. However, the current phenomena of urban gentrification provides challenges for this phase, and the questions are: Should the right to housing and to the city be universal rights? Is the right to the city the architects duty, more so than any other citizens?

So to answer the first question, you have to say absolutely yes, the right to housing and to the city is an universal right. And the idea that housing has

become simply the kind of financialization of space, particularly in cities like London, which the commodification of housing is part of a wider financialization of space for profit, means that any right of housing is completely overwhelmed by the so-called, but completely immoral, right of the market. So that the free market is the right wing, libertarians will assert that there is some kind of ethical duty to go along with the so-called right of the market, and that in a way the markets become for them something of moral purpose.

Whereas in fact the right of the market overrides and overrules and overwrites the right of people to housing and certainly within, I don't know what it's like in Portugal, but certainly in London, and in the UK. The way that a right wing government now - an extreme right wing government - has completely handed over housing to the market, was meant to collapse housing in relation to affordability, in relation to social housing, and so on and so forth. And that in turn has a whole set of economic and social consequences in relation to inequality. So yeah, absolutely that the right to housing is an universal right, and one of my favourite documents of the last year was the draft constitution for Chile, but unfortunately it was not voted in, but it's a remarkable piece of writing, I urge everyone to read it.

Which starts with something about the rights of nature, referring back to the previous question, but the bit on housing talks very clearly about the rights of housing as an universal right. It doesn't come up with solutions, it comes up with principles. In relation to "it's right to say it's the architects duty?" Well,

yes and no. I think that question over dramatises the potential role of the architect, the architect is not going to provide right to the city. That has to be a societal and political will. But the architect can engage in those discussions and then empower some of the ways by which the right to the city might come out. But of course architects in their traditional role of just providing so-called nice spaces, are not going to provide right to the city because they're not architects too often, as we go right back to Jaques Herzog. They detach themselves from the political and social arena.

Doris Salcedo, the Colombian contemporary artist says in one of her interviews "My process is to interfere, to insert myself in the public space obliquely and not directly, so that others can in turn claim the space for themselves". Is public space a mechanism for social cohesion?

Can be, yeah. Well, social cohesion, but also democratic life. And one of the tragedies of the contemporary city, whether it is in authoritarian states such as China or whether it is in the kind of privatised world of the UK and bits of Europe, is that public space has become private space. And as soon as public space becomes private space - and what in London are called POPS, which are privately owned public spaces - as soon as that happens then the demands and privileges of the people controlling the private space assume authority over what the public want to do. So one example is the space outside central St. Martins where up to recently I've been head of which looks like a really beautiful public space, but actually it's very privately owned. And if you try to do anything in

that space, if my students went outside and put banners up, within seconds they would be stopped by the private security people.

So we also need to look at what constitutes public space these days. What is left of public space within the city and in London it's increasingly diminished so that when 'Occupy London', you know? The campaign against the City of London - basically a campaign against capitalism, global capitalism. When they tried to occupy London, there was nowhere for them to occupy, because everything's privatised. So the only place they could occupy was the steps of Saint Paul's Cathedral and even the Christians got fed up with them in the end and booted them out. So I think that public space can absolutely be a place in which democratic life can and should be pursued. And if you take examples like the occupation in Madrid, when the public spaces - that was an extraordinary moment - were claimed for a democratic purpose. And therefore we have to keep holding to the idea that public space is the space of democracy and with it potentially whether social cohesion is right. Because that sounds a bit determinist to me, but certainly of social life, then yes. And if social life is uncomfortable sometimes, because it's agonistic, because it's not all clean, because it's confrontational, then that's what public space has to allow, whereas what happens to the privatised space is regimes of control, of surveillance, which wipe out all those differences.

Thank you.

I've been quite articulate today, aren't I? Let's just keep going, OK?

Hashim Sarkis addresses the question of collective living as follows: "We need a new spatial contract. In the context of growing political divisions and increasing economic inequalities, it is urgent to imagine spaces in which we can live together generously: together as human beings who, despite our growing individuality, wish to connect with each other and with other species through digital and real space; together as new families seeking more diverse and dignified spaces for habitation; together as emerging communities demanding equity, inclusion and spatial identity; together across political boundaries to imagine new geographies of association; and together as a planet facing crises that require global action if we are to continue to live (...)". How can a residential building provide a strong experience of sharing and equity between its inhabitants?

Ok, well, that's a better quote. That's a good quote. I can support that quote. I think that, again, it suggests potentially too much agency and influence of design, and I think that, to start with, one needs to consider notions of ownership of tenure, of land and of collectivity, before one can even get anywhere close to what Sarkis is talking about. And I suppose the best examples of those are the examples of co living of cooperative housing, and so on and so forth. And interestingly, probably the most radical versions of those are in Zurich, where one can see these most extraordinary experiments of cooperative living. Not experiments, they're real cooperative

living, but they are only possible because the ownership of the dwellings is shared and not part of the marketplace. And so you need, first of all, to consider issues of ownership and of land, before one can even begin to address issues of the kind of sharing and equity, because if housing is simply down to a matter of commodity, then anyone buying into that, and for completely understandable reasons why people want to get on to what's called the housing ladder, I completely understand that, but as soon as you're on the housing ladder, you are in the position of trading, because you want to sell on your house for the next.

Now, if your house doesn't have a kitchen because there's a shared common or kitchen in the basement, then the market value of your house may be diminished. So, I think that yes, there are - the examples in Zurich are quite extraordinary. What then? Through discussions with the collective and with the cooperative, you end up with these extraordinary spatial considerations and resolutions in which individuals, in some cases, are living in about 25 square metres, but they have access to about 300 square metres of collective space, and that is where you can see a kind of a sensibility of a spatial will. I want to live together because I am part of a collective and I have committed myself to the idea of a collective and of collaborative living, you can see that social contract being played out as a spatial contract and so yes, that is where you can see intelligent architects working with the collective in relation to this idea of sharing an equity.

In the book "On and Around Architecture: Ten Conversations", by the duo Jonathan Sergison and Stephen Bates, the idea of looking at the design of a collective housing building from the perspective of its life span is mentioned. Its skeleton, in the view of these architects, should have a long life span, and be seen as a permanent ruin, which can be inhabited transitorily. For this it should be flexible and durable. The other life cycles are intermediate, i.e. they are cycles that should adapt to changes. The skeleton is thus inhabited by the diverse components of the building, like those that ensure the functioning of the infrastructures or the façades, and the envelope. This separation into three moments forces us into another way of designing in which time is once again a fundamental factor in the process - time of execution and time of life. How should we define flexibility in architecture? What is its biggest obstacle?

Well, I could be on this for a long time because I spent three years researching this and Tatjana (Schneider) and I wrote a book about flexible housing, which I think actually includes something from Sergison Bates in it - I think it's one of the examples. So it's a good quote and I could go on for ages about this. What's stopping it? Well, how do I define flexibility?

So let me just - if I can dredge it up - this project was a long time ago. We defined it in two ways. First of all, what we call hard flexibility, which is when architects over-determine the flexibility of the spaces by putting in gimmicks and lots of sliding doors and like the Schröder house or like the Corbusier minimum dwelling and so on and so forth. And that's where architects think that they can extend their control of the building beyond the moment of execution, and that

we called hard flexibility and we didn't like that one and, against that, we proposed a thing called soft flexibility, which is where the architect works in the background and provides a kind of - as Jonathan Sergison is talking about or searching dates are talking about - framework for living without over determining it. So, typically, what I might do is that you might design a building in which the rooms don't have designated functions. So rather than having what's called type fit functionalism, where every single room has a defined purpose and a defined shape for that purpose which ties people into certain ways of living, you design buildings which rooms don't have a particular functional purpose, but over time can be changed around depending on the life of the building and the life of the occupants. And that is also what social debates are talking about and what John Harbaugh talks about, which is the idea of a kind of layered system of understanding. Hard Bracken talks about supports in which you basically have a support structure and then the infill.

Stuart Brand talks about a kind of more layered system of the foundations having a kind of a very long lifespan, the structure having a slightly less long and so on and so forth, the cladding and then the services and then the furniture. So, he has a five step process and I think that the other thing that stops is that architects don't like losing control and, therefore, the idea of flexibility is also fragmented and private so... I think housing in Scandinavia is very very different from housing in Japan, which is very different to housing in Portugal, because the cultural differences are very striking and obvious, but nevertheless, there are moments of encounter between people however cold and frosty or warm and somehow exuberant they are, which is very much to do with climate, to do with how much time people spend outdoors

during the year. This is a bit of a generalisation, but northern cultures are a little bit more private, restrained and southern cultures tend to be a little bit more exuberant, because life outdoors is a very significant proportion of one's life.

Life outdoors in the far north is a much more challenging environment, so it goes back to climate and and so on, but nevertheless, I think the sharing side is probably fairly straightforward and it's really to do with all the places where people meet each other and the equity side is much more subtle, because that involves elements of design as well as political structures that then support them, but maybe that's one of the reasons why, I mean, since I was a student, I was very taken by the work of people like Álvaro Siza, particularly like the Malagueira housing scheme, how it was built in a sense of dignity or special quality, in the most unlikely places. So sometimes the things that are the most secondary, tertiary right down the list of kind of significant architectural moments, are the ones where somehow the project blooms the most and you really find out. And it's a very subtle game because you have to spend quite a lot of time with it to discover these things and you have to go quite deep into the project structure, you can't stand outside it and then somehow find its meaning, a lot of it it's either invisible or barely visible. And I think that's why the work is so striking, at lots of levels, formally, socially, politically... So that would be my best shot. It's a difficult question.

On and Around Architecture 10 Conversations by the duo Jonathan Sergison

and Stephen Bates, the idea of looking at the design of a collective housing building from the perspective of its lifespan is mentioned. Its skeleton, in the view of these architects should have a long lifespan and be seen as a permanent ruin which can be inhabited in a transient manner. For this it should be flexible and durable. The other life cycles are intermediate, they are cycles that should adapt to changes. The skeleton is thus inhabited by the diverse components of the building, like those that ensure the functioning of the infrastructures or the façades and the envelope. This separation into three more moments, forces us into another way of designing, in which time is once again a fundamental factor in the process, time of execution and time of life. How should we define flexibility in architecture? What is its biggest obstacle?

The idea of the users asserting their own control over the building and this is why most pictures of architecture are taken at the second of completion because the second of completion is the one moment when the architect has full control. And as soon as annoying people called users move in and start mucking the building up, then the architect's lost control and with the losing of control they feel that they are losing their identity. And as I've talked about in Architecture Depends, architecture depends on lots of things including time and including annoying people like users. Get on with it! Just get real people! This is going to happen! And therefore you need to both change your way of thinking about control, but also be prepared to work in the background and to be intelligent about designing a

frame for living as opposed to the foreground of living. If you're working in design, the background frame for living, it may not look like anything, and yet it's a consummate act of design, it's an incredibly skilled act of design, to design the background. But of course architecture culture mainly relies on the foreground for its publication, for its award system, for its identity and so on and so forth.

The classic example which I talk about in *Architecture Depends* is Stewart Brand criticised Richard Rogers and Renzo Piano, but particularly, Richard Rogers took a huge offence at it, for saying that the Pompidou Centre had a rhetoric of flexibility, but actually when people tried to change it, the architects didn't like it. And Richard Rogers sued Stewart Brand for saying that and demanded that that simple statement was taken out of the English edition of *How Buildings Learn*. And so you get someone like Richard Rogers, whose whole rhetoric is to do with technology enabling change and flexibility and bla bla bla... actually getting really offended when someone points out that the Pompidou Center is very inflexible. Piano, by the way, was much more relaxed about it and said something funny about it which I can't remember. So flexibility for me is more to do with what Jonathan and Stephen say which is to do with designing a background frame, but then relinquishing control and then drawing the relinquishment of control.

Today, we are aware that the construction industry, as well as the use of buildings are, directly or indirectly, the biggest sources of pollution on the

planet. But, we continue to be called to build at a time of climate emergency. Therefore, the present time seems to be an opportunity to rethink what building means and must involve. This implies changes on all those who take part in the process: the designers, the industry and the builders. What is your perception of the changing role of the construction industry today? Particularly in comparison with other moments in our history when industrialisation had a predominant role?

Well, let me talk about the project I'm working on at the moment because that sort of answers your question. The project I'm working on at the moment with Tatjana and a team called Molve, was called *Architecture After Architecture*, which makes the argument that the modern project and the project of industrialization and the project of global capital is severely threatened by climate breakdown. If we are going to face climate breakdown, we need a complete systemic change, which means that all the principles and ideas and tenants and operations of the modern project need to be reconsidered. The second bit of the argument is that architecture, as we know, has been absolutely, as you say there, tied into the operations, principles, and tenets of the modern project. IE that climate breakdown also completely threatens architecture as we know it.

So, the question we're asking is what is architecture after architecture? How does one completely reconsider the operations of architecture in the face of climate breakdown. And that makes a very polemic and kind of radical question to ask, but we think it's an absolutely necessary one. Now, of course, for the time being, buildings would continue to be built, but we need to challenge that as a principle,

we need to say "Do you need to build more buildings, or can you deal with what we've already got?", "Can you retrofit what we've already got?", "Can you redefine and reconsider what we've already got?". But if buildings continue to be built, of course they also need to be as carbon positive as they can be, and we need to take seriously the reduction and decarbonization of the built environment.

But what we're asking is, if there is the need for systemic change, and including, and probably most necessarily, a challenge to ideas of endless growth on which architecture has resided and on which capitalism is addicted to, endless growth comes with endless extractivism and endless exploitation of the natural world, and therefore we have to be moving into the world of different growth. We have to. Architecture simply is not confronting that as an issue, because we have been relying upon an addiction to growth for our own internal economy to keep architectural culture and architectural profession going, we need to have growth. So what happens when we can't have growth? And we cannot continue to have growth. We cannot continue to extract from this world, so what then is the world of architecture? And what we are saying is, that the new social contracts and social formations and economic formations, which we need in order to face climate breakdown, will have with them new spatial formations. Now, these may not be manifested through nice buildings which win awards. In fact, almost certainly they won't be manifested through nice buildings that win awards, or continue in the tradition of formalism, or tradition of aesthetic, or tradition of Portuguese vernacular or whatever.

These new spatial formations are not going to be reliant on the production of new buildings, they're going to be reliant on intelligent spatial

agents, which Tatjana and I have also written about. Understanding these new social formations and working with these new social formations to understand their special consequences. So I think that we need to consider, really urgently, what are the other ways of operating spatially. And this is not a negative thing, it's a really positive thing. But to do it, we need to break our addiction to the current way by which architecture, the construction industry, is working.

So what is often valued among architects does not necessarily correspond to what is valued by the common person. A resolution of this divergence requires a shared understanding about what architecture is. How can we define it?

Well, I think that the first bit of that question is really difficult because the first bit of that question is too often framed as an aesthetic question. Architects are very loving of certain aesthetic and formal ideas. And the so-called common man doesn't get that and therefore the common man doesn't like modernism because it doesn't look as nice as old buildings. The common man doesn't like shiny buildings because they like... and so on and so forth. So often that kind of disciplinary divide between what architects think the world should be like and common man is reduced simply to a really banal aesthetic argument, and that's what the traditionalists love, the culture wars of the traditionalists is saying the common man likes buildings with pitched roofs or made of brick which look like a village from 18th century in England

or 16th century in Portugal vernacular. And that's what the common man likes. And you go away and start designing those and don't design your horrible concrete monstrosities, so that's a kind of culture war around all of that, which is banal, which is not interesting. But architects are their own worst enemy, because they too are addicted to those forms of value, the value of the aesthetic, the value of the new, the value of the so-called innovative, a part of what keeps driving architecture culture. And that means that you get a set of very self-contained obsessions which actually don't deal with the urgencies of the world.

And the biggest urgency is that of climate breakdown. So the idea that by designing so-called nice buildings which have a few trees on them that you're going to address climate breakdown is a really evil idea in my opinion, because it detaches you from the actual causes of the issue. And one of the things we're talking about in the project is really simple - the only way that architecture can engage with climate breakdown is not to address the symptoms, but to understand the causes. And what most sustainable architecture does is just deal with the symptoms. The symptoms are... there's too much CO2 going into the atmosphere. Therefore we need to reduce that by having more insulation or more air tightness or whatever. Of course that's important, but it doesn't deal with why CO2 is being produced in the first place. What are the political and economic forces which are leading to climate breakdown? Most obviously the forces of colonialism, of late colonialism, and the forces of capital.

Now those forces we need to engage with as architects, we need to become much more political, we need to become much more critical, which is why the Herzog thing is so ridiculous and we need to become much more social. And so, I can't define architecture. Because I think that would suggest that I have a kind of a single definition which I don't, but I do have (and again we talked about it a lot within Spatial Agency) I do have a very kind of direct routine to it (which is followed from the French philosopher and sociologist Louis Lafferre) which is to say that social relations are also spatial relations. And therefore there is a direct relationship between how things play out in space and the designer space.

And at that level, then, architecture becomes a deeply social, political and now ecological manifestation becomes this relationship between social relationships and spatial relationships, fundamental to understand architecture and I often say to first year architecture students, if I ever see them - whenever you draw a line on a piece of paper, your first priority is not to see that line as defining a form or defining an aesthetic or defining a technique - that line is determining a social relationship. Every single line determines the social relationship in some way or another.

The height of a table determines how people sit at it. The size of the table determines how, you know, look at Putin... The size of his table and the way he sits at the end of it, that is a very spatial issue to do with power and so every single line that you draw has a social consequence. End of. That's my definition of

architecture. No, it's not because that's just as anyone, but it's a start.

Thank you. And I think we are done. It was a pleasure. Thank you very much.

It's a pleasure. Do you have any other comments that you want to make?

[Miguel Judas] Well, if they don't have, I'll budge in. I don't know if you know a Brazilian architect called Sergio Ferro.

Yeah, yeah, yeah.

[Miguel Judas] Well, because his discourse is all about those kinds of tensions and the politics behind the discipline and all that stuff that we tend to, I would say, put aside nowadays, and I think as you mentioned, we have to engage in that. This is a profoundly political profession.

You know, Ferro and a friend of mine, Katie Lloyd Thomas and a team in Brazil are doing a huge research project called "Translating Ferro", which is literally translating his work into English, but also translating the implications of Ferro into our contemporary condition. So Ferro starts with a very brilliant analysis of architecture and relation to the construction site. There is a much broader discussion that one can have about the implications of Ferro, which I think are absolutely relevant and we were privileged to have Ferro talking at Central St. Martins - OK, he was in France, but there he was and we had him there and it was a really great event. So you could go and look at "Translating Ferro" website, it's got

lots of really good stuff on it. But of course Ferro is a Marxist and to stand up now and say you're a Marxist in these contemporary control cultural conditions, you're onto hiding to nothing, but of course Ferro's Marxism is, by implication, a deep critical dive into the violence of capitalism and, yeah, we need to understand the violence of capitalism, we need to understand what it's doing to our public spaces as I was talking, about what it's doing to our natural environments and so on and so forth. And therefore I make no apologies of following through a Marxist analysis the way that I see the world.

[Miguel Judas] OK. Thank you. Thank you very much, Jeremy. Thank you for your time.

It's a pleasure! Ciao!

[Miguel Judas] Thank you! Bye bye!

*Entrevistas realizadas pela turma conjuntamente aos arquitetos Ricardo Carvalho, Fernando Viegas, João Nunes, Tom Emerson e Jeremy Till, durante o ano letivo.

Ilustrações, elaboradas pela autora.

Figura 28 - Entrevista Ricardo Carvalho; Fotografia Miguel Judas, 12-2022
Figura 29 - Entrevista João Nunes, Fotografia elaborada pela turma.
Figuras 31, 32 - Still frames da entrevista.

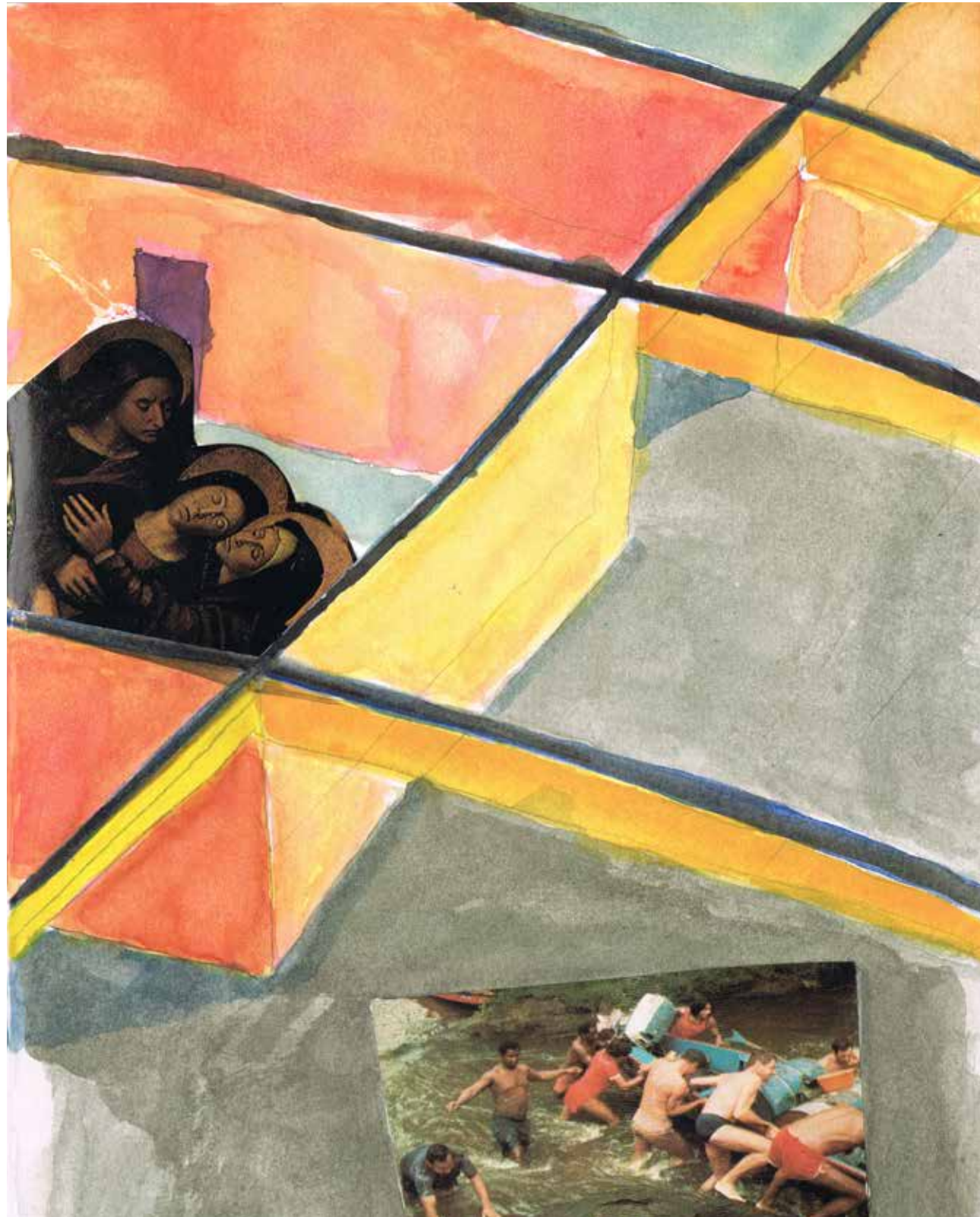
J03 _ Domus Demain

Corte Teórico

Índice

Entangled Life
Chão Comum
Habitar
Durável_Reversível

Índice de Figuras



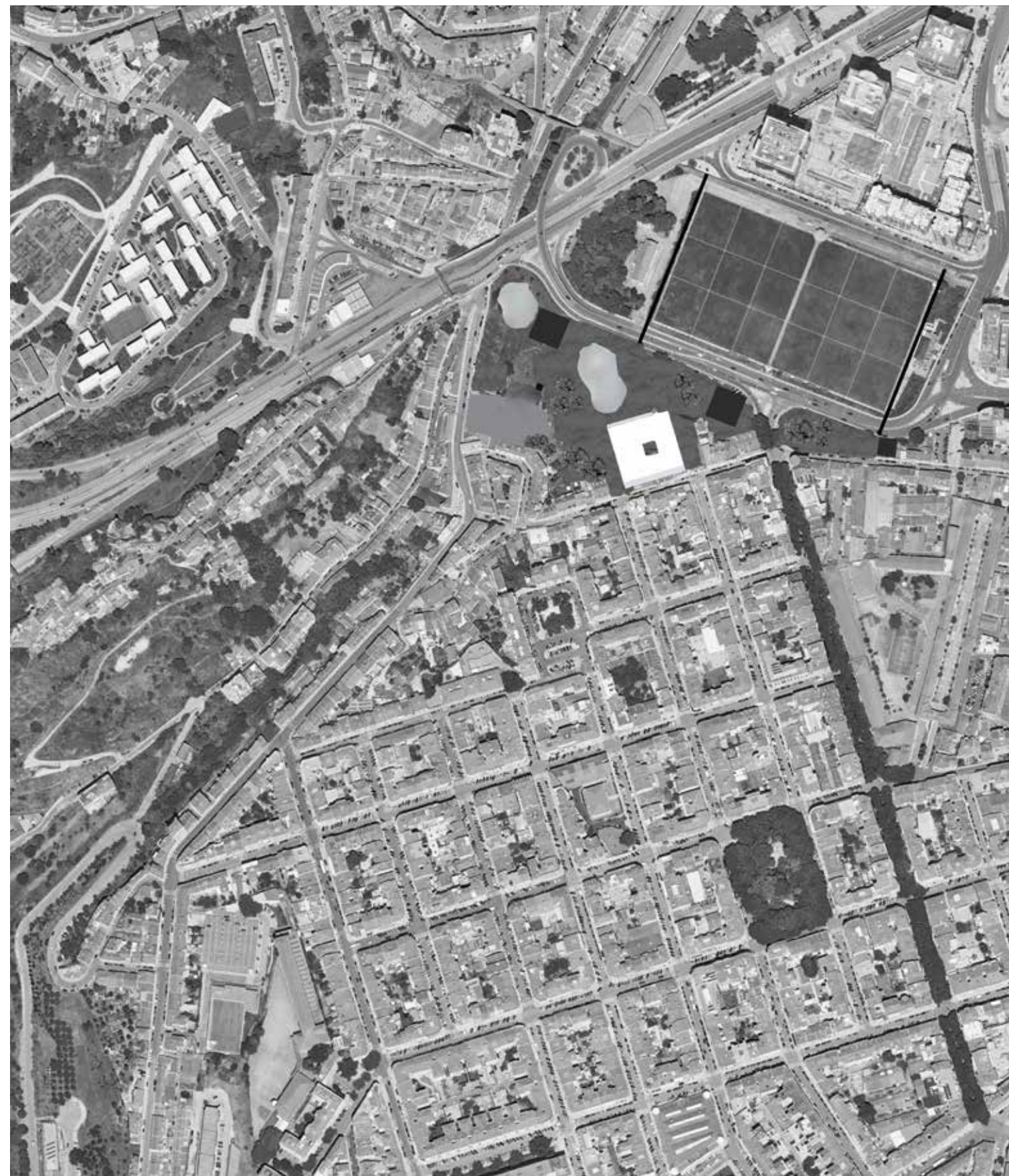
Articulação Urbana a
partir dos Sistemas
Hídricos /*SuperBlock*

Entangled Life

O lugar escolhido para a elaboração do exercício é Campo de Ourique, mais especificamente, o quarteirão que tem como limites a rua de Campo de Ourique e vias viárias. Este quarteirão, em específico, é um dos quarteirões com maior dimensão em Campo de Ourique e encontra-se atualmente, de certa forma, desorganizado.

É ocupado pelo quartel dos bombeiros e algumas antigas vilas operárias, para além de não ter sido desenhado com base na malha ortogonal presente no resto do bairro, contendo, assim, ruas com dimensões mais pequenas e acessos pouco qualificados.

Este quarteirão constitui, em si, um limite, um “buffer” entre a zona do reservatório de Campo de Ourique, as Amoreiras e o resto do bairro, sem resolver propriamente os acessos ao bairro, o vazio urbano que o reservatório gera e a grande quebra que as vias de tráfego geram nesta parte da cidade, não a permitindo não só um fluir natural, como também o livre fluxo dos habitantes. O projeto pretende abordar e refletir estas problemáticas, fazendo surgir um Parque que articula o bairro e o resto da cidade, criando um grande chão verde percorrível e aberto a todas as pessoas, com algum edificado pontual, tentando acabar com os limites rígidos que circundam a área de intervenção.



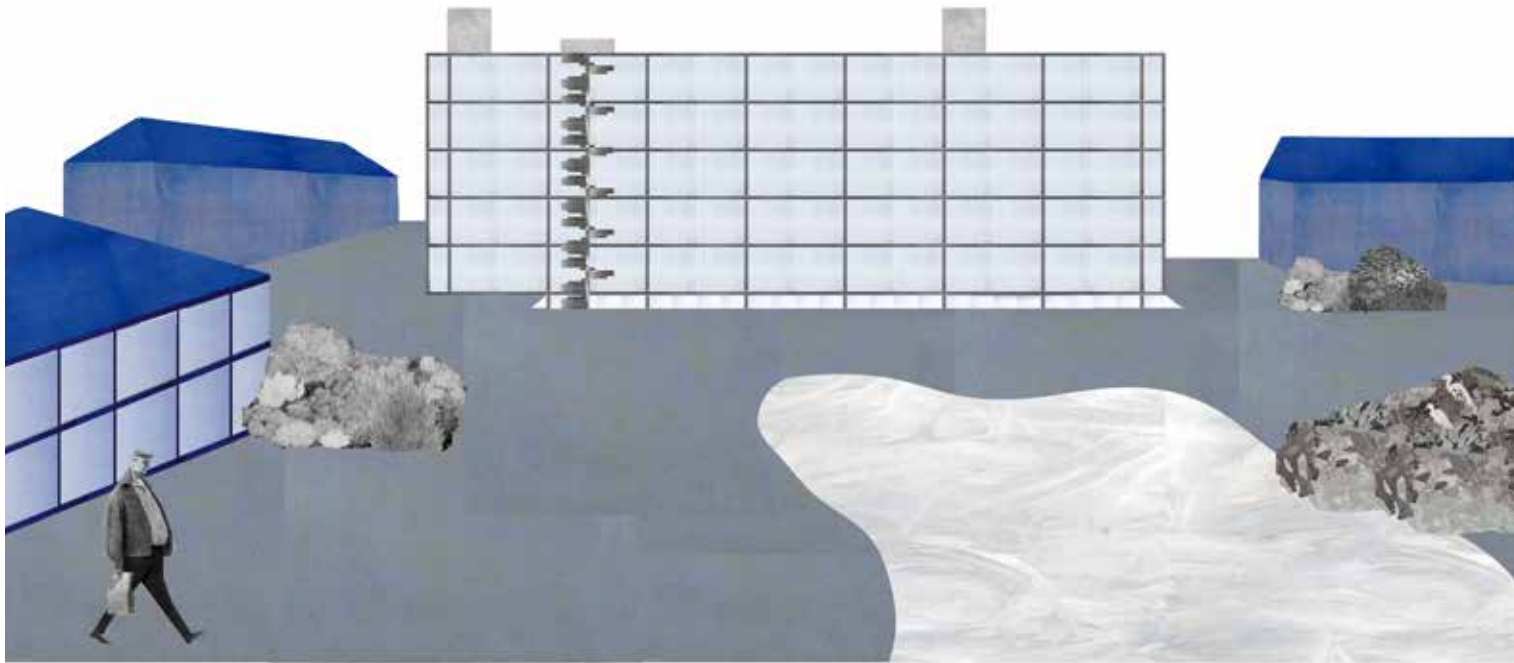
Chão Comum

Gostaria de pensar que a ideia de chão comum esteve na génese deste projeto, neste caso, um chão comum verde, permeável, que aparece depois da abertura e reconfiguração deste quarteirão limítrofe, que encerrava Campo de Ourique a Norte pela Rua José Gomes Ferreira.

O projeto tenta criar um parque que consiga unir-se ao vazio urbano que o Reservatório de Campo de Ourique gera, criando uma segunda área verde no bairro, no eixo do jardim Teófilo de Braga. A ideia de chão comum também se estende ao interior do edifício, que se pretendia entender como um protótipo de um possível novo quarteirão de Campo de Ourique.

Funcionaria, pois, como uma cooperativa, na qual a linha que limita os espaços privado e público seria mais ténue, sendo que os dois primeiros pisos seriam completamente públicos e de acesso livre a quaisquer pessoas. O próprio modelo de habitação escolhido pretende afastar a temática da habitação que vemos comumente, associada a entidades privadas e completamente controlada pelos desígnios financeiros de grupos imobiliários e à “mão invisível do mercado”. A cooperativa, pela intenção de ter os próprios habitantes a moldarem o espaço onde vivem, surge numa tentativa de criar tipologias e espaços comuns menos habituais.

Desenhos 3 e 4 _ Alçado do Tardoz, virado para o jardim, e Pesrpetivas da entrada e interior do edifício

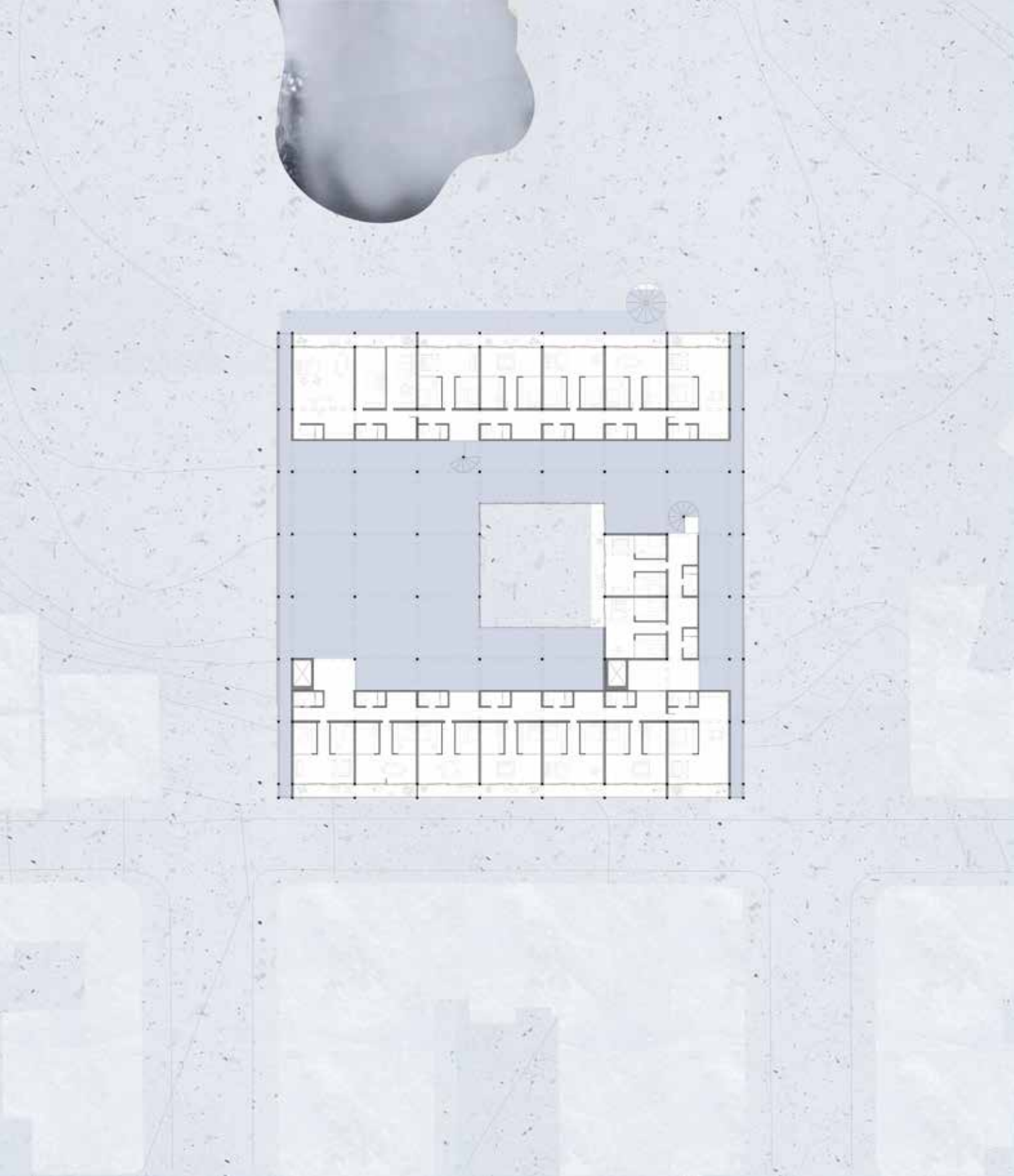
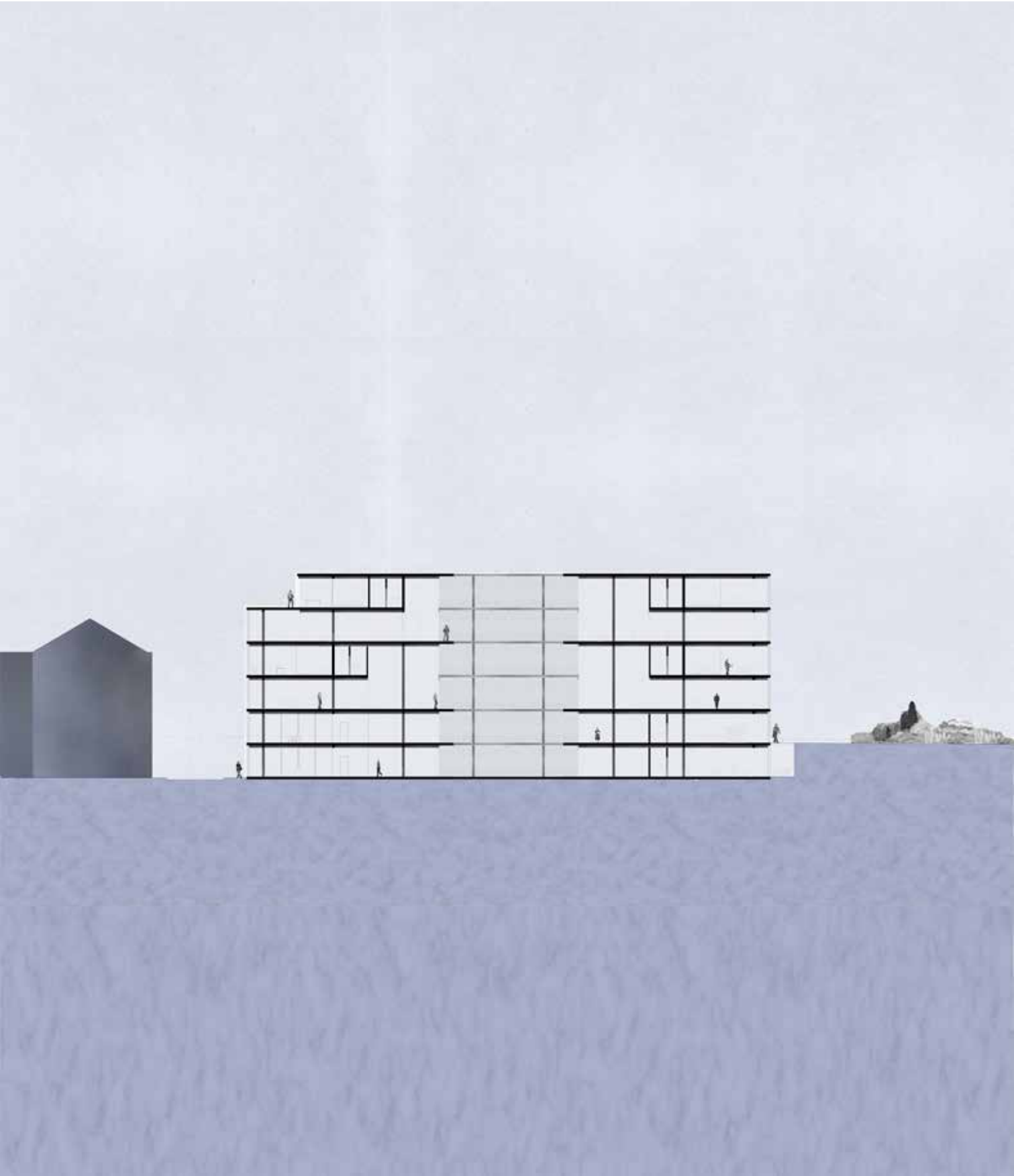


Este novo edifício, que surge como a possibilidade de repensar o típico quarteirão de Campo de Ourique, seria auto-gerido pelos habitantes, como uma cooperativa que teria um lado mais privado dedicado às tipologias habitacionais e uma parte completamente pública na qual poderia haver comércio, ateliers de trabalho e espaço lúdico, que se desenvolveria nos dois primeiros pisos.

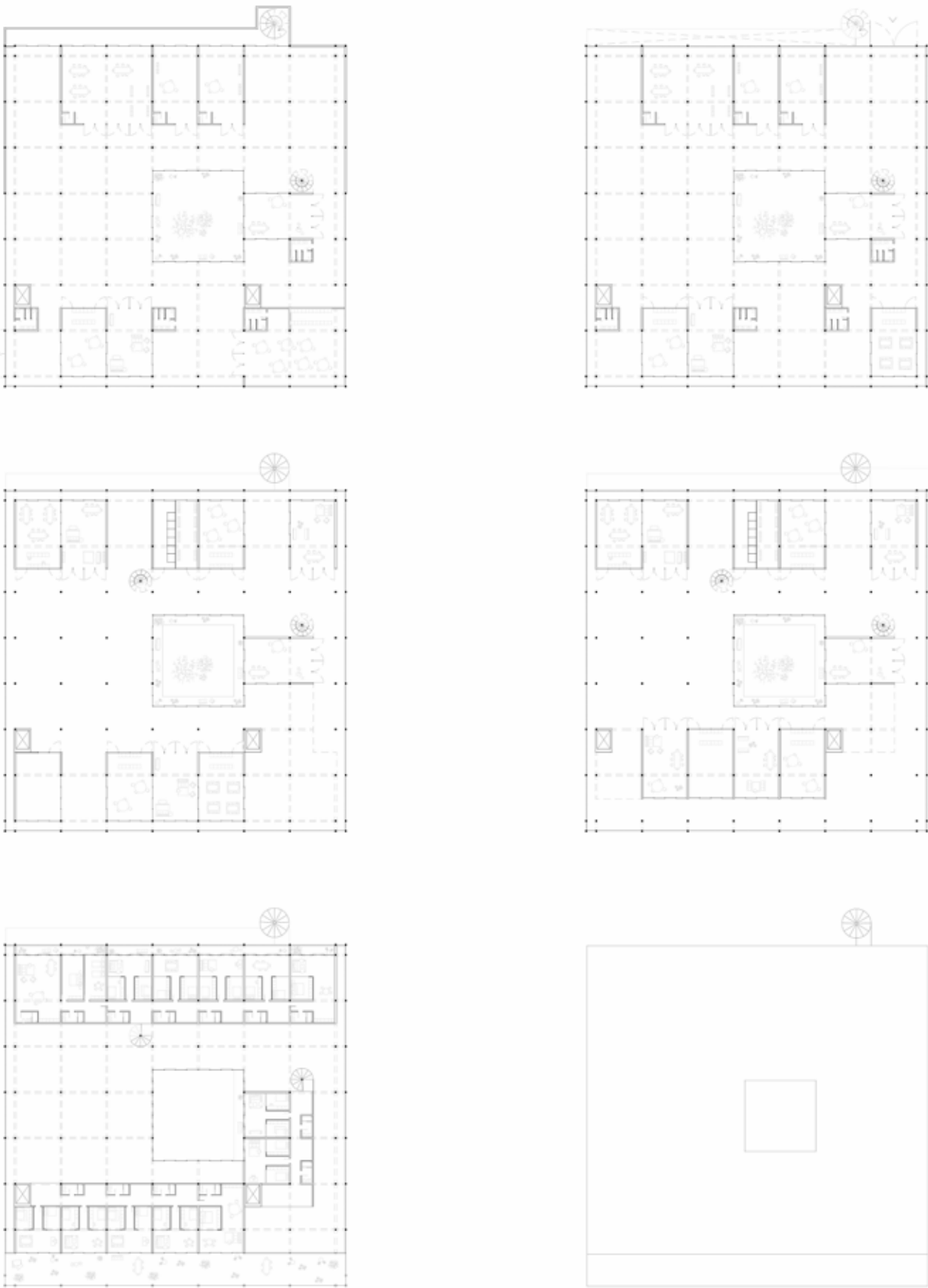
Os quatro pisos restantes seriam utilizados para as habitações, que se desenvolveriam em espaços de duplo pé direito, como blocos separados do resto do contínuo espaço comum. A ideia passa pela coexistência de tipologias variadas como t1, t3 e quartos duplos que teriam acesso às casas de banho nos blocos, que estariam anexados aos espaços habitacionais, com cozinhas, salas e espaços comuns no piso abaixo.

Tudo isto para que o comum e o privado dialoguem. Dentro do edifício existiria um núcleo vazio que percorreria todos os pisos garantido a ventilação e entrada de luz, mas também a existência de espaços exteriores comuns. A fachada é quase na sua totalidade livre e percorrível excetuando nos casos onde algumas das tipologias se encostam à mesma, mas nos pisos públicos está completamente livre. A fachada permitiria criar espaços semi-exterieiros e abrir o edifício ao exterior, e a entrada de luz total, através do invólucro semi-translúcido ao redor do edifício, num material semitransparente como acrílico ou policarbonato.

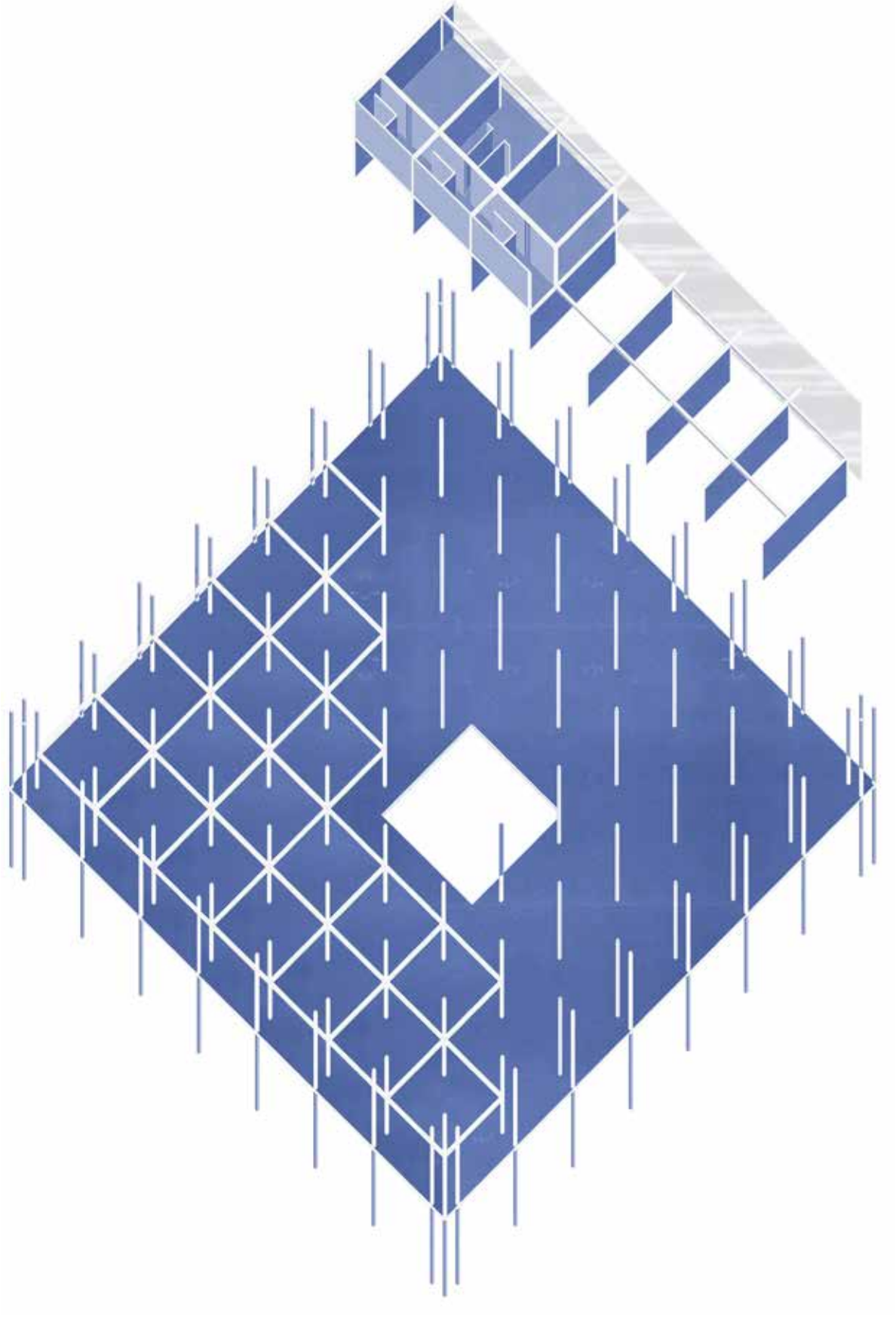
Desenhos 5 e 6 _ Corte Longitudinal e Planta Tipo de um piso Habitacional



O projeto desenvolve-se a partir de uma malha ortogonal composta por vigas e pilares de betão, que posariam nas lajes também de betão, e a malha definiria os vários espaços privados ou comuns. Os blocos de habitação seriam feitos de um material metálico, desta maneira iria existir a malha base de 7,5x7,5 de betão, permanente, e o resto feito de materiais mais efémeros, para que o espaço pudesse ser reaproveitado de várias maneiras, e o edifício pudesse ter várias vidas e servir vários propósitos. Um diálogo entre o cheio e vazio, e o permanente e o variável.



Desenhos 7 e 8 _ Plantas do Edifício e Axonometria



Índice de Figuras

Desenho 2 _ Ortofotomapa, elaborada pela autora.

Desenho 3 _ Alçado do Tardoz, virado para o jardim, elaborada pela autora.

Desenho 4 _ Pesrpetivas da entrada e interior do edifício, elaboradas pela autora.

Desenho 5 _ Corte Longitudinal, elaborada pela autora.

Desenho 6 _ Planta Tipo de um piso Habitacional, elaborada pela autora.

Desenho 7 - Plantas do Edifício, elaborada pela autora.

Desenho 8 - Axonometria, elaborada pela autora.

J04 _ Cidade/ Habitar

Modelo Urbano
Campo de Ourique

Índice

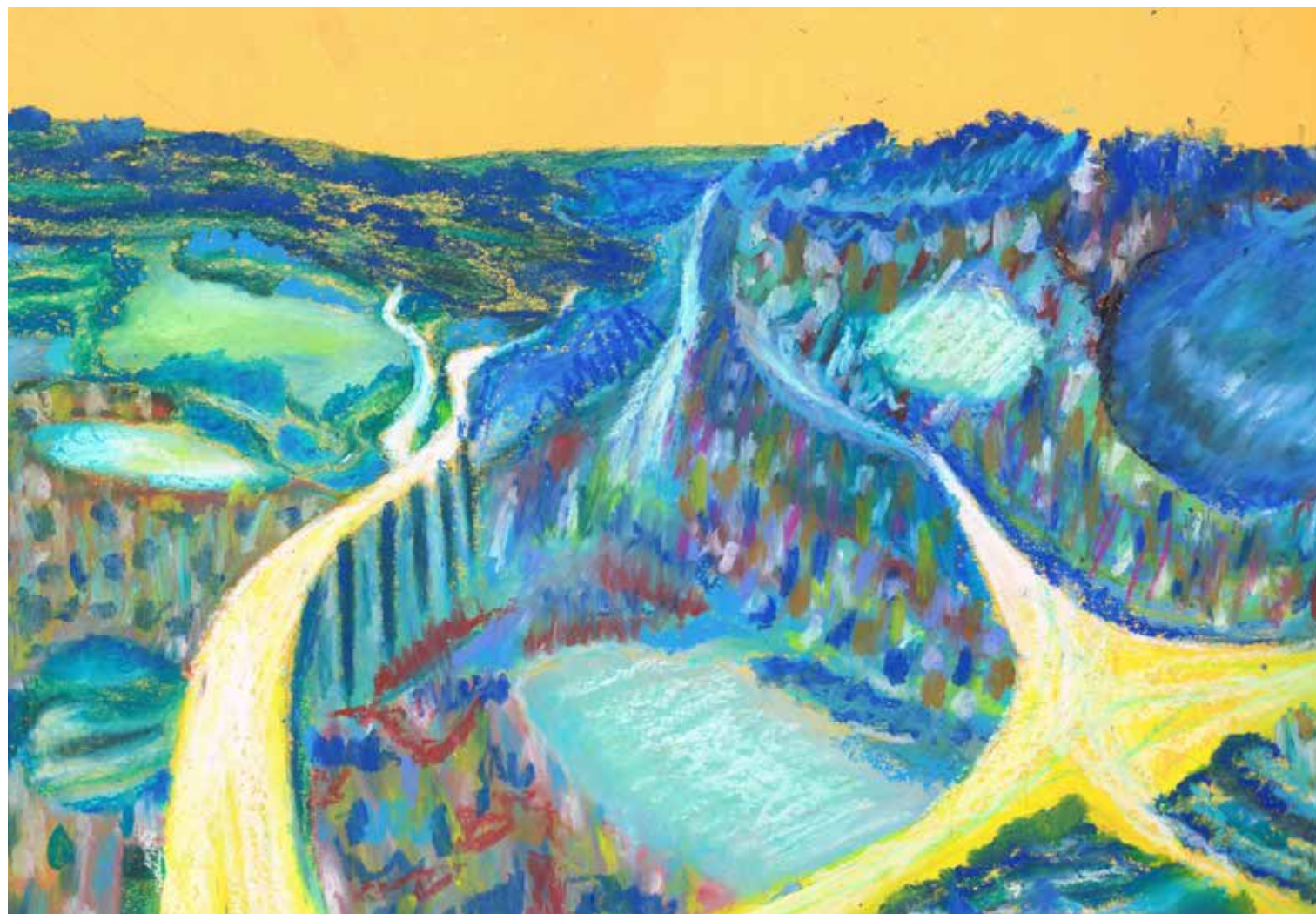
Campo De Ourique/A História de um Território
Evolução Histórica

Campo De Ourique/Infraestrutura

Ensaio Fotográfico _ Campo de Ourique / Bairro e
Vale

Bibliografia

Índice de Figuras



Campo de Ourique/
História

Campo de Ourique _ A História de um Território

Campo de Ourique é um bairro recente, na história da cidade de Lisboa, quando comparado com outros bairros consolidados no sul da cidade, como por exemplo a Baixa (1758) ou Alfama, este último é talvez a parte da cidade habitada, ininterruptamente, há mais tempo, cuja “*malha urbana data do período da dominação árabe*”. (Costa, 1984)

O território ao qual chamamos Campo de Ourique, atualmente, fazia parte já, desde o século XVIII, da freguesia de Santa Isabel, estabelecida em 1741, pelo Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida (eventualmente extinta em 1959), à qual estava associada a construção, um ano mais tarde, da Igreja Matriz de Santa Isabel (projeto de Carlos Mardel). Uma década mais tarde este território verifica um aumento populacional, devido ao Terramoto de 1755, visto que este território mal tinha sofrido as consequências do mesmo, e podia ser um lugar de abrigo para a população. E, em 1758, o Quartel da Infantaria é construído (um dos mais singulares

edifícios e que se mantém no bairro, até aos dias de hoje). Antes de ser nome de bairro a rua de Campo de Ourique com a antiga Rua do Sol, ligava o Largo do Rato ao quartel mandado construir próximo da Igreja de Santa Isabel¹¹.

Antes do século XIX, este território não possuía qualquer tipo de urbanização (existiam algumas construções dispersas, e edificado nas suas proximidades, na atual rua Campo de Ourique e no Largo do Rato que já ali existiam, desde o século XVII), não passava, apenas, de uma zona de campos para cultivo e quintas, situação verificável pela planta de 1780 (Figura x). Para além do aspecto bucólico e agrícola deste território, Campo de Ourique era indissociável, por esta altura, da imagem do Aqueduto das Águas Livres, que, mais tarde, iria ter um “braço” numa das suas principais ruas, a Rua Ferreira Borges. Esta obra, que atravessava o Vale de Alcântara e continuava até ao Rato, revelava-se tão imponente neste território (marcando-o até hoje) e que, à época,



35



36



34



33

¹¹Câmara Municipal de Lisboa. Plano de Pormenor das Amoreiras.

¹⁰Maia e Silva, S. A Freguesia de Campo de Ourique

36- Quartel de Campo de Ourique, 1908, Alberto Lima.
35- Ramal Aqueduto das Águas Livres, Eduardo Portugal.
34- Planta Topographica de Lisboa, 1780
33- Mapa de Francisco e César Goullard, 1878-9

era uma zona periférica da cidade. (Velasco, 1985)

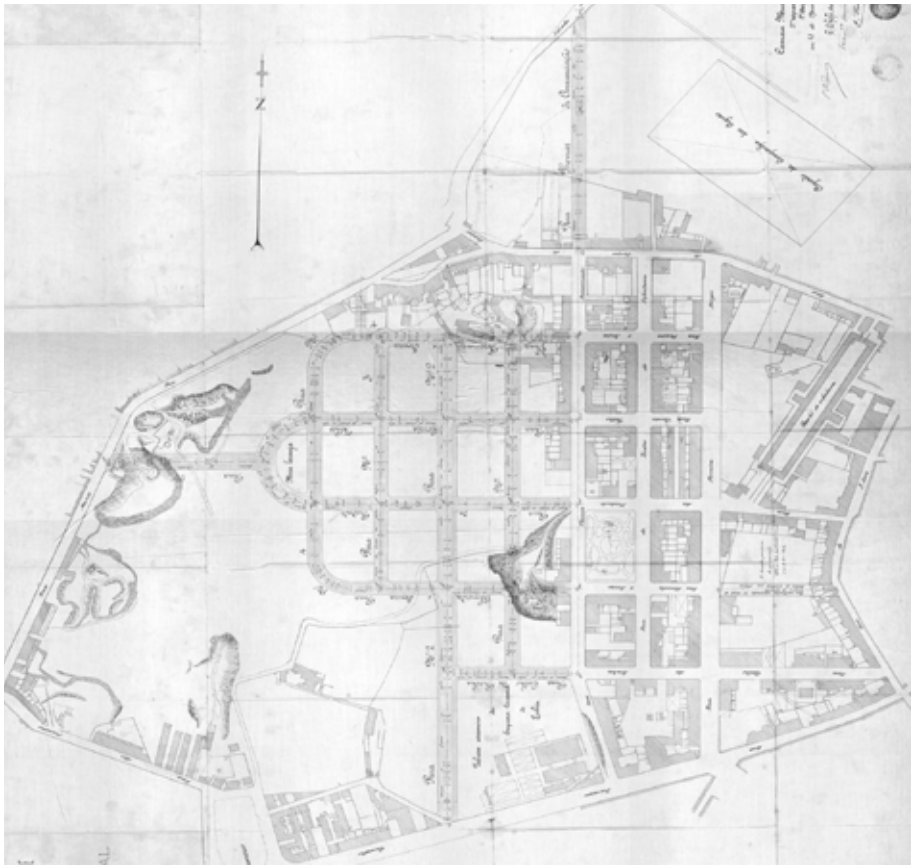
No século XIX, em 1834, é construído o Cemitério dos Prazeres (uma estrutura emblemática do bairro até aos dias de hoje); entre os anos 1858 (visível na planta de Filipe Folque (Mapa 06)) e 1878 (visível na planta de Francisco e César Goullard (Figura x)) não existiram mudanças significativas, o bairro encontrava-se ainda muito pouco urbanizado, mas em 1878, iniciou-se o processo de urbanização do bairro, quando o município aprova o projeto, que estava inserido num plano mais vasto de expansão e melhoramentos na cidade, com a finalidade de modernizar a cidade à imagem da época, face a um século conturbado marcado pelas invasões francesas, guerra civil, revolução liberal e industrialização atrasada do país (comparada ao paradigma europeu). O desenho do bairro é detalhado na planta elaborada pela equipa da Câmara Municipal de Lisboa que Frederico Ressano Garcia (também o

responsável pelo plano da Avenida da Liberdade) liderava, em 1871 (Mapa 07), na qual se pode ver o bairro, como o conhecemos hoje. O bairro foi desenhado com uma malha ortogonal, com quarteirões na maioria retangulares, a malha adaptava-se aos “(...) elementos preexistentes, como edifícios e outras construções, pequenos quintais e alguns arruamentos já existentes, promovendo a sua regularização geométrica e expandindo o tecido urbano a partir das ruas sinuosas que envolvem Santa Isabel até à Rua Maria Pia.”

Em 1906 surge uma proposta de ampliação do bairro (Figura x) por parte de Ressano Garcia, em que o mesmo inverte a lógica do plano que tinha estabelecido a priori, em que ao contrário da malha ortogonal que tinha sido desenhada, originalmente, e que não estabelecia à partida nenhum eixo específico (à semelhança da Baixa Pombalina), sobre a qual alguns dos quarteirões já tinham sido construídos, e passava então a ter um eixo axial / direção muito claros, em sentido ao



38



37

¹² Câmara Municipal de Lisboa Plano de Pormenor das Amoreiras p.6

38- Chafariz de Campo de Ourique, 1960, João Goulart.
37- Ampliação Bairro Campo de Ourique, Ressano Garcia, 1906.

Oeste (semelhante a um bairro como o Bairro do Arco do Cego). Esta proposta como é evidente não foi levada em frente, e o bairro seguiu a morfologia da proposta anterior, e é entre os anos 80, do século XIX, até aos anos 30, do seguinte, que o bairro se vai construir e consolidar.

Em 1880, outra infraestrutura muito importante para o bairro é construída, o reservatório de Campo de Ourique (ativo até aos dias de hoje) que é “construído para reforçar o fornecimento de água nos meses de Estio ou em caso de ruptura do canal do Alviela”. Ainda no final do século dezenove, na Travessa dos Prazeres é instalada a Empresa Cerâmica de Alcântara, revelador da forte industrialização que o vale de Alcântara sofreu na viragem do século XIX para o século XX. Em Alcântara existiram as Fábricas da Pólvora e do Cabrinha, por exemplo, e em Campo de Ourique ainda chegou a existir a Fábrica de Cerâmica Lusitânia, até ser demolida para dar lugar à Igreja do Santo Condestável.

O desenvolvimento industrial pujante deste território levou a que a população do bairro aumentasse, e agora nele vinha habitar a classe operária, que trabalhava nas várias indústrias que permeavam o vale. Esta nova população veio habitar “(...) habitações destinadas aos operários, aproveitando os espaços existentes em interiores de quarteirão e traseiras de casas burguesas. Apesar dos esforços dos particulares em fornecer habitações mais baratas, a verdade é que muitas destas “vilas operárias” não respeitavam as regras mais elementares de salubridade (...)” Estas vilas/pátios operários localizavam-se na sua maioria nos limites do bairro, por oposição aos edifícios (a maioria feitos numa construção em altura, num estilo português suave, típico do início do século XX, por oposição às pequenas moradias baixas onde os operários habitavam), que constituíam os quarteirões do centro do bairro, na malha consolidada, destinados na sua maioria a uma classe burguesa (embora no centro existisse, por exemplo, o



42



43



39



40



41

43- Rua Ferreira Borges, 195-, Judah Benoliel.
42- Empresa de Cerâmica de Lisboa, 1883, Francesco Rocchini.
41- Campo de Ourique, fotografia aérea, 195-, Mário de Oliveira.
40-Vila Ramos, 1962, João Goulart

Pátio das Barracas, dos Artistas e do Bahuto). As restantes habitações operárias localizavam-se, na periferia, na Rua Maria Pia, antiga estrada da Circunvalação, (a Vila Neves, Graciete, da Cordoaria e Alves), e na rua Campo de Ourique (a Vila Lino, a Fernandes Lopes; e o Pátio do Beco do Fogueteiro, o da Estalagem, e o do Paiol; e o Beco do Julião) (Mapa 09). Esta diferença entre classe, tipologia e localização ainda se sente nos dias de hoje, embora algumas das vilas e pequenas moradias na rua Maria Pia já se encontrem a ser gentrificadas. Ainda no final do século XIX, é de salientar a linha férrea que havia sido construída no fundo do vale de Alcântara, em 1888, que ligava Alcântara-Terra e Sintra, e em 1991 é acrescentada a ligação a Alcântara-Mar, isto leva “(...)ao entulhamento da caldeira e encanamento da ribeira a jusante da ponte, para que instalação das linhas de comboio fosse possível.” (Pereira, 2009)

No século XX, dá-se a mudança

do regime monárquico para uma República, e, durante as primeiras décadas, o tecido do bairro consolida-se, e obras arquitetónicas importantes são construídas como: o jardim Teófilo Braga, construído em 1920, o mercado de campo de ourique, em 1934, e o Cinema Europa, em 1931. Estas obras cumprem uma função social, são espaços de uso coletivo, que tornam Campo de Ourique num verdadeiro pedaço de cidade viva, e não meramente um local residencial. Do outro lado do vale, em 1938, o Parque Urbano do Monsanto é arborizado, uma obra que iria mudar a imagem da cidade de Lisboa permanentemente.

Na segunda metade do século, já em pleno Estado Novo, um conjunto de obras públicas muito importantes são executadas, entre elas: o Viaduto Duarte Pacheco, entre 1939 e 1944, que vai unir Monsanto ao planalto de Campo de Ourique; a Avenida de Ceuta, construída entre 1944 e 1957, que altera por completo o vale e os seus sistemas naturais, pelo encanamento da ribeira de



47



48



49



44



45



46

- 49- Fotografia aérea sobre a zona de Alcântara, 1953, Abreu Nunes.
48- Obras de canalização e cobertura da ribeira de Alcântara, 47-194-, Mário de Oliveira.
46- Jardim Teófilo Braga, 1959, Armando Serôdio.
45- Mercado de Campo de Ourique, 1934, Eduardo Portugal.
44- Cinema Europa, 1990-91,

Alcântara, e que vai ligar Alcântara a Benfica; e mais tarde, entre 1962 e 1966, a ponte sobre o Tejo é construída, unindo as duas margens do rio Tejo, e estes acessos iam acabar no complexo sistema viário do fundo de vale de Alcântara. Até aos anos 70 todos os quarteirões, como os conhecemos, hoje em dia, são completados. Duas obras importantes deste período são: o Bloco das Águas Livres projetado pelos arquitetos Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral, construído entre 1953 e 1957; e a Escola Manuel da Maia que é construída, entre 1956 e 1962. (Pereira, 2009)

No final do século XX, em 1999, o Casal Ventoso, que se vinha formando desde o final do século XIX, (de génese, na sua maioria informal, e cuja população era de classe económica desfavorável), atrás da rua Maria Pia, no sub-vale de Alcântara, e que será desmantelado, após um crescente mal-estar social, um grave problema de tráfico de estupefacientes e a pouca salubridade, e as suas populações serem realocadas

mais abaixo na Avenida de Ceuta em habitações promovidas pelo Estado. (Soares, 2010)

Já no século XXI, o concurso público levado a cabo pela EPAL¹³, em 2018, de forma a rematar o bairro no quarteirão do Quartel dos Bombeiros, e resolver o vazio urbano, que hoje existe por causa do estacionamento no seu interior e vários edifícios em ruína, simultaneamente providenciando habitações face à atual demanda. É de salientar a expansão do Metropolitano de Lisboa nas Linhas Vermelha (terá uma estação em Campo de Ourique, no atual Jardim da Parada) e Verde (novas estações na Estrela e em Santos).

A urbanização do Bairro de Campo de Ourique e a modernização do Vale de Alcântara, fizeram com que estes territórios perdessem a sua imagem e características bucólicas, o vale foi sendo continuamente interceptado por infraestruturas e o bairro preenchido por edificado, mas se esses aspectos podem ser, talvez, parcialmente negativos, os mesmos contribuíram para que estes territórios fossem absorvidos pela cidade, e a infraestrutura que hoje tem lugar no fundo do vale é indispensável para o funcionamento da cidade.



¹³Ordem dos Arquitectos Secção Regional Sul (2023) Conjunto edificado em Lisboa

53- Vale de Alcântara, 195-, António Passaporte.
52- Vale de Alcântara e encosta do Casal Ventoso, 1944, Eduardo Portugal.
51- Escola Manuel da Maia em construção, 1960, João Goulart.
50- Bloco das Águas Livres , 1959, Fernando Matias.











Mapa 10 _ Planta Histórica Campo de Ourique (1970-87)



- Legenda
- 1 - Quartel Infantaria nº 16
 - 2 - Jardim Teófilo Braga /da Parada
 - 3 - Cemitério Alemão
 - 4 - Jardim da Estrela
 - 5 - Basílica da Estrela
 - 6 - Oficinas de São José/Colégio dos Salasianos
 - 7 - Igreja de Maria Auxiliadora
 - 8 - Igreja Santo Contestável/Fábrica de Cerâmica Lusitânia
 - 9 - Mercado Campo de Ourique
 - 10- Cemitério dos Prazeres
 - 11- Vila Graciete
 - 12- Escola Manuel da Maia
 - 13- Vila cordoaria
 - 14- Escola Santo Contestável
 - 15- Vila Alves
 - 16- Pátio Travessa do Fogueteiro
 - 17- Reservatório Campo de Ourique
 - 18- Ermida do Senhor Jesus dos Terramotos
 - 19- Pátio das Barracas
 - 20- Reservatório do Pombal
 - 21- Mãe D'Água das Amoreiras
 - 22- Igreja Nossa Senhora da Conceição/Mosteiro de Trinitárias
 - 23- Liceu Pedro Nunes
 - 24- Igreja Santa isabel
 - 25- Bloco das Águas Livres
 - 26- Jardim das Amoreiras
 - 27- Hospital Militar
 - 28- Jardim Elisa Baptista / Residencia 1º Ministro
 - 29- Blocos Avenida Infante Santo
 - 30- Tapada das Necessidades
 - 31- Escola Fernanda de Castro
 - 32- Capela do Sr.Jesus do Triunfo
 - 34- Pátio da Bagatela
 - 33- Vila Rosário/Pátio do Bahuto
 - 35- Pátio dos Artistas
 - 36- Vila Neves
 - 37- Centro Comercial das Amoreiras
 - 38- ETAR
 - 39- Casa em Campo de Ourique, Aires Mateus
 - 40- Fábrica de Chocolate Marquise
 - 41- Antiga Fábrica Cabrinha
 - 42- Antiga fábrica da Polvora
 - 43- Antigo Lavadouro e Chafariz de Campo de Ourique
 - 44- Vila Lino
 - 45- Vila Fernandes Lopes
 - 46- Pátio da Estalagem
 - 47- Pátio do Paiol
 - 48- Beco do Julião

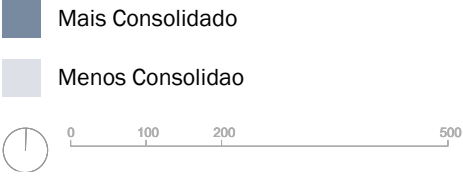


Mapa 11 _ Planta Campo de Ourique Obras Relevantes

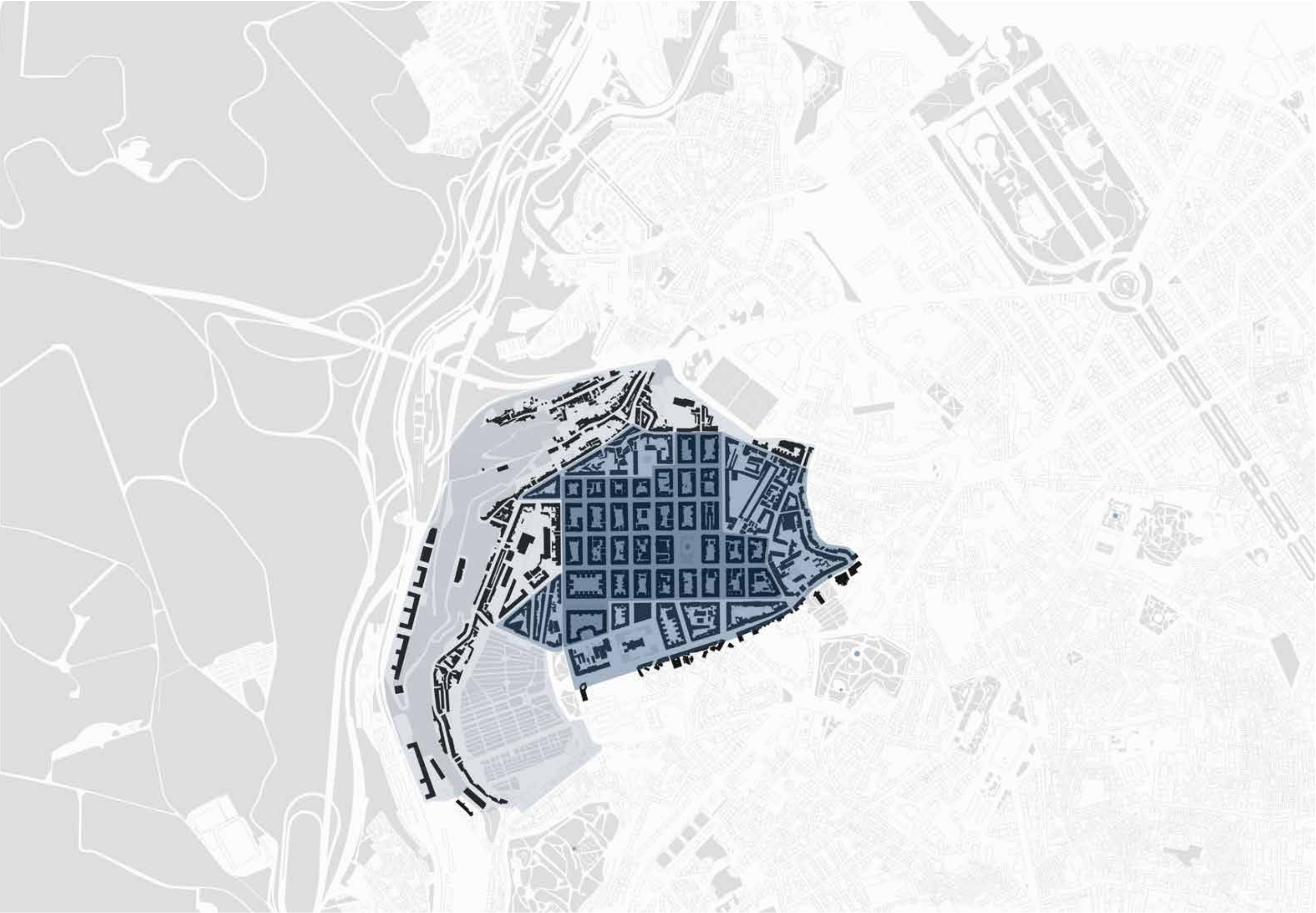


Campo de Ourique/
Infraestrutura



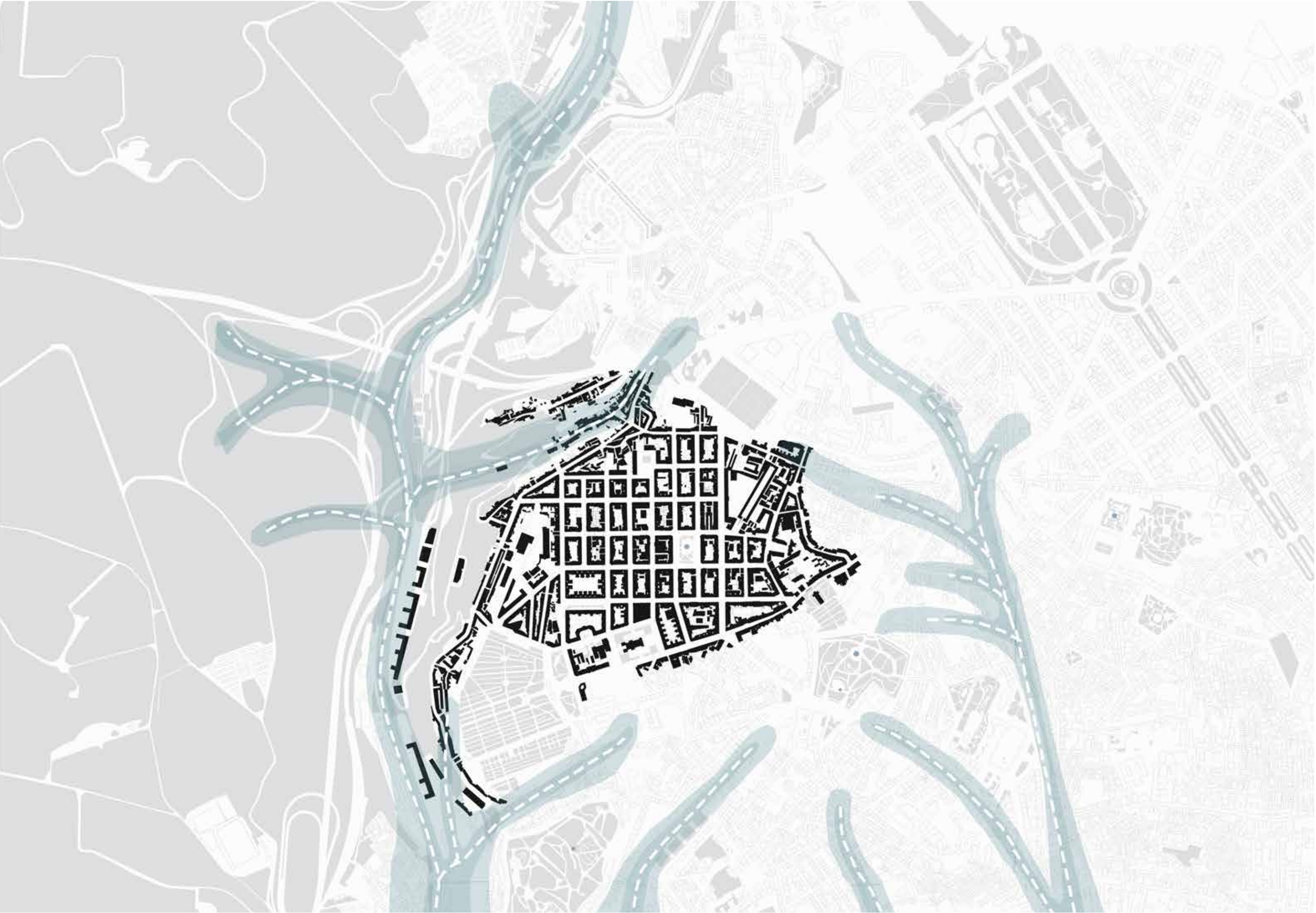


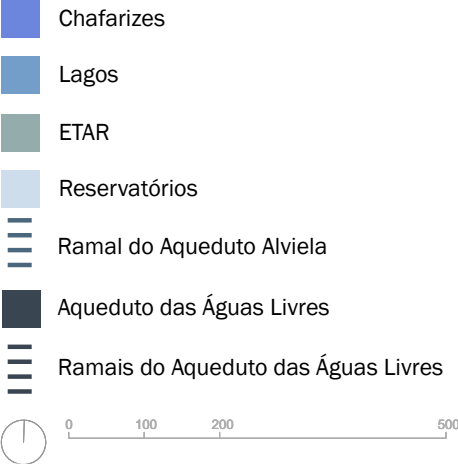
Mapa 13 _ Planta Campo de Ourique (Paradigma Centro-Periferia)



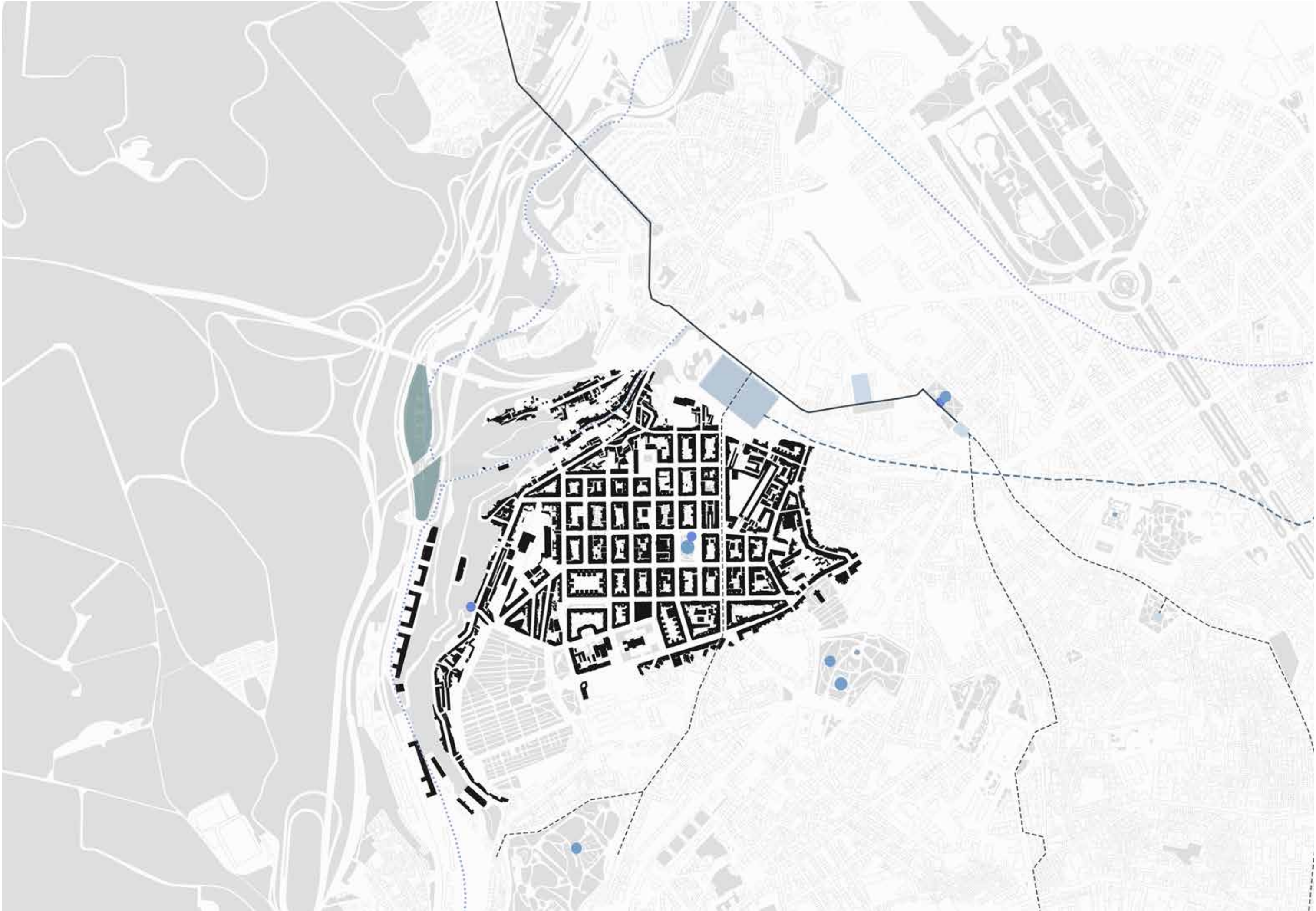


Mapa 14 _ Planta Campo de Ourique (Festos e Risco de Inundações)





Mapa 15 _ Planta Campo de Ourique (Infraestrutura Hídrica)





185



Campo de Ourique/
Ensaio Fotográfico

Campo de Ourique _
Bairro e Vale



54



55



56



57



58



59



60



61



62



63



64



65



66



67



68



69



70



71

- 54- Alcântara e o Rio tejo (visto dos Prazeres)
- 55- Linha Férrea e o Fundo do Vale
- 56- Rua Maria Pia e a Encosta de Campo de Ourique
- 57- Alto dos Moinhos e o Viaduto Duarte Pacheco
- 58- Reservatório do Arco
- 59- Entrada Boco das Águas Livres
- 60- Alto do Carvalhão
- 61- Arco do Carvalhão
- 62- Amoreiras vista da Entrada do Bairro
- 63- Rua Ferreira Borges
- 64- Jardim Teófilo Braga
- 65- Rua Santa Isabel
- 66- Igreja Santa Isabel
- 67- Interior do Quarteirão da Rua Sampaio Bruno
- 68- Rua Sampaio Bruno
- 69- Pátio dos Artistas
- 70- Mercado de Campo de Ourique
- 71- Igreja do Santo Condestável

Câmara Municipal de Lisboa. Plano de Pormenor das Amoreiras. https://www.lisboa.pt/fileadmin/cidade_temas/urbanismo/planos_pormenor/amoreiras/pp_amoreiras_relatorio.pdf

Costa, A. F. D. (1984). Entre o cais e o castelo: identidade cultural num tecido social desigualitário. Revista Crítica de Ciências Sociais, (14), 77-108. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/5877>

Figueiredo, P. (2008) Reservatório de Água de Campo de Ourique http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=26936

Maia e Silva, S. A Freguesia de Campo de Ourique https://assets.exercito.pt/SiteAssets/ESSM/Publicacoes_e_Videos/O_Quartel_e_a_Freguesia_Campo_Ourique.pdf

Ordem dos Arquitectos Secção Regional Sul (2023) Conjunto edificado em Lisboa <https://encomenda.oasrs.org/concursos/detalhe/aaMcq6/conjunto-edificado-em-lisboa>

Pereira, B. R. d. A. (2009). O vale de Alcântara como caso de estudo: Evolução da morfologia urbana. https://scholar.tecnico.ulisboa.pt/api/records/s4g47_T2IU6Glc-GdaucRbdQVRDjEXZ-t5/file/3e6b55cf-1cf14469d5864daa992fc5deaa-1be6407e275f8056e0fad41230c6d1.pdf

Soares, L. M. A. (2010). Descendo a encosta do Casal Ventoso para a Quinta do Loureiro: impactes sentidos pelos residentes ao nível da sua inserção profissional e redes sociais, após o realojamento (Doctoral dissertation, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (Portugal) <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/3868>

Velasco, E. M. (1995) Mercado de Campo de Ourique. Câmara Municipal de Lisboa. <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/2844/1/Mercado%20de%20Campo%20de%20Ourique.pdf>

Figura 33 - Goulart, A. (1960). Chafariz de Campo de Ourique. Arquivo Municipal de Lisboa. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=233937&type=PCD>

Figura 34- (1780). Lisboa interativa Câmara Municipal de Lisboa. <https://websig.cm-lisboa.pt/MuniSIG/visualizador/index.html?viewer=LxInterativa.LXi&layerTheme=null&scale=5000&base-map=¢er=-86682.82759721407%2C-105794.27873127138&layers=2KAzM43aSmkc3Dsby60UXsBR>

Figura 35 - Portugal, E. Aqueduto das Águas Livres, ramal que vai para a Estrela. Arquivo Municipal de Lisboa. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=295258&type=PCD>

Figura 36 - Lima, A. (1908). Quartel de Campo de Ourique: juramento de bandeira. Arquivo Municipal de Lisboa. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=217879&type=PCD>

Figura 37 - Garcia, F., Macedo, F. (1906). Ampliação do bairro de Campo de Ourique. Arquivo Municipal de Lisboa. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=1241284&type=PCD>

Figura 38 -Goullard. (1878).

Figura 39 - Goulart, A. (1965). Pátio ao lado do nº 222 da rua Maria Pia. Arquivo Municipal de Lisboa. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=253253&type=PCD>

Figura 40 - Goulart, A. (1961). Pátio. Arquivo Municipal de Lisboa. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=202805&type=PCD>

Figura 41 - Oliveira, M. Campo de Ourique, fotografia aérea. Arquivo Municipal de Lisboa. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=225764&type=PCD>

Figura 42 - Rocchini, F. (1962). Empresa de Cerâmica de Lisboa, fábrica de telha e de material de construção de barro vermelho, fundada em 1883. Arquivo Municipal de Lisboa. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=215614&type=PCD>

Figura 43 - Benoliel, J. Rua Ferreira Borges e Campo de Ourique, ao fundo o quartel 4 de Infantaria. Arquivo Municipal de Lisboa. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=229234&type=PCD>

Figura 49 - Benoliel, J. Obras no viaduto ferroviário de Santana de Cima. Arquivo Municipal de Lisboa. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=228946&type=PCD>

Figura 44 - Pinto, K. (1953). Cinema Europa. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=223972&type=PCD>

Figura 46 - Serôdio, A. (1959). Jardim Teófilo Braga, biblioteca municipal móvel. Arquivo Municipal de Lisboa. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=230305&type=PCD>

Figura 45 - Portugal, E. Mercado de Campo de Ourique, interior. Arquivo Municipal de Lisboa. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=205319&type=PCD>

Figura x - Waldmann, M. (1990 - 1991). Cinema Europa. Arquivo Municipal de Lisboa. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=289218&type=PCD>

Figura 47 - Nunes, A. (1953). Fotografia aérea sobre a zona de Alcântara, vê-se a avenida de Ceuta ao centro, em cima e à esquerda o palácio das Necessidades. Arquivo Municipal de Lisboa. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=233661&type=PCD>

Figura 48 - Oliveira, M. Obras de canalização e cobertura da ribeira de Alcântara. Arquivo Municipal de Lisboa. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=226901&type=PCD>

Figura 51 - Goulart, A. (1960) Entrada para o antigo Depósito da Câmara Municipal de Lisboa, vendo-se a escola Básica Manuel da Maia em construção. Arquivo Municipal de Lisboa. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=233714&type=PCD>

Figura 50 - Matias, F. (1959) Bloco das Águas Livres. Arquivo Municipal de Lisboa. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=231613&type=PCD>

Figura 52 - Portugal, E. (1944). Vale de Alcântara e encosta do Casal Ventoso, vê-se o cemitério dos Prazeres. Arquivo Municipal de Lisboa. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=295148&type=PCD>

Figura 53 - Passaporte, A. Panorâmica do vale de Alcântara. Arquivo Municipal de Lisboa. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=270532&type=PCD>

54- Alcântara e o Rio tejo (visto dos Prazeres), elaborada pela autora
55- Linha Férrea e o Fundo do Vale, elaborada pela autora
56- Rua Maria Pia e a Encosta de Campo de Ourique, elaborada pela autora
57- Alto dos Moinhos e o Viaduto Duarte Pacheco, elaborada pela autora
58- Reservatório do Arco, elaborada pela autora
59- Entrada Boco das Águas Livres, elaborada pela autora
60- Alto do Carvalhão, elaborada pela autora
61- Arco do Carvalhão, elaborada pela autora
62- Amoreiras vista da Entrada do Bairro, elaborada pela autora
63- Rua Ferreira Borges, elaborada pela autora
64- Jardim Teófilo Braga, elaborada pela autora
65- Rua Santa Isabel, elaborada pela autora
66- Igreja Santa Isabel, elaborada pela autora
67- Interior do Quarteirão da Rua Sampaio Bruno, elaborada pela autora
68- Rua Sampaio Bruno, elaborada pela autora
69- Pátio dos Artistas, elaborada pela autora
70- Mercado de Campo de Ourique, elaborada pela autora
71- Igreja do Santo Condestável, elaborada pela autora

J05 _ Estudo de Casos

Famelistério de Guise
Edifício 4 da Piazza
Velasca

Índice

Famelistério de Guise

Famelistério _ Um modelo do Habitar Coletivo
Entangled Life
Chão Comum
Habitar_Durável/Reversível

Edifício 4, na Piazza Velasca

Edifício 4, na Piazza Velasca _ Um Modernismo
Milanês
Entangled Life
Chão Comum
Habitar_Durável/Reversível

Bibliografia

Índice de Figuras



Familistério de Guise/
Jean Godin
(1858-1884)

Famelistério _ Um Modelo do Habitar Coletivo

“Les maisons disparates de nos villages, placées sans ordre, sans alignement, sans aucune préoccupation de l’hygiène, ni de la salubrité, sont plus souvent un lieu de tortures, un sujet de dégradation physique et morale des individus, qu’un lieu de tranquillité et de repos.” (Godin, 1871)

Jean-Baptiste André Godin (1817-1888) foi um industrial e filantropo francês, que desenvolveu um processo de fabricação de ferro fundido, o que facilitou a produção de fogões, o que, mais tarde, o levou a abrir a sua fábrica, em 1846, na cidade de Guise, ao lado do rio Oise.

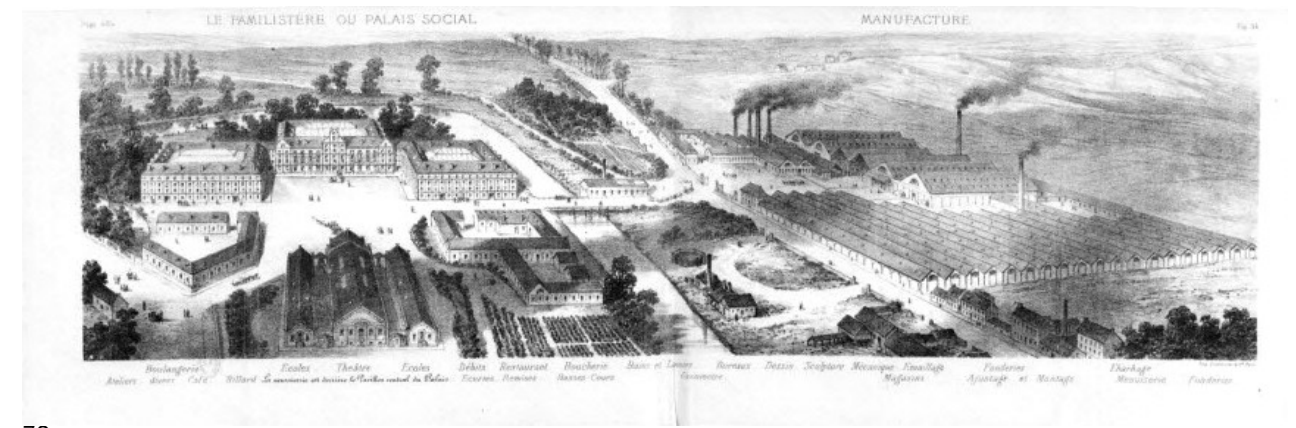
*“L’installation de la fonderie Godin-Le-
maire est autorisée le 13 juin 1846.
La manufacture compte alors une
vingtaine d’employés. La production
commence à prendre de l’ampleur :
80 à 100 appareils de chauffage sont
expédiés quotidiennement en 1850”¹⁴*

Godin, contemporâneo de Karl Marx, idealizou e projetou o Familistério, a

conceptualização deste palácio social, numa revolução social pacífica, decorre das teorias de Charles Fourier, e do modelo que este tinha criado e teorizado, o falanstério. O socialismo utópico foi uma corrente política oitocentista, que pugnava por uma sociedade mais justa, na qual existia a propriedade comum da terra, leis trabalhistas que limitassem as horas de trabalho permitidas, melhores condições de trabalho e reformas no sistema de educação. Os seus mais célebres proponentes foram, precisamente, Henri Saint-Simon, François Marie Charles Fourier e Robert Owen.

“(...)utopian socialists authored various works prior to the European revolutions of 1848-1849, demanding, among other things, greater justice and common land ownership.” (Schmid, 2019)

Esta corrente de pensamento surgiu com o advento da Revolução Industrial, e com as suas consequências nas estruturas de trabalho, na expropriação dos “commons”, e no



72



73

¹⁴ Jean-Baptiste André Godin : une biographie - Le Familistère de Guise

desejo da partilha dos benefícios gerados por esta nova organização do trabalho e tecnologia, decorrentes da primeira revolução industrial.

“For millennia, most of England’s arable land fell under the category of “commons”; it was only a gradual process that created our modern arrangement of exclusive, unitary land ownership. This process was called enclosure.” (Harris & McKenna, 2022)

Foi a partir destes motes que os socialistas utópicos desenvolveram as suas teorias e projetos de habitação (numa época em que os urban dwellings, onde habitavam os operários não tinham qualquer salubridade, ou qualidade), que surgiram como alternativa aos bairros de lata sobrelotados, representando, também, uma nova ordem social. Estes projetos, tinham também o intuito de criar tipologias arquitetónicas residenciais, onde a vida se misturava com a vivência coletiva, onde o trabalho era um aspeto da vida colectiva,

com grande ênfase na educação da classe trabalhadora e dos seus filhos.

“The utopian socialists strove to counteract the privatization of the family, by dismantling the institution of the Whole House, often demanding a high degree of family publicness in built and designed Large Housing Complexes. However, these theoretical and ideological precepts were not favored by the working class at the time.” (Schmid, 2019)

Charles Fourier (1772-1837) foi um socialista utópico francês, que dedicou a maior parte da sua vida à elaboração de um projecto de reforma económica e social, publicou várias obras visionárias no campo da filosofia e da economia, entre elas a “L’Harmonie universelle et le phalanstère, exposés par Fourier”, em 1849, na qual explana o seu conceito e teoria do falanstério, no qual a sociedade era organizada em falanstérios, uma tipologia urbana fundada por uma organização comunitária livre, fraterna e igualitária, na qual não existiam uni-



74

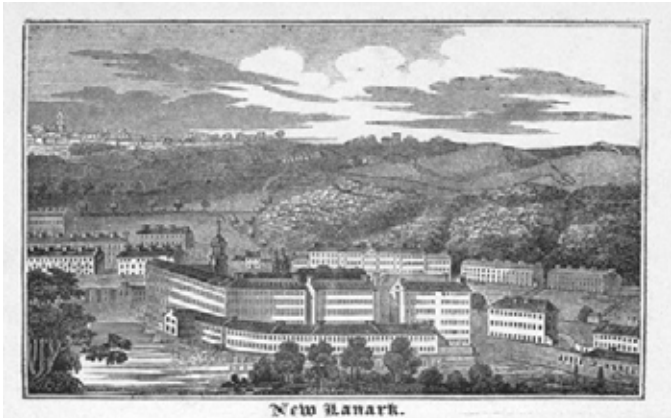
idades separadas por famílias, a ideia era os habitantes viverem em apartamentos com grupos sociais heterogêneos, de diferentes tamanhos. Fourier projetou o falanstério para ter um número exato de 1620 habitantes, que iriam partilhar espaços de uso social e cultural. Albert Brisbane, um dos discípulos de Fourier, levou as teorias do seu mestre para a América onde vários falanstérios foram construídos, como por exemplo o Falanstério de New Jersey (1941), onde a experiência durou uma década e tinha uma população de 120 a 150 habitantes. (Schmid, 2019)

Na Escócia, em New Lanark, o industrial (fábrica de algodão) e filantropo Robert Owen, em 1817, pôs em prática estas ideias de habitação colectiva, numa “village of cooperation” intitulada de New Hope, pensado para um milhar de habitantes (trabalhadores da sua fábrica) num complexo que continha: serviços médicos, escolas, biblioteca, cozinha partilha, ginásios e tipologias habitacionais privadas para cada

família (ao contrário do falanstério).

O Familistério, conceptualizado e projetado por Godin, e explanado em Solutions Sociales, em 1871, foi construído entre 1859 e 1884, sendo que, em 1877, já todos os pavilhões centrais tinham sido construídos, para dois milhares de habitantes. O Familistério fazia parte de um conjunto de edifícios com funções distintas, que permitiam que os habitantes pudessem viver, com a maior das qualidades. Existiam cinco pavilhões, sendo que três pavilhões principais estavam ligados internamente. Nos anos 80 do século XIX, foram adicionados mais dois edifícios habitacionais, fora dos limites do Familistério, para suprir a crescente demanda.

*“De nouvelles constructions sont cependant rapidement nécessaires. Après la fondation de l’Association coopérative du capital et du travail en août 1880, la nécessité d’habiter au Familistère pour accéder au rang d’associé ou de sociétaire entraîne la création de logements en dehors des limites du Familistère.”*¹⁵



74



75



76

¹⁵ Les Pavillons Landrecies et Cambrai (2022)

O pavilhão Landrecies, construído entre 1882 e 1883, na mesma rua da fábrica, tinha 3 pisos, 2 deles para a habitação, e não seguia os princípios do familistério, pois tinha apenas um corpo e assemelhava-se ao contexto urbano em que estava inserido.

E, um segundo edifício, o pavilhão Cambrai, construído entre 1883 e 1884, que, ao contrário do anterior, segue os princípios dos pavilhões do familistério: planta quadrangular, quatro pisos, escadas nos mesmos lugares, em suma, o mesmo desenho, excetuando o facto do seu pátio não ser coberto, e comportava em si 145 apartamentos. Os restantes edifícios eram: a creche, construída em 1866, que se localizava atrás do familistério, mas com uma ligação ao pavilhão central, e era destinado a crianças até aos 6 anos; as escolas e o teatro, interligados por pátios, construídos entre 1870 e 1882; os économats, tendo sido originalmente planeados dois edifícios, que estavam ligados à pequena economia que era es-

tabelecida dentro desta estrutura, cada um deles à frente das alas esquerda e direita do familistério, o que se localizava à frente da ala direita não chegou a ser construído, e o que se localizava à esquerda era dedicado à alimentação dos habitantes, e continha um talho, uma charcutaria, uma delicatessen, um bar, um estábulo e uma cozinha comunitária; e, por fim, o edifício da lavandaria, localizado fora do núcleo central do Familistério, na margem esquerda do rio, junto à entrada, dedicado à higiene do familistério, continha várias casas de banho, que complementavam as que existiam nos pavilhões, e uma piscina.

Por providenciar a educação proporcionou um dos maiores feitos, a nível social, inédito numa época em que a maioria das crianças trabalhava. As escolas não eram segregadas por sexo, tendo os seus estudantes entre os 6 e os 14 anos.

*“La scolarisation des enfants dans les écoles du Familistère est une condition de l’habitation des familles au Palais social, un devoir et, finalement, une obligation suivant les statuts de l’Association coopérative du capital et du travail.”*¹⁶



77



78



80



81

¹⁶ Les écoles du familistère (2022)

Poder-se-ia dizer que a organização deste sistema se assemelhava a uma proto cidade, visto que no limite os seus habitantes poderiam satisfazer as suas necessidades quotidianas, de trabalho e de consumo, sem sair dele. Os pavilhões eram construídos com alvenaria de tijolo, e as coberturas, sobre os seus pátios internos, eram de vidro. Esta planta pavilhonar, relembra de certo modo a própria disposição do Palácio de Versalhes.

As tipologias privadas propostas por Godin aconteciam tal como na experiência de Owen, pois propunha apartamentos privados para cada família. Ao contrário de Fourier, Godin não tenta separar as famílias, mas apoiá-las através de uma vasta gama de espaços de vida partilhados, fazendo com que a maior parte destes 500 apartamentos fossem evolutivos, mediante a necessidade de cada família. Estes apartamentos não continham cozinhas ou casas de banho, pois estas funções eram partilhadas. Como as casas de banho fica-

vam nos cantos dos pavilhões e a cozinha comunitária no Économat, favorecia-se a centralização das tarefas domésticas, permitindo libertar as mulheres desse fardo, já que as tarefas passaram a ser divididas por todos os habitantes. (Schmid, 2019)

No familistério, para além da partilha de vários espaços e rituais do quotidiano, também eram promovidas duas celebrações anuais, a do Dia da Criança e a do Dia do Trabalhador, celebrações laicas e fora do comum, nos finais do século XIX, num esforço para consolidar o sentido de comunidade entre os habitantes.

*“À société nouvelle, fêtes nouvelles. Une société vierge de traditions ou s’efforçant de se dégager de celle-ci doit élever de nouveaux repères.”*¹⁷

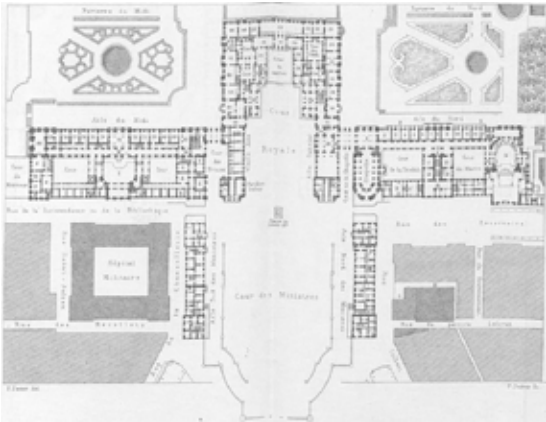
No início da Primeira Guerra Mundial, em 28 de agosto de 1914, as tropas alemãs incendiaram a ala esquerda do Palais Social, quase na sua totalidade, e teve de ser reconstruída. Nos



82



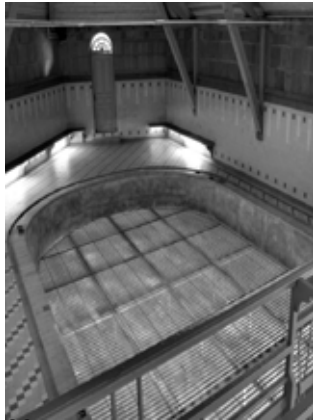
83



84



85



86



87

¹⁷ La société festive : le Familistère de Guise (2017)

82- Lavandaria, 1897
83- Charcuteria, 1897
84- Planta Palácio de Versalhes
85- Sala de Aula, 1897
89- Piscina, 2009
90- Apartamento, 1897

seus últimos anos de vida Jean Godin, este deixou aos seus trabalhadores a fábrica e o familistério, que os mantiveram até aos meados do século XX, mais concretamente até 1968, quando a cooperativa foi extinta, dando lugar à sociedade anónima Godin SA. O Familistério de Guise foi o modelo de habitação coletiva construído e organizado de maneira socialista, e a experiência das teorias utópicas com maior sucesso.

Em 1858, Godin abre uma sucursal na Bélgica, com o intuito de expandir o seu negócio noutros mercados, o belga e o holandês. Mas, só 30 anos mais tarde e por dificuldades administrativas é que um novo familistério belga é finalmente construído, já depois da morte de Jean Godin, que tinha morrido no mesmo ano em 1888. O Familistério belga é construído com os mesmos princípios que os 3 primeiros pavilhões de Guise, é um edifício com 4 pisos, aos quais se acede através de escadas giratórias situadas nos cantos do quadrilátero, com 72 apartamentos, cada um com uma

porta e um vestíbulo separados, e que se organizavam em torno de um claustro, que é também coberto por uma cobertura de vidro que assenta numa estrutura de madeira. O complexo era composto pela fábrica, pelo familistério, por um refeitório, lojas e escolas.¹⁸



91



92



93



94

x



95

¹⁸ Le Familistère de Laeken à Bruxelles

91- Pavilhão Ala Esquerda, 1897
92- Ruínas da Ala Esquerda, 1919
93- Fábrica e Familistério Belgas, Laeken, 1930
94- Festa do Dia da Criança, Guise, 1897
95- Festa do Dia da Criança, Laeken, 1898

O Familistério de Guise, enquanto unidade habitacional, fazia parte de uma grande estrutura que funcionava em unísono, e que continha em si uma multiplicidade de edifícios que visavam servir os habitantes e trabalhadores em todos os aspectos da sua vida, entre eles a Fábrica/Usina, os três pavilhões habitacionais centrais (que continham os apartamentos e casas de banho comuns), os Pavilhões Habitacionais de Cambrai e Landrecies, o Teatro, a Escola (dois volumes adoçados a um edifício central que cozinha Teatro), a Creche, o Économat (continha lojas cooperativas, armazéns, uma cantina comunitária e a sala de refeições), a Piscina (que incluía a lavandaria) e os Jardins.



Mapa 15 _ Planta de Guise (Implantação Familistério e Fábrica)



Chão Comum

No Familistério existe uma continuidade na praça central, entre os três pavilhões, que entra para dentro dos edifícios através das várias portas nos pisos do rés de chão. Este chão estende-se dentro dos pavilhões e ganha uma amplitude fortíssima, quando se torna no fundo dos pátios, que perfuram os pavilhões no seu centro, que se encontram conectados em todos os pisos, nos seus cantos.

- a- Pavilhões Principais do Familistério
- b- Creche
- c- Escola e Teatro
- d- Économats
- e- Estábulos
- f -Pavilhão Landrecies
- g -Piscina
- h - Pavilhão Cambrai



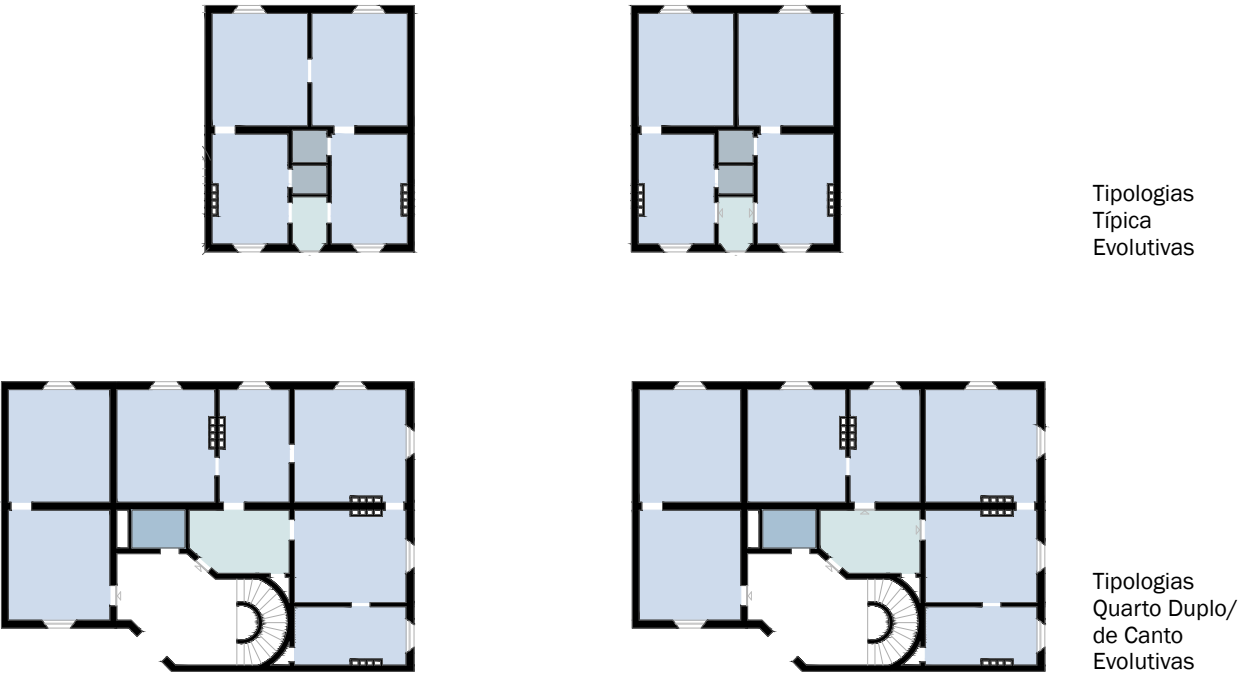
Desenho x - Plantas do Rés-do-Chão do Familistério



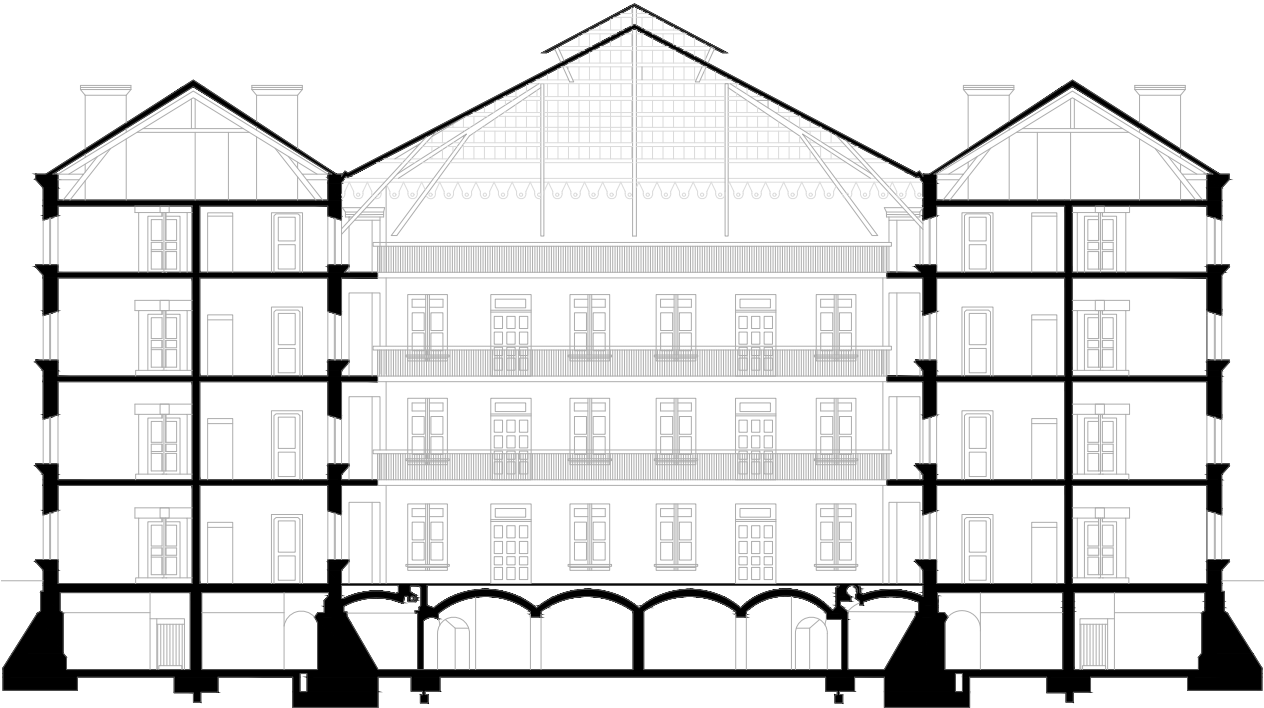
Habitar_Durável

Reversível

Existiam no familistério 3 tipologias de apartamentos, 2 evolutivos - o standard e os que ficam nos cantos, tornando-se em exceções pela sua posição no pavilhão, e pelas escadarias. Os apartamentos tinham sempre duas divisórias, que poderiam ser utilizadas para qualquer função, e um vestíbulo que seria partilhado por dois apartamentos, caso as famílias aumentassem, pois era só necessário abrir-se uma das paredes divisórias entre os dois apartamentos, passando a ser um só apartamento com 4 divisórias, mais o vestíbulo. A terceira tipologia, um apartamento sem vestíbulo, e só com duas divisórias, também posicionado nos cantos.



Desenho x - Corte Transversal e Plantas das Três Tipologias Habitacionais



Edifício 4 Piazza Velasca/
Asnago Vender
(1947-1952)

Edifício 4, na Piazza Velasca _ Um Modernismo Milanês

Mario Asnago (1896-1980) e Claudio Vender (1904-1986) foram arquitetos italianos que operaram, majoritariamente, em Milão, e quase na sua totalidade na região Lombarda. Asnago e Vender estudaram juntos na Academia de Arte de Brera, e iniciaram, após um concurso em Como, uma profícua parceria profissional, no início do século XX, em 1923, que durou quase 50 anos.

Asnago e Vender, fizeram parte do (re) desenho de Milão, embora, quando comparados com figuras como Gio Ponti ou Aldo Rossi, não tenham sido figuras tão afamadas. Estes arquitetos não tiveram uma presença muito ativa no milieu arquitetônico milanês e não deixaram escritos relativos à sua vasta obra, sendo de realçar os projetos: a Villa Arnaldo Marelli (1929-1933), primeiro projeto construído pela dupla, a Colônia Agrária Tenuta Castello (Pavia, 1937), a Villa Conti (1958) e o edifício na Via Andrea Varga (1961-1965). O projeto do Edifício 4 da Piazza Velasca (1947-1952) foi feito num contexto

particular da história milanese, apenas 2 anos depois do fim da 2ª Guerra Mundial. Como a cidade de Milão tinha sido ocupada desde 1943, foi fortemente bombardeada pelas Forças Aliadas, encontrando-se, portanto, neste momento histórico, em pleno período de reconstrução, depois de se ter estimado que tenha perdido cerca de um terço dos seus edifícios. No Pós-Guerra, os arquitetos milaneses não estavam a trabalhar sob uma tabula rasa, mesmo em zonas que estavam vagas, muitas delas já tinham sido ocupadas, e cujos os seus limites já tinham, outrora, sido definidos, além disto ainda carregavam o peso da história, não só da própria cidade lombarda, mas também da recente história da arquitetura italiana, o racionalismo e novecento italianos. (Van der Westerlaken, 2017)

“(...)Milan offers an interesting model of a paradigmatic modern city that has successfully embodied its history within its modernity.” (Caruso & Thomas 2014)



96



97



98



99



100



101

- 96- Palácio Rucellai em Florença
- 97- Bombardeamento da Galleria Vittorio Emanuele II, agosto 1943
- 98- Vila Arnaldo Marelli
- 99- Colônia Agrária Tenuta Castello
- 100- Via Andrea Varga
- 101- Villa Conti

O Edifício 4 da Piazza Velasca está inserido numa situação um tanto particular, quatro dos nove edifícios deste quarteirão são da autoria de Asnago e Vender. O quarteirão é definido a norte pela Via Alberico Albricci, a rua principal, cujo o alçado foi totalmente desenhado pelos arquitetos, com os edifícios da Via Albricci 10 (1956-1958), da Via Albricci 8 (1939-1943) e da Via Paolo da Cannobbio 33 (1949-1950), este último é um gaveto das ruas Albricci e Paolo da Cannobbio; a Oeste pela Via Paolo da Cannobbio, a Sul pelo Corso di Porta Romana, no qual existe um palazzo barroco, o Palazzo Acerbi; e a Este pela Piazza Velasca, onde se encontra o Edifício 4, e que é limitada pela conhecida Torre Velasca (1956-1958, projetado pelo atelier BBPR). Estes projetos tiveram o mesmo dono de Obra, Ferdinando Zanoletti. O Edifício 4 da Piazza Velasca tem uma planta em “T”, a sua fachada principal, virada para a praça, segue uma composição clássica tripartida, o seu embasamento, corresponde ao rés do chão,

com vãos retangulares diferentes, destinados a funções terciárias; coberto com painéis de pedra que englobam, o corpo, que possui janelas quadrangulares pequenas, nos 3 pisos destinados aos escritórios, alinhadas à esquerda com as restantes janelas dos últimos 4 pisos correspondentes à habitação ; e o coroamento uma “linha” em pedra que marca o último piso que está recuado. O edifício possui três tipologias habitacionais, relativamente comuns para a época, e que funcionam a partir de um eixo de distribuição que divide as habitações em dois lados, de um lado os serviços e do outro os quartos e a sala. Ao nível do desenho dos alçados, é notável o estabelecimento de pontes uns entre os outros, sem serem cópias exatas, mas ainda inserido numa certa lógica projetual, na forma retangular dos seus vãos, na composição racionalista e tripartida dos alçados, a cêrcea partilhada, a utilização dos mesmos materiais (painéis pétreos e alvenaria). Por esta altura, os seus



102



103



104



105



106

- 102- Via Paolo da Cannobbio 33
- 103- Via Albricci 10
- 104- Piazza Velasca 4
- 105- Panorama da Torre Velasca
- 106- Via Albricci 8

contemporâneos operam, também, sob um “modernismo classicizante”, que não se nega a dialogar com a sua história, na metade do século XX, como a Ca’ Brütta (1919-1923) de Giovanni Muzio, semelhante ao Palazzo di via Manin (1933-1934) dos Asnago e Vender; a Casa Caccia Domionini (1949-1953) de Luigi Domionini, que ladeava um edifício dos Asnago e Vender, o Sant’Ambrogio 14,1948; e a sede do Rinascente em Roma (1957-1961) de Franco Albini.

Convém salientar as proximidades entre o racionalismo, o modernismo e o regime fascista, que, pela constatação de que o futurismo não iria servir enquanto veículo propagandista do regime, veio, em 1931, a adoptar um modernismo reconciliado com as origens clássicas da arquitetura italiana, como se verifica na linguagem vigente das suas obras públicas. Mas, como é óbvio, a adoção desta maneira de projetar, não significa que, mesmo em casos em que os arquitetos fossem fascistas, ou próximos do

regime (Angiolo Mazzoni e a sua Estação Termini, em Roma, ou Giuseppe Terragni e a Casa del Fascio, em Como), as suas obras deixassem de ser relevantes no contexto histórico; ou que o modernismo, no antes e no pós guerra, ficasse forçosamente associado, somente, a este momento histórico-político. (Frampton, 2020)

“Right to the end, Asnago Vender’s extraordinary sensibility combined an abstract dimension with a profoundly realistic attitude, matching an artistic conception of their architecture with a heartfelt love of the ordinary, day-to-day life continues to reassure and surprise in its everyday abstraction..” (Caruso & Thomas, 2014, p.81).



107



108



109



110

- 107- Ca’ Brütta
- 106- Casa Caccia Domionini, e Edifício o Sant’Ambrogio 14
- 108- Palazzo di via Manin
- 109- Sede do Rinascente

Entangled Life

O Edifício 4, da Piazza Velasca (1947-1952), em Milão, construído durante o pós-guerra, num contexto plenamente urbano, inscrito no centro histórico milanês, próximo do Duomo (a sul dele), da Igreja de Sant’Alessandro e da universidade de Milão (antigo Hospital Ca’ Granda), num traçado urbano histórico, com uma morfologia de orgânica que se manteve mesmo depois dos bombardeamentos.

Numa cidade onde convivem, lado a lado, as ruínas romanas de S.Lorenzo, a torre de Rasini, a Igreja de S. Maria delle Grazie, e os edifícios de Asnago e Vender, formou-se um tecido urbano muito rico, no qual o arquiteto é sempre forçado a operar perante a história da sua disciplina e refletir sobre ela, num projeto coletivo e infindável, a cidade.



Mapa 16 _ Planta de Milão (Implantação dos Edifícios da Piazza)



Chão Comum

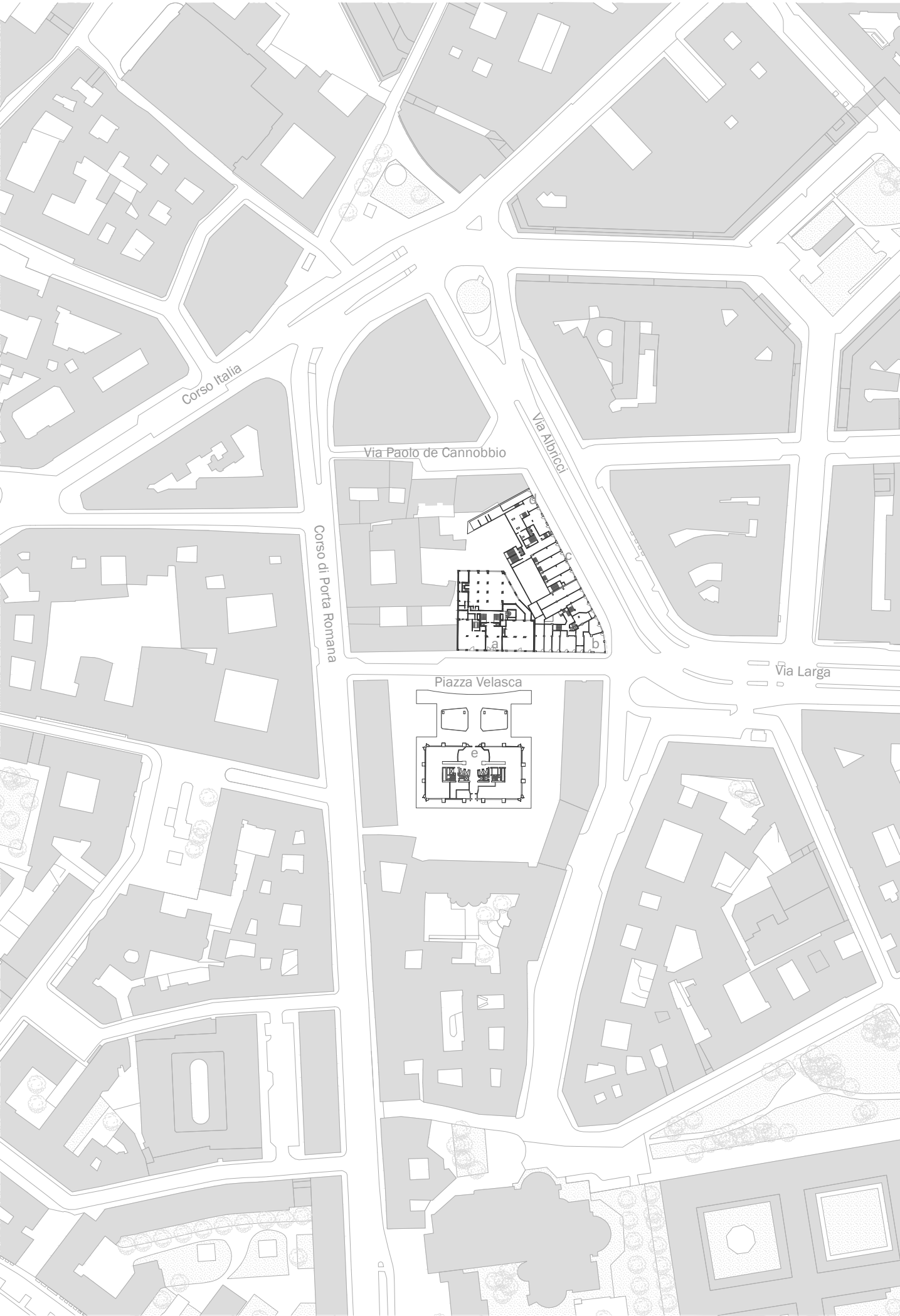
Implantado num quarteirão desenhado quase na sua maioria pelos Asnago e Vender, o Edifício 4, está de frente para a Piazza Velasca, delimitada a norte por um edifício virado para a Via Pantano, a Sul por um edifício virado para o Corso di Porta Romana, e pela célebre Torre Velasca.

Estes dois edifícios foram desenhados com escalas completamente antitéticas, a torre com a sua escala monumental, visível por toda a cidade, e o Edifício 4 desenhado com uma subtilidade rigorosa, e um alçado que ecoa nos restantes edifícios da dupla. A Torre Velasca parte do seu rés do chão vazado, deixando a praça atravessá-la transversalmente, enquanto que o Edifício 4 tem dois espaços de comércio que servem o quarteirão e uma grande porta no centro da sua fachada que dá acesso aos escritórios e habitações.

- a- Edifício 4 da Piazza Velasca (Asnago Vender)
- b- Edifício 10 da Via Albricci (Asnago Vender)
- c- Edifício 8 da Via Albricci (Asnago Vender)
- d- Edifício 33 da Via Albricci e Via Paolo da Cannobbio (Asnago Vender)
- e- Torre Velasca (BBPR)



Desenho x - Plantas do Rés-do-Chão dos Edifícios da Piazza Velasca

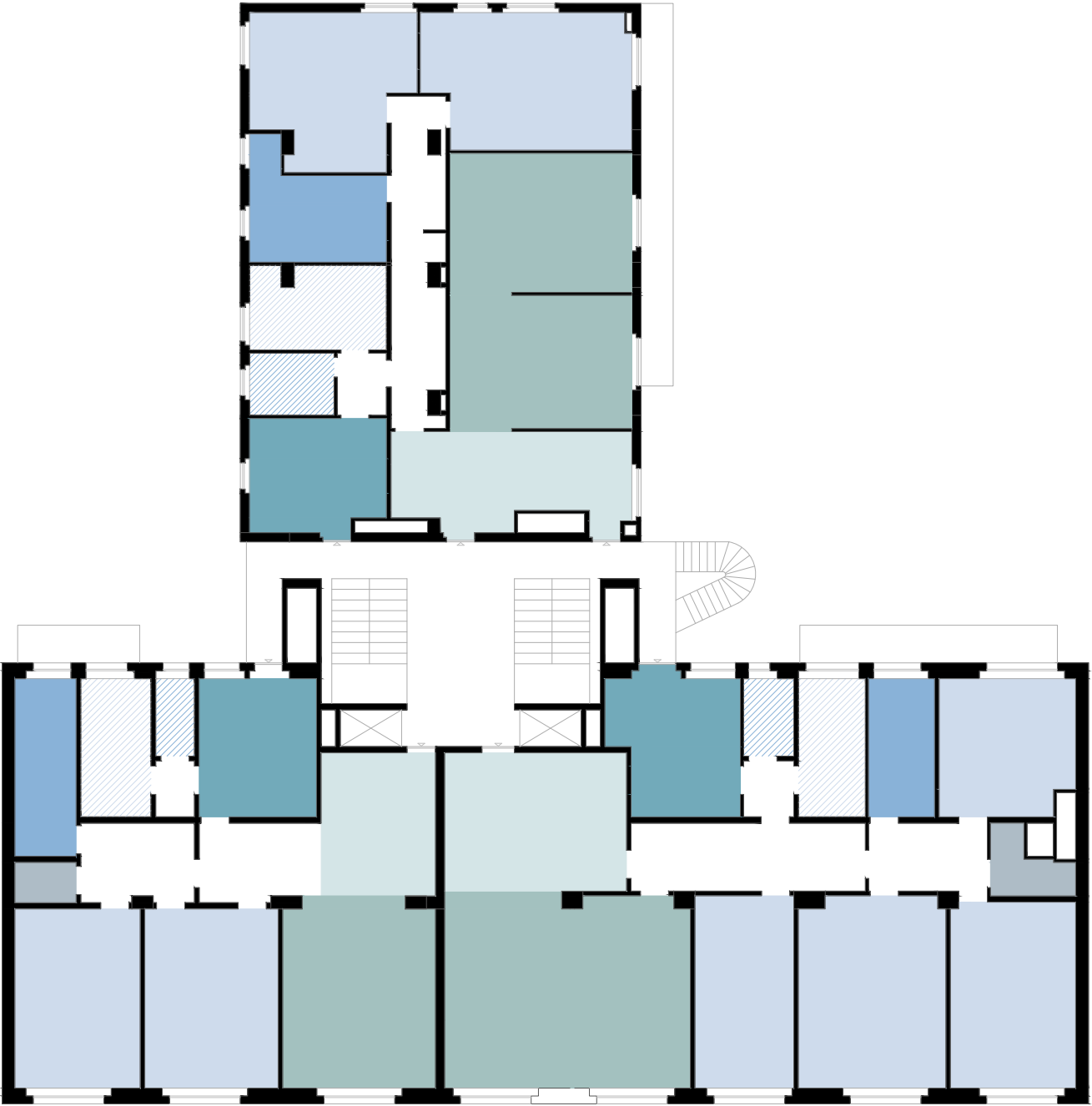


Habitar_Durável

Reversível

O edifício tem uma estrutura de pilares de betão, que vai pautando a cadência das plantas dos seus pisos, que contêm vários programas: no piso 0, o comércio/serviços, nos 3 pisos seguintes, escritórios e nos últimos 4, habitações. As tipologias habitacionais variam, apenas, no seu tamanho. A planta tem uma organização usual, para a época, com os vários programas segregados, mas também ligados entre si por um corredor, salientando-se, ainda, a existência de quartos e casas de banhos de serviço, para um trabalhador, denotando a classe mais abastada das pessoas que habitavam este edifício.

- Quartos
- Quartos de Serviço
- Casas de Banho
- Quartos de Serviço
- Vestíbulos
- Salas de Estar
- Cozinhas
- Arrumos



Desenho x - Planta Tipo Edifício 4 da Piazza Velasca, Três Tipologias Habitacionais

Referências Bibliográficas

Caruso, A., & Thomas, H. (2014). Asnago Vender and the construction of modern Milan. gta-Verlag.

Godin, J. B. A. (1871). Solutions sociales. Collection XIX. p. 84

Familistère de Guise Jean-Baptiste André Godin : une biographie - Le Familistère de Guise https://www.familistere.com/fr/decouvrir/monsieur-godin-fondateur-du-familistere/une-biographie

Familistère de Guise Le Familistère de Guise https://www.familistere.com/fr

Familistère de Guise La société festive : le Famlistère de Guise (2017) https://www.familistere.com/fr/decouvrir/cent-ans-d-experimentation-sociale/la-societe-festive

Familistère de Guise Les ruines de l'aile gauche du Palais social - Le Familistère de Guise https://www.familistere.com/fr/decouvrir/le-familistere-par-l-image/les-ruines-de-laile-gauche-du-palais-social

Familistère de Guise Chronologie : expérimentation sociale au Familistère https://www.familistere.com/fr/decouvrir/cent-ans-d-experimentation-sociale/chronologie-experimentation-sociale

Familistère de Laeken Familistère de Laeken à Bruxelles https://www.familistere.com/fr/decouvrir/une-architecture-au-service-du-peuple/le-familistere-de-laeken

Frampton, K. (2020). Modern architecture: a critical history (world of art). Thames & Hudson. Capítulo 26, p. 246.

Harris, C.& McKenna, C. (2022) Enclosing the English Commons: Property, Productivity and the Making of Modern Capitalism University of Oxford. https://globalcapitalism.history.ox.ac.uk/enclosing-english-commons-property-productivity-and-making-modern-capitalism

Pavillons de Landrecies et Cambrai Les Pavillons Landrecies et Cambrai (2022) https://www.familistere.com/fr/decouvrir/une-architecture-au-service-du-peuple/le-familistere-de-guise/les-pavillons-cambrai-et-landrecies

Schmid, S. (2019). A History of Collective Living: Models of Shared Living. Birkhäuser.

Van der Westerlaken, M. F. A. (2017) La Casa Urbana: dwelling and the urban condition in Milan. https://pure.tue.nl/ws/files/92150059/Westerlaken_vd_0766623.pdf

Índice de Figuras

Figura72 - Godin, J. (1871). Le Familistère ou Palais social. Manufacture. Bibliothèque Nationale de France. https://images.bnf.fr/#/detail/860092

Figura 73 - Jongh. (1899). Les ajusteurs de l'atelier de quincaillerie de l'usine du Familistère. Le Familistère de Guise. https://www.familistere.com/fr/decouvrir/collections-ressources/les-collections/les-ajusteurs-de-latelier-de-quincaillerie-de-lusine-du-familistere

Figura 74 - Phalanstère: ensemble de logements organisés autour d'une cour couverte centrale. Wikimedia Commons. https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Phalanst%C3%A8re?uselang=fr

Figura 74 - Illustration of new lanark, a cotton mill village. The British Library. https://www.bl.uk/collection-items/illustration-of-new-lanark-a-cotton-mill-village

Figura 75 - (1885). Le Familistère vu du Pavillon Cambrai. Le Familistère de Guise. https://www.familistere.com/fr/decouvrir/collections-ressources/les-collections/le-familistere-vu-du-pavillon-cambrai

Figura 76 - Dallet-Prudhommeaux, M. (1897). La façade postérieure du pavillon Landrecies du Familistère de Guise. Le Familistère de Guise. https://www.familistere.com/fr/decouvrir/une-architecture-au-service-du-peuple/le-familistere-de-guise/les-pavillons-cambrai-et-landrecies

Figura 77 - Dallet-Prudhommeaux. (1897). Les Économats du Familistère vus du Belvédère du Pavillon Central du Palais Social. Le Familistère de Guise. https://www.familistere.com/fr/decouvrir/collections-ressources/les-collections/les-economats-du-familistere-vus-du-belvedere-du-pavillon-central-du-palais-social

Figura78 - (1881). Le Départ du « Gaillot » après la Fête du Travail. Le Familistère de Guise. https://www.familistere.com/fr/decouvrir/collections-ressources/les-collections/le-depart-du-gaillot

Figura 79 - Dallet-Prudhommeaux. (1897). Leçon d'arithmétique dans la 3e Classe Maternelle des Écoles du Familistère. Le Familistère de Guise. https://www.familistere.com/fr/decouvrir/collections-ressources/les-collections/lecon-darithmetique-dans-la-3e-classe-maternelle-des-ecoles-du-familistere

Figura 80 - Dallet-Prudhommeaux (1897). Le Promenoir de la Nourricerie du Familistère. Le Familistère de Guise. https://www.familistere.com/fr/decouvrir/collections-ressources/les-collections/le-promenoir-de-la-nourricerie-du-familistere

Figura 82 - (1925). La Buanderie-Piscine et L'aile Gauche du Familistère. Le Familistère de Guise. https://www.familistere.com/fr/decouvrir/collections-ressources/les-collections/la-buanderie-piscine-et-laile-gauche-du-familistere

Figura 83 - Dallet-Prudhommeaux. (1897). Le Comptoir de Boucherie et de Charcuterie des Économats du Familistère. Le Familistère de Guise. https://www.familistere.com/fr/decouvrir/collections-ressources/les-collections/le-comptoir-de-boucherie-et-de-charcuterie-des-economats-du-familistere

Figura 84 - Dussieux, L. (1881). File:525 of 'Le Château de Versailles. Histoire et description' (11145505866).jpg. Wikimedia Commons. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:525_of_%27Le_Ch%C3%A2teau_de_Versailles._Histoire_et_description%27_(11145505866).jpg

Figura 86 - Hugues F. (2009). La piscine du Familistère. Le Familistère de Guise. https://www.familistere.com/fr/decouvrir/une-architecture-au-service-du-peuple/le-familistere-de-guise/la-buanderie-piscine

Figura 87 - Dallet-Prudhommeaux. (1897). La Chambre à Coucher d'un Logement au Troisième Étage de L'aile Droite du Palais Social. Le Familistère de Guise. https://www.familistere.com/fr/decouvrir/collections-ressources/les-collections/la-chambre-a-coucher-d-un-logement-au-troisieme-etage-de-laile-droite-du-palais-social

Figura 92 - (1919). Les Ruines de L'aile Gauche du Palais Social. Le Familistère de Guise. https://www.familistere.com/fr/decouvrir/le-familistere-par-l-image/les-ruines-de-laile-gauche-du-palais-social

Figura 93 - (1930). Vue aérienne du Familistère de Laeken, au bord du canal de Willebreek. Le Familistère de Guise. https://www.familistere.com/fr/decouvrir/l-industrie-du-familistere/les-usines-du-familistere

Figura 94 - Dallet-Prudhommeaux. (1897). Le Bal des Enfants de la Fête de L'enfance dans la Cour du Pavillon Central du Palais Social. Le Familistère de Guise. https://www.familistere.com/fr/decouvrir/collections-ressources/les-collections/le-bal-de-la-fete-de-lenfance-dans-

Figura 96 - (1880-1890). Gevel van het Palazzo Rucellai te Florence. Wikimedia Commons. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Gevel_van_het_Palazzo_Rucellai_te_Florence,_RP-F-2001-7-564B-6.jpg

Figura 97 - (1943). Milano, la Galleria nell'agosto del 1943, dopo i bombardamenti. Wikimedia Commons. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Milano,_Galleria_Vittorio_Emanuele_II_(bombardata)_01.jpg

Índice de Figuras

Figura 98 - Asnago, M., Vender, C. (1929). Villa Arnaldo Marelli (1929 - 1933). LombardiaBeniCulturali. https://www.lombardiabeniculturali.it/archivi/unita/MIUD02F28C/

Figura 100 - Suriano, S (2016). L'edificio visto da via Andrea Verga. LombardiaBeniCulturali. https://www.lombardiabeniculturali.it/architetture900/schede/RL560-00025/

Figura 101 - Asnago, M., Vender, C. (1958). Ristrutturazione e ampliamento villa Conti (1958). LombardiaBeniCulturali. https://www.lombardiabeniculturali.it/archivi/unita/MIUD02F2FE/

figura 102 - Asnago, M., Vender, C. (1950-1952). Shop, Office, Residential Building. Marco Introini Photography. http://www.marcointroini.net/architecture/architects/architects_a_b/asnago_vender/velasca/

Figura 103 - Asnago, M., Vender, C. (1953-1956). Shop, Office, Residential Building. Marco Introini Photography. http://www.marcointroini.net/architecture/architects/architects_a_b/asnago_vender/albricci2/

Figura 104 - Asnago, M., Vender, C. (1939-1942). Shop, Office, Residential Building. Marco Introini Photography. http://www.marcointroini.net/architecture/architects/architects_a_b/asnago_vender/albricci1/

Figura 105 - Stefano, S. (2016). Edificio in via Cannobio 33. LombardiaBeniCulturali. https://www.lombardiabeniculturali.it/architetture900/schede/p4010-00421/ Figura x - (1958). Veduta aerea della Torre Velasca a Milano. Fondazione Fiera Milano. https://archiviodistorico.fondazionefiera.it/oggetti/29678-veduta-aerea-della-torre-velasca-a-milano

Figura 107 - (1919 - 1923). CA' BRÜTTA. Ordine Architetti P.P.C. della Provincia di Milano. https://ordinearchitetti.mi.it/en/cultura/itinerari-di-architettura/41-giovanni-muzio/opere/313-ca-brutta/galleria

Figura 108 - Introini, M. (2015). L'edificio di Asnago e Vender a confine con il palazzetto di Caccia Dominioni, realizzato al civico 16. LombardiaBeniCulturali. https://www.lombardiabeniculturali.it/architetture900/schede/p4010-00207/

Figura 109 - (2014). Milano, edificio per abitazioni in via Daniele Manin 33 (angolo via Iginio Ugo Tarchetti), costruito dal 1933 al 1934 su progetto di Mario Asnago e Claudio Vender. Wikimedia Commons. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Milano_-_edificio_via_Daniele_Manin_33.jpg

Figura 110 - (1982). La Rinascente Roma Piazza Fiume. Rinascente Archives dal 1865. https://archives.rinascente.it/it/paths/rinascente-roma-piazza-fiume

J06 _ Exercício Específico

Densificar a Cidade
Consolidada _ Quarteirão
Unidade Urbana Habitável

Índice

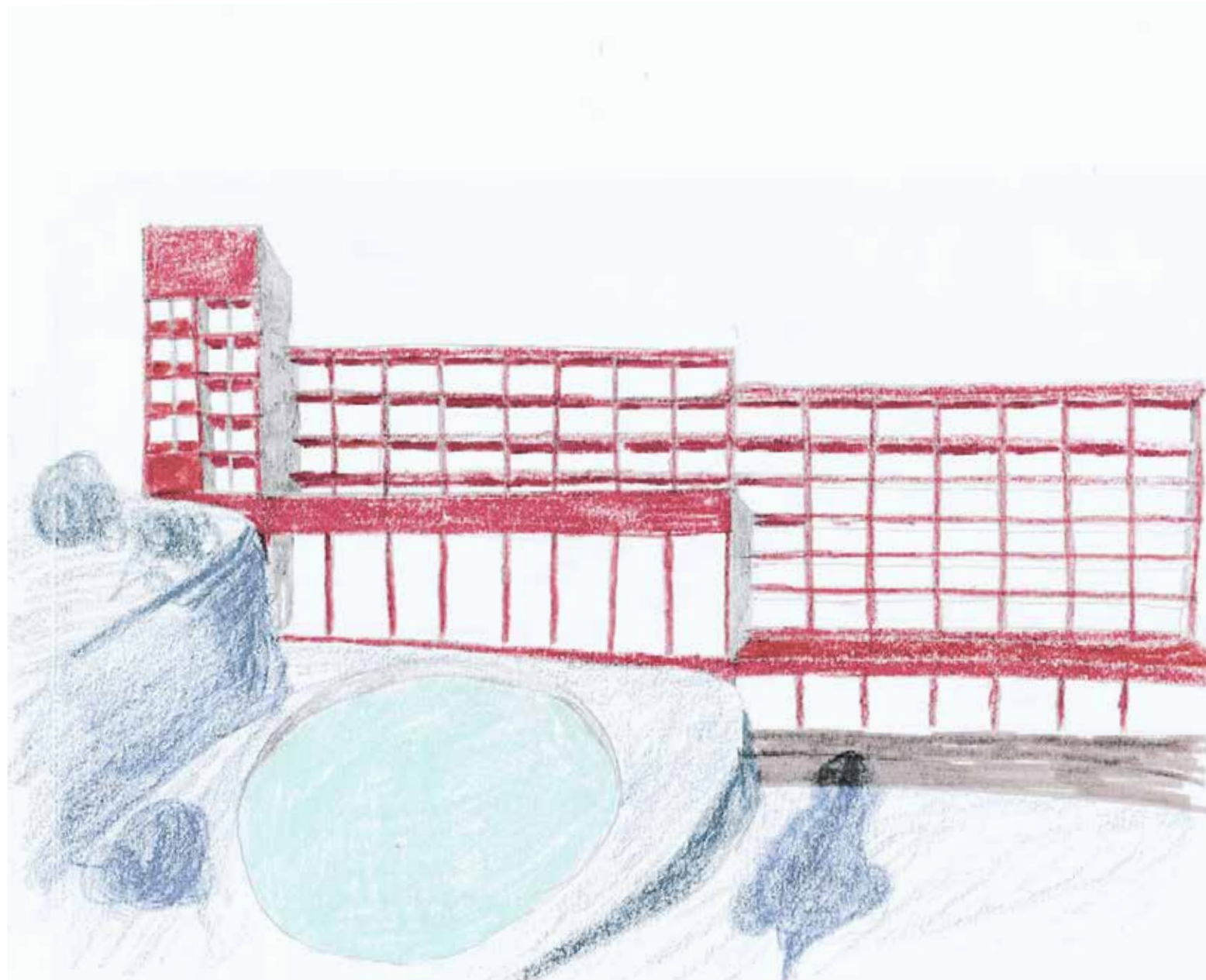
Entangled Life
Estratégia
Quarteirões de Charneira

Chão Comum
Quarteirão Habitável
Portas na Cidade

Habitar
O Coletivo

Durável/Reversível
O Construir

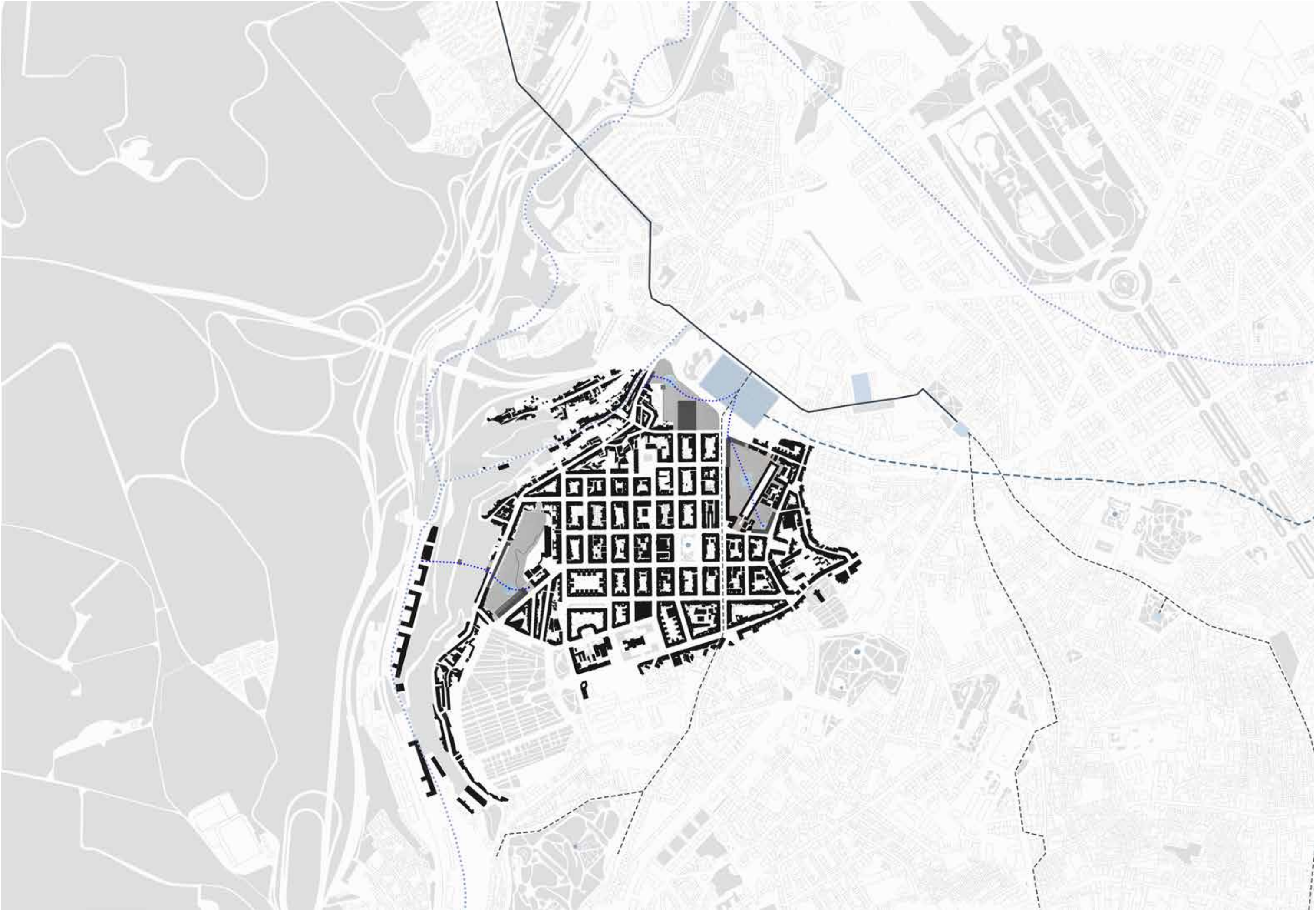
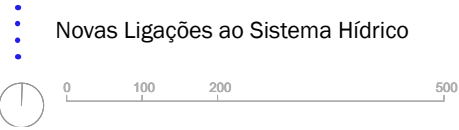
Conclusão



Entangled Life/
Estratégia

No decorrer das primeiras análises a Campo de Ourique, surge de imediato a perceção de que o tecido urbano do bairro, que afinal, não era, completamente, uniforme e interligado, e torna-se evidente que existe uma vasta diferença entre o seu reconhecido traçado ortogonal e as suas zonas limítrofes, à medida que o bairro se vai esfumando nos seus limites. Sendo, por isso, possível identificar 3 quarteirões que estão entre a zona consolidada e a zona de malha dispersa, ou no limite com outros bairros da cidade.

Surge então, a oportunidade de tornar estes 3 quarteirões em quarteirões de Charneira, que iriam mediar a transição entre Campo de Ourique e a restante Cidade consolidada ou por consolidar. Oferecendo novos espaços públicos, libertando o interior dos quarteirões, criando um chão comum para todos.



De maneira a ser possível uma transição suave entre os vários locais e tecidos urbanos, para tornar estes quarteirões em unidade urbanas, a partir das quais se pode atravessar e habitar o seu interior.

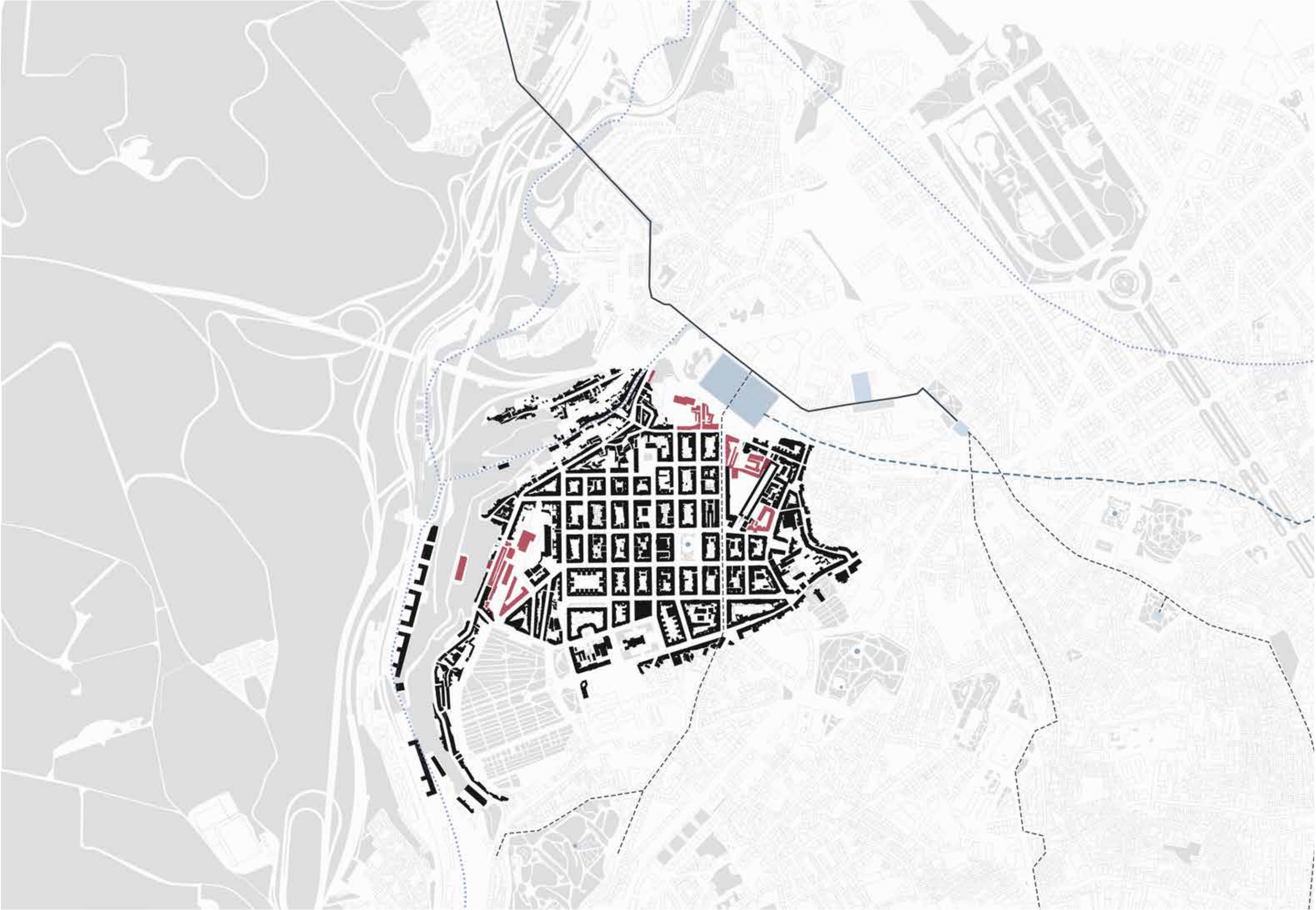
Os edifícios no seu interior, que se encontram num estado muito debilitado e a fragmentar em partes os quarteirões, não permitindo que estes sejam lidos enquanto unidades, seriam demolidos. Correspondem ao edificado marcado a vermelho. Estes interiores de Quarteirão passariam a ser espaços públicos, atravessáveis e desenhados. Parte dos limites de cada Quarteirão seriam refeitos por edifícios pontuais.

No Quarteirão das Amoreiras iria desaparecer o Quartel dos Bombeiros, o parque da EMEL, beco do fogueteiro e ruínas Rua Campo de Ourique. No Quarteirão do Quartel da Infantaria iria desaparecer a parte recente do edifício do Qaurtel da Infantaria, vilas no interior do quarteirão e edifícios Rua Silva Carvalho. No Quarteirão Manuel da Maia iria desaparecer o parque da EMEL, a vila, a piscina municipal, a creche e o edifício da rua Freitas Gazul.

Novas Ligações ao Sistema Hídrico



Mapa 15 _ Planta Campo de Ourique (Infraestrutura Hídrica)



Quarteirões de Charneira/
da Infantaria
das Amoreiras
do Manuel da Maia

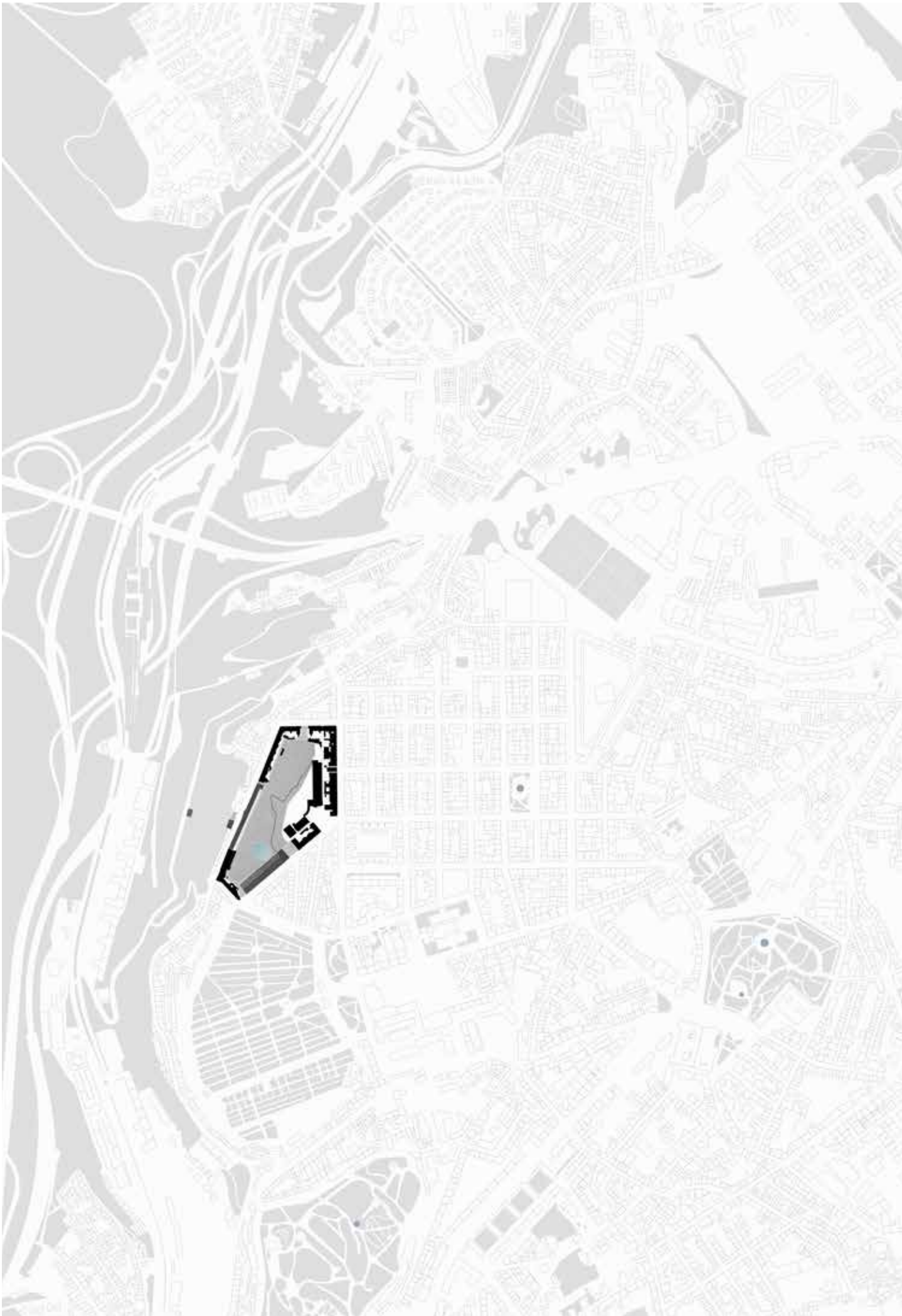
Quarteirão do Quartel da Infantaria



Quarteirão das Amoreiras



Quarteirão Manuel
da Maia



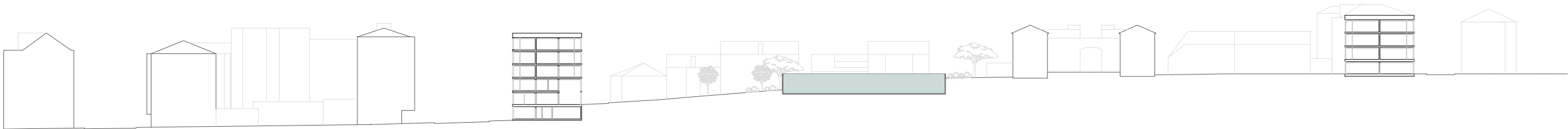
Chão Comum/ Quarteirão Habitável

Estes novos quarteirões que se abrem, para Campo de Ourique e para a cidade, seriam permeáveis, para as pessoas, e para os caminhos da água, porque seriam jardins com bacias de retenção associadas, repopulando o interior dos quarteirões com espaços públicos ajardinados, que iriam fazer parte da infraestrutura hídrica vigente, associados a novos edifícios de habitação coletiva.

Apareceriam como grandes hortus conclusus nos limites de Campo de Ourique



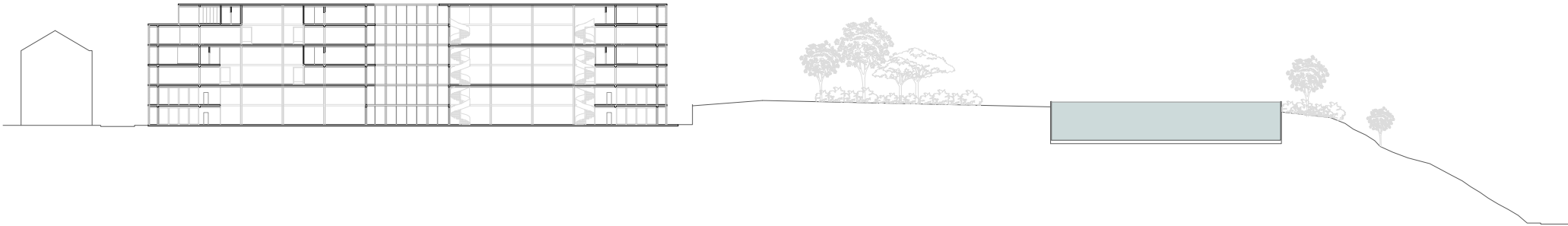
Quarteirão do Quartel
da Infantaria



0 5 10 20 50

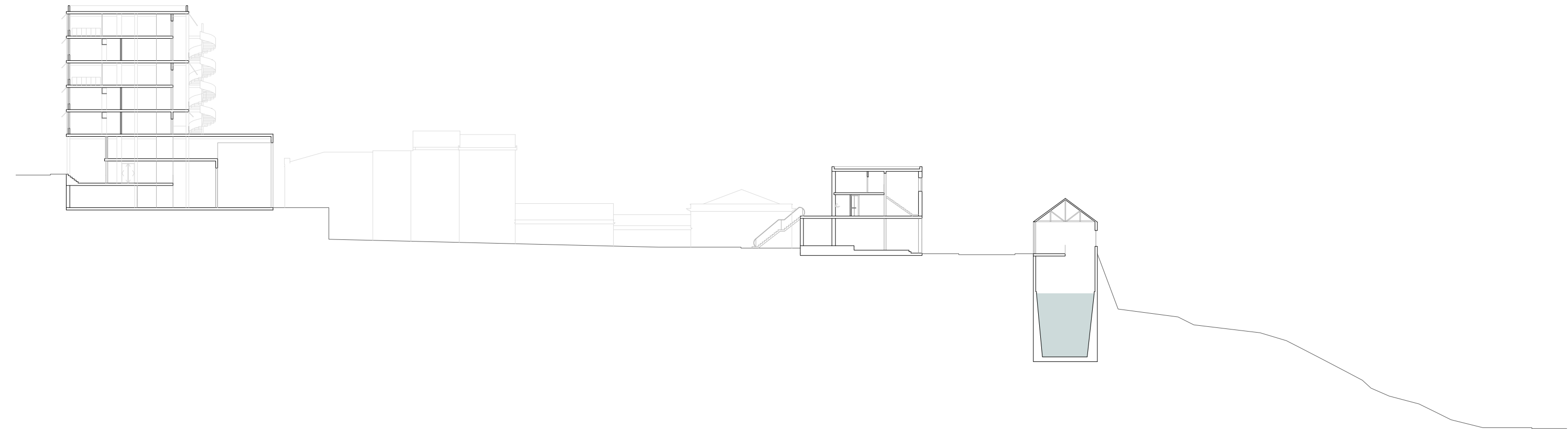
Corte pelo Quarteirão do Quartel da Infantaria

Quarteirão das
Amoreiras



0 5 10 20 50

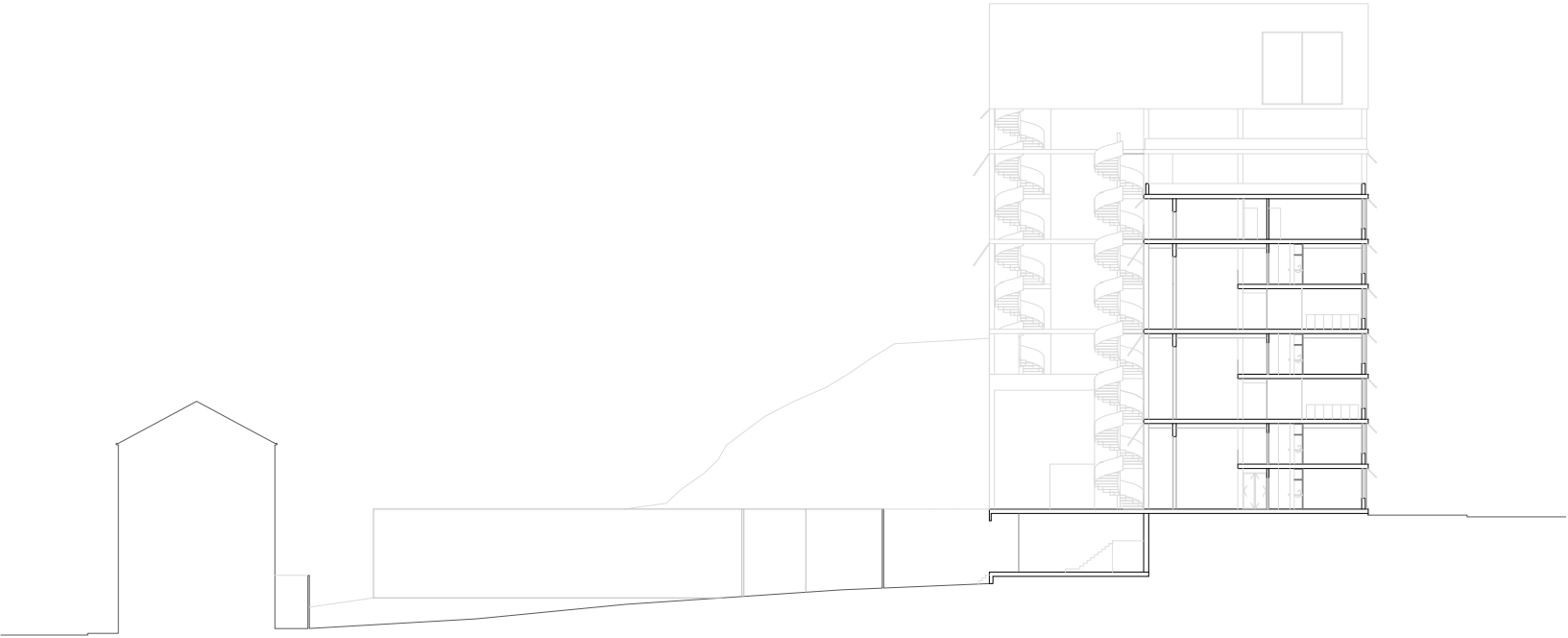
Quarteirão Manuel
da Maia



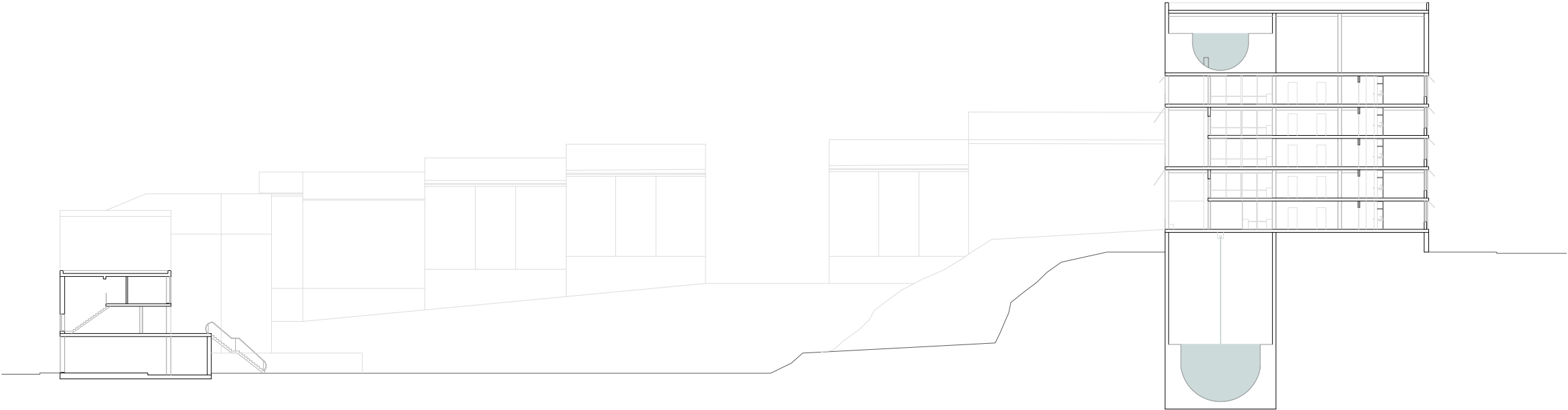
0 5 10 20 50

Corte B B' pelo Quarteirão Manuel da Maia
250

Corte C C'



Corte A A'



0 5 10 20 50



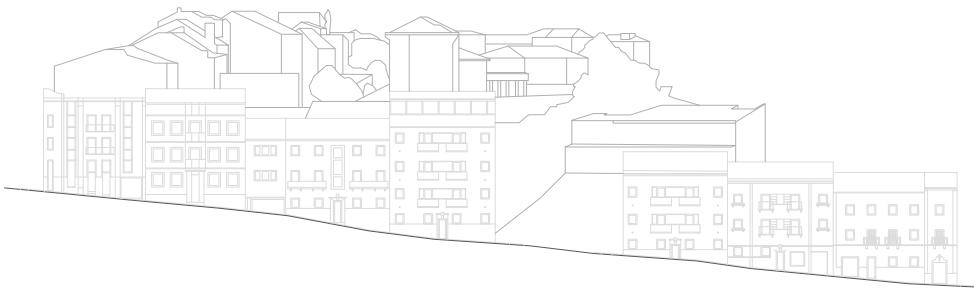
Alçado Rua Maria Pia



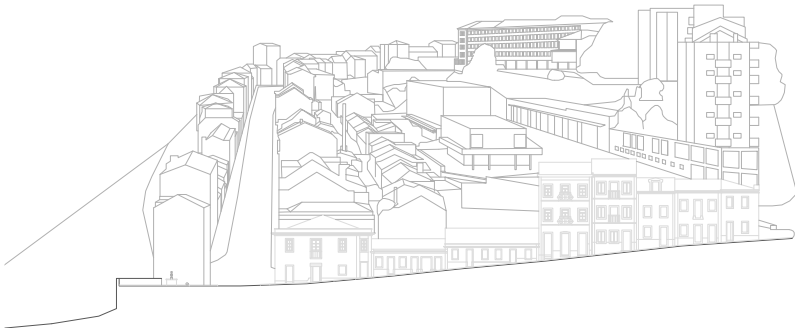
Alçado Rua Freitas Gazul



Alçado Rua Correia Teles

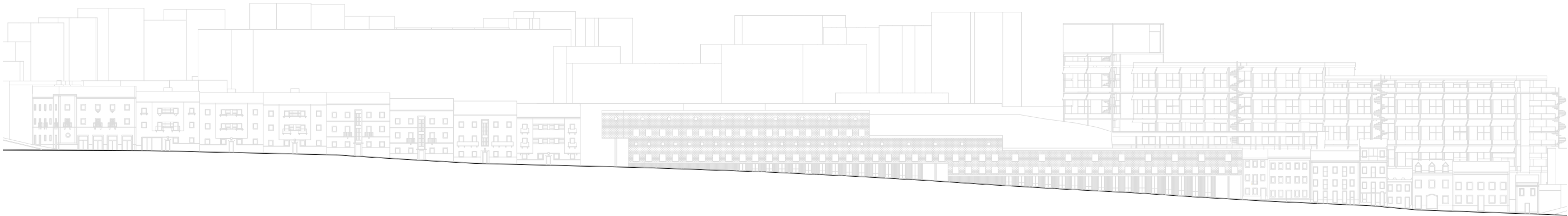


Alçado Estrada dos Prazeres

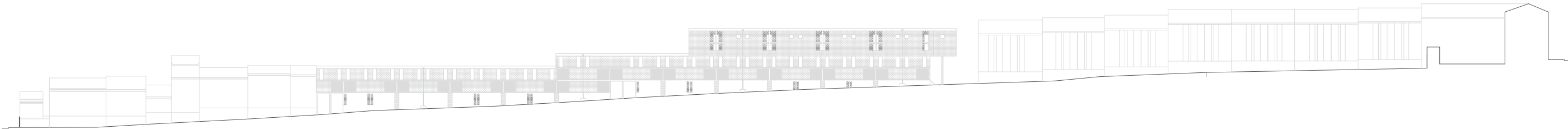


Açados atuais das ruas do Quarteirão Manuel da Maia

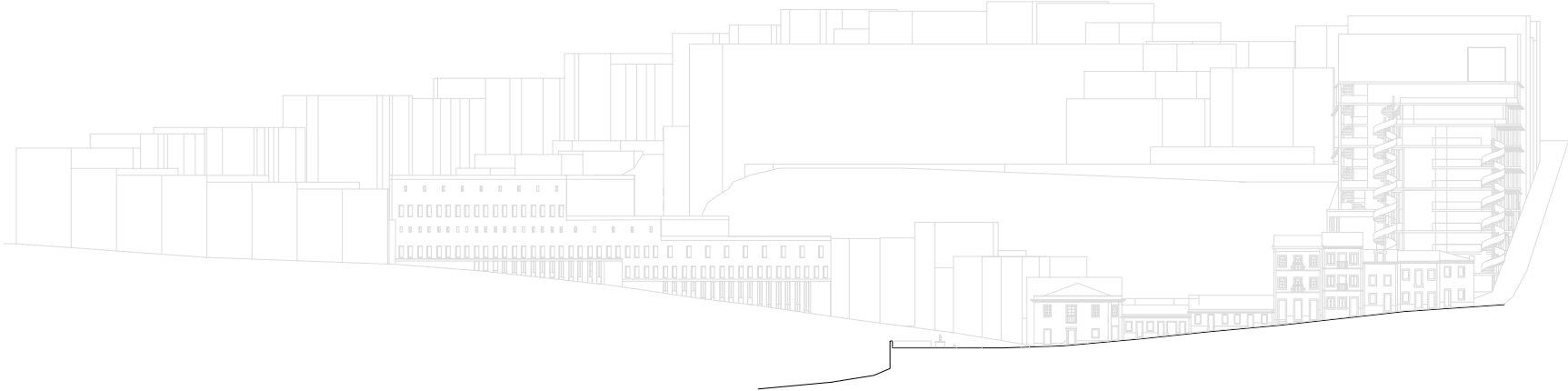
Alçado Rua Maria Pia



Alçado interior do Quarteirão



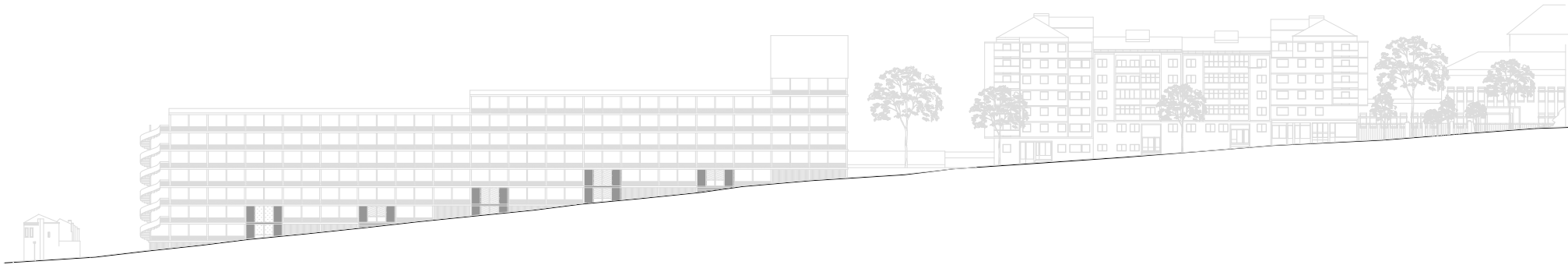
Alçado Estrada dos Prazeres, Edifícios na R.Maria Pia e na R. Freitas Gazul



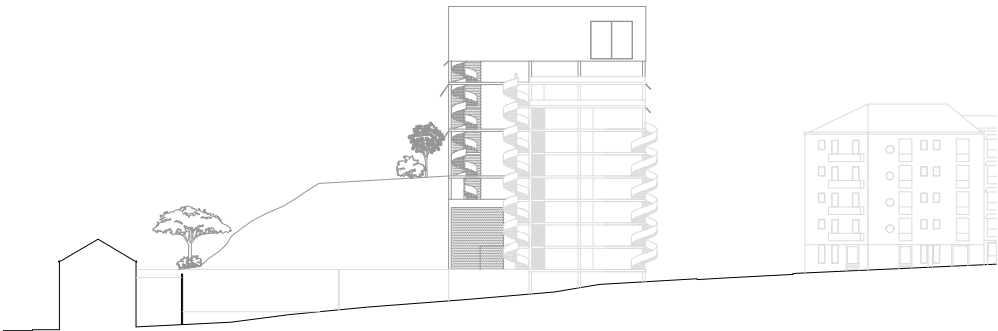
0 5 10 20 50

Alçados relativos ao edifício da R.Maria Pia

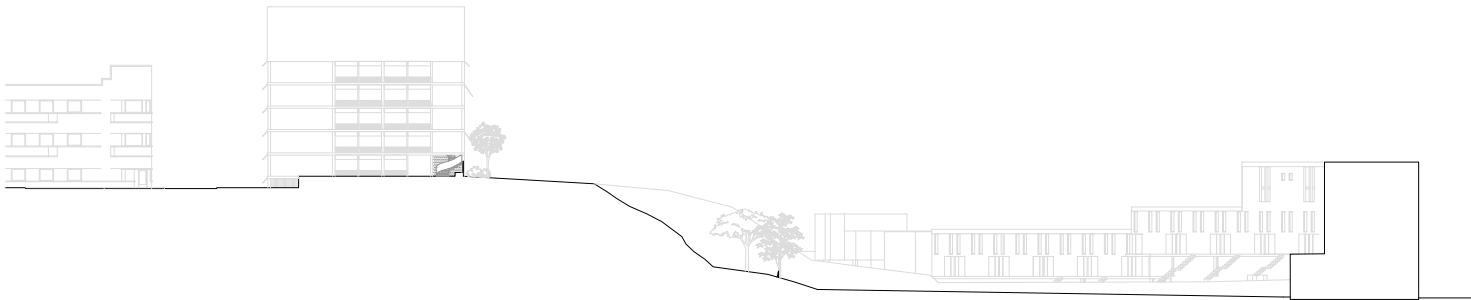
Alçado Rua Freitas Gazul



Alçado Lateral, Sul



Alçado Lateral, Norte



Alçado Interior do Quarteirão



0 5 10 20 50

Alçados relativos ao edifício da R.Freitas Gazul



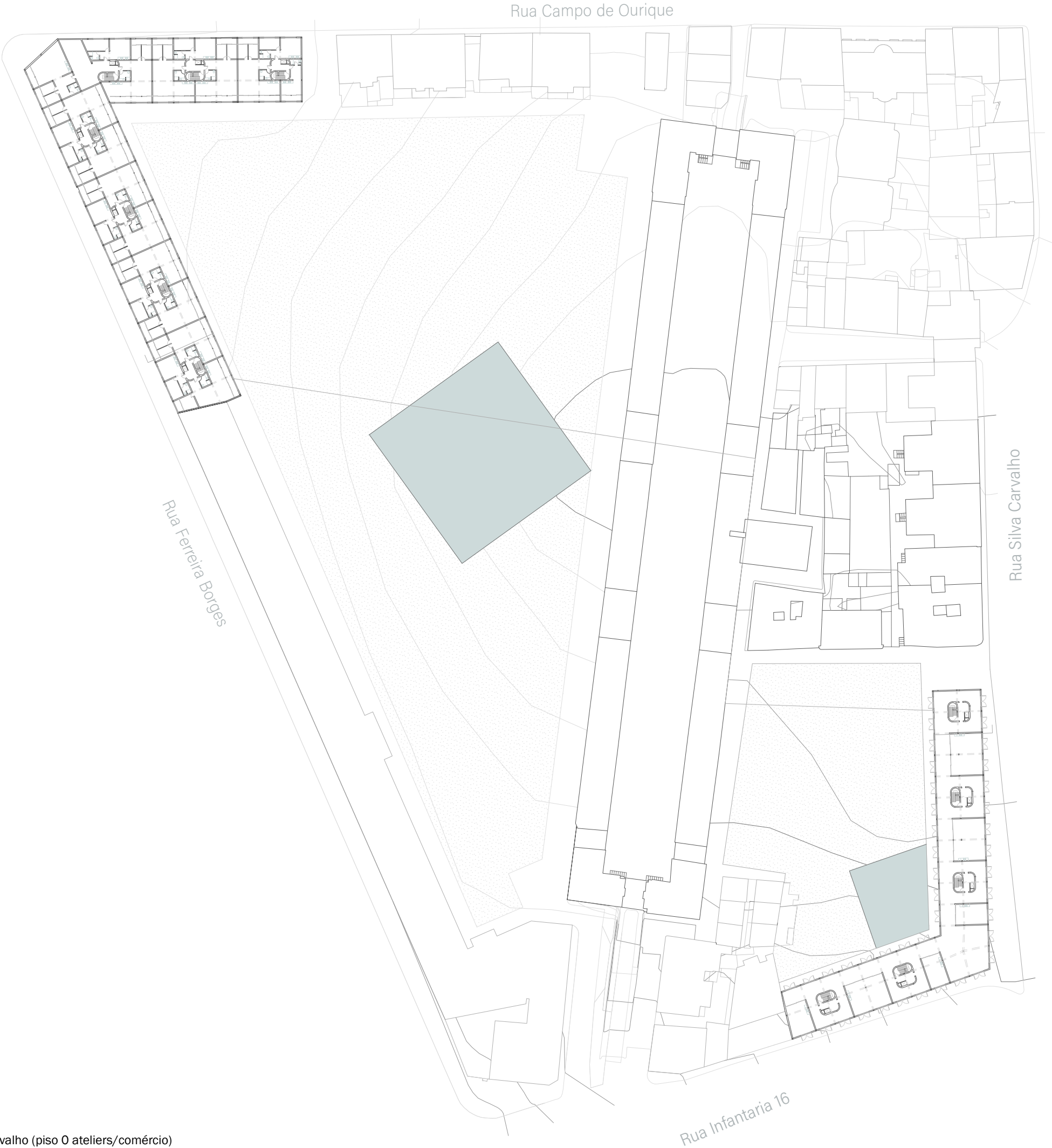
Os edifícios que irão redefinir os limites destes bairros, terão programas mistos englobando, em si, programas habitacionais e terciários, no edifício da R.Freitas Gasul existiriam oficinas de trabalho, um centro de dia e um reservatório associado, e no R.Maria Pia oficinas de trabalho e espaços comerciais.

Nos bairros das Amoreiras e do Manuel da Maia (edifício da R. Freitas Gasul) os edifícios funcionam num sistema de habitações comunitárias, onde o quotidiano privado de cada pessoa, ou unidade familiar se mistura com os espaços comuns, que servem as comunidades que lá residem. No bairro da Infância e no edifício da R.Maria Pia do Bairro Manuel da Maia, existem edifícios com habitações privadas em edifícios de habitação coletiva. Todos os edifícios seriam regidos num sistema de cooperativa, permitindo, criar certas funções/espacos partilhados, e um sistema que se regia fora de um sistema de administração exclusivamente *for profit*, onde as habitações não passam de uma forma de acumular capital, ao invés de conjuntos unidos que podem formar tecido urbano/cidade e comunidades.

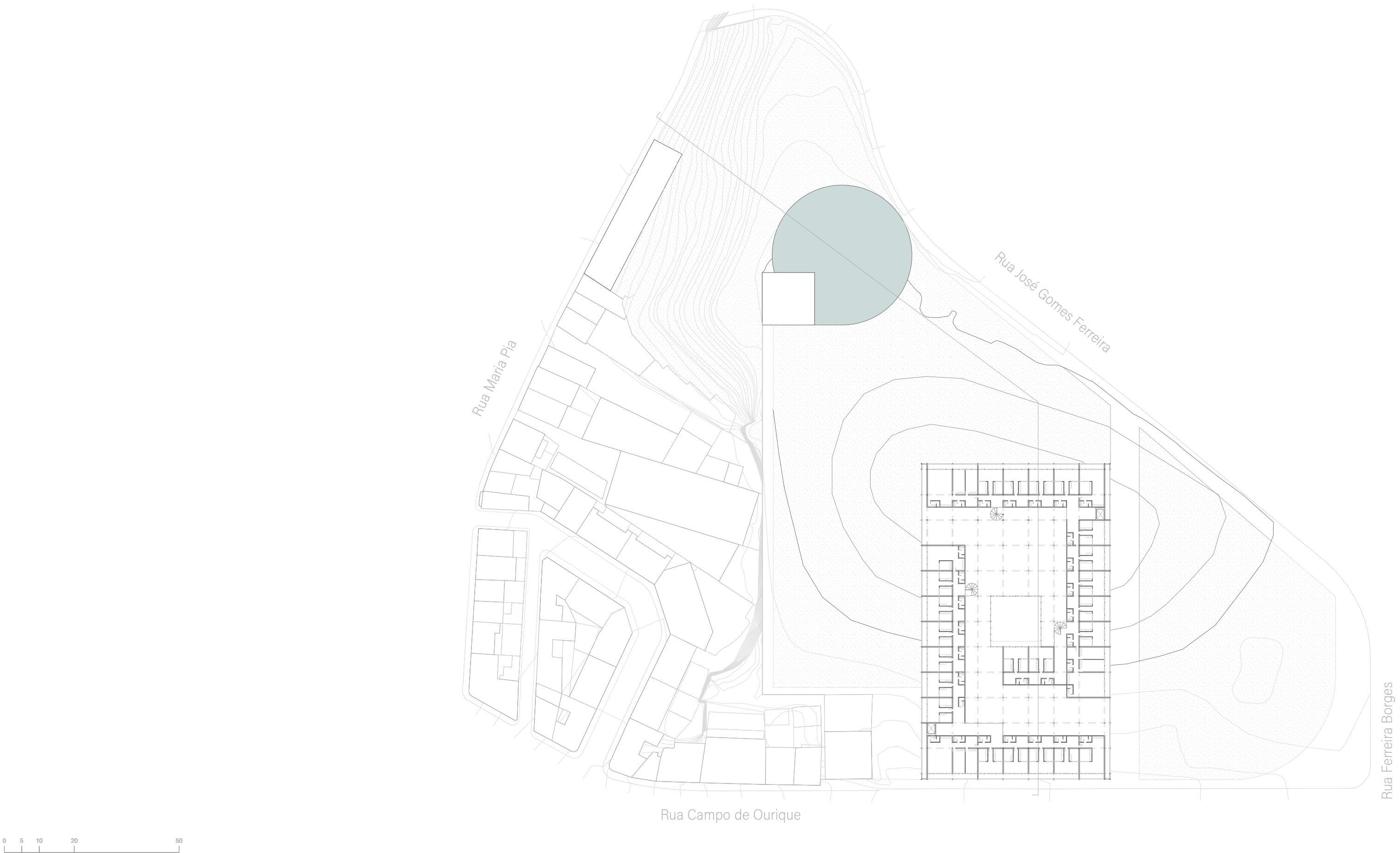
Quarteirão do Quartel da Infantaria



Planta Quarteirão das Amoreiras com edifício na R.Ferreira Borges (piso 3-habitação) e R.Silva Carvalho (piso 0 ateliers/comércio)

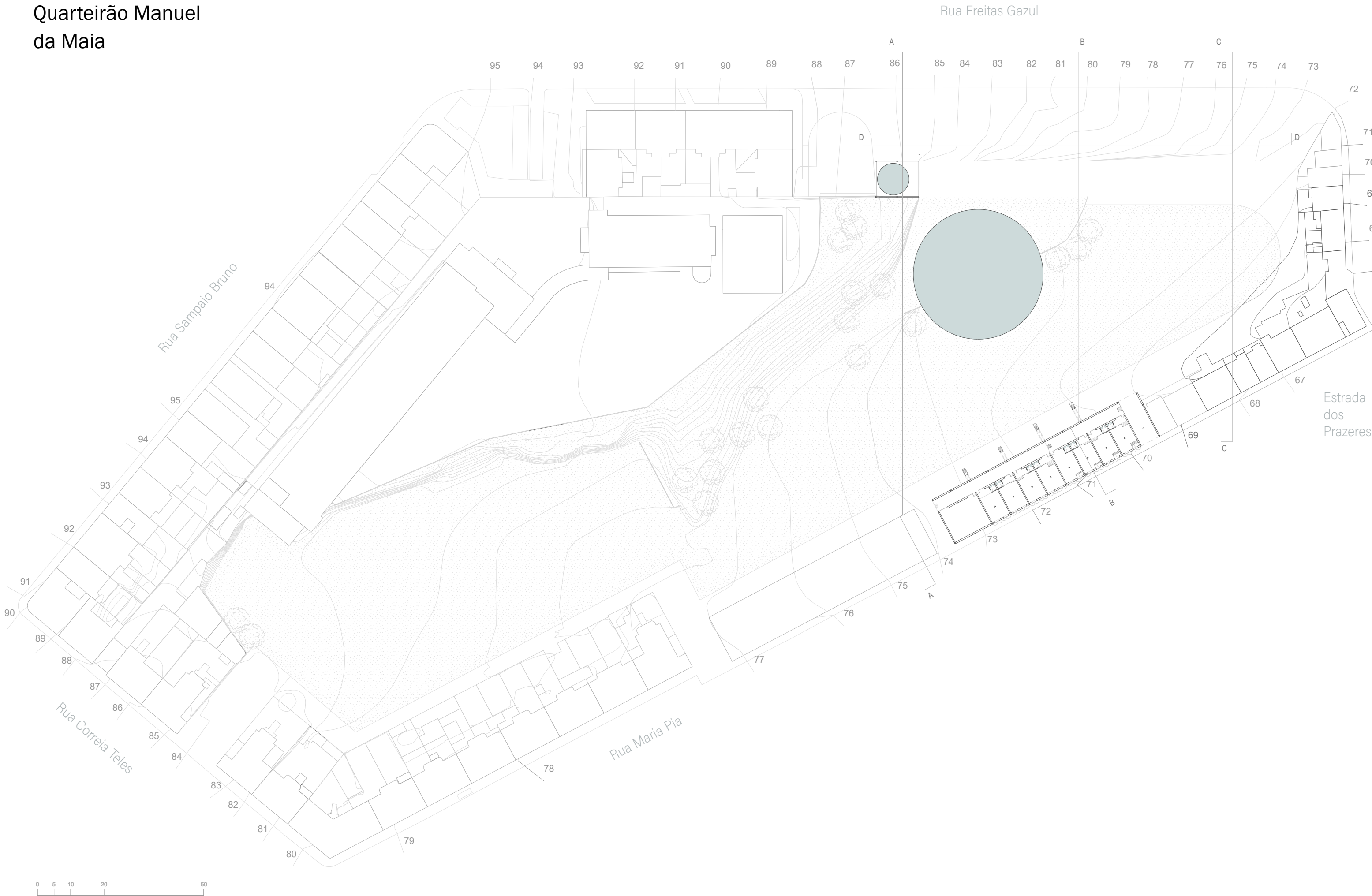


Quarteirão das Amoreiras

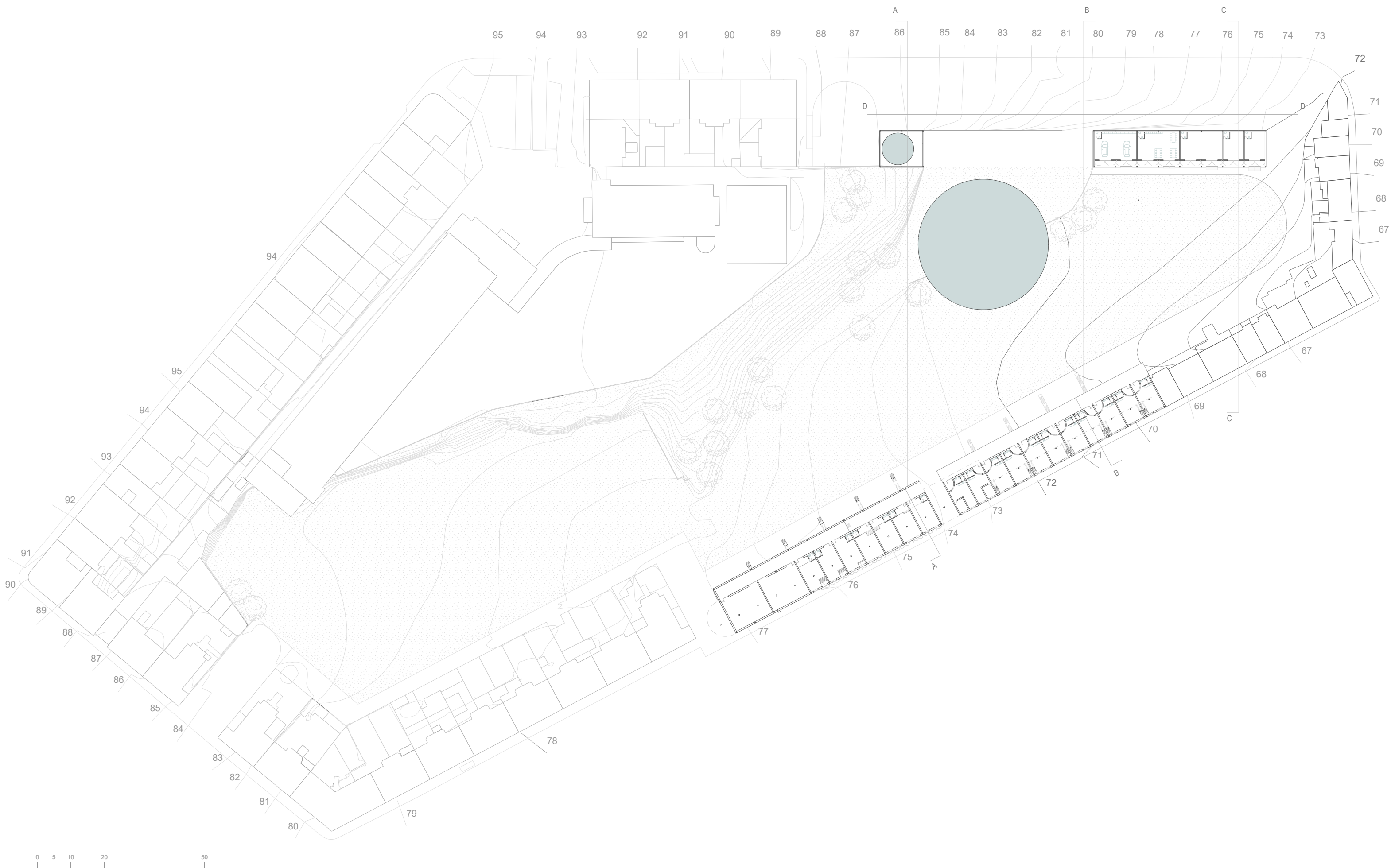


Planta Quarteirão das Amoreiras com edifício na R.Ferreira Borges (piso 3-habitação) e R.

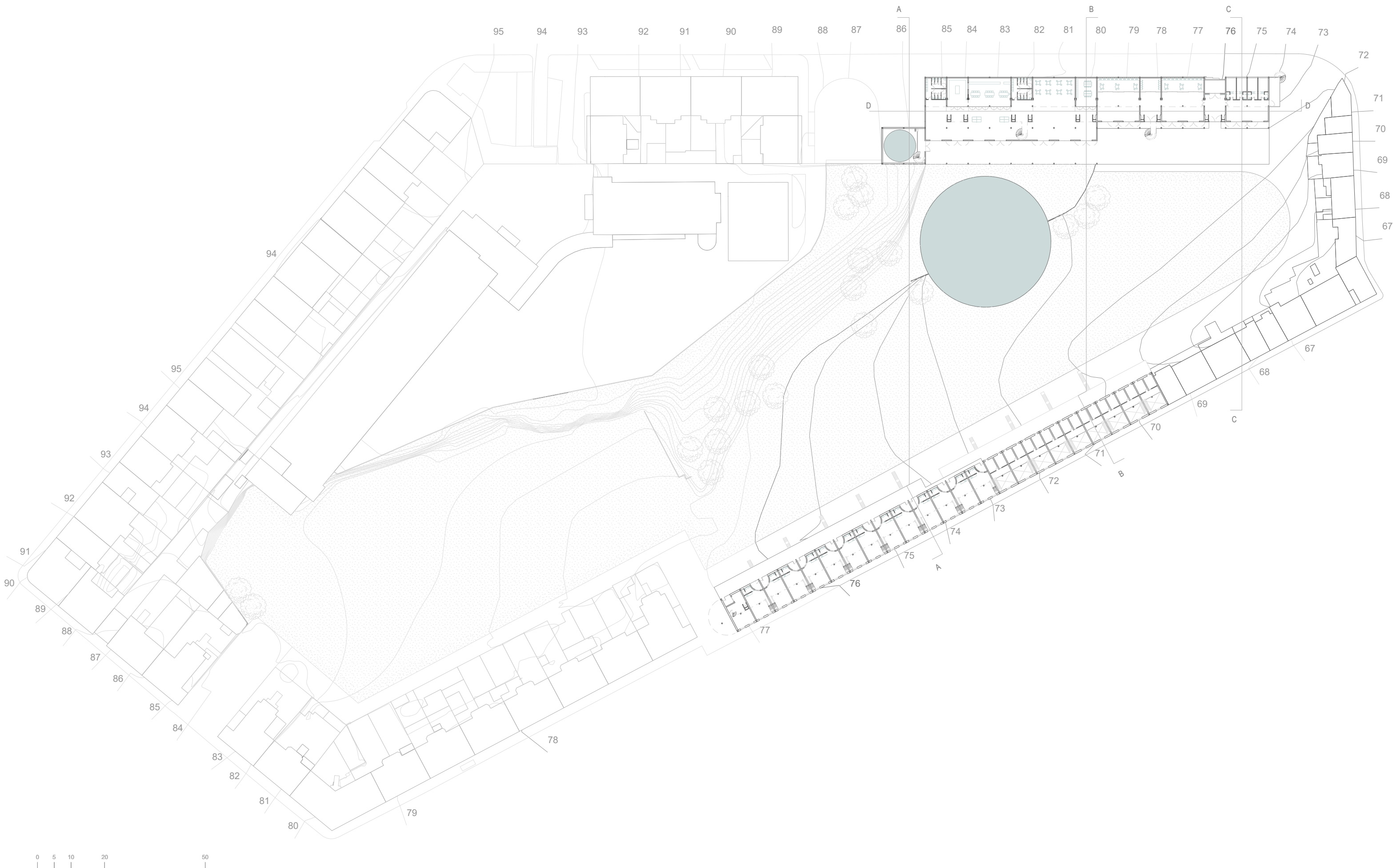
Quarteirão Manuel
da Maia



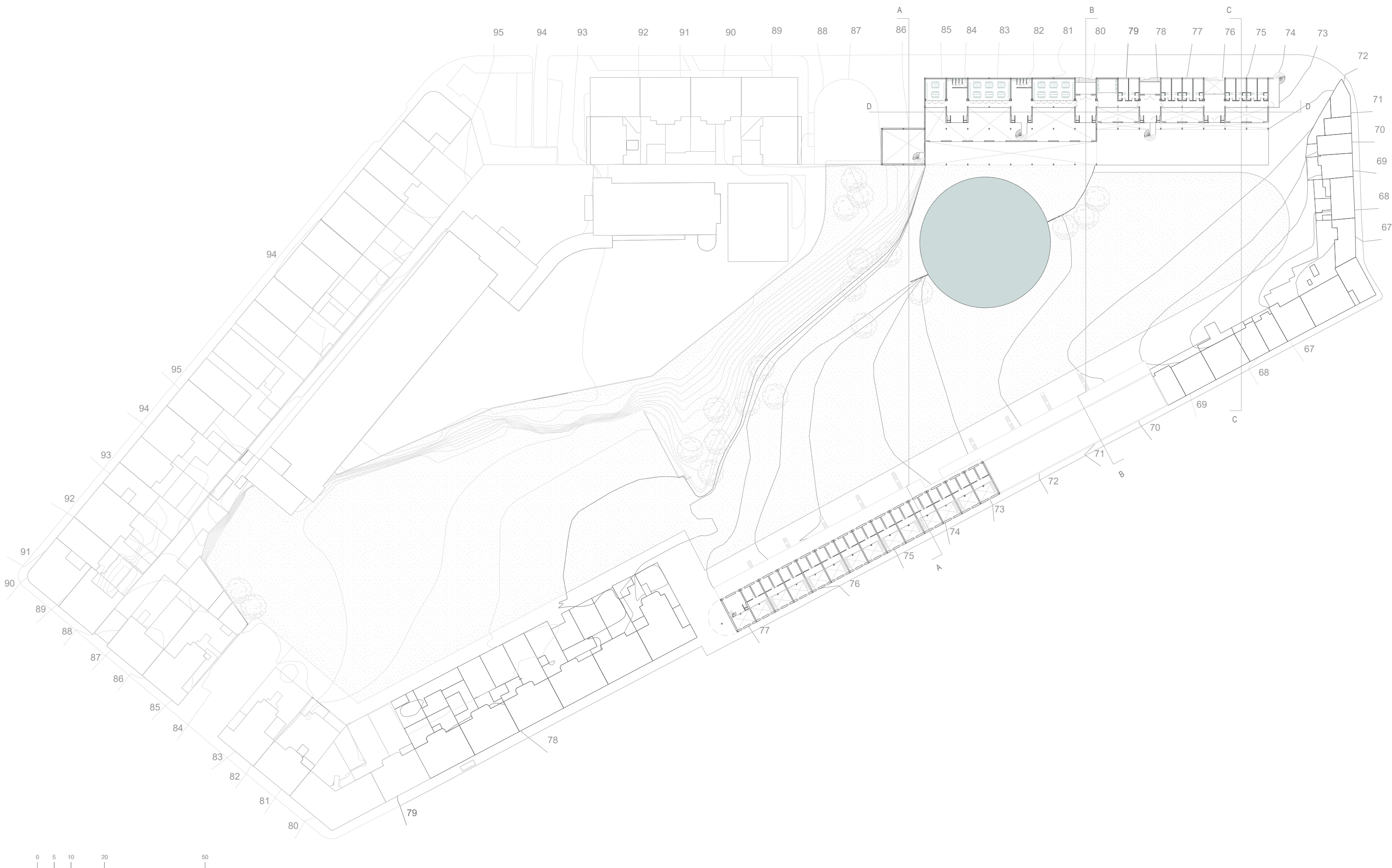
Planta Quarteirão das Amoreiras com edifício na R.Freitas Gazul (reservatório) e R.Maria Pia (ateliers de trabalho) cota 69



Planta Quarteirão das Amoreiras com edifício na R.Freitas Gazul (reservatório e oficinas) e R.Maria Pia (ateliers de trabalho e habitações) cota 72



Planta Quarteirão das Amoreiras com edifício na R.Freitas Gazul (reservatório, centro de dia e habitações) e R.Maria Pia (habitações) cota 76



Planta Quarteirão das Amoreiras com edifício na R.Freitas Gazul (centro de dia e habitações) e R.Maria Pia (habitações e espços comuns) cota 79



Planta Quarteirão das Amoreiras com edifício na R.Freitas Gazul (centro de dia e habitações) e R.Maria Pia (habitações e espços comuns) cota 82

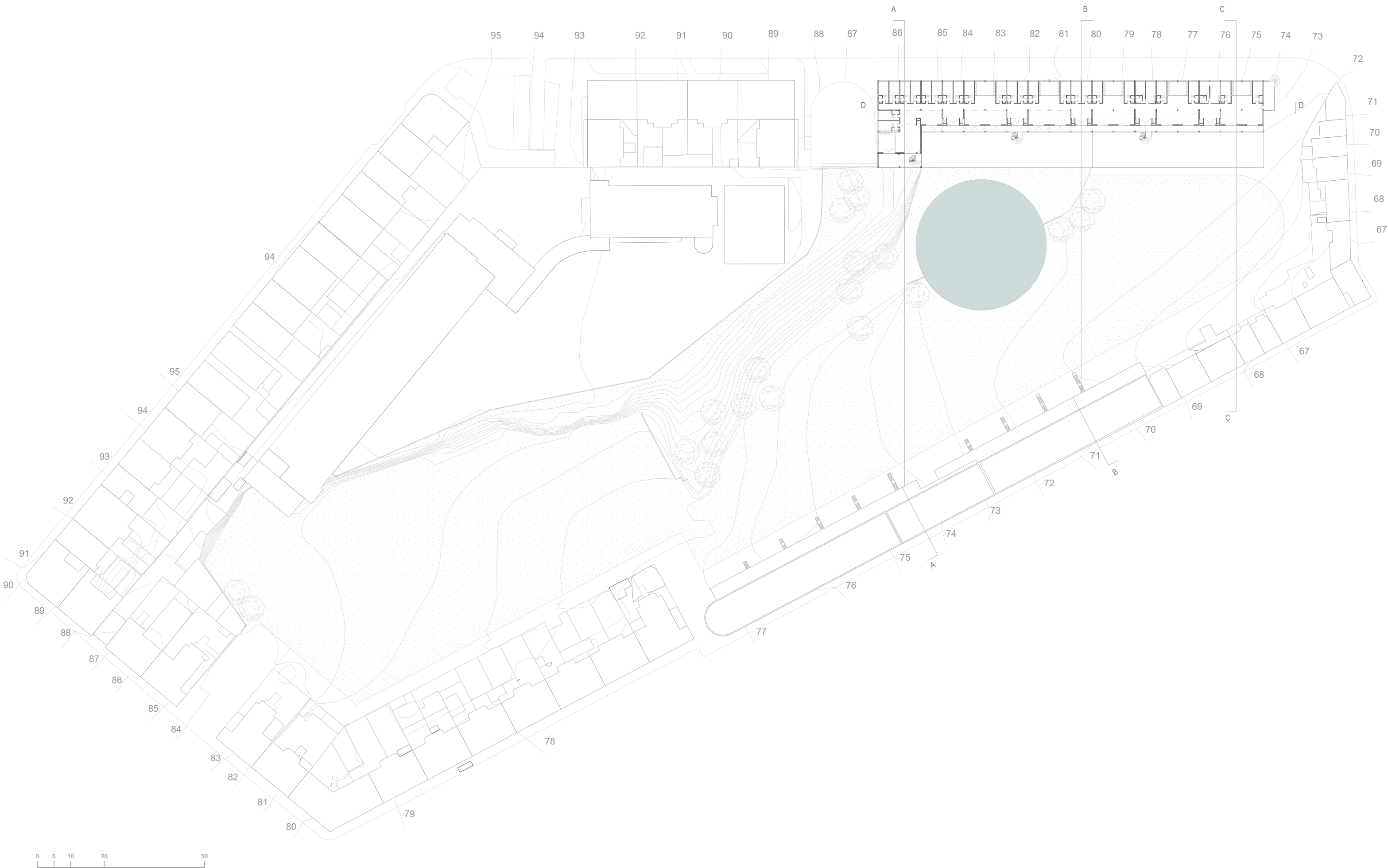


Planta Quarteirão das Amoreiras com edifício na R.Freitas Gazul (habitações) e R.Maria Pia (habitações e espaços comuns) cota 82

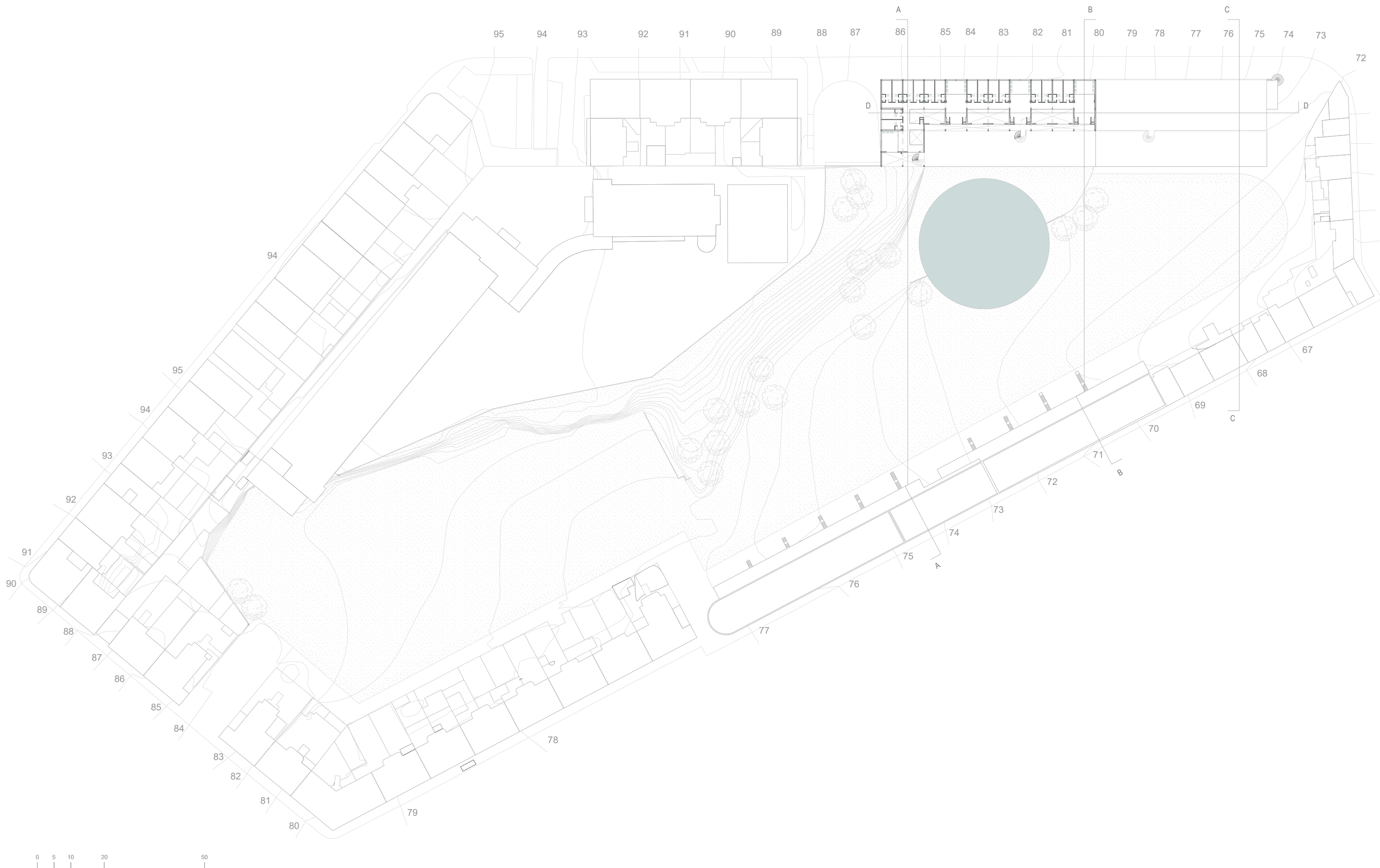




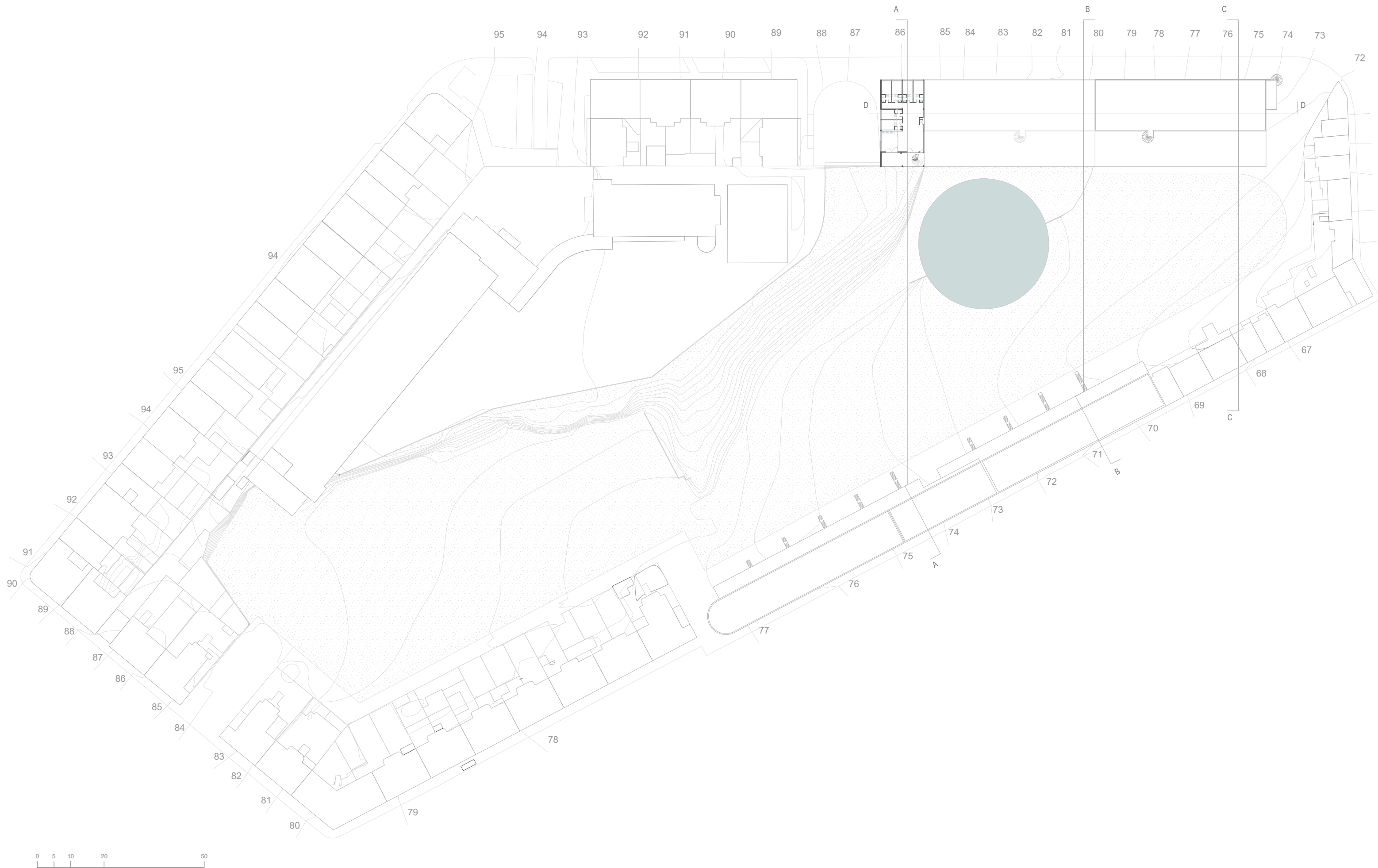
Planta Quarteirão das Amoreiras com edifício na R.Freitas Gazul (habitações) e R.Maria Pia (cobertura) cota 88



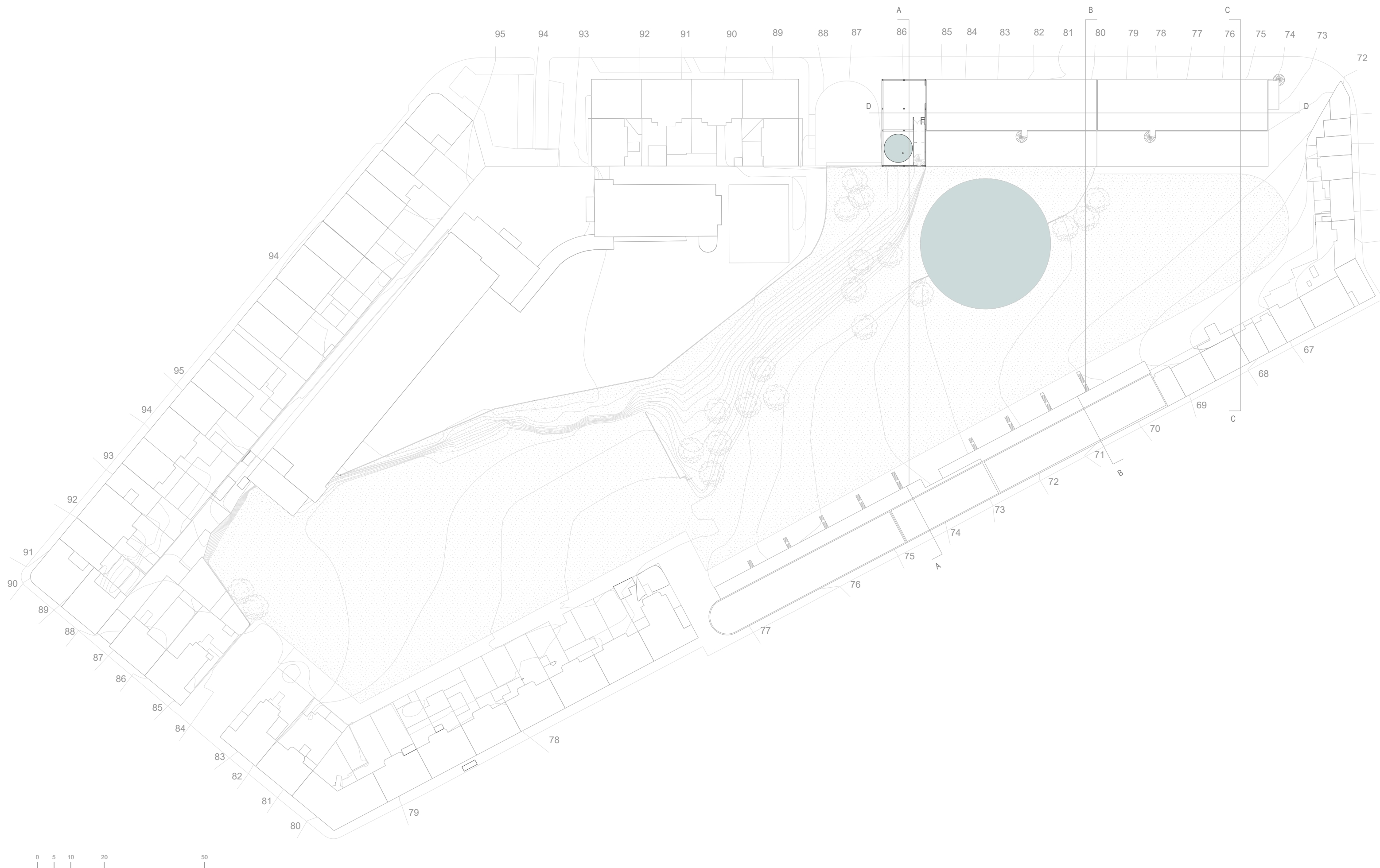
Planta Quarteirão das Amoreiras com edifício na R.Freitas Gazul (habitações) e R.Maria Pia (cobertura) cota 92



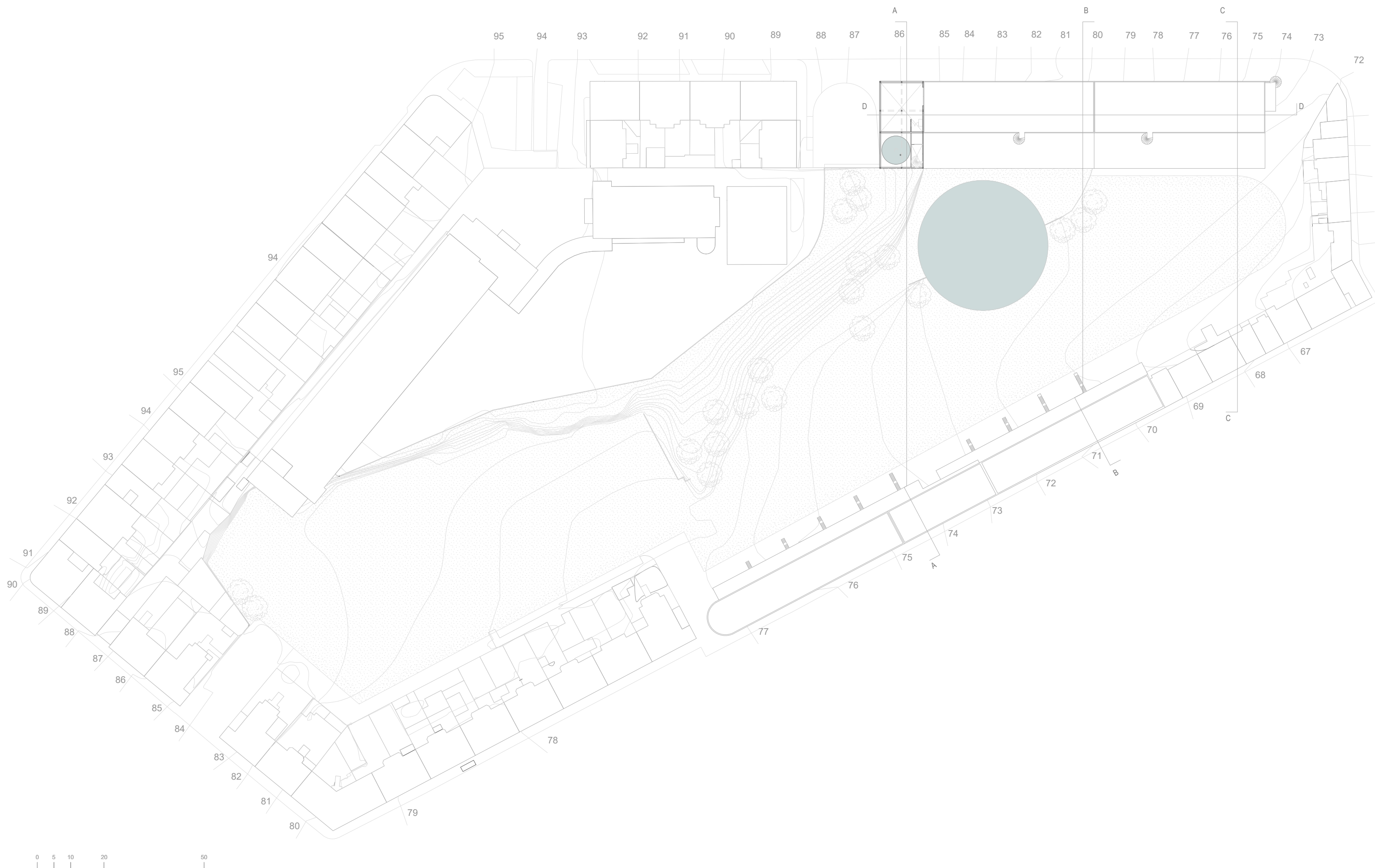
Planta Quarteirão das Amoreiras com edifício na R.Freitas Gazul (habitações) e R.Maria Pia (cobertura) cota 95



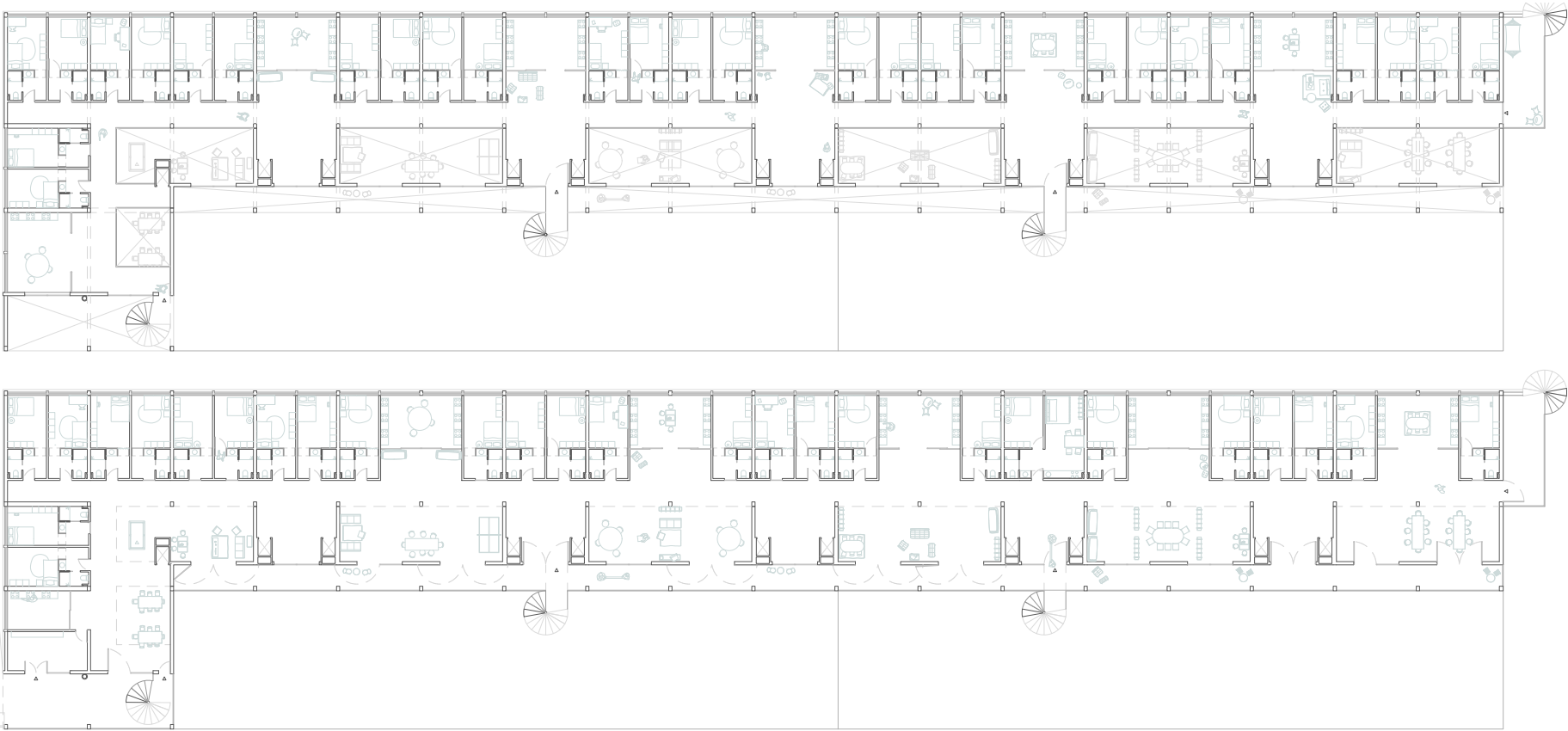
Planta Quarteirão das Amoreiras com edifício na R.Freitas Gazul (habitações) e R.Maria Pia (cobertura)



Planta Quarteirão das Amoreiras com edifício na R.Freitas Gazul (cisterna e espaço comum) e R.Maria Pia (cobertura)

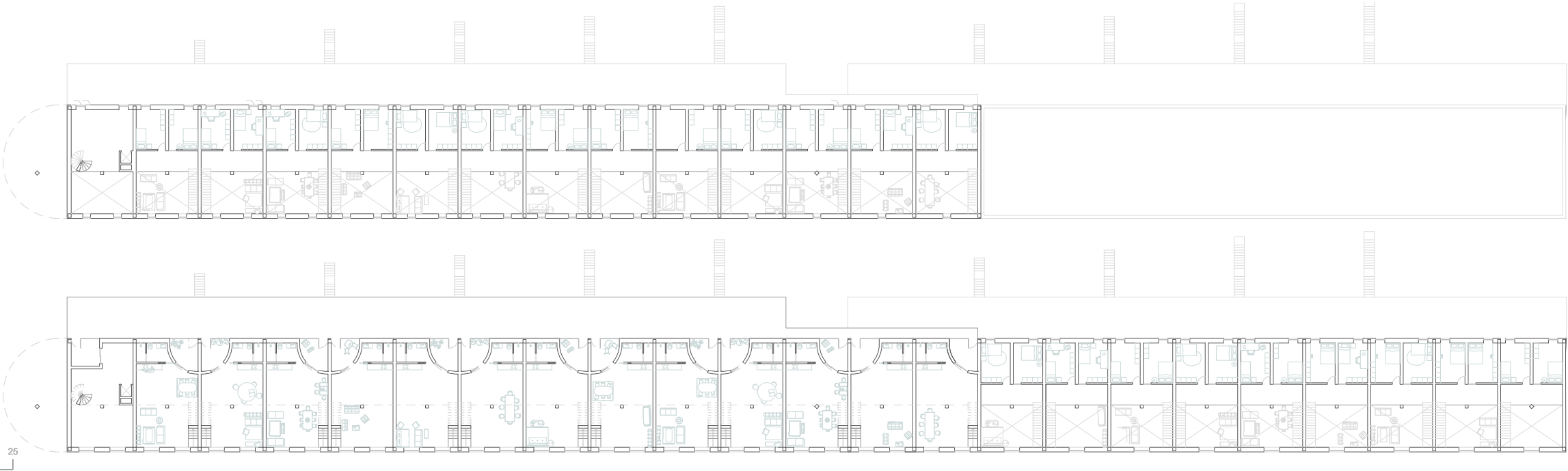


Planta Quarteirão das Amoreiras com edifício na R.Freitas Gazul (cisterna e espaço comum) e R.Maria Pia (cobertura)



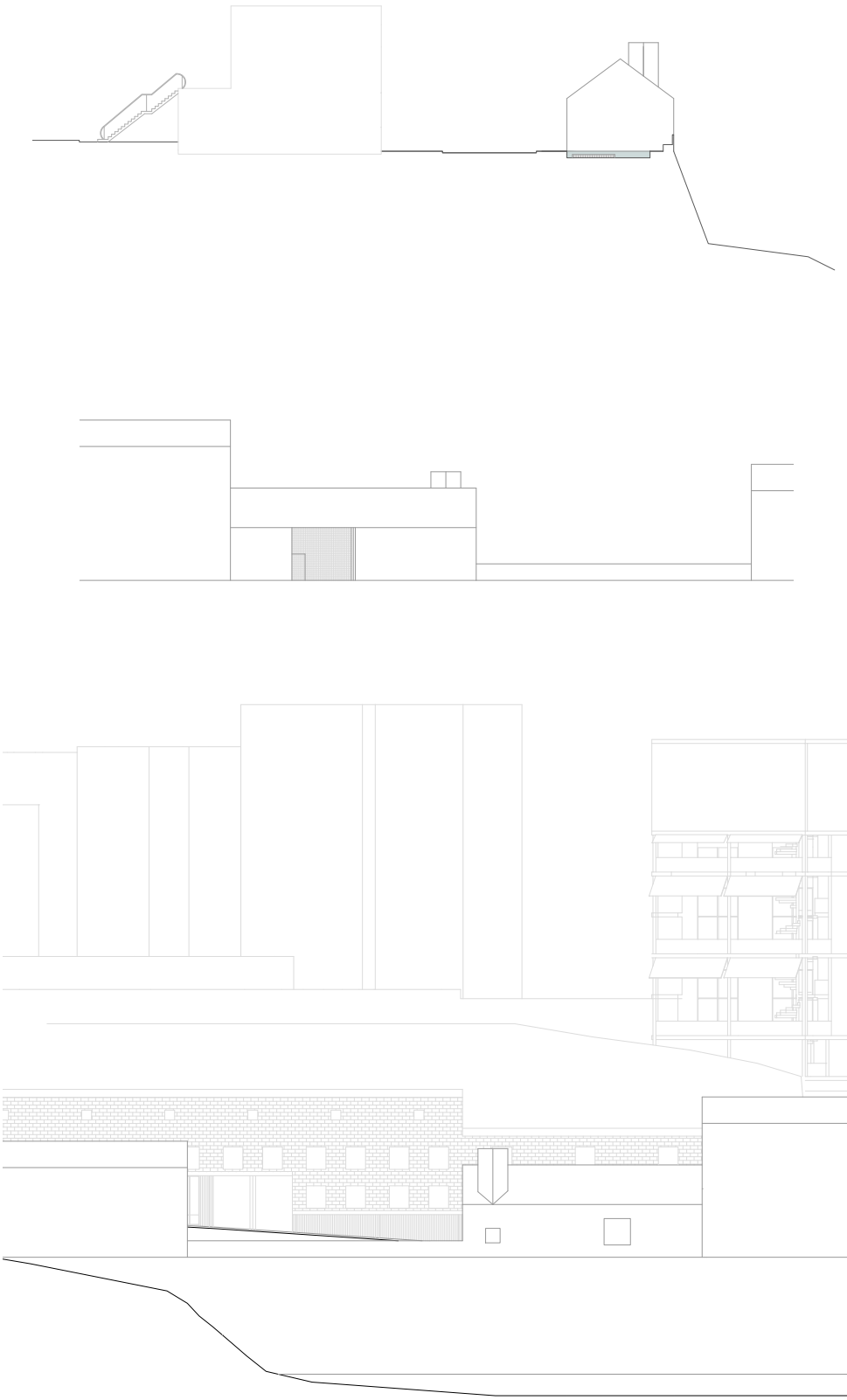
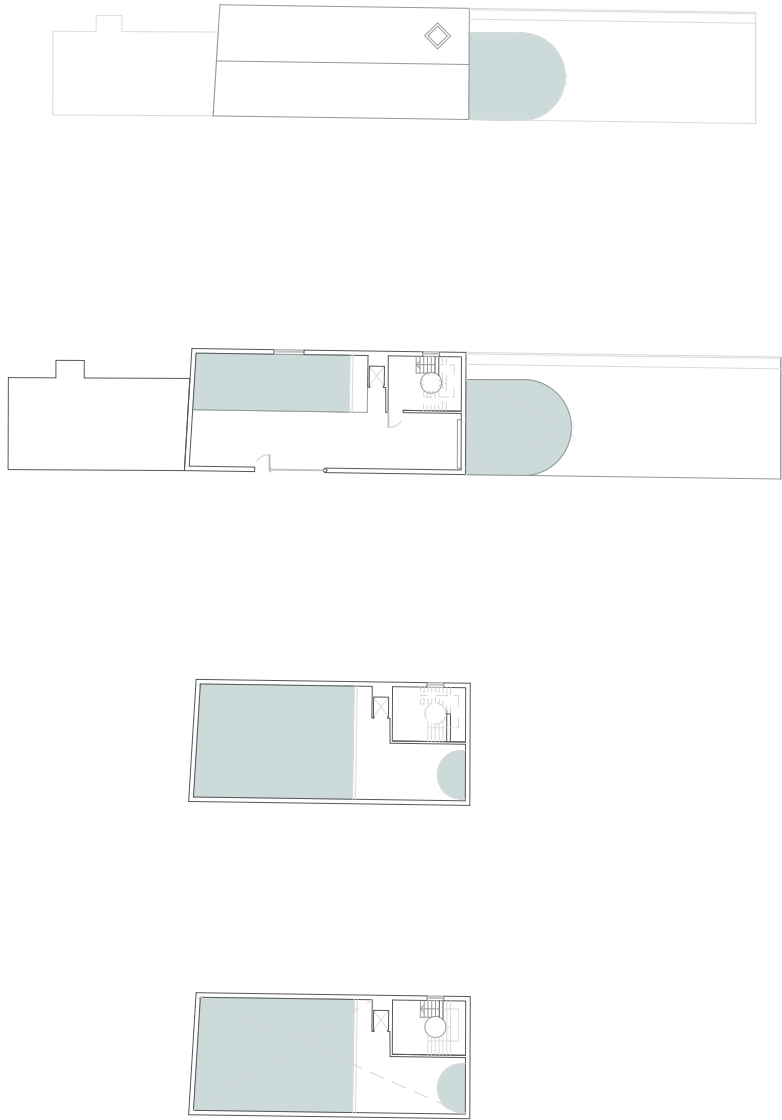
Habitações piso superior

Habitações piso inferior



Habitações piso superior

Habitações piso inferior

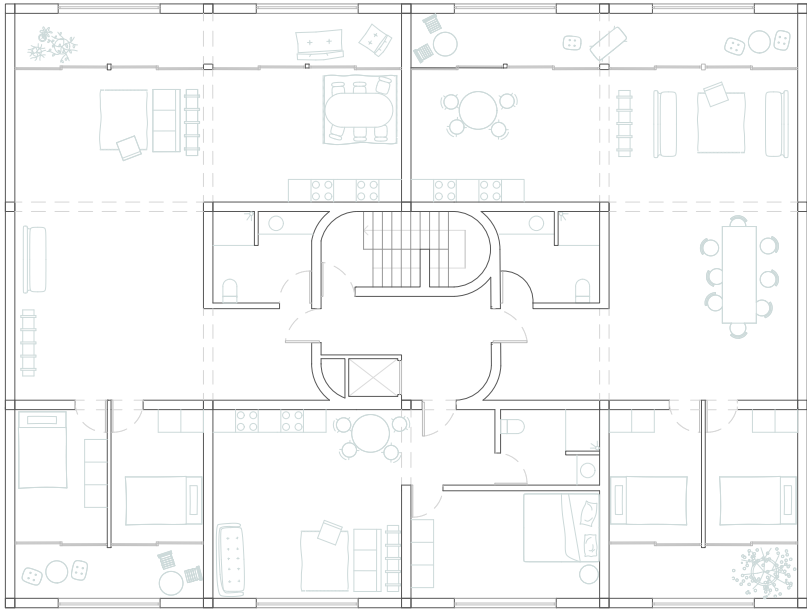


Durável/
Reversível

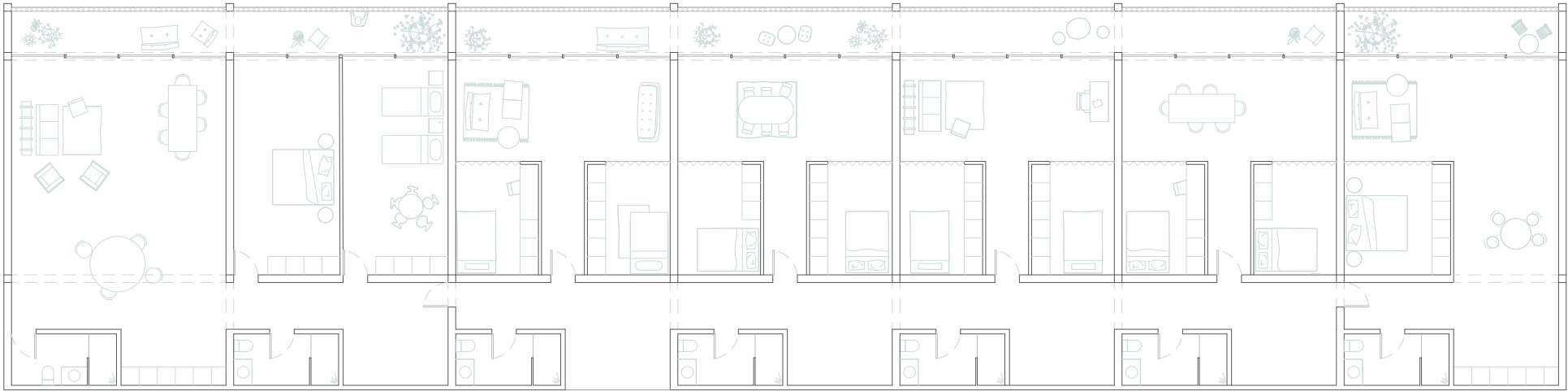
As tipologias nos vários edifícios são variadas, assim como o regime que organiza o edifício no quarteirão das Amoreiras e no edifício da R.Freitas Gazul do quarteirão Manuel da maia, os edifícios organizavam-se em habitação comunitária. Os edifícios contêm em si várias tipologias, dependendo do piso, onde o tamanho vai variando; os espaços comuns, como as cozinhas e lavandarias são acessíveis por todos os habitantes. No edifício da R.Freitas Gazul existem células individuais (quarto e casa de banho) e simplex (quarto, cozinha/sala e casa de banho

Nos restantes edifícios do quarteirão do Quartel da Infantaria e no edifício da R.Maria Pia do quarteirão Manuel da Maia apartamentos e habitações individuais.Os edifícios de habitação privados têm menos variação, excetuando o da Rua Maria Pia que contém três tipos de habitação, 2 tipos de “duplex” e uma tipologia de um único piso, com um único quarto. A nível de materialidade os edifícios do quarteirão Manuel da Maia partilham os mesmos materiais: o betão branco, o aço corrugado, os blocos de cimento e os azulejos.

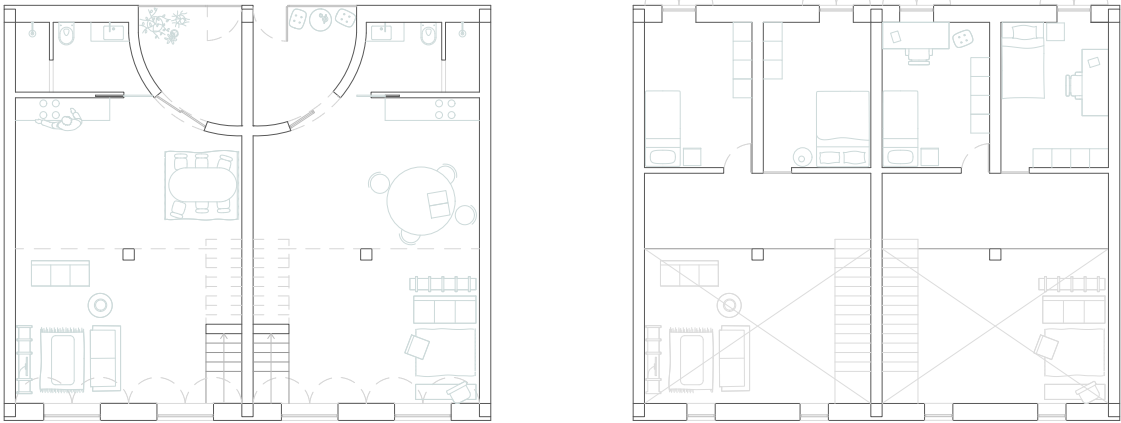
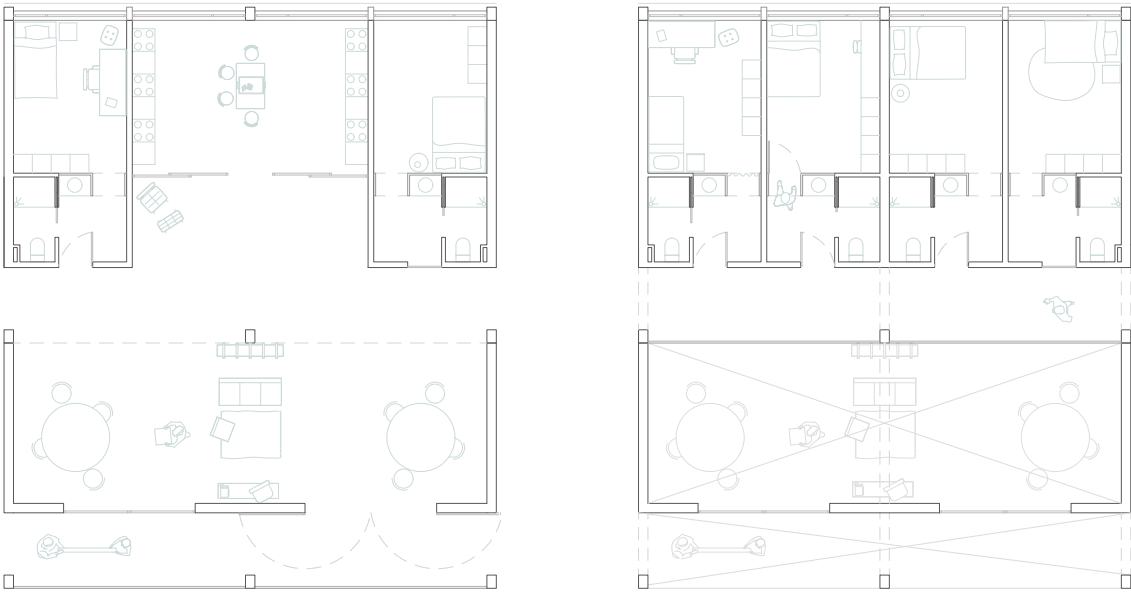
Quarteirão do Quartel
da Infantaria



Quarteirão das
Amoreiras



Quarteirão Manuel da Maia

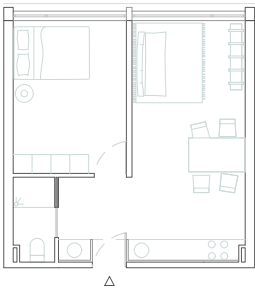


Edifício Rua Freitas Gazul

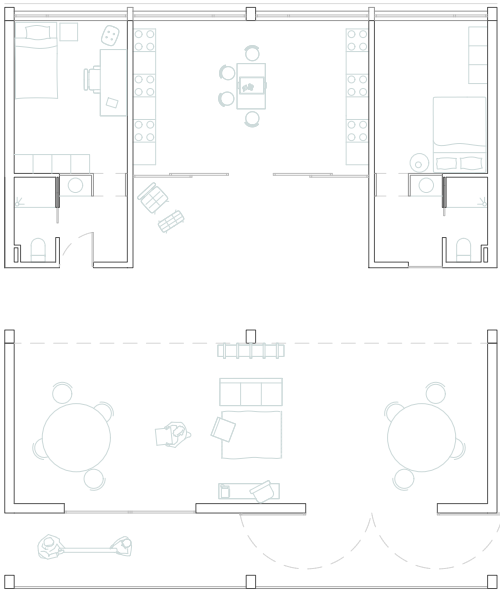


Edifício Rua Maria Pia

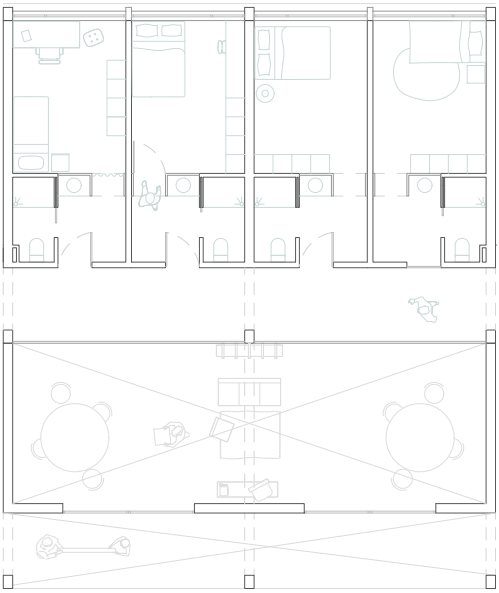




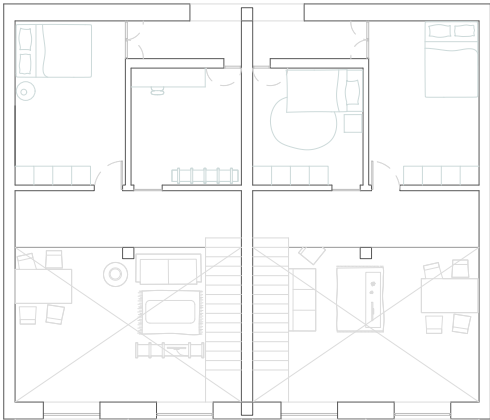
simplex



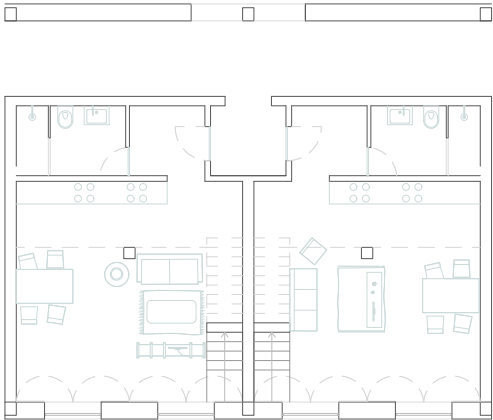
células
individuais
piso inferior



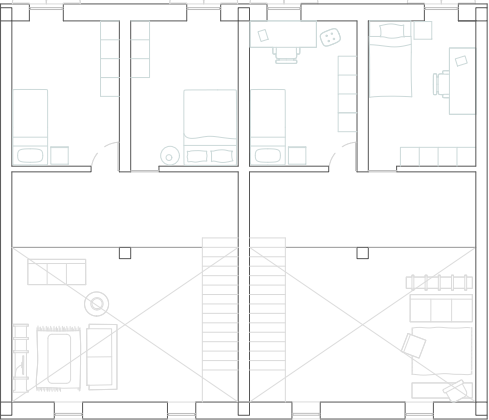
células
individuais
piso superior



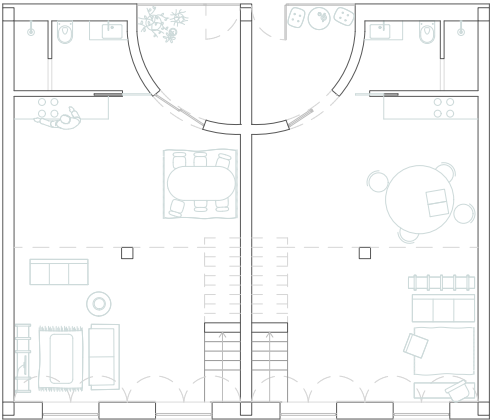
duplex
piso superior



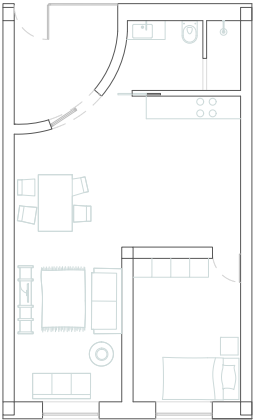
duplex
piso inferior



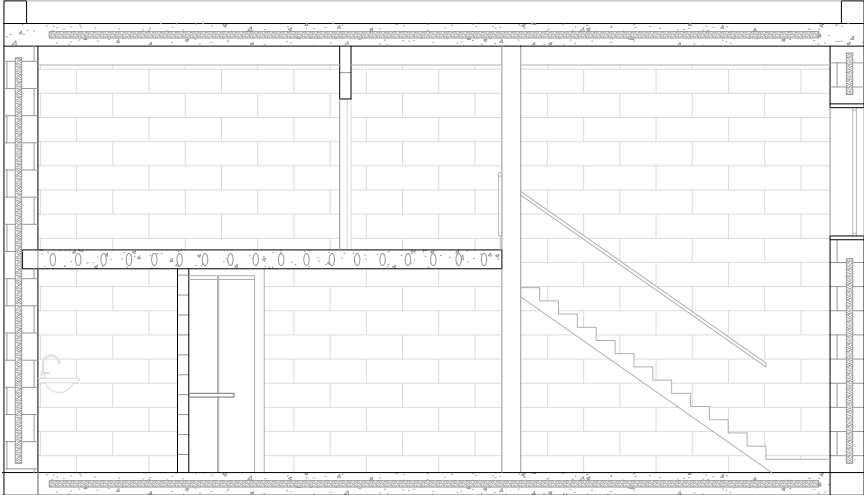
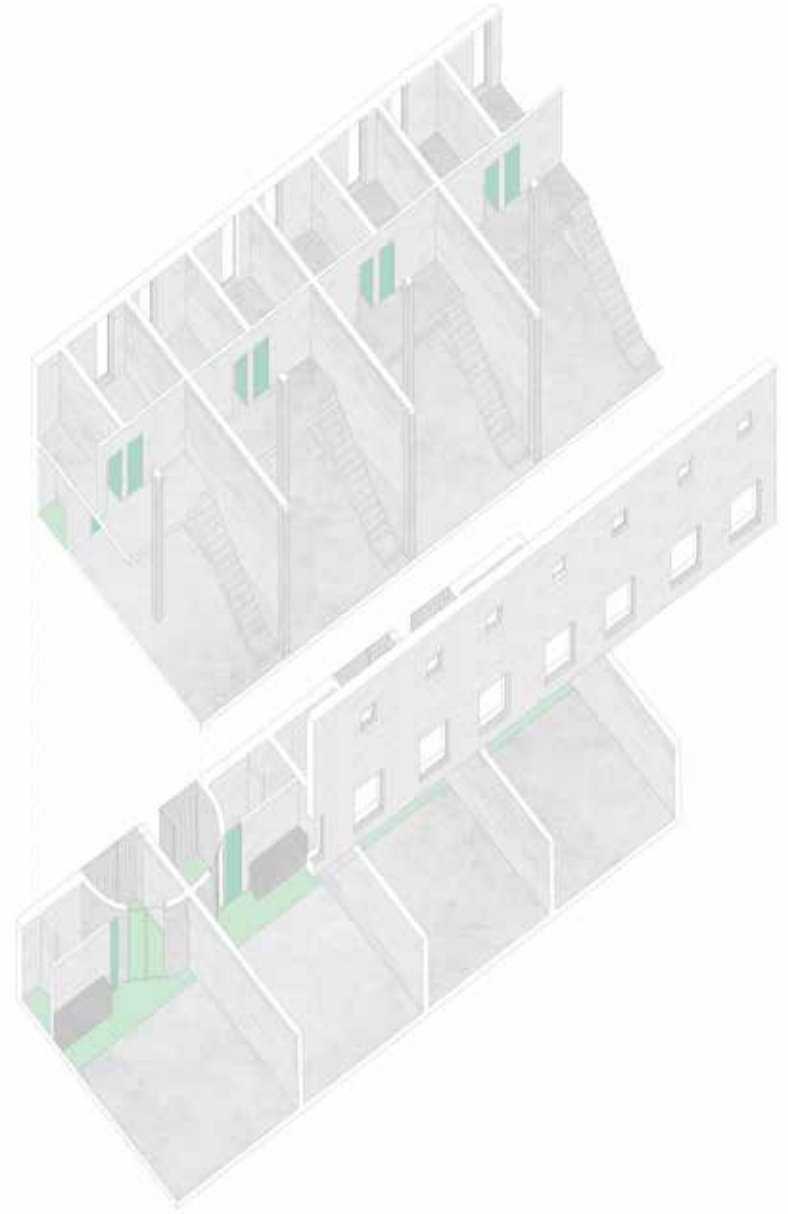
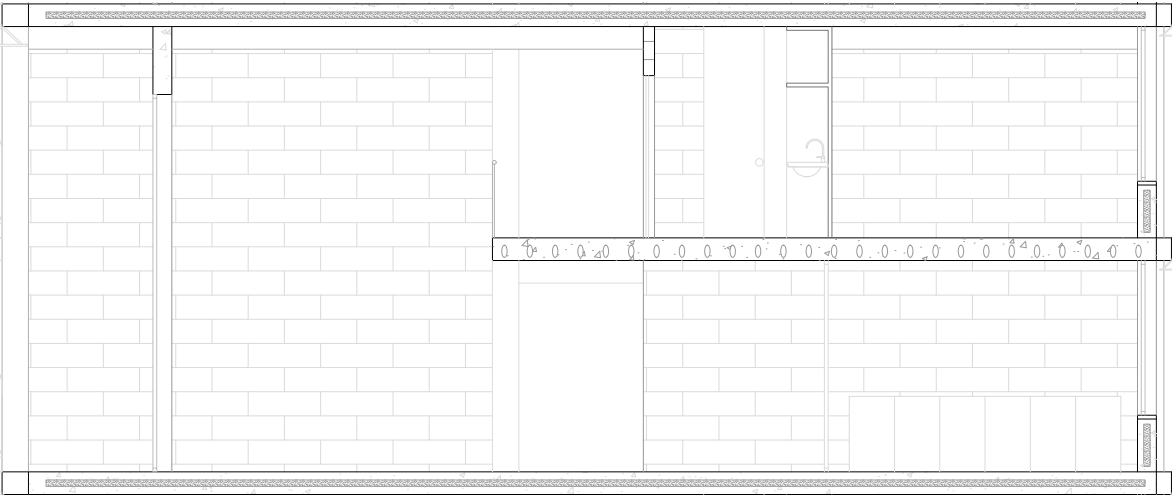
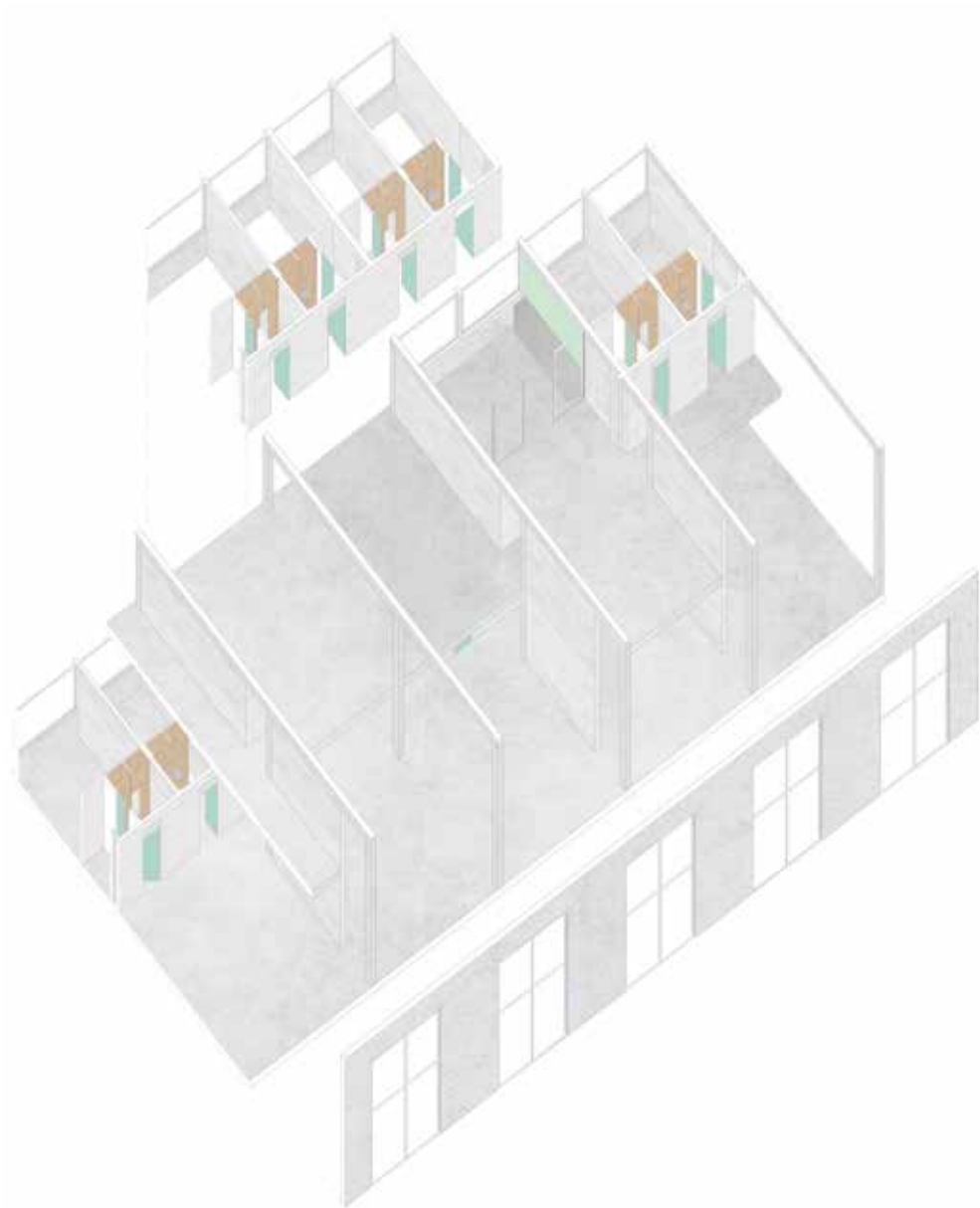
duplex
piso superior

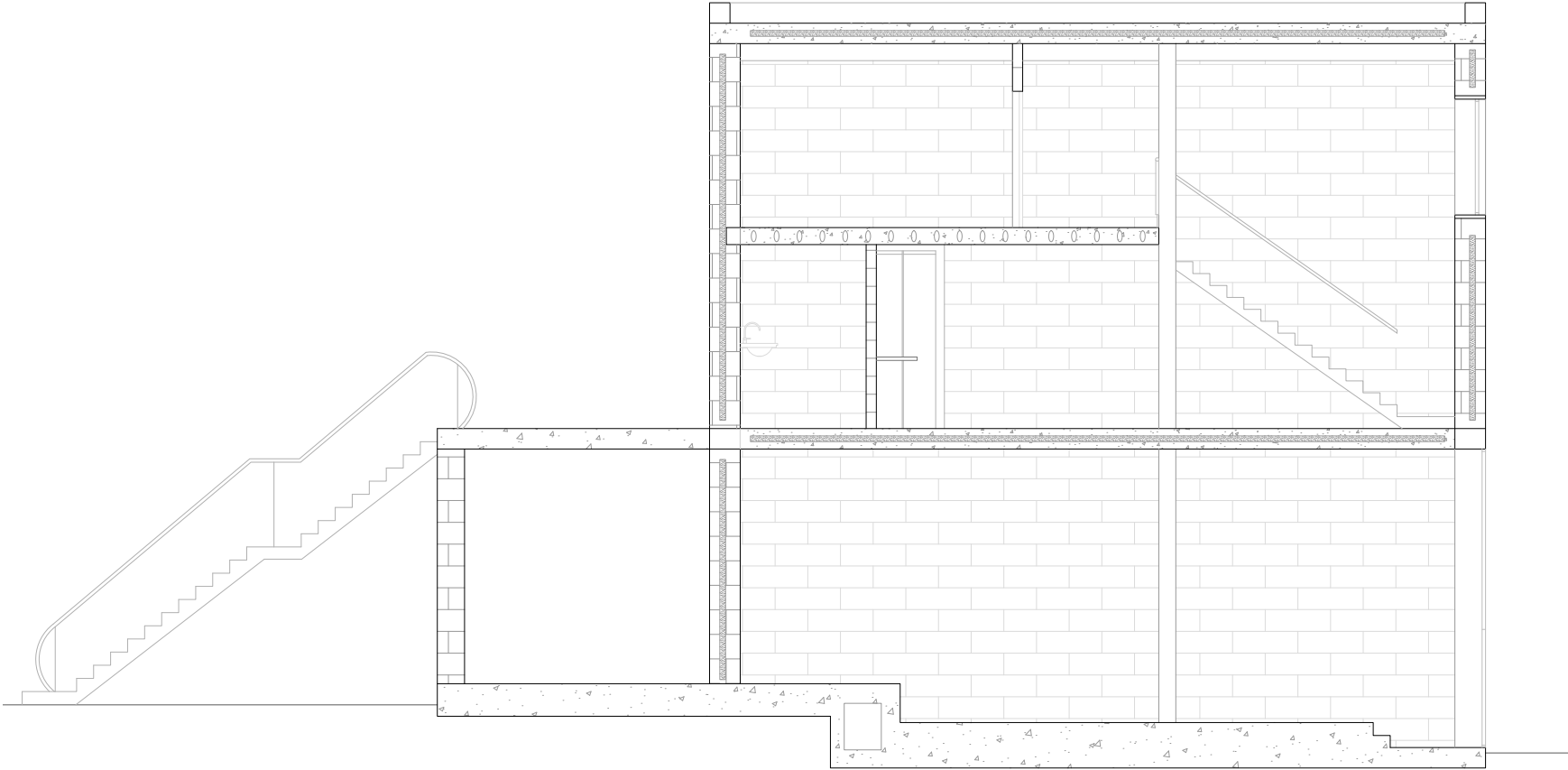
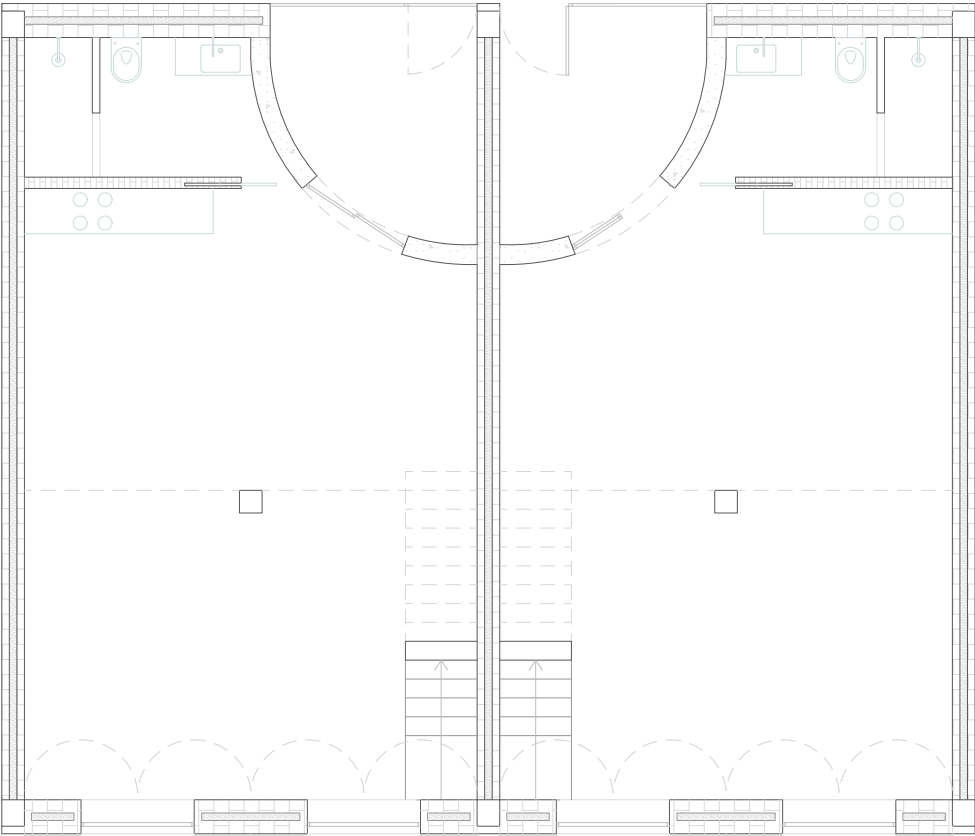


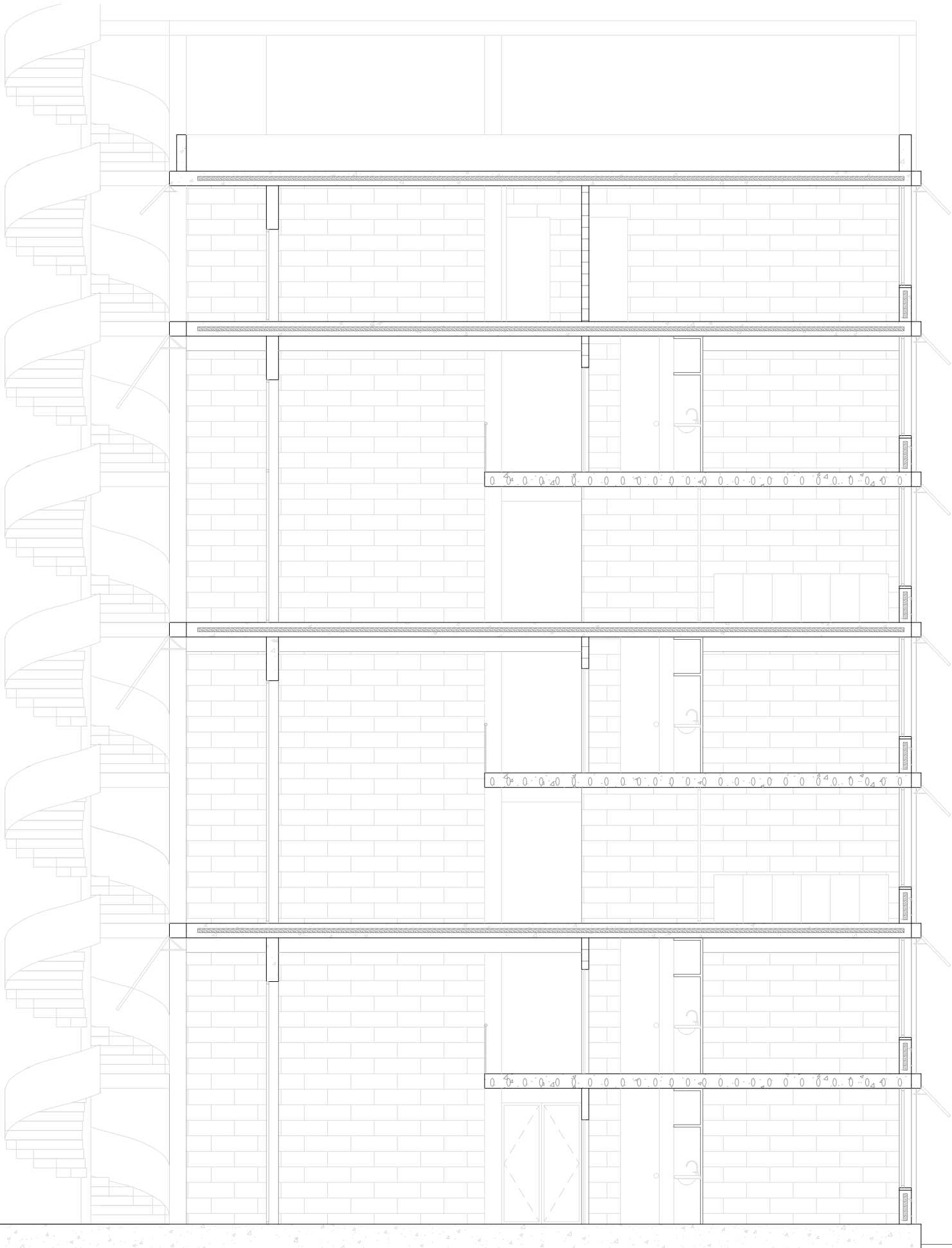
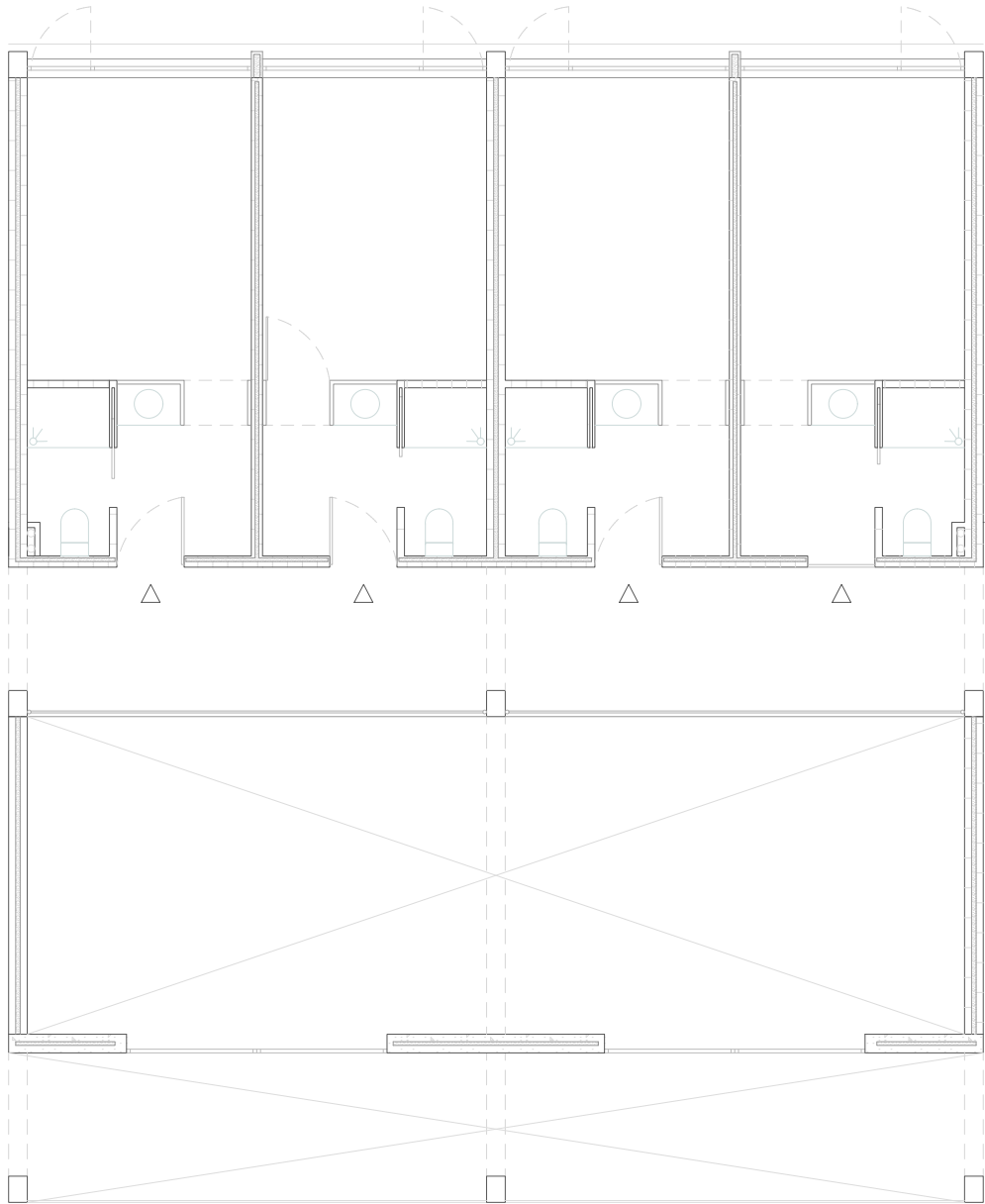
duplex
piso inferior



simplex







Conclusão

O Projeto tentou resolver questões urbanas, mas também de escala mais pequena como a da rua, tentando criar uma melhor permeabilidade em relação ao bairro, assente na criação de um conjunto de espaços públicos verdes, interligados com a rede hídrica, que re-desenharam os quarteirões, a partir do seu interior, de modo a torná-los em unidades urbanas que pudessem ser habitadas por todas as pessoas, habitantes do quarteirão ou não, podendo ser um espaço de passagem ou lazer.

A uma escala mais pequena, a do habitar coletivo, são criados edifícios, pontualmente, que irão redefinir os limites dos quarteirões e articulá-los com o bairro, nalguns deles é fomentada a ideia de cooperativas nas quais existia um conjunto de espaços comuns interiores e exteriores, com programas públicos como um centro de dia, comércio e ateliers de trabalho para fomentar uma vida comunitária entre os habitantes dos edifícios mas também entre os restantes habitantes do bairro que poderiam satisfazer as suas necessidades nos programas adicionais dos edifícios, tentando criar uma maneira de habitar que se propunha a ser o oposto das habitações fragmentadas e atomizadas que ocupam os interiores dos quarteirões, e ao modelo de habitação para especulação.